

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. 14 - Nº 1 Ano 2015 Jan / Jun.



Comando Regional XIV - 26º BPM Nova Mutum-MT





REVISTA HOMENS DO MATO

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 14 - Nº 1 - Ano 2015

Jan. a Jun.

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMVCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência do Dr. Edson Benedito Rondon Filho, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Dr. Edson Benedito Rondon Filho

Membros:

Dr. Antonio Carlos Monteiro de Castro	Dr. Almir Balieiro
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Dr. George Felipe Dantas
Dra. Maria Aparecida Morgado	Dr. Naldson Ramos da Costa
Dra. Rochele Fellini Fachinetto	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dra. Suely Dulce de Castilho	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes
Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Doutorando Gabriel Rodrigues Leal
Msc. Alessandro Souza Soares	Msc. Clarindo Alves Castro – Cel PM
Msc. Claudia Cristina Carvalho	Msc. Diva Maria de Oliveira Mainardi
Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.	Msc. Flávio Gledson V. Bezerra
Msc. Jamil Queiróz	Msc. Laudicério Aguiar Machado
Msc. Leo Torres Santos	Msc. Marcos Roberto Gonçalves
Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr.
Esp. Carlos Eduardo Pinheiro da Silva	Esp. Everson Cezar Gomes Metelo
Esp. Fabiano Pessoa	Esp. José Antonio Gomes Chaves
Esp Marcos Roberto Sovinski	Esp. Ridalva Reis Souza
Esp. Rogério Francia Farias	Esp. Wanderson Nunes de Siqueira

Editores de seção:

Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.	Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
--------------------------------	--

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.

Revisão gramatical: Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Capa: Vista frontal do XIV Comando Regional - 26º BPM – Nova Mutum - MT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, Vol. 14, nº 1, 2015.

Periodicidade Semestral

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

1. Polícia Militar, 2. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa,
3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

Para o ano de 2015, a Revista Homens do Mato (RHM) inova em seu layout de capa que tem inserida no seu design a faixa axadrezada símbolo das polícias reconhecido internacionalmente, o que reforça simbolicamente a linha editorial e o campo de abordagem, contemplados pela publicação.

Nesse primeiro semestre teremos a edição em dois volumes. No primeiro a consagração dos trabalhos acadêmicos (pesquisas científicas) produzidos durante o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ocorrido no ano de 2014 nas dependências da Academia de Polícia Militar Costa Verde, destacando-se como articulistas alguns Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com suas obras acadêmicas por ocasião da realização do r. curso de especialização *lato sensu*, sempre com assunto que contempla a temática da segurança pública, com abordagens diversas, recortes e problemas de pesquisa específicos. Iniciamos com a colaboração de Gabriel Rodrigues Leal com seu artigo “História do ensino militar: Do iluminismo positivista à normalização biopolítica” que traz à baila um estudo sobre a arte de governar, num ponto de vista centrado nas ilações de Michel Foucault, considera a transição de sistemas de ensino no início do século XX com o ideal de profissionalização do Exército. Sara Cristina da Silva Borges traz como tema central do debate proposto a análise do projeto desenvolvido e executado pela Polícia Militar, entre os anos de 2010 e 2012, revelando a inobservância dos princípios das boas práticas de governança organizacional nos projetos desenvolvidos pela Instituição, isto tratado em seu artigo “Modelo de análise da relação entre proposição e execução de projetos produzidos na PMMT de acordo com os princípios de governança organizacional – Um estudo de caso.” A administração gerencial empregada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, especificamente quanto ao emprego do policiamento ostensivo ciclístico, com recorte na área de atuação do 1º BPM em Cuiabá-MT, com análise aos critérios de eficiência, eficácia e efetividade, foi tema da pesquisa acadêmica desenvolvida por Victor Lúcio do Prado em seu artigo “Indicadores de desempenho que avaliam o produto que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso oferece ao cidadão por meio do policiamento ciclístico”. Alex Fontes Meira e Silva, em seu artigo “A atuação dos policiais militares do 20º BPM de Juína-MT que possuem o curso do POP às ocorrências de perturbação do sossego público com som automotivo”, traz uma análise acurada quanto ao atendimento de ocorrências de perturbação do sossego público com som automotivo ocorrido na cidade de Juína-MT e sua correlação com os procedimentos operacionais do POP PMMT. “Qualidade de vida no trabalho: Um diagnóstico avaliativo na área do 22º BPM” é artigo produzido por Pedro Miguel de Souza e trata da qualidade de vida no trabalho dos policiais militares e sua relação com outros profissionais e o local de trabalho na cidade de Peixoto de Azevedo-MT. A análise da lei nº 10.076/2014, nova lei de promoção da Polícia Militar de Mato Grosso, nos requisitos exigidos para o alcance da ascensão profissional, sobretudo especificamente, quanto à aptidão na Avaliação de Desempenho Físico (ADF) com recorte nos policiais militares do 5º BPM em 2014, foi tema do artigo intitulado “Hábitos de vida e o nível das atividades físicas

realizadas pelos policiais militares que compõem o 5º BPM”, produzido por Lauro Márcio Osório da Silva. Robson Fernandes da Silva em seu artigo “A equitação como alternativa ao tratamento do estresse nos policiais militares dos comandos regionais I e II da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso” trouxe a proposta de utilização da estrutura do Regimento de Policiamento Montado (RPMont) como mecanismo de alternativa para tratamento de estresse verificado em alguns policiais militares da grande Cuiabá-MT. O volume de informações via internet, sua disponibilidade e acesso permitido e proporcionado por meio do advento das redes de comunicações como mecanismo de catalogação e usufruto pelo setor de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso e os desdobramentos persecutórios, foi tema do artigo “Inteligência de segurança pública na sociedade de informação: Desafios enfrentados pelos agentes do II Comando Regional em suas atividades”, produzido por Athaydes de Oliveira Assunção. Marcos Vinicius Akira Sakata em seu artigo “O emprego do cão farejador no cumprimento de mandados de busca e apreensão pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso”, traz a dificuldade da instituição em suas ações diárias de combate ao comércio e uso ilegal de drogas, em alinhamento ao cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão e a difícil localização. Em contrapartida traz a proposta de utilização do cão farejador nessa atividade, como tem sido empregado no Batalhão de Operação Especiais (BOpE). E por fim Talitta Fernandes Gonçalves de Carvalho Ferreira, traz em seu artigo “A mudança de fardamento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: análise dos objetivos”, um estudo sobre a mudança no fardamento da instituição policial militar e se os objetivos propostos que motivaram sua alteração foram alcançados, isto na perspectiva do pesquisado (policial militar).

Tecnicamente, são assuntos com certo ineditismo e de abordagem não comum, que trata de assuntos interessantes e alta relevância, possibilitando ao leitor agregar novos conhecimentos sobre as especificidades tratadas com enfoque científico. Propicia ao leitor um mergulho em assuntos pouco discutidos, com recortes atuais, bem escolhidos e bem explorados. Facilita o enveredar do leitor aos trilhos de assuntos alinhados à Segurança Pública e sua criticidade fundamentada, um verdadeiro elo entre sociedade e poder público, aqui representado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá-MT, Março de 2015.

Dr. Edson Benedito **Rondon** Filho – Ten Cel PM
Editor Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

- História do ensino militar: Do iluminismo positivista à normalização biopolítica.** p. 9.
Gabriel Rodrigues Leal
- Modelo de análise da relação entre proposição e execução de projetos produzidos na PMMT de acordo com os princípios de governança organizacional – um estudo de caso** p. 34.
Sara Cristina da Silva Borges
- Indicadores de desempenho que avaliam o produto que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso oferece ao cidadão por meio do policiamento ciclístico.** p. 61.
Victor Lúcio do Prado
- A atuação dos policiais militares do 20º BPM de Juína que possuem o curso do POP frente às ocorrências de perturbação do sossego público com som automotivo.** p. 79.
Alex Fontes Meira e Silva
- Qualidade de vida no trabalho: Um diagnóstico avaliativo na área do 22º BPM.** p. 95.
Pedro Miguel de Sousa
- Hábitos de vida e nível das atividades físicas realizadas pelos policiais Militares que compõem o 5º Batalhão de Polícia Militar.** p. 120.
Lauro Márcio Osório da Silva
- A equitação como alternativa ao tratamento de estresse nos policiais militares dos comandos regionais I e II da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** p. 136.
Robson Fernandes da Silva
- Inteligência de segurança pública na sociedade de informação: desafios enfrentados pelos agentes do II comando regional em suas atividades.** p. 157.
Athaydes de Oliveira Assunção
- O emprego do cão farejador no cumprimento de mandados de busca e apreensão pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** p. 173.
Marcus Vinícius Akira Sakata
- A mudança de fardamento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: Análise dos objetivos.** p. 195.
Talitta Fernandes Gonçalves de Carvalho Ferreira

SEÇÃO DE RESENHAS

VIGIAR E PUNIR: nascimento das prisões

(FOUCAULT, Michel.).

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

p. 219.

SEÇÃO DE ENTREVISTAS

Coronel PM Zaqueu Barbosa, Comandante Geral da PMMT.

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Enzi Cerqueira de Almeida Júnior

p. 235.

Dr. Naldson Ramos, professor Coordenador do NIEVCi/UFMT

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Enzi Cerqueira de Almeida Júnior

p. 245.

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Artigos

HISTÓRIA DO ENSINO MILITAR: DO ILUMINISMO POSITIVISTA À NORMALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA

Gabriel Rodrigues Leal¹

RESUMO

Este artigo procura entender um fenômeno histórico a partir de um ponto de vista teórico centrado nas “artes de governar” de Michel Foucault, pois, consideramos como problemática a passagem de *sistemas* de ensino no início do século XX com o ideal de profissionalização do Exército. Tal questão implica diretamente na formação dos oficiais de polícia, doravante, fortemente influenciados por toda essa cultura escolar e mentalidade tecnicista, primeiro alemã e depois francesa. Cumpre dizer que alinhamos a hipótese de que tal mudança de *sistema* é mera cortina de fumaça de uma mudança mais ampla e profunda, que se adere ao controle da sociedade por meio do Estado Policial, que culmina, curiosamente, na ditadura Vargas. Ou seja, trata-se de um texto teórico fundado na leitura estrutural de texto filosófico que tem como objetivo lançar luz sobre o processo de despolitização do quadro pensante dos órgãos de Defesa e Segurança Pública, em benefício, insisto, duma suspeita *profissionalização*. Acreditamos que com a utilização das obras de Jheovah Motta e Leonardo Trevisan poderemos discutir o ensino policial-militar em reflexo, como também, impossível não relatar, muito brevemente, acontecimentos históricos que permeavam o Brasil.

Palavras-chave: *Biopolítica - Ensino policial-militar - História - Currículo.*

ABSTRACT

This article seeks to understand a historical phenomenon from a theoretical point of view centered on the "arts of government" Michel Foucault therefore consider as problematic the passage of educational systems in the early twentieth century with the idea of professionalizing the army. Such a question directly involves training of police officers, now strongly influenced by this whole school culture and technicist mentality. It must be said that lined the hypothesis that such a system change is a mere smokescreen for a broader and more profound change, clinging to control of society by the State Police, which culminates interestingly, the dictatorship Varga. Ie, it is a theoretical text that aims to shed light on the process of depoliticization of the thinking framework of the organs of Defense and Public Security, the benefit, I stress, a suspected professionalization. We believe that with the use of the works of Jheovah Motta and Leonardo Trevisan may discuss the military police school in reflection, but also impossible not to report very briefly the historical events that permeated Brazil.

Keywords: *Biopolitics - Teaching military police - History - Curriculum.*

¹Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso, bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, mestre em educação pela UFMT e doutorando em educação pela PUC/SP.

INTRODUÇÃO

Na Revista do Exército Brasileiro, que celebra os 200 anos do ensino militar no Brasil, se lê que, “a injusta e desorientada Revolta da Vacina de 1904, demonstrou o rompimento dos três pilares da instituição militar: a disciplina, a hierarquia e o moral” (CÂMARA, 2011, p.40). A Revista sublinha também que “muitos daqueles jovens haviam sido convencidos pelos mestres positivistas de que, segundo Comte, o mundo caminhava para um ambiente sem guerras, justificando serem desnecessárias forças de defesa” (*Idem*, p.41). Linhas à frente, agora em contraponto, faz menção às reformas no ensino militar – desarticuladora da formação comteana –, dizendo que: “no afã de fortalecer a *coesão da força* (...) demonstram a preocupação de inocular na consciência de cada ‘alumno’ [sic] ou de cada cadete (...) o que se pode interpretar como um sistema de crenças, *na missão, no chefe, no Exército e em si próprio*” (*ibidem*, p.41).

Situado nessas informações, tão ligeiras quanto sutis, quero adiantar brevemente nesta introdução, que o militarismo como o conhecemos hoje nas instituições militares e policiais-militares, grosso modo, “o militarismo pós-reformas”, representa um “paradigma” no sentido de Kuhn diria, ou, à Foucault, um “regime de veridicção”, que se instaura como limiar de positividade de um novo discurso de formação militar do Exército e, quase que simultaneamente, policial-militar, diria mais até, como “a” emergência do militarismo nos – digamos anacronicamente – “aparelhos de repressão” existentes até então. Tal inflexão ocorre ou “ocorreria”, porque suspeito, no interesse da *profissionalização* do oficial e do soldado-cidadão, elos políticos de coesão nacional de uma pátria entrincheirada entre monarquistas e republicanos, portanto, dividida e dificilmente governável.

O que saliento a partir desse quadro histórico que julgo problemático neste artigo, ou melhor, aonde estou levando o leitor?

Vejam. Com as reformas no ensino militar após a Revolta da Vacina, para citar apenas um marco histórico relevante, o Exército brasileiro passou a buscar um sentido distinto daquele pretendido até ali em suas escolas de formação. Bem Mais. Com essas reformas, buscou-se uma drástica despolitização da formação, quem

sabe por hipótese “contra-histórica” que assumo aqui, um engajamento profundo dos futuros chefes militares dentro de uma subjetividade produzida por técnicas biopolíticas – para usar Foucault de vez – que os ajustassem à nascente população republicana, enraizada na oligarquia, e a ideais de unidade do Brasil como nação, com valores e símbolos coesos, tudo isso lembro, inexistente até aquele momento histórico.

Ou seja, fora com a eclosão da Revolta da Vacina, essa “preocupante” revolta contra a saúde pública que deveria ser controlada sanitariamente pelo *poder de polícia* fardado, em que os pilares institucionais estruturalmente abalados, “passam a exigir” doravante – por meio de artífices alemães e franceses –, novos limiares de “ação pedagógica”, isto é, uma nova forma de discurso que conferisse legitimidade a formação escoradana profissionalização de corpos técnicos e apolíticos, por assim dizer.

Para usar uma figura de linguagem, observa-se aí, nesta passagem entre “ensinos”, que o amálgama que liga o republicanismo positivista com o profissionalismo franco-germânico posterior, marca uma coloração que, longe de assumir uma tênue passagem tonal como numa evolução em *degradê*, baseada no suposto progresso das ciências de ensino, traz à vista, no entanto, um desaparecimento expressivo do último tom, tornando, dessa forma, a próxima tonalidade, pós-1904, em tom profundamente distinto do anterior, contraditório até, a tendência estabelecida historicamente. Pensando ainda nessa passagem de “formas de ensino”, agora, com Foucault, no limite, teríamos uma assunção estratégica do Estado que se utiliza(ria) de novas técnicas de controle para operar um novo sistema político, o republicano em curso na modernidade iluminista, noutros termos, no interior da *história da governamentalidade* de Foucault.

Resumindo. O militarismo como prática naturalizada nas instituições de repressão, longe de representar uma dinâmica de profissionalização desses aparelhos, como se pretendeu no discurso, teve, de outro lado, o viés de conduzi-lo como tática de sujeição e controle social, tanto endogenamente para com seus membros, quanto exogenamente, espreado-se por todo o corpo social,

biopoliticamente falando, no melhor exemplo do *poder de polícia* sanitário da vacinação.

Simultaneamente, diante desse cenário e dando um salto histórico, é preciso escovar a contrapelo a história desse militarismo nas polícias do Brasil, pois, enganar-se-ia aquele que pensasse que o militarismo em nossas polícias, julgado esse quadro, estaria ligado a uma briosa ética das virtudes à la Esparta, a uma moral quixotesca do herói-guerreiro e, ao que mais visivelmente se percebe pelas fardas e petrechos, um útero aristocrático esculpido por espadas, patentes, insígnias e empolamentos rituais de toda sorte, cujo Caxias seria o arquétipo.

Por conseguinte, quero olhar essa passagem na “história do ensino militar” por meio de dois autores-guias, por assim dizer. O primeiro, o general-de-divisão Jehovah Motta, e seu clássico “formação do oficial do Exército”, e o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Leonardo Trevisan, e seu “Obsessões patrióticas”.

No que se refere a Foucault, faço uso de alguns cursos ministrados no *Collège de France*, sobretudo, “segurança, território e população” de 1978, mas não só, como aponta a bibliografia. A metodologia de leitura é estrutural, conforme a ordem das razões do texto foucaultiano. Deixo, ao final deste artigo, alguns pontos de suspeita ao próprio objetivo traçado, e aliás, qual seria ele: que o militarismo se encontra como estratégia de poder para controle da população, mais, sua normalização biopolítica. Contudo, torço minhas próprias hipóteses ao fim deste artigo, suspeitando por último da própria suspeita. Enfim, é bom seguirmos com essa discussão.

OS MILITARES E A VIDA PÚBLICA: UM PANORAMA GERAL DOS ANTECEDENTES E DA RUPTURA

O historiador da educação Francisco Larroyo diz que “a Revolução Francesa não foi somente uma revolução política; foi uma revolução social no mais amplo sentido do termo: afetou a vida religiosa, as instituições econômicas, os ideais da educação” (LARROYO, 1974, p.563), nada mais seguro, é certo. Ademais, junto com a Revolução Francesa nasce o conceito de *educação política*, onde, “é preciso que a vontade geral seja reta e para consegui-lo é necessária que seja esclarecida e instruída” (LARROYO, 1974, p.564), dizia o revolucionário Talleyrand, ou seja, é

nessa atmosfera iluminista que a educação ganhava sentido em fins do Século XVIII e inícios do XIX.

Por sua vez, a vida militar no Brasil até a primeira década do século XIX praticamente se confundia com toda e qualquer atividade política significativa, em outras palavras, tinham os militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército, uma profunda influência naquilo que poderia ser chamado atualmente de processo de tomada de decisão, ou coisa do gênero. Isso não era acaso, mas fruto de uma educação ampla, política certamente e que era dada aos oficiais, fundada na indistinção com o meio universitário civil. Tal constituição de “mentalidade”, olhada pelo retrovisor da história pelo general Jheovah Motta, segue ao juízo de uma Academia Militar, implantada em 1810, que nasceu paisana, aos moldes da vida universitária europeia.

Também de todo estranhos eram os dispositivos sobre o regime escolar contidos na Carta de 1810. Com a sua destinação, a Academia, necessariamente, tinha que ser um internato, sob severas normas de disciplina militar. Ela ia ser responsável por uma aprendizagem que não se reduz a “conhecimentos” ou a “destrezas”, pois que deve abarcar, também, o campo da “aprendizagem afetiva”, aquela que condiz com os “hábitos”, os “interesses” e as “atitudes” sem os quais não se faz um soldado, e que somente medram e se robustecem num ambiente de corpo de tropa. Ao contrário disso lhe foi dado regime de externato, amolentado por frouxas regras disciplinares, aquelas mesmas encontráveis em qualquer estabelecimento civil de ensino (...) o fato é que no Estatuto não se veem aquelas normas que constituem um código de disciplina próprio dos ambientes militares. Assim, a Academia nasceu com um aspecto muito pouco militarizado: nada sobre uniforme, nada sobre formaturas e sobre as práticas da vida de um quartel (MOTTA, 2001, p.32).

Não era nada estranho, portanto, a presença de um Euclides da Cunha como resultado dessa formação “civil”, tão presente na cultura e política do país. Não é estranho até falar de intervencionismo militar na vida civil que, certamente, coloriu por muito tempo a história brasileira de diferentes formas e com variações de intencionalidade distintas (política, literária e artística de um modo geral), o que não é, convenhamos em insistir, nenhuma novidade em termos de história, dado ao caldo de cultura iluminista. Com a guerra do Paraguai essa representação já existente da alta cultura nacional e da vanguarda política “vertera sobre a corporação, apesar das inquietações civis, uma auréola de prestígio, os militares cobertos de glória, de trabalhos e cicatrizes” (FAORO, 2001, p.532) demonstrando ao carcomido Império português, nos últimos respiros de monarquia, a “convicção de que os homens de

farda, só eles, eram puros, são patriotas, enquanto os civis, os casacas, não passavam de políticos podres, corruptos, aproveitadores da miséria do país” (FAORO, 2001, p.540). Daí, todo um cenário estratégico será arquitetado para isolar os militares da vida política, pois, conforme Faoro, “havia, na verdade, uma mudança de orientação, preocupada repressivamente em afastar os oficiais do intercâmbio político” (FAORO, 2001, p.543).

Tal desarticulação tem seu ápice nas reformas dos anos 30 do século XX, realizadas pelo marechal José Pessoa, na Escola Militar do Realengo. Lemos abaixo, palavras extraídas de seu Diário.

O que o exército procura formar são mentalidades uniformes, e não personalismos. Resta-nos, entretanto, a esperança de que a mentalidade e os métodos atuais operarão, certamente, novas e homogêneas gerações (...) não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país. (...) Ao assumir este comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos (CASTRO, 2012, p.119).

Antes, porém, das reformas do marechal José Pessoa que culminariam na criação da Academia Militar das Agulhas Negras, ocorrem, sistematicamente, mudanças graduais nas primeiras duas décadas do século XIX, de maneira que, se o marechal pode dizer em 1931, “Cadetes, vivamos, a partir desta data, a mentalidade de uma nova escola, da nova escola que vamos construir!” (CÂMARA, 2011, p.34), é porque um longo processo fora instaurado anteriormente. Lembro em contraponto que, durante todo o século XVII, em que pese precárias e claudicantes, houve forte intercâmbio quanto à formação de uma intelectualidade e, não é sem razão, que o alferes Tiradentes imbuído do iluminismo da elite mineira, participa ativamente da Inconfidência.

A história de nossa cultura científica, diz Fernando de Azevedo, pode-se dizer, pois, que teve suas origens na obra realizada pelo Marques de Pombal, na Universidade de Coimbra (...) colhendo, para a cultura moderna, uma plêiade de jovens brasileiros e treinando-os nos novos métodos de estudos e investigações (...) no Brasil, a teoria dos enciclopedistas, estimulada pelo exemplo recente da independência dos Estados Unidos (1776), havia exercido influência na Conjuração Mineira de 1789, que visava a emancipação nacional, sob um governo de forma republicana.

O “militarismo republicano”, como o designo aqui, anterior ao levante da Escola Militar em 1904 e, mais especificamente do hermetismo², historicamente – como grupo político-intelectual – se posicionou contra os interesses da monarquia, melhor até, colidiu frontalmente contra o Império, por exemplo, no movimento abolicionista em que se posicionara contra a perseguição aos escravos³.

Com efeito, se não podemos falar numa *unidade* do pensamento republicano no interior do Exército como um todo, é possível falar contudo, na maior expressão daquilo que ficou conhecido na história posteriormente como *florianismo*, mal-comparando, ao “militarismo republicano” aqui nomeado. Não se trata, porém, de uma ode ao vanguardismo fardado, pois, o “militarismo republicano” está visceralmente atrelado a circunstâncias de ocasião⁴ que relegavam ao Exército, estruturalmente, as maiores expressões do republicanismo como matriz de pensamento, um completo sucateamento de sua capacidade de mobilização combativa e alijamento de seus ícones do debate público, respectivamente.

Lembro como dado concreto, a profunda desmobilização⁵, que já vinha desde o fim da guerra do Paraguai e, talvez o pior fator agregado a ela, um profundo desprestígio vindo do Imperador ao pretender fazer da nascente Guarda Nacional um epíteto da novíssima aristocracia em armas brasileira, por meio de uma

²“Hermes da Fonseca pusera em cena uma força imprevisível, afastada do teatro das lutas políticas desde os tempos de Floriano Peixoto: o Exército. Dividido em duas facções, o Exército não era um corpo homogêneo. Enquanto um desses grupos, farto das disputas inter-oligárquicas, lutava por uma ação “moralizadora” para sanear a vida pública, a outra corrente propunha a abstenção em relação à política. Entre 1906 e 1912, várias turmas de oficiais foram enviadas à Alemanha para adestramento junto ao Exército daquele país. Conhecidos como Jovens Turcos (alusão aos oficiais de Mustafá Kemal), ao voltarem ao Brasil esses militares começaram a publicar, em 1913, a revista Defesa Nacional, onde faziam a apologia dos métodos utilizados pelo Exército alemão e criticavam a participação dos militares na vida política. Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo eram seus principais líderes”. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=652>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

³Conforme o Clube Militar em 1887, “o Exército declara que a perseguição aos escravos não será decorosa ou digna, cabendo tal tarefa à polícia” (Faoro, 2001, p.549).

⁴“No início do século XX, havia, entre a maioria dos oficiais do Exército, um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional”. In *Revista de Mestrado em História, Vassouras*, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./jun., 2011 *A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa*, de Fernando da Silva Rodrigues.

⁵“O carisma militar devia ser poupado para evitar que provocasse lealdades no povo ciosamente conservado no adormecimento. A medida prática para o objetivo seria a desmobilização, rapidamente empreendida, reduzidos os efetivos, de 100.000 durante a conflagração, a 19.000 em 1871, declinando orçamento (para 40% em 1850 e 34% em 1872). O expediente repressor acentuou a solidariedade interna do Exército e, ao bloquear a sua expansão e ascensão social, forçou-o a criar valores novos, estranhos ao contexto comum, reivindicatórios e críticos” (Faoro, 2001, p.540).

distribuição maciça de títulos. Toda essa confluência de ultrajes, somada a formação republicana, coincide-se entrechocando-se, dando emergência a uma reação, daí o reacionarismo esclarecido, de sobrevivência quase instintiva – sem o sacrifício da própria inteligência – que o Exército levou para o campo da luta política e ao debate cultural, ao qual, diga-se, esteve sempre umbilicalmente ligado. Leva-se ao debate, portanto, os valores de um governo republicano tutelado pela ciência (positivismo) combinado com um afastamento expressivo dos *valores* de nobreza luso-europeia e uma recusa das oligarquias bem como do patrimonialismo latifundiário. Sim, esse é a matriz fundamental do pensamento militar brasileiro. Sigamos.

O CURRÍCULO DAS ESCOLAS: REPÚBLICA E POSITIVISMO

Com a chegada da família real em 1808 ao Brasil, uma constatação deu-se por evidente, a saber, de que as forças militares aqui presentes eram extremamente frágeis e “os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjunto próprios dos organismos militares evoluídos” (MOTTA apud LIMA, 2001, p.40). Em decorrência da forte competição com colônias espanholas vizinhas, Portugal viu-se enredado na tarefa de criar um exército que fizesse frente aos desafios prementes da época em ebulição mercantil. Dessa forma, coube a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a cabeça mais lúcida, o braço mais enérgico dentre aqueles que cercavam D. João VI (MOTTA, 2001), a tarefa de organizar o exército. Nas palavras de Jehovah Motta:

Ora, entendia D. Rodrigo que um exército vale o que valem os seus oficiais, os seus comandantes. Homem autoritário, acreditando nas lideranças esclarecidas como sendo o segredo e a chave das ações coletivas, a formação profissional do quadro de oficiais afigurava-se-lhe peça básica da estrutura militar a ser montada. Daí a importância que deu a Real Academia Militar, para ele o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o exército e dar-lhe disciplina e instrução (MOTTA, 2001,p.17).

Motta salienta ainda que de Portugal vinham influências contrárias a criação da Real Academia, sobretudo porque para o partido português, os brasileiros, para se doutorarem, deveriam continuar atravessando o Atlântico. Além dessa resistência

que se impunha sob a pecha de um *purismo* português, há que se falar também naquilo que Trevisan cunhou como “ambiente hermético”, ou seja, o ambiente imposto pelos soldados da Companhia de Jesus desde os primeiros tempos da colonização que frustrava qualquer expectativa de um ensino militar consistente no Brasil (TREVISAN, 2011), de sorte que a prioridade era ensinar as “coisas da fé” em detrimento das “coisas da guerra”. Trevisan nos lembra, porém, que é fato, desde 1698, experiências de ensino militar naquilo que consistiu sobre o “Uso e Manejo de Artilharia” ministradas aos Condestáveis, os que tinham o encargo, nos navios e fortalezas, de arrumar os cartuchos e balas segundo o calibre, e Artilheiros da praça do Rio de Janeiro (TREVISAN, 2011). Braga refere-se ainda a data de 1699, quando da experiência de ensino por meio de um Curso de Artilharia, diz também que, já em 1793, a Casa do Trem (local de funcionamento da futura Real Academia) abrigava praças e oficiais das quatro armas (BRAGA, 2011, p.13).

É preciso pormenorizar a ausência de sistematicidade do ensino militar no Brasil com a ideia de que, de uma forma ou de outra, aulas esparsas eram ministradas, especialmente, de artilharia e seu manejo, uma vez que dentre essas *a-sistemáticas*, podemos falar mesmo da criação da “Academia Militar do Recife”, em 1788, onde se ensinava matemática de Belidor e de Bézout. Ainda:

Era destinada a militares ou “paisanos”, mediante petição, se aprovados em exame o qual confirmasse “se acharem previamente exercitados e expeditos na prática das quatro regras fundamentais da Aritmética”. Em 1795, foi acrescentada a “aula de geometria e, em 1809, a de Cálculo Integral, Mecânica e hidrodinâmica”. Os esforços pernambucanos para ensinar as “coisas da guerra” ainda no período colonial duraram até 1812 (TREVISAN, 2011, p.16).

Ressalvadas essas experiências remotas de formação militar somadas ao hermetismo católico no ensino, a empreita de D. Rodrigo torna-se uma missão hercúlea, mais, um trabalho “apesar de toda a resistência” como explicita Damásio (MOTTA apud DAMÁSIO, 2001). Mas, conforme Motta:

O fato é que a vontade de D. Rodrigo acabou vencendo todos os obstáculos e, aprovado o Estatuto em 4 de dezembro de 1810, já a 23 de abril de 1811 eram ministradas as primeiras aulas. O Brasil tinha então quatro milhões de habitantes. O efetivo das forças militares sediadas na Colônia podia ser calculado em quatro mil homens. Estávamos a doze anos da proclamação da independência (MOTTA, 2001, p.17).

A ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Os oficiais do fim do Império brasileiro eram formados na Escola Militar da Praia Vermelha, que era oriunda da antiga Academia Real Militar de 1810. A Escola Militar, por sua vez, dividiu-se posteriormente com o ensino de Engenharia Civil na histórica Escola Central, futura Escola Politécnica.

O historiador Boris Fausto (1994) pensa que essa separação com a engenharia foi mais formal do que real, uma vez que, com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta, passou a ser um grande centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras, em detrimento, dizia-se, das disciplinas propriamente militares, daí a constatação do general Jehovah Motta linhas atrás.

Neste instante é oportuno um breve parêntesis sobre a Escola Militar da Praia Vermelha.

Com efeito, tratava-se essa Escola de um verdadeiro centro de excelência do pensamento brasileiro, pois, para se ter noção, basta lembrar o número de revistas científicas produzidas na Escola, entre elas, a Revista Fênix, que explorava desde as “ciências em geral”, passando pela “poesia científica”, até a “estética”, também, a Revista “Clube Acadêmico” que trabalhava academicamente, desde o pensamento filosófico de Leibnitz até a “evolução do cosmo”, além de debates sobre a “paz universal” em Kant. Cabe dizer, nesse mesmo parêntesis, que, em tempos de grande anseio por interdisciplinaridade nas escolas, em qualquer nível, a Escola Militar, àquela época, já seria um bom exemplo aplicado dessa prática pedagógica, mais ainda, nas palavras do mesmo Boris Fausto, o que verdadeiramente se produzia eram “bacharéis fardados”, intelectuais de toda sorte, pensadores que forjaram associados a outras forças sociais a própria República brasileira.

No que se refere a Marinha, trazendo para cá o pensamento de um oficial da época que dizia que “A Escola Naval era uma paráfrase da Escola Politécnica”, Fausto (1994) ainda lembra que, na Escola Naval, o aprofundamento teórico era excessivo a tal ponto que fez com que muitos alunos de lá saíssem sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo.

Guardados os excessos dessa formação – da qual não faço culto nostálgico –, aparando ainda qualquer apologética que pode se depreender aqui, com efeito, não quero fazer um simples salve a esse período da história do Exército brasileiro, transformando-o, numa idade áurea cujas raízes seria preciso recuperar com a formação policial-militar atual, contrastando-o assim, por pura oposição, ao militarismo atual. Para ser (mais) franco, sequer sei até que ponto se pode usar esse termo “militarismo” no atual cenário com alguma propriedade singular ou axiológica, dado aos cortes, matizes e entorses locais que eventualmente sofreram, e continuam sofrendo, nas instituições que o operam, o que recomendaria falar-se em *militarismos*.

Mas reitero que, mesmo diante dessa dificuldade, não se perde a análise do engendramento de formação observado na Escola Militar em relação às formações que se seguiram com o advento do hermismo, no que se refere, especialmente, à representação de projetos de poder profundamente paradoxais com aqueles de Constant, o totem positivista, conforme nossa hipótese lançada na introdução. Portanto, longe de um saudosismo de retorno ao *eldorado*, não se trata esta empreita de uma aventura de resgate, que soa, *repito*, nostálgica para não dizer romântica, pensando agora no *Sertões* de nosso ilustre representante, oficial de artilharia, Euclides da Cunha. O que se pretende, todavia, é fazer enxergar um *sutil mecanismo*, uma engrenagem colocada em movimento para o advento da *sociedade de controle* nascente, e que, na Europa, bem antes (séc. XVIII) se havia articulado numa teia de multiplicidades instrumentais, ou melhor, de forças institucionais que buscavam, *repito*, o controle ao buscar *gerir* a sociedade como um todo e, dessa forma, *gerindo* a própria vida da população, biopoliticamente.

Com efeito, o que quero aduzir e marcar com essa desarticulação do pensamento intelectual forjado no Exército na formação levada a termo por Benjamim Constant, por meio da hoje, exagero, “anatemizada”, Escola da Praia Vermelha (aquela de “quadros políticos de altíssimo gabarito” que pensava os rumos da nação num projeto aberto de inserção profunda da democracia e do republicanismo) é um reordenamento de poderes pensado estrategicamente por uma ordem da então fisiocracia mercantil europeia, mais ainda, um reagrupamento dessas

macroagências de ordenamento econômico, de um verdadeiro reacoplamento de forças de mando social que, noutra extremo da proposta do soldado-cidadão, ou de um oficial intelectual, pretendeu, logrando êxito, desarticular esse movimento que, insistindo na imagem, para se ter ideia lutou com sucesso pela República no Brasil em 1889.

Assim, com tal desarticulação, espriar-se-ia na sociedade um profundo alheamento político em benefício do estatizante, ou seja, traduzindo em termos frankfurtianos, uma “alienação instrumental tecnicista”, uma era do fetiche técnico-profissionalizante em larguíssima escala por toda a sociedade, e que, não sem motivos, povoaria todo o corpo social no limite das subjetividades com uma ordem policialesca de controle internalizada na própria consciência individual, com uma sutil e contínua mudança que se operava, através de uma passagem da soberania monárquica para um governo sobre homens vivos, usando aqui (novamente) uma linguagem de Foucault.

Por mais conspiratório que os dois últimos parágrafos anteriores possam soar, o que estou querendo afirmar, aqui neste artigo, é que a formação do militar que fora obliterada por essa *arte de governar* nascente no Brasil em resposta ao advento da República – para nos apropriar agora definitivamente do arcabouço temático foucaultiano – coincidiu com um “reajuste de agenciamentos de poder”, principalmente o oligárquico, e transnacional tanto da fisiocracia europeia quanto do mercantilismo de balança comercial, cujos interesses eram puramente econômicos e, leia-se exatamente, modulado tal interesse econômico ao intento tático de liquidar movimentos de consciência treinada filosoficamente de qualquer estrutura organizada, sobremaneira, uma terrível ameaça como poderia ser uma tropa em armas criticamente orientada para a política e intelectualmente forte.

Na verdade, a figura desse soldado-cidadão que participava da vida política da *polis* emergia, com essa desarticulação, em benefício de uma consciência organizacional de centralidade de cúpula nas Forças Armadas, de Comando, que, num discurso de fachada, supostamente afastava-se de uma “caricatura do oficial político que corroía os ‘verdadeiros fins’ das forças armadas”, para, doravante, em prol de uma “profissionalização técnica” submeter, quadricular a vida, clivar o corpo

num conjunto de mecanismos disciplinares e protocolos rituais que “encarceravam” esse novo sujeito político despolitizado e, individualizando-o, encarcerava-o num “fazer-esquecer” de seu antigo hábito político de questionamento e participação na democracia livre. Pode-se dizer, inclusive, que esse processo descrito no último parágrafo foi feito à saciedade que já em 1920 regularmente (RDE) se proíbe no Exército a participação política em manifestações coletivas.

Por conseguinte, para não perder o prumo da exposição levada a cabo neste artigo, bom que se entenda que o apresentado até aqui diz que essa passagem entre formações do militar brasileiro teve nuances muito mais profundas do que aquelas que dividiram tarimbeiros e bacharéis, mais ainda, que a história oficial, num golpe, cristalizou como superação organizacional de um estado menos evoluído, bacharéis, para um estado de desenvolvimento organizacional numa esteira de progresso, com os técnicos e que, ainda, paralelamente, cauteriza no imaginário popular, aquilo que alguma crítica literária, nos famosos personagens de Lima Barreto, “forjou”, ao interpretá-los. Daí, eternizar o bacharelismo sob a forma de diletantismo vaidoso dos homens de farda, grosso modo, traduzindo, no limite, como mero vagabundeio de homens que não contribuía com seus “ofícios” para o futuro do país, daqueles que, ao invés de pensar a estratégia da guerra, ficavam filosofando. Pronto, todas as justificações estavam construídas para o desterro do pensador, agora, profissional competente.

Usei algumas noções que não foram explicadas, de sorte que é justamente nesse ponto de atar pontas soltas que quero continuar, a saber, nessa dicotomia (tarimbeiros X bacharéis), que culminou no desfacelamento da formação pré-1904, gerando, após a Revolta da Vacina, sim, na “insuspeita” Revolta da Vacina, um grande redirecionamento da formação nas Forças Armadas, e que, incontinenti, trouxe às polícias o modelo de militarismo que fora empregado, não sem alguns desdobramentos, é claro, nas escolas de formação policial-militar, sobretudo na Força Pública paulista.

A FORMAÇÃO CONSTANTINIANA E O INÍCIO DA DESARTICULAÇÃO

Duas histórias sintomáticas ilustram o cenário dicotômico, aludido acima, que quero desenhar para encerrar este tópico da exposição. A primeira delas, a saber, que na condição de aluno da Escola Militar, durante uma revista à tropa, Euclides da Cunha atirou sua espada aos pés do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, em flagrante manifestação pela República, então sufocada pela monarquia sôfrega. “Impactada” com o grau de intensidade da manifestação, buscou a Escola atribuir àquele ato de legítimo ardor político à “*fadiga por excesso de estudo*”, dessa forma, acobertando o manifestante. Entretanto, o jovem Euclides negou-se a aceitar a defesa formal da Escola e, sem pestanejar, reiterou suas convicções republicanas, e é preciso dizer por fim, que fora excluído posteriormente.

A segunda história nos é narrada pela verve de Nelson Rodrigues (2012, p.45) e o excerto que nos ajuda aqui, versa sobre uma discussão real ocorrida nos princípios da República entre o Senador gaúcho Pinheiro Machado (que interrompera seu curso na Escola Militar para lutar na Guerra do Paraguai e posteriormente cursou direito na USP) e o nosso maior intelectual à época, Rui Barbosa. Vejamos:

E já me ocorre um incidente parlamentar que ouvi contar na minha infância. Era no velho Senado. Pinheiro Machado está na tribuna. Fala, fala com a nobre insolência gaúcha. Mais adiante está Rui Barbosa, “o maior dos brasileiros vivos”. De repente Pinheiro Machado diz: — “Se eu me manter”. Rui cortou, com triunfante crueldade: — “Decerto Vossa Excelência quer dizer ‘mantiver’.” A Lambada doeu na carne e no brio do caudilho. Vacila ou nem isso; deu a resposta fulminante: — Vossa Excelência pode-me corrigir; e é bom que o faça. Pois, enquanto Vossa Excelência aprendia a falar certo e bonito, eu matava e morria na Guerra do Paraguai”. [grifos nosso].

Essas duas histórias apontam “discretamente” para uma dicotomia profunda entre a camada intelectual engajada politicamente, imbuída à própria pele na ação republicana como vimos no *insurreto* Euclides da Cunha, e outra, representada na figura de Pinheiro Machado que, em que pese não ser um tarimbeiro de fato, representa o caldo constitutivo de um conjunto de oficiais, que, embora distantes de afinidades intelectuais ou teoréticas, pode-se dizer, uniam-se por um fenômeno que dava passos fortes e jamais, a partir de seu alvorecer, desprender-se-ia da cultura

organizacional do universo militar, isto é, a formação do *espírito de corpo*, de maneira que, foram os tarimbeiros – então experimentados por experiências comuns na guerra – a fortalecer essa noção nascente.

Pode-se dizer, com efeito, que, se a união dos bacharéis se dava num plano intelectual, a dos tarimbeiros eram cultivadas na experiência em comum vinda da crueza na guerra do Paraguai. Não que os bacharéis não tivessem lutado na Guerra, a questão que subsistia, no entanto, é que para os tarimbeiros a guerra era um elemento de agregação de valor, de valorização e enlevo de um caráter guerreiro que condicionava o espírito à terra amada, a um “abstracionismo de matriz moralizante”, ademais, representava, como podemos ver em Pinheiro Machado, um argumento em qualquer discussão, no mais das vezes, operador psicológico de legitimidade vocacional, quem sabe até, uma espécie de *salvo-conduto* da honra.

Diferentemente, para os bacharéis, a guerra estava encerrada num jogo tacanho de vontades escusas, cujo sangue derramado, ainda que do inimigo, não custeava um alardeado acréscimo de honra, como o era para os tarimbeiros. Do contrário, deflagrava uma espécie de aporia do pensamento sobre a natureza humana vinda de uma possível incapacidade estruturante do homem para a paz, e da qual pretendia se livrar com o auxílio da razão, tudo isso, catequismo positivista. Em outras palavras, uma incapacidade colorida *hobbesianamente* que se buscava escapar, primitiva, sádica e animalesca, assim sendo, motivo não de orgulho, mas de desapeço. Em suma, uma ferida cuja prevenção valia bem mais que sua extensão e profundidade.

Teoricamente, o que se inicia com esse processo, tanto de um lado quanto de outro, em diferentes graus, com o advento desse *espírito de corpo*, é aquilo que Goffman nomeou como “instituições totais”, ou seja, essa *panoptização* da vida conforme o estatuto experiencial dos *membros-em-comum*, analogamente, aos laços manicomiais em confinamento entre débeis mentais (pessoas acometidas de sofrimento psíquico) e nos conventos entre religiosos em submissão absoluta, todas as ligações beiram a uma mística de uma transcendência que escapa à linguagem e reside *catastrofizada* numa experiência partilhada somente entre os submetidos, ainda e somado a isso, onde qualquer espaço de liberdade mantém-se preso a um estado

constante de vigilância e controle ininterruptos, multilaterais e incansáveis, no que conhecemos de melhor exemplo, a distopia no famoso livro de George Orwell, 1984.

Discutida a dicotomia que colapsa a desagregação dessa formação militar “constantiniana” – batizemo-la finalmente agora –, é hora de chegar ao ponto culminante de inflexão, a saber, a *Revolta da Vacina*, cujo ideário e desdobramento serão discutidos no próximo tópico.

O IDEÁRIO REPUBLICANO NA REVOLTA DA ESCOLA E A DESARTICULAÇÃO FINAL DA FORMAÇÃO REPUBLICANA (CONSTANTINIANA)

Para entender, porém, o que está por trás da Revolta da Vacina, esse momento histórico brasileiro que corre em paralelo à Revolta que queremos, de fato, investigar com alguma detença, a saber, a *Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha* em 1904, é preciso situar a primeira Revolta, isto é, a da Vacina, num cenário que nos permita traçar as devidas análises em perspectiva com a *Revolta da Escola*.

Por conseguinte, para que a visada em perspectiva tenha êxito, é preciso fazer um recuo, aliás, um *marcar-passo* para orientações em curso da marcha que se seguirá depois, marcha que nos imporá esse desvio necessário por sendas aparentemente distantes com o cerne da questão para o tópico, ou seja, a *formação* e a *dissolução* do militarismo constantiniano.

UM RECUO METODOLÓGICO: BIOPOLÍTICA E NORMALIZAÇÃO SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

Sugeri linhas atrás que o processo de desarticulação da formação militar ampla, filosófico-científica e política do oficial, correspondendo àquilo que batizei de formação constantiniana, deu-se por meio de uma *série* de intencionalidades macroeconômicas que tinham sua origem na fisiocracia e no mercantilismo de balança, e nesta análise, sigo Foucault.

Sinto dizer que, dada à urgência da discussão, não será possível desencadear uma investigação de *como* esses dois processos laterais (fisiocracia e balança

comercial) da ordem do Estado puderam, na Europa, promover todo um conjunto de alterações na forma de conduzir as nações naquilo que Foucault nomeou como uma passagem entre o *poder soberano sobre o território* para o *governo político sobre a população*.

Por conseguinte, é *nessa* tênue e insuspeita passagem, demanda de articulações em torno de uma mudança do estatuto político das *monarquias absolutas* para as *aristodemocráticas*, que tal maquinaria fora trabalhada, dentre outras, por uma grande “tecnologia política”, a saber, a Polícia, daí, a necessidade desta ser militarizada.

Com efeito, sem querer antecipar demais, irei falar adiante de como o *Estado Policial* fora pensado para proceder essa transição de *domínios de poder* baseando-se no ensino e como ela, a polícia, atravessou toda a população, primeiro, através de *mecanismos disciplinares*, depois com *dispositivos de segurança*, todos eles intensificando *práticas de si* forjando maneiras de viver e, no mais das vezes, transformando a própria vida num real jogo de poder, mas estou me adiantando demais para o momento.

Por ora, o que quero falar situa-se acerca daquilo que Foucault chamou de “*técnicas de normalização*”, especificamente, para reforçar a ideia de que a desarticulação da formação constantiniana e o advento do “*militarismo fabril*” postulado como “*progresso técnico*” estão umbilicalmente associados a uma *história da governamentalidade* que a anima, sim, a uma nuance de interesses, cuja tática performativa serve de estratégia quase *demiúrgica* para acomodar novas “produções de verdade” exigindo, assim, a alteração dos regimes de atuação política na sociedade, como também e conseqüentemente um redirecionamento da lógica operativa de ação política no interior das instituições de controle social, sobretudo nas Forças Armadas à época.

Como precaução, mais uma vez, o que insisto chamar à visão neste recuo, é o descolamento de intenções que ocorre nessa *passagem* de um modelo para o outro de *militarismos* nas Forças Armadas, onde o segundo momento constitui a apropriação que será transplantada para as polícias posteriormente, *ou melhor*, de entender como ocorre essa *tradução* de poderes do mundo político-econômico para uma

intencionalidade que a provoca, isto é, de *como* torna-se *acontecimento* nesse intercurso de formações, momento em que se altera a frequência que modula o desejo de pertença institucional dos militares e que força a produção de um regime de verdade até então inexistente, que “sub-repticiamente” se amalgama com as Forças Armadas, consolidando, dessa forma, uma específica maneira de comportamento no oficialato, produto esse, por sua vez, de uma formação que encontra num arcabouço de *tradições inventadas*, num conjunto ritual, protocolar, de um veio aristocrata de berço, estético e entre outras maneiras, sua própria condição de origem e de autoentendimento profissional, de uma relação firme de *autorreconhecimento* de si para si com uma *verdade-ideal* que alimenta seu caráter, uma verdadeira *forja* no sentido próprio da palavra, que vem viabilizar sua crença firme a uma ancestralidade cultuada em forma de “*espírito militar*”, leia-se, embotamento, engodo, fraude.

Vê-se, *grosso modo*, que o militarismo nascente tem um contorno quase místico para seus pertencentes. Sem desdobrar por essas sendas, creio, por ora, que todo esse processo de embotamento da *consciência crítica* e aliciamento para uma *consciência mágica* será convocado a falar quando cito as tradições inventadas pelo marechal José Pessoa.

Com efeito, o recuo que quero concluir, sem saber como nessa altura, está ligado a como esse processo intencional (político-econômico decerto) de *passagens* entre formações venha nos parecer plausivelmente coerente ao que temos lançado por hipótese desde a introdução. Para isso, quero pensar com Foucault naquilo que posteriormente veio chamar-se de “*história da governamentalidade*”, como já dissemos aqui (e veremos mais à frente esse contexto com mais cuidado) e, a certa altura, quando Foucault no interior de um desdobramento analítico dá o nome de “*variolização*”, sim, você leu corretamente, *va-ri-o-li-za-ção*, carregada naquilo que chamou de “*técnica de normalização*”, que (também) fora levantada anteriormente acima...

Ora, perceba que de relance pode-se ver sorrateiramente uma tênue ligação com a história da *Revolta da Vacina* ou seria então mera coincidência acidental?

Sem rodeios, vamos a um texto de Foucault:

Ora, o que havia de notável na variolização, mais na variolização e de uma maneira mais clara do que na vacinação, era que a variolização não procurava tanto impedir a varíola quanto, ao contrário, provocar nos indivíduos que eram inoculados algo que era a própria varíola, mas em condições tais que a anulação podia se produzir no momento mesmo dessa vacinação, que não resultava numa doença total e completa, e era se apoiando nessa espécie de primeira pequena doença artificialmente inoculada que se podiam prevenir os outros eventuais ataques da varíola (FOUCAULT, 2009, p.78).

Na mesma página Foucault arremata dizendo que:

Temos aqui, tipicamente, um mecanismo de segurança que possui a mesma morfologia que observamos (...) ora, creio que através dessa prática tipicamente de segurança vemos esboçar-se um certo número de elementos que são importantíssimos para a posterior extensão dos dispositivos de segurança em geral (...) o dispositivo de variolização-vacinação vai consistir em quê? Não, em absoluto, em fazer essa entre doentes e não-doentes. Vai consistir em levar em conta o conjunto sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes, isto é, em outras palavras, a população, e em ver nessa população qual o coeficiente de morbidade provável, isto é, o que normalmente é esperado, em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada à doença, nessa população (FOUCAULT, 2009, p.78).

Por conseguinte, o que quero suscitar com essas passagens um tanto sibilinas em Foucault – somadas pela minha inépcia mental em traduzi-las à altura de uma fácil compreensão –, é que inexoravelmente no início do século XIX estava em curso no Brasil *exatamente* o fenômeno diagnosticado pelo próprio Foucault (linhas acima), isto é, a transformação, ou o privilégio, que uma *arte do governo* baseada em múltiplos saberes, como a *estatística* e a *saúde pública* associadas à instrumentalização da vida. Pois, conseguiam projetar na massa, outrora *pastoreada* pela Igreja e caso a caso pelo Imperador, coações, ou melhor, intervenções na maneira de viver da população, transformadas agora, em vidas como meros índices em gráficos, mais apropriadamente na linguagem de Foucault, sutis *curvas de normalidade* num cálculo preciso que, ao invés de tratar o sujeito na sua especificidade e, até mesmo, na sua dignidade, coligava-o a um corpo previamente distribuído, contabilizado e controlado num território, onde o que importava, não era a saúde do sujeito, mas o controle de uma curva diferencial entre o que seria a normalidade padrão entre mortos e sobreviventes durante uma epidemia, por exemplo.

Portanto, um governo digno dessa *arte* não poderia mais pastorear seus súditos tal qual se exigiria num reino, agora os governaria por múltiplas *seriações de controle*, numa produção intensa de normalidades, de *curvas de plausibilidade*, pois não interessa se o *sujeito de nome próprio* morre ou não, trata-se de saber se ele estava dentro do cálculo estatístico mensurável que tolerava sua morte num quadro padrão de mortalidade.

Nota-se, até com certa obviedade, que um governo não poderá trabalhar de forma alguma com sujeitos nos parâmetros de conformidade a uma República, esta, também digna desse nome: com instituições cozinhadas na cultura do debate livre. Para sermos mais precisos então, não poderá tolerar agenciamentos coletivos que estejam fora, ou à margem, (*desterritorializado*, diria Deleuze) de um controle que opera *sobre* a vida ou *sobre* o significado acerca dela, de sorte que, fica a pergunta que termina este brevíssimo recuo e abre uma inquietação, que tentarei suprimir ao final deste texto: como poderia então suportar o governo tal agenciamento se sua ausência é a condição de sua plena implementação? Como tolerar, ainda, se o aparelho rebelde era justamente aquele responsável em promover partes desse assujeitamento social, seja através da manutenção da defesa da soberania nacional (Forças Armadas), seja da ordem interna (polícias)?

O LEVANTE E A QUEDA

Agora, poderemos voltar a “*Revolta da Escola*”. Castro nos diz que “em 1904, no contexto da revolta popular que eclodira poucos dias antes no Rio de Janeiro em oposição à Lei de Vacinação Obrigatória contra a Varíola (...), um grupo de jovens oficiais do Exército (...) protagonizou uma tentativa de golpe de Estado” (2012, p.29).

A motivação dessa tentativa de golpe vem sendo pintada neste texto já a algumas linhas atrás, uma vez que nessa ocasião histórica, definitivamente, ganha correspondência fática, real, onde o movimento conhecido como a “*Revolta da Escola Militar*” tinha na figura de seu líder intelectual, o tenente-coronel licenciado para o Senado da República Lauro Sodré⁶, constantiniano convicto, o ideal representativo

⁶ Vale lembrar também que Lauro Sodré era líder do Partido Republicano Federal.

do republicanismo brasileiro, que, naquela altura, isto é, há menos de 15 anos da Proclamação, encontrava-se (o republicanismo) como projeto nacional completamente em frangalhos, sufocado por uma política em ascensão no Brasil, ou seja, a política nacional oligárquica, que também já suscitamos anteriormente.

Salienta-se ainda que o próprio antropólogo Celso Castro, afirma que a Lei da Vacinação obrigatória contra a Varíola era o “*pretexto que faltava*” para o levante insurgir-se. Ainda mais, se considerarmos a *normalização* foucaultiana, no processo *variolização-vacinação*, como “dispositivo de segurança” numa “arte de governar” a serviço do Império.

Com efeito, pode-se entender o levante da Escola absorvendo os efeitos dessa “política de governo” irradiando, dessa forma, um *contramovimento* resistente. Ademais, vale o tom de cautela em dizer que não quero aqui dar a Lauro Sodré – e outras lideranças do movimento – a antevisão de um processo obsequioso, e quase silente, como o foi essa transição de passagens de ensino e, sobretudo, o assalto às instituições e as subjetividades pela República nascente. Vale lembrar ainda que, era nesse cenário biopolítico, o solo perfeito para a ditadura varguista, aliás, mentora, através do então coronel José Pessoa, da AMAN aos moldes que a conhecemos hoje, altamente profissionalizante.

Com efeito, o que pretendo aqui, todavia, é instaurar uma espécie de “quadro sintomático” tornando possível ler o nascimento dessa Revolta como ocorrida, gestada, a partir dos militares republicanos, melhor até, como signo e resistência que tem origem numa formação intelectual constantiniana, sobretudo, em prol dos ideais republicanos, em que pese o fato, a ser ressaltado também, que qualquer luta “político-partidária”, especialmente no cenário estudado, está enredada a disputas pessoais por espaços de poder, o que bem poderia, possivelmente, ser o caso de qualquer um dos *idealistas*.

Mas vejamos a seguinte passagem que esclarece os interesses envolvidos.

O levante da Escola Militar teve na revolta popular contra a vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos. Mas havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura-chave para sua eclosão, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamento por parte daqueles políticos que não tinham

acesso direto ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representava uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intraelites (CASTRO, 2010, p.48).

Vê-se que a Revolta da Vacina é mero pretexto, para que fosse deflagrado os anseios políticos de amplo setor da Escola Militar.

Em 5 de novembro foi fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, sob a presidência de Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias (...). O Apostolado Positivista também se manifestou fortemente contrário à lei (...). No dia 10 de novembro, discursando no Senado, Lauro Sodré justificava “a campanha de resistência à lei arbitrária, iníqua, absurda, monstruosa” (CASTRO, 2010, p.35).

Nas palavras do próprio Lauro Sodré, discursando no Senado:

Não vejo nessa lei senão o abastardamento do regime republicano convertido nesse produto teratológico que aí está, regime da liberdade em que imperam os tiranos; regime da igualdade em que predominam os mais odiosos preconceitos, convertendo muitos dos nossos estados em propriedades de famílias dinásticas quase fora do Direito Penal (...) (CASTRO apud LOBATO FILHO, 2010, p.35).

Tínhamos, portanto, na Revolta da Vacina um engendramento político muito mais profundo, ligado à ideia de refundação da República, arrisco aqui, centrada em princípios positivistas e iluministas. Havia, com efeito, clara oposição à política dos governadores, a conhecida política oligárquica do início do século XX que, aliás, prevalece ao movimento, se estendendo até Vargas, considerando dois pontos para tal: o sufocamento do movimento e, nossa tese aqui, a mudança de concepção de ensino militar, com os *joventes turcos* e as maciças missões francesas. Sintoma maior foi o choque de dois generais nesta Revolta, “Travassos e Costallat – um revolucionário, o outro legalista. O primeiro foi morto desafiando o governo vigente; o segundo, processado (e finalmente absolvido)” (CASTRO, 2010, p.48).

DA FORMAÇÃO REPUBLICANA À FORMAÇÃO FABRIL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início das reformas o ensino militar então voltado para o desenvolvimento da construção do pensamento volta-se para o ensino em massa, para a educação dos corpos de tropa, com coordenação motora fina, elevada precisão

nos procedimentos técnicos que se funda na manualística. Saem de cena, os Sodrés, os Euclides, para o advento dos tecnocratas, curiosamente e por ironia, para suplantar o positivismo. Grosso modo, da ética à estatística.

Espero que as indicações históricas contidas aqui não sejam curiosidades de antiquário, ou que as análises em Foucault, estejam orientadas ideologicamente. Quero deixar, por fim, um último ponto de torção, dentre as inúmeras idas e vindas feitas até agora, a de que Foucault pode não ter razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 - 1964): declínio ou permanência?. **Revista Esboços**, Santa Catarina, n. 20, v.15, p.245-273, 2008.

BRAGA, Gustavo Lisboa. **Da casa do trem à AMAN**. Rio de Janeiro: Bibliex. 2011.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: o ideal do Cadete de Caxias. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 147, p.33-53, 2011.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 1985.

_____. **A arqueologia do saber**. Ed. Forense Universitária - RJ, 1987.

_____. **As palavras e as coisas**. Ed. Martins Fontes - SP, 1992.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Jorge Zahar - RJ, 1994.

_____. **Resumo dos cursos de college de france 1970-1982**. Ed. Graal - RJ, 1994.

_____. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **A mulher e os rapazes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Ditos & escritos. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Vol. I. Ed. Forense Universitária - RJ, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Mestre Jou. 1974, Tomo II.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso**. Cuiabá: Iomat, 1985.

MOTTA, Jehovah. **A formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PÓVOAS, Lenine. **História da cultura matogrossense**. Cuiabá, 1982.

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: **a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa**. *Revista do Mestrado em História*, Vassouras, MG, n. 1, v.13 p. 31-52, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Nelson. **O óbvio ulutante: as primeiras confissões**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ofensiva reacionária**. São Paulo: Bertrand, 1992.

TREVISAN, Leonardo. **Obsessões patrióticas, origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

WEIGLEY, Russel F (Org.). **Novas dimensões da história militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. (v.19 e 20).

MODELO DE ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PROPOSIÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS PRODUZIDOS NA PMMT DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL - UM ESTUDO DE CASO

Sara Cristina da Silva Borges¹

RESUMO

Este trabalho analisa um projeto desenvolvido e executado pela Polícia Militar entre os anos de 2010 e 2012, revelando a inobservância dos princípios das boas práticas de governança organizacional nos projetos desenvolvidos e executados pela Instituição. Assim, propõe-se um modelo de gerenciamento baseado nas premissas do PMBOK de forma a atender aos princípios da governança organizacional, como forma de aumentar a transparência dos processos relacionados ao gerenciamento de projetos no âmbito da Instituição, atendendo aos princípios de boas práticas de governança. E, utilizou-se um procedimento metodológico comparativo, no contexto da pesquisa descritiva e exploratória. O campo de observação foi no contexto da Polícia Militar de Mato Grosso, tendo como referência um Projeto já desenvolvido, que serviu de aporte para a análise comparativa, em um estudo de caso, o que definiu o processo de investigação.

Palavras-chave: *Governança Organizacional – Gerenciamento de Projetos – PMBOK.*

ABSTRACT

This study analyzes a project developed and implemented by the State Military Police of Mato Grosso between the period of 2010 and 2012, revealing the failure to follow the principles of good organizational governance, developed and executed by this military institution. Thus, the aim of this study is to propose a management model based on the premisses of the PMBOK to reflect the principles of organizational governance, in order to increase transparency related to project management processes within the institution. Taking into account the principles of good practices in governance. The research design used was a comparative methodological procedure in the context of descriptive and exploratory research. The field of observation was the specific department that work on this matter in the State Police, with reference to a project already developed, which served as input for comparative analysis, which defined the research process in this case study.

Keywords: *Organizational Governance – Management Projects – PMBOK*

¹ Major da Polícia Militar de Mato Grosso; Bacharel em Segurança Pública e Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde; Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este trabalho originou-se de um estudo sobre como são desenvolvidos os projetos para captação de recursos, quais e como são realizadas as fases referentes aos processos de captação de recursos mediante celebração de convênios públicos e qual a relação com os princípios das boas práticas de Governança Organizacional no âmbito da Polícia Militar.

A celebração de convênios com a União se tornou uma importante fonte de recursos para a Polícia Militar. Fator que leva a convicção da necessidade de pensar um modelo para a elaboração e execução dos projetos desenvolvidos pela Polícia Militar de forma a atender aos princípios das boas práticas de governança organizacional e, conseqüentemente alcançar os resultados esperados pela Instituição.

O procedimento metodológico deste trabalho deu-se a partir da caracterização do tipo de Pesquisa que foi de natureza aplicada, descritiva e exploratória por utilizar conhecimentos produzidos e voltados para intervir na realidade, de natureza qualitativa por tratar de significação do fenômeno investigado, seus atos e práticas cotidianas.

O método de abordagem da pesquisa utilizado foi o indutivo, onde se pode conjecturar que a partir da análise do fenômeno seja possível ter-se uma visão de como o ambiente organizacional atua.

O método de procedimento foi o método comparativo, pois tratou de analisar as características de um modelo vigente, em que se propôs ter como parâmetros os itens propostos e os dados que devem ser utilizados como referências para análise da meta descrita pelo modelo. Teve como campo de observação os atributos e as instâncias do modelo proposto e os dados de um projeto analisado. Foi referenciado também o recurso de caixa morfológica devido a terem sido utilizados somente dados de maior importância para obter-se uma melhor análise comparativa.

1. MODELOS ORGANIZACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, visando sempre o bem comum (MAFRA FILHO, 2008).

A Administração Pública nada mais é do que a administração do Estado seja ela definida por meio de um conjunto órgãos e pessoas jurídicas de direito público, cuja função é exercer as atividades administrativas do Estado ou como as atividades administrativas propriamente ditas. O fato é que a mesma deva ser pautada sempre dentro dos preceitos legais, bem como, visando o bem e o interesse da coletividade.

1.1 MODELO BUROCRÁTICO

Mafra Filho (2008) conceitua o modelo burocrático como sendo a administração da coisa pública por funcionário que está sujeito a rotina inflexível, hierarquia e regulamentos rígidos. Além de possuir uma estrutura departamentalizada e complexa.

Bresser-Pereira (1998, p. 9) relata a motivação para a adoção do modelo organizacional burocrático no âmbito da Administração Pública:

A administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas, na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma. Com a emergência do capitalismo e da democracia, tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Começa a tomar forma assim a administração burocrática moderna, racional-legal (nos termos de Weber); surge a organização burocrática, baseada na centralização das decisões, na hierarquia traduzida no princípio da unidade de comando, na estrutura piramidal do poder, nas rotinas rígidas, no controle passo a passo dos processos administrativos, em uma burocracia estatal formada por administradores profissionais especialmente recrutados e treinados, que respondem de forma neutra aos políticos.

Contudo o foco na eficiência organizacional do modelo burocrático induz a obediência demasiada às prescrições formais das tarefas, ou seja, uma preocupação exagerada em 'como as coisas são feitas' e não necessariamente nos resultados.

1.2 MODELO GERENCIAL

Mafra Filho (2008, p. 105) conceitua Administração Pública gerencial da seguinte forma:

Administração Pública gerencial é aquela construída sobre bases que consideram o Estado uma grande empresa, cujos serviços são destinados aos seus clientes, outrora cidadãos; na eficiência dos serviços, na avaliação de desempenho e no controle de resultados, suas principais características. A Administração gerencial seria consequência dos avanços tecnológicos e da nova organização política e econômica mundial, para tornar o Estado capaz de competir com outros países.

Mafra Filho (2008, p. 105) os principais objetivos de um Estado marcado por uma Administração gerencial é atender exigências do mundo atual:

O Estado marcado com uma Administração gerencial é aquele que tem como objetivos principais atender as duas exigências do mundo atual: adaptar-se à revisão das formas de atuação do Estado, que são empreendidas nos cenários de cada país; e atender às exigências das democracias de massa contemporâneas. O pensamento favorável a este novo modelo resume-se em que o Estado burocrático não é mais capaz de atender às exigências democráticas do mundo atual.

Para o autor, apesar de essencialmente diferentes, a Administração Pública gerencial conservou alguns princípios do modelo burocrático, embora flexibilizados, principalmente no que se refere admissão de profissionais, como critérios rígidos de mérito, sistema estruturado de remuneração, carreiras, avaliação de desempenho e treinamento sistemático.

Bonezzi e Pedraça (2008) abordam os impactos da administração pública gerencial, principalmente no que se refere ao grau de *accountability* das instituições, termo que segundo os autores pode ser entendido como a responsabilidade ou intuito de prestar contas a sociedade, fase em que surgiu a ligação entre governança e governabilidade democrática. Um modelo de Estado gerencial deve-se reportar às boas práticas de governança cooperativa (MAR BOGONI *et al.*, 2010).

1.3 GOVERNANÇA PÚBLICA

Pereira-Bresser (2008) denomina 'governança pública' de 'modelo estrutural de gerência pública', para o autor tal modelo possui uma abordagem estrutural e

gerencial. Gerencial, pois torna os administradores públicos mais autônomos e mais responsáveis, e ainda reduz a diferença entre os mercados de trabalho público e privado; e é estrutural, por envolver importantes mudanças na estrutura do Estado, envolvendo outros atores sociais em auxílio ao governo na elaboração e implantação de políticas públicas.

Brugué e Vallès (2005) *apud* (SECCHI, 2009, p. 360) propõe que:

A governança não é mais baseada na autoridade central ou políticos eleitos (modelo da hierarquia) e nem passagem de responsabilidade para o setor privado (modelo mercado), mas sim regula e aloca recursos coletivos por meio de relação com a população e com outros níveis de governo.

Assim, o Estado não perde sua função de liderança no processo de gerir a coisa pública, apenas provoca e organiza o envolvimento de diferentes atores sociais na construção de políticas públicas.

No Brasil observam-se a partir da década de 90 dois momentos importantes de transformação na gestão pública. O primeiro refere-se à reforma administrativa com adoção do modelo organizacional gerencial. O segundo está relacionado ao processo de ajuste fiscal atribuído a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tem um papel fundamental para o equilíbrio e controle da Administração Pública.

A Lei Complementar nº 101 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal), de maio de 2000, apoia-se em quatro pilares: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade. Conforme estudando anteriormente, estes pilares são amplamente abordados nas doutrinas que tratam das boas práticas de governança aplicadas ao setor público. (MAR BOGONI *et al.* 2010).

A edição da LRF é uma demonstração da exigência do Estado para com seus administradores públicos, de que estes apliquem efetivamente as boas práticas de governança, principalmente no que se refere ao princípio da transparência e responsabilidade de prestação de contas a sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Para a compreensão das características de um projeto, é necessário que haja o entendimento de seu conceito. Para tanto, Vargas (2005, p. 7) estabelece a seguinte definição para projeto:

Projeto é um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma sequência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim, que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzido por pessoas dentro de parâmetros pré-definidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade.

De acordo com a definição apresentada, é possível concluir que a execução de um projeto está diretamente relacionada a um objetivo específico, cujo prazo e recursos são pré-estabelecidos, e que não se refira as atividades do cotidiano da organização.

As principais características dos projetos são a temporalidade, a individualidade, a partir dessas duas principais características, é possível descrever as demais: empreendimento não repetitivo, sequência clara e lógica de eventos, início, meio e fim, objetivo, claro e definido, ser conduzido por pessoas, utilizar recursos, ter parâmetros pré-definidos (VARGAS, 2005).

A boa execução de um projeto depende diretamente da observância das características deste, do envolvimento e comprometimento da equipe responsável por sua execução, por meio de um acompanhamento e controle adequado, ou seja, um bom gerenciamento.

3. PROJETO E PREMISSAS DO PMI (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE)

O Instituto de Gerenciamento de Projetos (*Project Management Institute* - PMI) é a uma associação para profissionais de gerenciamento de projetos, que tem por objetivo desenvolver documentos técnicos e guias de conhecimento na área de gerenciamento de projetos, por meio de projetos de pesquisa, simpósios e pesquisas (VALLE, 2007).

O PMI desenvolveu o Guia *Project Management Body of Knowledge* - PMBOK, cujo objetivo principal, de acordo com Valle (2007, p. 38), é “fornecer um conjunto de

conhecimentos em gerenciamento de projetos reconhecido internacionalmente e em diversas áreas específicas de trabalho”.

O Guia PMBOK em sua quarta edição traz a baila quarenta e dois processos organizados em cinco grupos, de modo que “fornece diretrizes para o gerenciamento de projetos individuais”, direcionando os trabalhos dos profissionais gerenciadores de projetos (PMI, 2008, s/p).

3.1 GRUPOS DE PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE ACORDO COM O GUIA PMBOK

Os processos de gerenciamento de projetos são agrupados em cinco categorias, denominados por grupos de processos de gerenciamento de projetos (ou grupos de processos) denominados como: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento (PMI, 2008):

Em que pese os grupos de processos sejam apresentados com interface bem definidas, não se trata de fases do gerenciamento de projetos, uma vez que na prática os mesmos se sobrepõem, podendo ocorrerem em mais de uma fase do ciclo de vida do projeto (PMI, 2008).

No grupo de processos de iniciação visa-se à definição de um novo projeto ou uma nova fase de um projeto já existente, definem-se: os recursos financeiros comprometidos, identificam-se as partes internas e externas interessadas e designa-se o gerente do projeto (PMI, 2008).

Tais informações são obtidas no termo de abertura do projeto e no registro das partes interessadas. O projeto somente se torna oficialmente autorizado, após a aprovação do termo de abertura do projeto.

A aplicação dos processos de iniciação em cada fase do projeto auxilia na manutenção do foco do projeto no objeto para qual foi criado e até mesmo auxiliar na decisão sobre a continuidade, adiamento ou interrupção do mesmo.

No caso de grandes projetos que são subdivididos em fases, os processos de iniciação são realizados em cada fase subsequente, cujo objetivo é validar as decisões tomadas durante os processos originais de desenvolvimento do termo de abertura do projeto e identificação das partes interessadas (PMI, 2008).

Os processos de planejamento são realizados neste grupo visam: estabelecer o escopo total do esforço; definir e refinar os objetivos e desenvolver o curso de ações necessárias para o alcance dos objetivos pretendidos.

Neste grupo desenvolvem-se o plano de gerenciamento e os documentos necessários para a sua execução, que são processos de caráter iterativo e contínuos.

O plano de gerenciamento e os documentos do projeto exploram todas as áreas de conhecimento, ou seja, os aspectos de escopo, tempo, custos, qualidade, comunicação, riscos e aquisições.

Durante os processos de planejamento é importante que haja o envolvimento de todas as partes interessadas, de forma a aproveitar o conhecimento específico de cada um para o desenvolvimento do plano de gerenciamento e demais documentos do projeto (PMI, 2008).

Os processos de execução são responsáveis pela execução dos trabalhos definidos pelo Plano de Gerenciamento do Projeto, envolvendo a coordenação de pessoas e recursos, a coordenação e execução das atividades do projeto de acordo com o seu plano de gerenciamento.

Os resultados dos processos deste grupo podem requerer atualizações no planejamento e mudanças nas linhas de base, desde alterações nos períodos de duração das atividades, na produtividade e na disponibilidade dos recursos e riscos imprevistos.

Variações estas que podem afetar o plano de gerenciamento ou os documentos do projeto, razão pela que se exige uma análise detalhada e o desenvolvimento de respostas apropriadas de gerenciamento de projetos, cujos resultados podem solicitar as mudanças, e somente após a aprovação podem ser modificados o plano de gerenciamento de gerenciamento ou os outros documentos do projeto. Cabe ressaltar que grande parte do orçamento é utilizado durante a execução dos processos deste grupo (PMI, 2008).

No grupo de monitoramento e controle os processos são utilizados no gerenciamento da execução do projeto, ou seja, visam acompanhar, revisar e regular a progressão e desempenho do mesmo, identificam e iniciam as mudanças necessárias no plano. O maior benefício proporcionado por este grupo de processos

refere-se à possibilidade de observação periódica para identificar as variações entre a execução e o estabelecido no plano. Este grupo inclui ainda:

- a. Controle das mudanças e recomendação de ações de caráter preventivo em relação a possíveis problemas;
- b. Monitoramento das atividades do projeto em relação ao plano de gerenciamento e sua linha de base;
- c. Influenciar no sentido de que somente as mudanças aprovadas sejam implantadas.

Este grupo de processos possibilita a equipe uma visão ampla saúde do projeto, pois permite a identificação prévia das áreas que necessitam de maior atenção, além de monitorar e controlar o projeto como um todo.

Em casos de projetos com várias fases, este grupo coordena as fases do projeto para implementar ações corretivas ou preventivas, visando a manutenção da conformidade entre a execução e o plano de gerenciamento estabelecido previamente (PMI, 2008).

O grupo de processos de encerramento responsáveis pela finalização das atividades relativas ao projeto, ou seja, de todos os grupos de gerenciamento, objetivando concluir formalmente o projeto ou sua fase. No encerramento, podem ocorrer as seguintes atividades:

- a. Obtenção do aceite do cliente ou patrocinador;
- b. Revisão pós-projeto ou final de fase;
- c. Registro dos impactos da adequação de algum processo;
- d. Registro das lições aprendidas;
- e. Aplicação das atualizações apropriadas aos ativos de processos organizacionais;
- f. Arquivamento os documentos de relevância no sistema de informações do gerenciamento do projeto, fins serem utilizadas como dados históricos;
- g. Encerramento das aquisições.

Quando concluídos os processos deste grupo, verifica se todos os grupos de processos estão completos da forma apropriada, para devido encerramento do projeto ou uma fase, e então definir formalmente a conclusão do mesmo.

O agrupamento lógico dos quarenta e dois processos em cinco grupos possibilita uma ampla visão do projeto a todas as partes interessadas na execução do mesmo. Possibilita ainda uma boa definição do escopo e conseqüentemente dos objetivos, além do acompanhamento da execução, visando sempre às melhores tomadas de decisões em benefício do projeto.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SETOR DE PROJETOS DA PMMT

A estrutura organizacional da PMMT é estabelecida pela Lei Complementar nº 386, de 05 de março de 2010 e suas alterações, que dispõe sobre a estrutura e organização básica da Instituição.

De acordo com artigo 4º do citado dispositivo legal, a Polícia Militar é estruturada em níveis de direção geral, direção colegiada, direção superior, direção setorial, assessoramento superior, apoio e execução.

A Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPOF é o órgão de assessoramento superior responsável pelo planejamento orçamentário e financeiro, e ainda pela gestão de projetos e convênios que sejam de interesse da PMMT. Suas atribuições específicas e estrutura estão previstas no Regulamento Geral da PMMT (RGPMMT), aprovado por meio da Portaria nº 189/QCG/DGP, de 17 de Junho de 2013.

Art. 95 A Seção de Planejamento, Orçamento e Finanças, em nível de Superintendência, é o órgão responsável pela execução das políticas de planejamento orçamentário e financeiro, bem como da gestão de projetos, contratos, convênios e outras ações de interesses da instituição. Parágrafo Único. A Seção de Planejamento, Orçamento e Finanças está subordinada funcionalmente diretamente ao Comandante- Geral Adjunto.

Art. 96. A Seção de Planejamento, Orçamento e Finanças apresenta a seguinte estrutura:

I - Superintendente;

II - Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças:

a) Gerência de Planejamento e Orçamento;

- b) Gerência Financeira;
 - c) Gerência de Projetos e Convênios.
- III – Coordenadoria de Aquisições e Contratos:
- a) Gerência de Aquisições;
 - b) Gerência de Contratos e Serviços.

A Gerência de Projetos e Convênios da PMMT está inserida na estrutura da SPOF, e trata-se do setor responsável pela elaboração e execução dos projetos no âmbito da PMMT.

Visando a padronização dos procedimentos no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP e de seus órgãos desconcentrados: Polícia Militar, Bombeiros Militar, Polícia Judiciária Civil e Polícia Técnica, o órgão editou a Instrução Normativa (IN) nº 02/GAB/SESP/2011, que cria o subsistema de projetos de Segurança Pública, estabelecendo as normas e responsabilidades para a gestão dos mesmos, conforme dispõe seu artigo 1º:

Art. 1º Esta Instrução Normativa cria o subsistema de gestão de projetos de Segurança Pública, como parte do sistema de planejamento do Estado, e disciplina os processos de elaboração de projetos na Secretaria de Estado de Segurança Pública. Parágrafo único - As disposições aqui contidas abrangem as áreas programáticas da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, o Núcleo de Segurança e os Órgãos Desconcentrados vinculados a pasta.

Neste sentido, todos os órgãos vinculados à Secretaria estão sujeitos aos procedimentos estabelecidos por este dispositivo, uma vez que a competência para a aprovação e encaminhamento dos projetos no âmbito da SESP é do Secretário de Estado de Segurança Pública.

A IN nº 02/GAB/SESP/2011 estabeleceu algumas terminologias visando à padronização e fluência na comunicação entre as partes envolvidas na elaboração e execução de projetos:

Art. 2º- Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:
(...)
XX - Unidade Central de Projetos - gabinete da SESP responsável pela validação dos projetos, seleção estratégica das propostas, interlocução entre os órgãos concedentes e a SESP e acompanhamento estratégico dos projetos em execução, mediante convênio ou não.
XXI - Unidade Setorial de Projetos - gabinete das áreas finalísticas da SESP responsável por apoiar aos autores de projetos, acompanhar a gestão dos projetos, acompanhar a execução dos convênios, e servir de interlocutor entre a Unidade

Central de Projetos, as áreas sistêmicas e os autores de Projetos e Gestores de Convênios.

A Unidade Central de Projetos (UPC), estruturada no gabinete da SESP, é responsável pela validação e seleção estratégica dos projetos apresentados pelos órgãos desconcentrados.

As Unidades Setoriais de Projetos (USP), na PMMT denominada de Gerência de Projetos, tem a responsabilidade de dar suporte técnico aos 'autores de projetos', acompanhar a execução dos convênios, monitorar e controlar o andamento do projeto.

Os principais objetivos da edição da IN é o alinhamento dos projetos apresentados no âmbito da SESP com as políticas públicas do Governo, a ampliação dos investimentos na área de Segurança Pública e criação de um 'banco de projetos'.

5. DESCREVER SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NA PM

A PMMT adota o modelo utilizado no Sistema Convênios do Governo Federal (SICONV), cuja regulamentação se encontra no Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial (PI) nº 507/2011, que disciplinam a celebração de convênios. O modelo é adotado em razão do Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ser o principal financiador de projetos desenvolvidos pela PMMT.

A captação de recursos federais está organizada em quatro fases, ao contrário do que estabelece o PMBOK que os denomina por 'grupos de processos de gerenciamento de projetos'. Após o chamamento público por meio da publicação do Edital no SICONV, iniciam-se as fases, que correspondem à proposição, a celebração, a execução e a prestação de contas.

Com a implantação da Gerência de Projetos da PMMT e a edição IN nº02/GAB/SESP/2011, as atividades relacionadas aos projetos para captação de recursos financeiros, são realizadas de acordo com a sequência das fases.

Primeiramente os Editais de Chamamento são analisados e deliberados pela UCP juntamente com Secretário de Segurança Pública, caso haja interesse da SESP, as

USP's são acionadas para a divisão dos recursos entre os órgãos vinculados à Secretaria.

Inicia-se a partir de então a elaboração dos projetos de forma individual, ou seja, cada órgão elabora sua respectiva proposta, que posteriormente serão consolidadas pela UCP formando projeto único a ser apresentado pela Secretaria. A apresentação dos projetos para captação de recursos federais é realizada somente por meio do SICONV.

Juntamente com o projeto, deve ser elaborado o Plano de Trabalho (PT), que consiste no detalhamento do projeto, contendo a destinação de cada bem a ser adquirido, prazo para execução, descrição das fases e metas do projeto.

A PI nº 507/2011 estabelece os itens que o compõe:

Art. 25. O Plano de Trabalho, que será avaliado após a efetivação do cadastro do proponente, conterà, no mínimo:

- I - justificativa para a celebração do instrumento;
- II - descrição completa do objeto a ser executado;
- III - descrição das metas a serem atingidas;
- IV - definição das etapas ou fases da execução;
- V - cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso;
- VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

Após a aprovação do projeto pelo órgão concedente, inicia a fase de celebração do convênio, que consiste na formalização do documento de obrigação entre os partícipes, publicação no Diário Oficial da União (DOU) e transferência do recurso financeiro.

Nesta fase o recurso é depositado em conta corrente específica para o convênio, e deve ser utilizado exclusivamente na execução do projeto de acordo com o Plano de Trabalho (PT).

Finalizados os processos referentes à celebração, inicia a fase de execução, que consiste nas aquisições ou contratações, recebimento e distribuição dos bens ou serviços previstos no PT, ou seja, consiste na materialização do projeto.

Nesta fase ocorre a aquisição e o recebimento dos bens ou serviços, que devem estar em conformidade com o especificado no PT. Todos os materiais adquiridos com recursos de convênio devem ser identificados com a logomarca do Governo Federal e distribuição deve ser realizada conforme o PT, ou seja, o material

deve ser entregue no local para qual foi adquirido, pois faz parte de uma fase ou meta do projeto a ser cumprida.

Depois de finalizada a fase de execução física, tem início da fase de prestação de contas. Fonseca (2009) destaca que todo órgão que receber recursos na forma da lei, estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação.

Nesta fase ocorre a formalização da prestação de contas, ou seja, o encaminhamento dos documentos que comprovem a boa aplicação dos recursos e o cumprimento do objeto do convênio.

O termo 'conveniente' é utilizado para denominar o órgão receptor dos recursos após a assinatura do convênio.

No âmbito da SESP e PMMT não há nenhuma regulamentação referente aos procedimentos a serem adotados após a execução física e prestação de contas do convênio, ou seja, que visem o monitoramento dos resultados alcançados com a implementação do projeto, fator que pode ser considerado como falha administrativa.

Foi possível observar que embora existam normatizações para o desenvolvimento das atividades, as mesmas são limitadas e falhas, pois diferem do que tem sido utilizado mundialmente, tais como os processos sugeridos pelo Guia PMBOK para o gerenciamento de projetos.

6. DESCRIÇÃO DO FRAMEWORK DO MODELO DO PROJETO INVESTIGADO

Os elementos existentes em suas estruturas são determinados pelos dispositivos legais reguladores. Após análise de um projeto desenvolvido pela Instituição, identificou-se os elementos que compõem o framework² do modelo, tanto do projeto quanto do PT:

² Modelo estrutural de trabalho.

Campo	Descrição
1. Objeto	Descreve o produto da execução do projeto.
2. Justificativa	Caracteriza os interesses recíprocos entre o concedente e o proponente.
	Demonstra a relação entre a proposta e os objetivos do programa orçamentário do concedente.
	Apresenta os objetivos gerais e específicos que se pretende alcançar com a execução do projeto.
	Informa o público alvo.
	Informa o problema a ser solucionado ou oportunidade a ser aproveitada.
	Apresenta os resultados esperados com a implementação do projeto.
3. Partícipes	Informa o proponente, que corresponde aos dados do representante legal do órgão que apresenta o projeto. Ex. Secretário de Segurança Pública.
	Informa o interveniente, que corresponde aos dados do representante legal do órgão que manifesta o consentimento para a celebração do convênio, casos o projeto seja aprovado. Ex. Governador do Estado.
	Informa o executor, que corresponde aos dados do representante legal do órgão responsável pela execução do projeto. Ex. SESP.
4. Vigência	Informa o período necessário para a execução do projeto.
5. Informações técnicas	Documento que comprove a capacidade técnica do proponente para conduzir as atividades de execução do projeto. A 'Declaração de Capacidade Técnica' é anexada ao SICONV juntamente com o lançamento do projeto.
6. Custo	Valor do repasse - representa o valor com o qual o concedente deve participar para a execução do objeto proposto. O valor do repasse refere-se à maior parcela do valor total do projeto.
	Valor da contrapartida - representa o valor com o qual o conveniente deve participar para a execução do objeto proposto. O valor da contrapartida refere-se a menor parcela do valor total do projeto, cujo o percentual é definido pelo Edital de Chamamento.
	Valor global - representa o valor total necessário para a execução do projeto, corresponde à soma do repasse e da contrapartida.

Fonte: adaptado da PI nº 507/2011

Quadro 1: Estrutura da Proposta do Projeto

O framework do modelo de projeto é estabelecido a partir das determinações contidas na PI nº 507/2011. Portanto, a forma de se elaborar o projeto não é deliberável, uma vez que para captar os recursos para a execução do projeto, é obrigatório o atendimento às exigências contidas no Edital de Chamamento, contudo o modelo de gerenciamento compete ao órgão receptor definir.

Campo	Descrição
1. Meta	Descreve o conjunto de ações necessárias para a conclusão do objeto proposto. É definida como a “parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho” (FONSECA, 2009).
2. Fase	Subdivide a meta em fases. A fase corresponde a cada ação prevista na meta.
3. Valor	Informa o valor de cada uma das metas e fases.
4. Endereço	Indica o endereço onde serão executadas as metas e fases.
5. Cronograma de atividades	Distribui as metas e fases no tempo, ou seja, a previsão de início e término de cada uma, dentro da vigência do projeto.
6. Cronograma desembolso	Indica a quais metas correspondem o valor do repasse e da contrapartida.
7. Bens e Serviços	Especificam os bens ou serviços previstos para a execução das metas e fases, informando a natureza da despesa (consumo/permanente/serviço), endereço de localização, unidade de medida, quantidade, valor unitário e total.
8. Plano de aplicação	Informa o valor do projeto por natureza de despesa.
9. Declaração	Declaração do representante legal do proponente de inexistência de qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão da Administração Pública Federal.

Fonte: adaptado da PI nº 507/2011

Quadro 2: Estrutura do Plano de Trabalho

Portanto, nota-se uma preocupação com a formalidade exigida para a elaboração do projeto, ou seja, com a proposição e, pouca preocupação com as demais fases. A estruturação por meio de fases torna o processo escalonado, ou seja, inicia-se uma fase somente após o término da anterior. Ressalta-se ainda que o modelo utilizado atribui somente ao gestor do projeto a responsabilidade pela execução e acompanhamento de diversas fases.

Uma das premissas do Guia PMBOK é a existência de quarenta e dois processos organizados em cinco grupos. De acordo com o Guia, as saídas dos grupos são as entradas dos outros, formando-se um fluxo cíclico que permite o monitoramento e controle durante toda a execução do projeto (PMI, 2008).

Grupo	Descrição
Iniciação	Identificar a fonte financiadora projetos.
	Identificar e reunir as partes interessadas.
	Produzir e dispor informações relacionadas ao interesse das partes.
	Designar o gerente do projeto, que será responsável pela coordenação das equipes envolvidas no mesmo.
	Designar as equipes responsáveis pelos processos nas respectivas áreas de conhecimento.
Planejamento	Definir o escopo.
	Definir as metas e fases necessárias para a execução do projeto.
	Estimar os custos financeiros para a execução do projeto, por meio de pesquisa mercadológica.
	Planejar as aquisições ou contratações.
	Estimar o período necessário para a execução do projeto.
	Estabelecer o cronograma físico e financeiro do projeto.
	Elaborar a proposta do projeto, atendendo aos requisitos exigidos pela legislação pertinente.
	Elaborar o Plano de Trabalho, atendendo aos requisitos exigidos pela legislação pertinente.
Apresentar o projeto ao órgão financiador.	
Execução	Realizar as aquisições e contratações de acordo com a Lei nº 8.666/93.
	Receber os materiais e acompanhar a execução dos serviços contratados, objetivando sempre o alcance do objeto proposto.
	Disponibilizar periodicamente as informações às partes interessadas.
	Receber os materiais adquiridos e providenciar a distribuição de acordo com o Plano de Trabalho.
	Produzir relatórios e informações necessárias para a prestação de contas.
Monitoramento e Controle	Acompanhar, avaliar e regular o progresso do projeto no atendimento dos objetivos propostos, incluindo produção de relatórios gerenciais.
	Controlar os custos, se for o caso, solicitar ao concedente alteração no Plano de Trabalho.
	Acompanhar os processos de aquisições, se for o caso, solicitar ao concedente alteração no Plano de Trabalho.
	Controlar o cronograma.
	Acompanhar o recebimento dos materiais adquiridos e serviços contratados.
	Disponibilizar as partes interessadas as informações sobre o desempenho do projeto.
	Produzir relatórios de aferições parciais das metas executadas.
Registros das lições aprendidas.	
Encerramento	Dispor as informações sobre a conclusão dos trabalhos de gerenciamento.
	Prestar contas ao concedente nos termos da lei, com o encaminhamento de todos os documentos necessários neste processo.
	Aferir os resultados alcançados com a conclusão do objeto proposto.
	Arquivar adequadamente todos os documentos produzidos durante a execução do convênio.

Fonte: originado da pesquisa

Quadro 3: Estrutura de desenvolvimento de projetos adaptado do PMBOK

Ao adaptar o modelo de desenvolvimento de projetos da SESP e PMMT às premissas do PMBOK é possível constatar a versatilidade do Guia, que possibilita a aplicação de suas técnicas e conhecimentos sem prejuízos das exigências estabelecidas pelos dispositivos legais.

A aplicação dos conhecimentos e técnicas sugeridas pelo Guia PMBOK tem alcançado bons resultados na gestão de projetos, sejam eles voltados para entidades privadas ou para órgãos públicos. Não há necessidade que o conhecimento descrito no Guia, seja aplicado uniformemente em todas as situações, compete à equipe de gerenciamento do projeto a determinação do que é apropriado para determinado projeto (PMI, 2008).

Na adaptação foram inseridos processos envolvendo a identificação das partes interessadas na execução do projeto, que no âmbito da PMMT além do proponente, interveniente e executor, podem ser os representantes das Unidades de Ensino, Unidades de Policiamento Especializado ou o Comandante de determinada Unidade Policial, ou seja, aqueles que de alguma forma podem ter interesse na execução do projeto.

Inseriu-se também a previsão da designação de equipe especializada para atuarem na elaboração e gerenciamento do projeto, de modo que a responsabilidade não recaia somente no gerente do projeto, o qual segundo a adaptação terá a responsabilidade de coordenar a equipe, objetivando a conclusão do objeto.

Inseriu-se ainda ao modelo o grupo de processos de monitoramento e controle, que deve atuar principalmente durante a realização dos processos do grupo de execução. Tal grupo tem por objetivo o acompanhamento da realização dos processos, para identificar eventuais problemas antes mesmo que eles aconteçam, e caso seja necessário, providenciar as solicitações para as mudanças no projeto.

O processo de aferição dos resultados encontra-se no grupo de processos de encerramento, porém, também deve ser realizado pelo grupo de monitoramento e controle. Ocorre que, atualmente embora a forma de mensuração dos resultados seja informada na fase da proposição, o fato é que não tem ocorrido na prática. Os projetos são executados, ou seja, o objeto proposto é materializado, contudo os

resultados alcançados a partir de sua conclusão não são aferidos e tão pouco demonstrados.

A PI nº 507/2011 normatiza os procedimentos para proposição e execução de projetos no âmbito da SESP e órgãos desconcentrados, estabelecendo principalmente os requisitos necessários para a apresentação da proposta, PT e prestação de contas, porém não regula qual modelo de gestão deve ser adotado pelo órgão proponente, desta forma compete ao órgão à decisão pelo método de gestão que será utilizado.

7. ANÁLISE DO PROJETO SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

A execução descentralizada do orçamento da União constitui uma prática de governança organizacional, uma vez que envolve a participação de terceiros na realização de determinada política pública. Sendo assim, todas as atividades oriundas desta descentralização deverão estar alinhadas aos mesmos princípios.

De acordo com Mar Bogoni *et al.* (2010), a governança organizacional constitui-se em um conjunto de 'boas práticas' que objetiva a melhoria do desempenho das organizações. Seu conceito está relacionado à direção e controle das organizações, seus princípios orientam o processo de tomada de decisão e visam reduzir os problemas dentro das mesmas.

A governança organizacional ou corporativa tem como princípios a liderança, o compromisso, a integridade, a integração, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Portanto, para a realização desta pesquisa analisou-se um projeto desenvolvido e executado pela PMMT entre os anos de 2011 e 2012, sendo este submetido a uma análise sob a ótica dos princípios da governança organizacional.

Durante a análise dos documentos constantes no dossiê do projeto, identificou-se a inexistência de documentos de designação ou nomeação de equipe responsável pelo gerenciamento do projeto, havendo indicação de um único servidor para o exercício da função de gestor do projeto.

A ausência de uma equipe qualificada para atuar no gerenciamento do projeto, demonstra inobservância aos princípios de governança organizacional, uma afronta aos princípios da 'transparência', 'integração' e 'responsabilidade corporativa'. Uma vez que apenas um servidor é responsável pela execução do projeto, ou seja, não há envolvimento de outros profissionais nas decisões a respeito do tema.

Outro aspecto observado durante a análise refere-se à falta de registros de identificação e comunicação com as 'partes interessadas'. Em que pese, no modelo de projeto utilizado conste as informações dos partícipes, ou seja, proponente, interveniente e executor, de acordo com as premissas do PMBOK, as partes interessadas que consistem em organizações ou pessoas que tenham interesses no objeto a ser executado, sendo assim, vão além destes.

A desconsideração do envolvimento das 'partes interessadas', além de estar em desacordo com as premissas do PMBOK, contraria os princípios da 'transparência' e 'integração', pois as informações foram concentradas em apenas um servidor e sem as boas práticas de integração.

Durante a análise do dossiê do projeto nota-se ainda, a ausência de registros de 'disponibilização de informações', ou seja, de documentos que caracterizem a disponibilização de informações as 'partes interessadas' sobre o andamento dos processos relacionados à execução do projeto.

Essa prática também afronta ao princípio da 'transparência', que de acordo com o IBGC (2009, p.19) consiste no "desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos".

Igualmente não consta no dossiê, o registro de relatórios gerenciais que tenham sido produzidos durante a execução do projeto, tais como, produção de informações a respeito de identificação de falhas, riscos ou necessidade de alterações no PT. Prática que denota a falta de transparência nas atividades relacionadas ao projeto, uma vez que as informações não são registradas durante o andamento da execução do projeto.

Não há alguma documentação que demonstre a existência de processos de 'monitoramento e controle'.

A ausência de tais processos de gerenciamento, além de demonstrar a incompatibilidade com as premissas do Guia PMBOK, contraria diversos princípios da governança organizacional, tais como, 'integração', 'transparência' e 'prestação de contas'.

Neste aspecto o princípio da 'integração' é contrariado em relação aos processos distribuídos entre os cinco grupos de gerenciamento, pois o 'monitoramento e controle', cria condições para a integração entre os mesmos, através do acompanhamento periódico, propiciando condições favoráveis de integração.

A ausência de processos de 'monitoramento e controle' também contraria o princípio de 'prestação de contas' da governança organizacional, mesmo que ao final da execução do projeto a prestação de contas tenha sido realizada nos termos da lei.

Ocorre que, para a este modelo organizacional este princípio não está relacionado apenas a informações financeiras do projeto, mas também com a atuação dos agentes, onde os quais devem assumir integralmente a consequência de suas ações ou omissões, ou seja, deve estar disposto a prestar todas as informações necessárias sempre que necessário. Sendo assim, entende-se que a ausência dos processos de 'monitoramento e controle' interfere diretamente no princípio da 'prestação de contas'.

Ainda com relação ao princípio da 'prestação de contas', no dossiê consta um 'Relatório de Cumprimento do Objeto', que se trata de uma exigência legal para a fase de prestação de contas. Porém, o documento apresenta somente informações a respeito das aquisições e contratações realizadas.

Nota-se que o processo de prestação de contas do projeto analisado, em que pese tenha atendido as exigências legais, restringiu-se a apresentação de informações referentes à execução física, ou seja, comprovação dos gastos dos recursos financeiros. Porém, o documento não apresenta dados referentes ao alcance ou não dos resultados pretendidos com a execução do projeto.

Desta forma, constata-se que a prestação de contas do projeto analisado foi aprovada pelo órgão concedente, porém sob a ótica dos princípios de governança organizacional, a mesma contraria os princípios de 'prestação de contas' e 'transparência', em relação ao primeiro por se apresentar parcialmente, uma vez que deixou de aferir os resultados do projeto, e com relação ao segundo por não tornar público informações importantes para a Instituição.

Diante do exposto, constata-se que o projeto analisado está em desacordo com o modelo de governança organizacional, no que se refere à inobservância dos princípios da 'transparência', 'integração', 'responsabilidade corporativa' e 'prestação de contas'.

Para tanto, a proposta apresentada neste trabalho segue uma diretriz baseada no modelo de governança organizacional, em que é fortalecida a partir de seus princípios. Portanto, a adequação do modelo de desenvolvimento de projetos utilizado no âmbito da PMMT às premissas do PMBOK, objetiva melhorar as práticas e linguagem adequadas à formação de projetos na Instituição, observando as 'boas práticas' de governança organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs a criação de um modelo de gerenciamento de projetos para PMMT adaptado do Guia PMBOK de forma a atender aos princípios das boas práticas de governança, para possibilitar o aumento da qualidade dos projetos e melhorar a transparência na execução e nos resultados.

Constatou-se a partir da análise do projeto/dossiê que os projetos desenvolvidos e executados pela PMMT, atendem aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos legais, porém, o modelo de gestão adotado pela Instituição não atende aos princípios das boas práticas de governança. Dessa forma, a hipótese de trabalho pode ser comprovada.

Não há registro nos projetos/dossiês existentes atualmente que comprove a relação entre a gestão de projetos na Instituição e os princípios da boa prática de governança organizacional.

Devido à inexistência de diversos processos de gerenciamento elementares para o modelo de governança, contrariando princípios como: transparência, integração, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Assim, com base no Guia PMBOK, propôs-se um modelo de gerenciamento de projetos, cujo objetivo é complementar os processos que considerados insuficientes sob a ótica da governança.

O modelo de gerenciamento proposto fornece um roteiro de processos que possibilitará a equipe de gerenciamento maior acesso e controle das informações, envolvimento e integração com as partes interessadas, maior possibilidade de monitoramento e controle durante a execução do objeto, bem como proporcionará o aumento da transparência da gestão dos projetos.

Entende-se que um modelo de gerenciamento de projetos baseado nas premissas do PMBOK e que atenda os princípios das boas práticas de governança assegura a elaboração de melhores projetos e conseqüentemente melhores resultados com a sua implementação.

Ainda como contribuição deste trabalho, para a efetiva adoção do modelo proposto, sugere-se a estruturação de um escritório de projetos, que consiste em um corpo ou organização a qual é atribuída às responsabilidades relacionadas ao gerenciamento centralizado e coordenado dos projetos.

Para que este trabalho sirva de referência para investigações futuras, recomenda-se que seja pesquisado:

- a. Maior quantidade de projetos, para que se possa fazer melhor inferências tecno-científicas.
- b. Uma análise sobre os projetos já executados e os que estão em andamento, para estabelecer uma compreensão das melhores práticas de governança e de gestão de projetos.

- c. A efetividade da utilização dos recursos utilizados, em relação aos objetivos e retorno produzidos devido aos produtos e ou serviços implementados.

Por fim, pode-se concluir que, com a utilização do modelo de gerenciamento de projetos baseado nas premissas do PMBOK e princípios das boas práticas de governança, é possível que os gestores de projetos obtenham maior transparência em suas prestações de contas, bem como atenderem plenamente aos princípios e recomendações de boas práticas de governança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONEZZI, Carlos Aberto; PEDRAÇA, Luci Léia de Oliveira. **A nova Administração Pública: reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná**, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2008. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/administracao_e_previdencia/a_nova_administracao_publica.pdf> Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cciv_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. Código civil, 2002. **Código civil**. Brasília, DF: Senado Federal: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 12 jan. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.170**, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências voluntárias de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm> Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. **Lei nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. **Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507**, de 25 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Disponível em: <https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/1_Portaria_Interministerial_507_24_11_2011_e_alteracoes_Dezembro_de_2013.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil**. RSP. Ano 49 n. 1: Brasília: 1998. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/97.Reforma_gerencial-RSP.pdf> Acesso em: 28 jan. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O modelo estrutural de gerência pública**. RAP. Vol.42 n 2: Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/09.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: explicitação das Normas da ABNT**. 15. ed. Porto Alegre:s.n., 2009.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4.ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo - SP: IBGC, 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e da iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **O servidor público e a reforma administrativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MAR BOGONI, Nadia; SILVA ZONATTO, Vinícius Costa da; RYU ISHIKURA, Edison; FERNANDES, Francisco Carlos. **Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no Parecer de Orientação no 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública**. RAP. vol. 44, n.1: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122010000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. **Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público**. RAC. vol.11 n. 2: Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14156555200700020000>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATO GROSSO. **Instrução Normativa nº 02/GAB/SESP/2012**. Cria subsistema de projetos da Segurança Pública. Disponível em: <http://dgp.pm.mt.gov.br/do/navenavegadorhtml/mostrar.htm?id=79720&edi_id=1269>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 386, de 05 de março de 2010**. Dispõe sobre a estrutura e organização básica da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/4107f1dc01b62c99842576e0006da14d?OpenDocumen>> Acesso em: 10 jan. 2014.

MATO GROSSO. **Portaria nº 189/QCG/DGP, de 17 de Junho de 2013**. Dispõe sobre o Regulamento Geral da PMMT. Disponível em: <http://dgp.pm.mt.gov.br/do/navegadorhtml/mostrar.htm?id=173944&edi_id=2712>. Acesso em: 11 jan. 2014.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PMI, Project Management Institute. The Guide to Project Management Body of Knowledge. PMBOK® Guide, 4th edition. Project Management Institute, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Modelos Organizacionais e as reformas da administração pública.** RAP. vol. 43 n. 2: Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122009000200004&script=sci_artte>. Acesso em: 25 jan. 2014.

SOTILLE, Mauro Afonso; MENEZES, Luís César de Moura; XAVIER, Luis Fernando da Silva; PEREIRA, Mário Luis Sampaio. **Gerenciamento do escopo em projetos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Reimpressão.

VALLE, André Bittencourt do; SOARES, Carlos Alberto Pereira; FINOCCHIO JR, José; SILVA, Lincol de Souza Firmino da. **Fundamentos do gerenciamento de projetos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Reimpressão.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

INDICADORES DE DESEMPENHO QUE AVALIAM O PRODUTO QUE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO OFERECE AO CIDADÃO POR MEIO DO POLÍCIAMENTO CICLÍSTICO.

*Victor Lúcio do Prado*¹

RESUMO

O presente trabalho analisou de que forma a administração gerencial estaria sendo empregada na Segurança Pública, sobretudo, na Polícia Militar de Estado de Mato Grosso, especificamente quanto ao emprego do policiamento ciclístico na área do 1º Batalhão de Polícia Militar. Do mesmo modo discorreu sobre a administração gerencial a sua eficiência, a sua eficácia e sua efetividade, que com a implementação de indicadores de avaliação de desempenho o policiamento ostensivo, processo em bicicleta, poderia ser controlado redimensionado sob o aspecto de uma gestão por excelência, no que diz respeito à forma de realiza a policiamento ostensivo. Por meio de pesquisas documentais, bibliografia e questionários a campo obtivemos um resultado quanto aos indicadores de desempenho que são utilizados no policiamento ciclístico do batalhão, alvo da pesquisa. Por fim, o objeto da pesquisa foi de certa forma alcançada colocando em tona a formulação de indicadores de desempenho, com a finalidade de avaliar o desempenho da Polícia Militar, como forma de orientar uma construção de um modelo gerencial, e racional de segurança pública.

Palavras-chave: *Polícia Militar – Administração Gerencial – Indicadores – Desempenho.*

ABSTRACT

This study examined how the managerial administration was being employed in Public Safety, above all, the Military Police of Mato Grosso, specifically the use of cycling in the policing of the 1st Military Police Battalion area. Likewise discussed the managerial administration its efficiency, efficacy and effectiveness that with the implementation of indicators to assess the performance of beat policing, bike process could be controlled resized under the aspect of a management par excellence, regarding how to perform the beat policing. Through desk research, literature and questionnaires to field got a result as the performance indicators that are used in cycling policing Battalion, target search. Finally, the object of the research was somewhat achieved in putting forth the formulation of performance indicators in order to evaluate the performance of the Military Police, as a way of orienting a building construction management model, and rational public safety.

Key words: *Military Police - Management Administration- Indicators - Performance.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Graduado em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

Avaliar o nosso produto, de forma que ele possa ser mensurado atualmente é uma tarefa muito difícil, diagnosticar um policiamento tentando deixar de lado os obscuros números, que deixa nas trevas a ótica de uma gestão gerencial, a qual as instituições policiais militares ainda estão em fase de maturação, chega a ser um desafio.

Então, eis que surge um problema: Quais os indicadores que podem avaliar a produtividade do policiamento ostensivo, processo em bicicleta, na circunscrição do 1º Batalhão de Polícia Militar?

Tentar mensurar de forma gerencial, com padrões de qualidades e metas a serem alcançadas, buscando otimizar o nosso produto, para bem servir o nosso único e tão somente cliente, a sociedade, assim, deveriam ser as Instituições Polícias Militares fato este que gerou a formulação de uma hipótese, ou seja, se houver indicadores que possam avaliar o desempenho do policiamento ostensivo, processo em bicicleta, então poderemos oferecer um produto eficiente, eficaz e efetivo a sociedade.

Assim, com o objetivo de avaliar o policiamento ciclístico de forma gerencial, utilizamos a metodologia hipotética dedutiva, onde a partir da hipótese levantada realizamos pesquisas documentais, bibliográficas, bem como, pesquisa de campo com os componentes do policiamento ciclístico da 1º Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso em Cuiabá no intuito de buscar a verdade a respeito da premissa alçada.

Partindo, então, desses pressupostos exploramos os indicadores de eficiência norteando lugares até então desconhecidos acreditando que o mapeamento desse desconhecido poderia rechaçar as engrenagens do ofício policial militar, sobretudo, quando consideramos a busca pela excelência do serviço prestado a sociedade.

Portanto, o desígnio pelo tema teve o intuito de conhecer a gestão pela qualidade aplicada no serviço policial militar, as suas nuances, os seus objetivos, e, sobretudo, se tal mecanismo de controle e avaliação está sendo implementada efetivamente na Polícia Militar, então, por meio da resposta ao problema poderemos verificar se o tipo de gestão empregada no policiamento ciclístico da 1º Companhia

de Polícia Militar pode ser avaliada. E a partir daí, identificar os indicadores que possibilitem as avaliações, no que tange a gestão pública por resultado na segurança pública, quanto ao policiamento ostensivo processo em bicicleta.

1. ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA COM FOCO NO CIDADÃO

Não há como se falar de gestão por resultados sem que façamos uma análise histórica dos modelos de administração que advém da caracterização do patrimonialismo terminando com a implementação de fato do gerencialismo alavancado segundo os princípios e metas da governança responsiva, que com a implantação de indicadores de resultados possam ser reavaliados por meio de um processo lógico, na busca de otimizar a produto oferecido ao seu cliente, que permeiam a nossa gestão administrativa como forma de um mosaico gerencial, ao qual citamos Durante e Zavarato (2007):

Vale ressaltar que convivem atualmente no Brasil princípios característicos dos vários modelos que surgiram neste processo de evolução – patrimonialismo, burocracia, gerencialismo puro, *consumerism* e governança responsiva. Os novos modelos de gestão pública não substituíram os antigos, e princípios, que em tese seriam antagônicos, conseguem conviver e sobreviver sem muita dificuldade. A gestão pública do Estado oligárquico e *patrimonial* no Brasil era profundamente marcada pelo fato de os critérios de tomada de decisão e escolha não serem racional-legais e pelo fortalecimento contínuo de um complexo sistema de agregados e clientes em torno dos gestores públicos, sustentados pelo Estado, confundindo o patrimônio público com o estatal. Nesse contexto, a democracia era uma grande farsa, pois a distância educacional e social entre a elite política e o restante da população era imensa, a principal função do Estado patrimonial era garantir emprego e sobrevivência dos funcionários públicos por meio de prebendas e sinecuras os critérios de tomada de decisão dos gestores públicos eram pessoais e não existia preocupação com os resultados que deveriam ser alcançados pela Administração Pública.

A partir da redefinição dos processos de gestão pública, mais especificamente ao que se refere a prestação de contas do serviço prestado pelas organizações públicas, bem como, pelos servidores públicos, ao cidadão, seu cliente, as organizações Policias Militares não ficaram as margens do processo, portanto, não deixaram de sofrer essa reengenharia estrutural em busca de eficiência, eficácia e efetividade em suas ações, assim em uma dinâmica ascendente vem se adotando sistemas de gestão visando a otimização da sua produtividade, conjuntamente a uma

diminuição dos gastos públicos visando assim, evitar desperdícios, tentando com essas medidas, nem que seja em níveis teóricos ou até mesmo de uma forma empírica, procurar adotar um padrão de qualidade do serviço prestado dos militares estaduais.

Em termos gerais, destacam-se a seguir algumas evidências empíricas desse avanço da gestão das ações e políticas de segurança pública no Brasil. Cabe ressaltar que tais práticas e ferramentas não foram implementadas de forma sistêmica e generalizada em todos os órgãos de segurança pública. Na realidade, na maioria das vezes, são ações isoladas que passam por sérios problemas de continuidade na medida em que enfrentam contextos de mudança de gerência política dos órgãos de segurança pública.

- a difusão da estratégia de identificação de *hot spots*, zonas quentes de criminalidade, para pautar o processo de distribuição dos recursos humanos e materiais dos órgãos de segurança pública;
- a colocação de câmeras de vídeo para monitorar incidentes e violências no ambiente urbano, ampliando o espaço de atuação da polícia sem aumentar a necessidade de recursos humanos;
- a difusão do aluguel de viaturas pelos órgãos policiais como forma de economizar recursos financeiros e agilizar o processo de manutenção dos veículos;
- a difusão nacional da criação de conselhos estaduais ou municipais de segurança pública para viabilizar a maior participação da população na proposição de demandas e execução das ações policiais;
- a disponibilização de formas de registro de ocorrências por meio da Internet, facilitando o acesso da população a certos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública;
- a difusão dos princípios do policiamento comunitário entre os profissionais de segurança pública, principalmente no âmbito das polícias militares;
- o desenho de políticas e ações de segurança pública baseadas na composição de redes multissetoriais para execução das ações, envolvendo as áreas de saúde, educação, trabalho, lazer, entre outros órgãos públicos;
- a valorização de planejamentos estratégicos para orientar a atuação dos profissionais de segurança pública na execução de suas ações;
- o uso de sistemas informatizados para registro de ocorrências, atendimentos de demanda, despacho de viaturas, administração de recursos humanos e materiais, administração financeira, entre outros usos;
- o fortalecimento dos municípios como atores-chave no desenvolvimento de ações de prevenção da violência e criminalidade;
- a criação de setores de estatística e análise de dados criminais no âmbito dos órgãos estaduais de segurança pública;
- o uso de sistemas de indicadores de desempenho para monitorar continuamente as ações e resultados alcançados pelos órgãos policiais. (DURANTE; ZAVATARO, 2007)

No entanto, implementar uma política de gestão pública, no campo da segurança pública, tem as suas dificuldades devido à ausência de um modelo que oriente e permeie as mudanças direcionadas quanto a sua implementação, e sobretudo colocando a sociedade como razão primaz, ator-chave na gestão das ações e políticas, que seria o ápice da evolução de gestão responsiva, particularizada no

aspecto da governança responsiva e sobretudo na garantia dos direitos individuais do cidadão e sobretudo na da preservação do Estado Democrático de Direito.

Não existe, entretanto, um único modelo que possa esclarecer como deve ser implementada uma agenda de mudanças em torno dessa tomada de consciência a respeito de a sociedade ser a razão primeira de existir do Estado. Uma das explicações para essa falta de padrão parece consistir na peculiaridade da adaptação de cada organização pública, diante dessa onda internacional de transformações. Entre as muitas abordagens possíveis às implicações desse paradigma gerencial, está à questão de como avaliar o desempenho das organizações de serviços de segurança pública e defesa social. (PROSTÁSIO; VIERA, 2011)

Assim, quando consideramos as especificidades, as peculiaridades de adaptação de cada organização pública os presentes fatores são apresentados como uma das explicações que dificultam as implementações que levam a um novo modelo de gestão pública na segurança pública, deixando de lado a premissa de responsabilizar tão somente as policias como força unilateral responsável por resolver os problemas da segurança pública, mas considerando não só a polícia, mas, incluindo a sociedade bem como outros órgãos governamentais tornando assim, atores no contexto da segurança, que devem agir de forma conjunta a fim obter uma resolução eficaz na problemática, e mesmo assim, ainda encontramos a ausência de condições políticas efetivas para sua execução, bem como, a avaliação dos seus resultados tornando assim um desafio à implementação de gestão por resultado na Instituição Policia Militar.

No entanto, em um contexto em que inexistem avaliações de resultados, ou seja, em que é impossível responsabilizar cada um dos atores pelos resultados de suas ações ou pela falta de sua atuação, o comportamento predominante, na busca por recursos públicos e poder político, continua sendo argumentar que a atuação dos demais nada resolveria e que só a ação do reivindicante efetivamente resolveria o problema da segurança pública. Nesse contexto, os órgãos da segurança pública, uma vez que não podem se esquivar de sua responsabilidade, ainda justificam a incapacidade de alcançar resultados afirmando que já fazem tudo o que podem, porém os outros atores não cumpririam seu papel. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Devido a uma ausência de atuação social, no intuito da sociedade se comportar como ator fiscalizador das ações de segurança pública, predomina-se no cenário da gestão pública a não responsabilização dos gestores públicos pelos impactos de suas decisões, pois a inexistência de uma prestação de contas leva, por

muitas vezes a ineficiência técnica de dados que poderiam ser utilizados como sistemas de informações, os quais poderiam demonstrar, mesmo de forma rudimentar, os reais resultados obtidos por meio das decisões dos gestores.

O cidadão deve ser visto como um ator mais amplo que o consumidor, pois a cidadania implica direitos e deveres e não apenas a liberdade de escolher serviços públicos e está relacionada com o valor de *accountability*, que requer uma participação ativa na escolha dos dirigentes, no momento da elaboração das políticas e na avaliação dos serviços públicos. O conceito de consumidor também não responde adequadamente ao problema da equidade, pois aqueles que se organizarem melhor podem se tornar clientes preferenciais, transformando alguns consumidores em mais cidadãos do que outros. Deste argumento, verifica-se que entre a avaliação dos consumidores e os atos dos funcionários públicos são necessárias normas e regras para garantir o atendimento do interesse público e não apenas de alguns consumidores. (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Portanto, e nesse cenário que a Instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso se encontra, procurando evadir do empirismo das ações de polícia procurando o seu espaço na economia gerencial.

Mas em que condições está se dando a modernização do serviço público? Em termos gerais, ela vem ocorrendo através da introdução de uma nova política de gestão pública focando em sua eficácia, fazendo com que haja, neste contexto, uma redefinição dos objetivos, das missões e dos serviços prestados pelas organizações públicas, alicerçada em teorias do bom gerenciamento e da qualidade de seus processos e produtos. Em suma, intenta-se com essa nova filosofia fazer com que seja possível reduzir os custos ao mesmo tempo em que se empreende o aumento da produtividade das organizações públicas, contando, para tanto, com funcionários bem geridos, qualificados e motivados, tudo isso com o objetivo de aperfeiçoar o serviço que se presta ao seu destinatário final (ZAVATARO, 2006)

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

Perante os limites e possibilidades deste artigo, definiremos inicialmente “indicadores” enquanto instrumentos importantes para controle, gestão, verificação e medição de eficiência e eficácia não apenas na administração privada, mas também e principalmente na administração pública gerencial, por permitirem comparar situações entre localidades (espaços territoriais) ou entre períodos diferentes de um mesmo município. Na administração pública, a necessidade e importância dos indicadores justificam-se, dentre outros motivos, por aumentarem a transparência da gestão e facilitarem o diálogo entre os mais diversos grupos sociais organizados. Em outras palavras, pode-se dizer que os indicadores são, por um lado, importantes

ferramentas gerenciais de gestão para a administração pública; e por outro, um instrumento fundamental para a fiscalização, controle e acompanhamento da gestão pública por parte dos movimentos populares. Portanto, os indicadores são ferramentas importantes tanto para a burocracia estatal quanto para a sociedade civil, pois aos poucos sem um *Status quo* o serviço policial militar permanecera sem um controle de qualidade conforme Ávila (2003) relata, que se a polícia militar fosse uma empresa capitalista verificaria o que desagradava seu cliente quanto a seu produto, ou então estaria falida. Como é uma empresa pública ela aguarda, tranquilamente, que cheguem as reclamações, para que a partir de então verifique que procedimento tomar, especificamente naquele caso. Apossamo-nos da “falta de concorrência” que ainda justifica nossa existência, a bem da verdade.

Muitos estudiosos reconhecem como fatores de divergências quando se conceitua indicadores de desempenho para uma gestão pública segurança voltada ao resultado, porém, segundo Ávila (2003) em sua obra – *Indicadores De Desempenho Nas Ações De Polícia Preventiva*, conceitua categoricamente indicadores de desempenho como ferramentas com as quais se pode medir e mensurar, quantitativamente e qualitativamente os padrões de desempenho de uma determinada Instituição ou Órgão.

No entanto, buscando uma positivação de conceituação no que se refere em indicadores de resultado no deparamos com Armani que relata:

Um indicador é um instrumento de medição usado para indicar mudanças na realidade social que nos interessa. Ele é uma “régua” ou um padrão que nos ajuda a medir, avaliar, ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade relevante para os objetivos de um determinado projeto. Os indicadores fornecem evidências concretas de andamento das atividades, do alcance dos resultados e da realização dos Objetivos de um Projeto (ARMANI, 2003)

Porém, de acordo com o Vera Institute of Justice (2003), um indicador é uma medida que pode auxiliar tanto o pesquisador como o gestor de políticas públicas a avaliar a efetividade da sua ação, no que diz respeito seja à materialização desta ação no prazo previsto (monitoramento), seja ao alcance dos objetivos propostos (avaliação).

Portanto, não há como se falar de indicadores sem ter a conotação de valores, positivos ou, até mesmo, negativos, que agregam um certo *status quo*, no resultado de

um determinado produto a ser avaliado, que em tela seria o processo de policiamento em bicicleta, praticado pelas guarnições de serviço do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. No entanto, quando nos reportamos à atividade de polícia devemos ter a cautela, para que tal tarefa, não seja direcionada de encontro à subjetividade da segurança pública, e sim se deve ater a primazia de avaliar a ação de policiar que é o problema abordado na presente pesquisa.

Senão vejamos, ao ir de frente com o desafio identificar indicadores que possam nortear a o processo de policiamento em bicicleta, deparamos novamente com Ávila (2003) que descreve:

A identificação de indicadores – que pode muito bem consistir num processo de elaboração – deve acontecer antes das ações, que são os pré-indicadores; durante o processo, que são indicadores de eficiência e de eficácia; e após estas ações são os indicadores de impacto.

Assim, de uma forma didática o autor apresenta três características que devem ser observadas pelos gestores de segurança quando abordado o tema ora pesquisado, a primeira delas é a avaliação antes da ação (**pré-indicadores**), ou seja, quais motivos relevantes, que devem ser observados para que aquele policial deva estar em um determinado local, e bem como, permita ao gestor traçar um resultado provável. Já durante o processo, na presente fase ocorrem duas subdivisões nas quais o gestor poderá mensurar o processo para a elaboração do produto a ser “entregue” ao seu cliente (**indicadores de eficiência**) que buscando um modelo gerencial deverá ter nesse produto o uso racional e otimizado dos recursos utilizados durante a atividade. Enquanto que a seguinte subdivisão (**indicadores de eficácia**) visa avaliar se o objetivo do que foi pretendido, realmente fora alcançado no decorrer da ação, ou seja, na atividade de policiamento em bicicleta. E, bem como, a avaliação nos efeitos sociais que o produto oferecido aos seus usuários o absorve (**indicadores de impacto**).

Assim vejamos:

Esta classificação parece atender objetivos didáticos, e, sobretudo, em termos de operacionalidade policial militar. Cabe ao comandante, pois, tentar verificar, em cada detalhe das atividades policiais, “o quê se encaixa onde”, ou se é realmente essencial no processo. Sempre poderemos mensurá-los quantitativa e

qualitativamente. Sobremaneira nos pré-indicadores, e considerando o modelo de policiamento traçado pelo comandante, temos por certo que se pode auferir este diagnóstico com estes e alguns outros critérios, acrescentando uns e subtraindo outros. (ÁVILA, 2003)

Tabela 1 - Tabela Pedagógica de Indicadores

Anterior a ação	Durante o processo		Posterior a ação
Pré-indicadores	Indicadores de eficiência	Indicadores de eficácia	Indicadores de impacto
Parâmetros	Uso racional	Alcance dos objetivos	Consequências da ação
Crítérios	Otimização de recursos		Efeitos sociais
Avaliação Prévia			Avaliação final

Fonte: Elaboração do Autor com base na obra de Ávila (2003).

Então discorreremos superficialmente sobre os pré - indicadores, ou seja, fatores que antes mesmo do processo ser realizado pelo agente de segurança, poderiam de alguma maneira ser estimado, ou seja, o gestor obter com o “insumo disponível” um parâmetro do que é esperado como produto oferecido, pois sem o qual, não poderia o executor, sequer produzir algo. Quando tratamos a respeito de segurança pública podemos citar Ávila (2003).

Entre os recursos logísticos principais que apresentamos, e que constituem pré-indicadores de desempenho institucionais de desempenho mencionamos:

- Índice viatura por habitante;
- Índice PM por habitante;
- Sistema integrado e informatizado de dados;
- Equipamento de uso pessoal adequado ao policial militar;
- Satisfação do público interno;
- Nível de credibilidade - confiança - da Instituição;
- Capacidade técnica específica do policial militar;
- Conhecimento que o policial militar - inclusive o comandante - tem da área;
- Grau de interação com a comunidade;

A objetividade do trabalho não nos permite discutir quais seriam índices ideais em termos numéricos. Faz-se importante esclarecer que não são indicadores de desempenho, pois não possuem uma correlação direta com o aumento ou redução da criminalidade ou com os índices de violência. Todavia, igualmente importante que o comandante - sobretudo em termos de Instituição Policial Militar - faça uma análise e verifique em seu cenário de atuação como estão os pré-indicadores, independente de nossos índices.

Porém, não podemos deixar de considerar o executor que irá prestar os serviços, aquele que estará servindo, dentro da sua capacidade, aos cidadãos, único e irrevogável cliente das polícias, que nas palavras de Àvila (2003) sua importância para o processo de mensuração do desempenho policial, onde ele destaca que “o grau de satisfação do público interno é um verdadeiro indicador ao comandante sensato” [...].

Já, para iniciarmos a discorrer a respeito de indicadores de desempenho não podemos deixar de reverenciar Rolim (2006), quando expressa:

Muitas vezes, diante dos indicadores pouco recomendáveis de eficiência no trabalho policial, imagina-se que, em lugar de uma nova receita, o que se precisa é aumentar os ingredientes da mesma fórmula. O que se observa, invariavelmente, é uma forte pressão para que se faça mais do mesmo, uma espécie de “isomorfismo reformista” os gestores, então, em vez de alterarem o discurso, falam as mesmas coisas só que em um tom cada vez mais estridente. Assim, as “políticas de segurança” reconhecidamente fracassadas costumam ser retomadas com mais ânimos e alarde a cada nova gestão, quando novos investimentos são anunciados, medidas “de impacto” ocupam os noticiários, trocam-se chefias, promessas de ordem e rigor são seladas e tudo, rigorosamente tudo o que importa permanece como está.

Assim, discorrer a respeito de indicadores de resultado no cenário brasileiro, em especial no campo da segurança pública, nos faz deparar com alguns estudiosos que categoricamente revelam a respeito do tema aspectos negativos, que nos reporta a um estado de alerta, muito ascendente, de total descontrole, sem avaliação e acima de tudo, uma segurança pública se tornando ineficiente. Vejamos o que relata Zavarato (2006) e Setúbal (2014):

Pode-se afirmar que, no Brasil, as últimas décadas representaram a ausência de uma preocupação com o desenvolvimento de uma política de segurança pública coerente e uma visão estreita do papel das organizações policiais, principalmente quando se tratava de pensar seu papel num Estado em processo de transição política. Além deste aspecto, constata-se que essa despreocupação geral na adoção de uma política de segurança pública acabou influenciando e, ao mesmo tempo, sendo influenciada, pela falta de interesse em pesquisas nos mais diversos âmbitos da segurança pública, com destaque aos estudos atinentes às organizações policiais e às sua gestão e gerenciamento.

Portanto, procurando pesquisar quais indicadores utilizados no 1º Batalhão de Polícia Militar, que possam avaliar o desempenho do policial militar, mais

especificamente no serviço de policiamento ciclístico, mesmo tal temática, até o presente momento, sendo tratado como um desafio ousado em continuar com a pesquisa, mesmo indo de encontro ao que revela Broudeur (2002).

Desse modo, o problema mais difícil de ser tratado ao se tentar a construção de um sistema de avaliação do desempenho policial é o caráter político, sem escapatória, da maior parte do trabalho policial, que torna o critério de avaliação um conceito essencialmente contestado. Os policiais, em resumo, são “os políticos da esquina”.

Então com todas as primazias doutrinárias, adentremos no campo da exploração da pesquisa propriamente dita, a fim de obter resultados que possam nos fornecer critérios que possam ser avaliados, dizemos tal expressão, de forma ainda otimista.

3. O POLÍCIAMENTO OSTENSIVO EM BICICLETA NO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR E SEUS INDICADORES DE DESEMPENHO

O processo de policiamento ostensivo, alvo secundário na nossa pesquisa, no presente trabalho, ao contrário do senso comum, já está instalado nas Policiais Militares do Brasil há certo tempo, como observamos a Polícia Militar do Rio de Janeiro fez uso da bicicleta para a realização do policiamento ostensivo do desde ano de 1950, e ganhou muita força com a implantação da filosofia de polícia comunitária, onde a proximidade com a sociedade é o “carro chefe”, para a eficiência, dos resultados de gestão gerencial, na segurança pública.

O policiamento ciclístico tem vantagens e desvantagens em relação ao policiamento motorizado e ao policiamento a pé. Se estivermos falando de policiamento de proximidade, no qual o contato do policial com os demais cidadãos torna-se central, a bicicleta é um meio de transporte interessantíssimo para a materialização deste objetivo. O cidadão se sentirá menos constrangido em interpelar um policial em bicicleta do que numa viatura quatro rodas.

Naturalmente, a bicicleta é um transporte para uso em curto espaço geográfico de (2 a 5 Quilômetros): mais um ponto para o policiamento comunitário de proximidade, já que impede que o policial se desvincule de determinada área, o

seio comunitário que lhe foi designado para proteger e interagir com os cidadãos. Além do mais, a bicicleta é um transporte saudável ao meio ambiente e ao próprio policial. Onde deve ser empregada em locais onde o gestor busca prevenir pequenos delitos, como furtos, roubos e o tráfico de drogas descentralizado fato declarado segundo Kariya em sua obra - Policiamento com bicicletas como criar uma unidade de patrulha, 2010:

Depois de ponderar sobre como resolver esse dilema, Grady pensou: "bicicletas!" Após conseguir quatro bicicletas novas doadas pela Raleigh, a unidade de patrulha de bicicleta do Departamento de Polícia de Seattle nasceu quando os policiais Grady e Mike Miller saíram às ruas em 10 de julho de 1987. Nos seus primeiros 30 minutos de patrulhamento, a dupla teria feito três prisões por tráfico de drogas. Em seu primeiro mês, eles fizeram 500 detenções por contravenção, que representa cinco vezes a média das patrulhas a pé.

Outras características do policiamento ostensivo processo em bicicleta, destacamos na fala do Tenente Coronel Orlando Tavares Costa Júnior da Polícia Militar de São Paulo, em relação a essa ferramenta que pode ser utilizada em praças, orlas marítimas, pequenas comunidades e centros comerciais são exemplos de locais adequados para o emprego de policiais em bicicletas.

Segundo o tenente-coronel Orlando Taveros Costa Júnior, comandante do 45º Batalhão de Polícia Militar de São Paulo, a **utilização de bicicletas** dá ao policial uma posição de destaque que ele não teria, por exemplo, em uma viatura. "Ele fica mais alto e com uma visão privilegiada da área patrulhada. O atendimento à população é facilitado, já que a **bicicleta pode ser estacionada em qualquer lugar**", explica.

Um dos fatores que também transformam as bicicletas em uma importante ferramenta de policiamento ostensivo é o trânsito congestionado. Com elas, os policiais podem **circular entre os carros** e atravessar pequenos espaços que um carro ou uma moto não conseguiriam. "Já foi demonstrado que as **bicicletas são eficientes** tanto para o policiamento ostensivo quanto no preventivo", complementa Taveros.

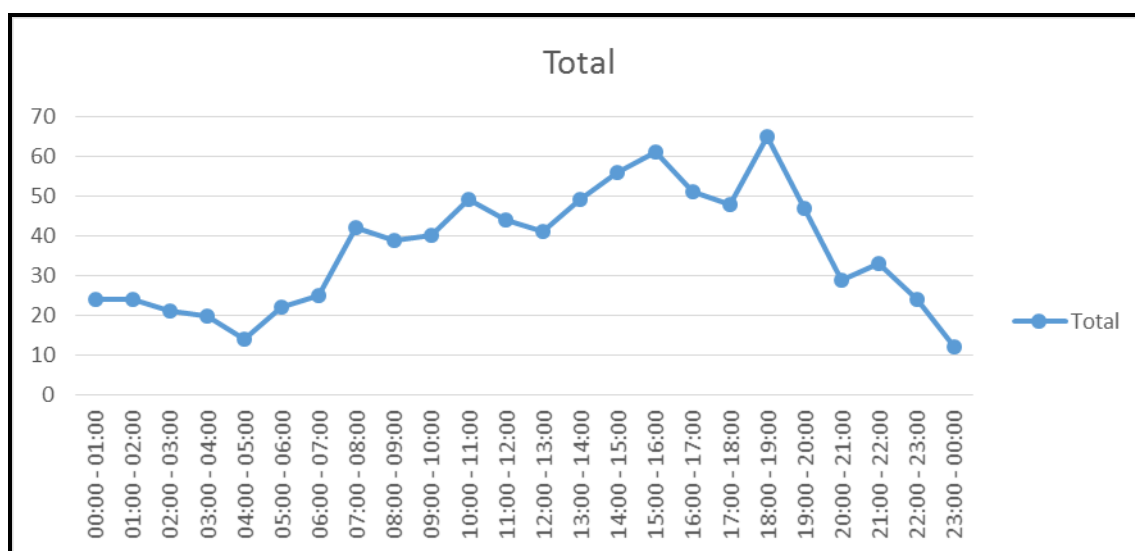
Site (<http://www.euvoudebike.com/2010/06/policiamento-sobre-duas-rodas>)

Assim, 1º Batalhão de Polícia Militar é a peça deste estudo no que tange ser uma das poucas Unidades Policiais do Estado, cujo processo, perdurou com a sua implantação e está ativo até o presente momento, onde constatamos que e sua área tem características pertinentes à utilização da bicicleta no policiamento ostensivo,

sobretudo a 1º Companhia de Policiamento, que tem a sua localização geográfica favorecida para a realização do policiamento ciclístico.

Porém, de que forma está sendo o emprego desse policiamento? Pode ser avaliado? Os policiais militares estão realizando o seu ofício de forma eficiente, eficaz e efetivamente?

Ao observar a área de atuação do policiamento ciclístico da 1º Companhia, podemos afirmar que é pertinente a sua utilização naquela circunscrição por se tratar de uma localização composta predominantemente de comércios, no entanto, também, um sítio propício para a ocorrência de furtos, roubos a transeuntes, e tráfico doméstico de entorpecente devido a sua grande concentração de usuários de entorpecente. Com as palavras do Comandante da Unidade começamos a observar os pré-indicador ao analisar a escala de serviço dos componentes do policiamento ciclístico observou, que durante o policiamento, ou seja, entre 06h30min horas às 12h30min horas e das 13h00min às 18h00min horas, assim, quando observamos a os dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, naquela área observamos um crescimento expressivo na prática de delitos no ausentar do policiamento.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública (2014)

Gráfico 1 - Roubos, Furtos e Drogas no ano de 2014 (Área Centro Norte Cuiabá)

Ao realizar a pesquisa de campo, especificamente os pré-indicadores de avaliação, ou seja, observando necessariamente os policiais militares que atuam no

policciamento ciclístico daquela unidade observamos que a idade do efetivo, 83.33% está entre 30 - 35 anos de idade, ou seja, uma idade que condiz com o processo de policiamento ostensivo em bicicleta, ainda observou que 50% daqueles policiais tem escolaridade de nível superior, ou seja, podemos observar no presente tópico, que o gestor do policiamento tem em sua governança uma “tropa” com certo nível intelectual diferenciado. Quando nos reportamos aos turnos de serviço 50% do efetivo responderam que optaram por aquele horário por estar estudando, assim, podemos avaliar que o gestor prioriza por um efetivo de certa forma capacitado.

Outros pré-indicadores de eficiência que tratamos, são os Equipamentos de Proteções Individuais, pois sem os quais certamente o gestor teria a plena certeza de que o seu efetivo não obteria resultados satisfatórios, quando tratamos de gestão por eficiência, entre os equipamentos (Colete Balístico, Apito, Material de Anotação, Fiel, Algema, Lanterna e Luvas Descartáveis) os quais sempre estiveram presentes nas respostas foram os coletes balísticos e as algemas, ou seja, o efetivo não tem por algum motivo não costuma cautelar por algum motivo desconhecido por este pesquisador, já em relação ao armamento utilizado, 100% do efetivo utiliza pistolas PT40.

Um pré-indicador que chamou a atenção na pesquisa na pesquisa foi a ausência de uma preleção antes do efetivo entrar no policiamento ostensivo com bicicleta, onde o público alvo da pesquisa foi unanime em responder que não há essa aproximação do gestor com os executores antes processo, assim dizendo de forma gerencial.

Assim, a próxima pergunta do questionário da pesquisa de campo ficou prejudicada a sua avaliação, pois o questionamento seria os assuntos tratados durante a preleção antes do serviço.

Assim, como avaliar um policiamento e seu desempenho de forma gerencial, quando a missão da polícia militar, a preservação da ordem pública por meio do policiamento ostensivo, este pesquisador, de forma ousada, pesquisou um “insumo” do nosso produto, ou seja, o policiamento ostensivo, que o policiamento ciclístico utiliza, seria então a abordagem policial a pessoa, onde foi constado que no seu turno de serviço 50% dos componentes de uma guarnição de policiamento ciclístico

abordam entre 05 - 06 pessoas, porém fomos mais além e decidimos avaliar os motivos que levaram os policiais militares a realizar tal abordagem e 33,33% do efetivo utilizou a aproximação da população para realizar as abordagens, ou seja, a população por meio da interação e entrevistas informais o policial obteve dados importante para execução do policiamento ostensivo, outrora, 66,67% do efetivo respondeu outros motivos, que nesse momento esclareço que a fundada suspeita foi apresentada pelos pesquisados como fator preponderante, além da solicitação via CIOSP.

Quando levamos em consideração os indicadores de eficiência e eficácia, durante a pesquisa de campo, no deparamos com uma portaria instituída no ano de 2010 que tem por finalidade mensurar o desempenho de cada policial e que para nossa sorte está sendo adotada na 1^o Companhia de Polícia, observamos então o que menciona Setúbal (2014):

Mas dentro desta perspectiva, o de prestar um serviço de excelência ao indivíduo social, em 28 de janeiro de 2010, o então Comandante Geral da PMMT publicou a Portaria de número 001/APOEG/2010, instituindo na Polícia Militar, o Quadro de Pontuação das Atividades Operacionais, como forma de avaliação do desempenho das Unidades Policiais Militares.

Tinha-se como objetivo a busca da promoção da ordem pública e a inibição de ilícitos penais bem como estimular o serviço operacional e estipular parâmetros para concessões de recompensas como: elogios, dispensas do serviço, soldo imediato, indicação para cursos e desempate na comissão de promoção. Ficava incumbido o Comandante Regional de produzir um controle individualizado por UPM e por policial, e após contabilização dos pontos, enviaria à Assessoria de Planejamento, Estatística e Gestão Operacional da PMMT.

O anexo desta portaria continha uma tabela onde eram pontuados os indicadores das atividades desenvolvidas pelos policiais, que percorriam desde a pontuação máxima 10, relativa à apreensão de arma de fogo, até 0,05 por realização de pontos demonstrativos.

Então adotamos a referente portaria para mensurar o desempenho do efetivo o mês de outubro do corrente ano, onde constatamos que a maioria da ocorrência registrada na Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, pelo policiamento ciclístico, e de natureza - uso de substância entorpecente, e assim, levando em consideração a mensuração dos resultados obtidos constatamos as disparidades da pontuação de cada policial militar, em porcentagem, considerando o total de pontos obtidos pela equipe do policiamento ciclístico, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Tabela 2 - Pontuação do Policiamento Ciclístico referente ao mês Outubro de 2014

Produtividade do Policiamento Ciclístico da 1º Companhia conforme Port. 001/APOEG/2010 PMMT

Componentes do Policiamento Ciclístico	Porcentagem (%)
Policial Militar A	8,06
Policial Militar B	0,00
Policial Militar C	0,00
Policial Militar D	15,86
Policial Militar E	19,89
Policial Militar F	0,00
Policial Militar G	4,03
Policial Militar H	21,51
Policial Militar I	30,65

Fonte: Elaboração do Autor

Observamos então que um determinado policial militar foi responsável por quase 31% dos pontos obtidos pela equipe do policiamento ciclístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar na administração gerencial buscando otimizar os nossos recursos, avaliar as nossas falhas, que não são poucas, e redirecionar os nossos trabalhos com uma meta a ser alcançada, acreditamos que seria uma forma de racionalizar o ofício da polícia militar.

Com esse mecanismo de mensuração poderemos prestar contas aos nossos clientes retomando e concretizando os vínculos da polícia militar com a sociedade, tendo a certeza de que estamos oferecendo o melhor daquilo que temos aos nossos “clientes”.

Destarte, avaliamos que o policiamento ciclístico é uma ferramenta gerencial muito pertinente, sobretudo na área da 1º Companhia de Polícia Militar, área centro norte da capital do Estado de Mato Grosso, que com algumas medidas a serem adotadas após a concretização das pesquisas poderia ser otimizada, ressaltando nesse momento o devido comprometimento da equipe de trabalho do

policiamento ciclístico, executores, e de seus gestores na reavaliação dos processos que estão sendo realizados, tudo isso sob aspectos gerenciais.

Acentuando, assim, um policiamento proativo, mais próximo e vinculado com a comunidade, avultando substancialmente dos nossos indicadores de desempenho números como prisões em flagrante, ou todas as ocorrências polícia que houve a necessidade de restabelecer a ordem, ou seja, o nosso maior desafio seria mensurar a “*prevenção*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003;

ÁVILA, Paulo de Farias. **Indicadores de Desempenho nas ações de polícia preventiva**. Editora Individual. 2003;

DURANTE, Marcelo Ottoni; ZAVATARO, Bruno. **Limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública**. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 76-91, 2007;

KARIYA, Marck. **Policiamento com bicicletas: Como criar uma unidade de patrulha**. Police Magazine. Edição Maio 2004. Tradução e editoração: Denir Mendes Miranda - Revisão: Eduardo Bernhardt, José Lobo, João Guilherme Lacerda Abril de 2010.

KAYANO, Jorge; DE LIMA CALDAS, Eduardo. **Indicadores para o diálogo**. Instituto Pólis, 2001;

SETÚBAL, Rhuyter Rodrigues. **Indicadores de desempenho na atividade operacional de Polícia Preventiva**. 2014;

VERA INSTITUTE OF JUSTICE. **Measuring progress toward safety and justice: a global guide to the design of performance indicators across the justice sector** New York, Vera Institute of Justice, 2003;

ZAVATARO, Bruno. **Da reforma do setor público à avaliação de desempenho das organizações policiais: propostas, limites e desafios**. 2006;

<http://ftp.circuitomt.com.br/editorias/cidades/3278-policiamento-ciclistico-garante-seguranca-na-regiao-central-de-cuiaba.html>, Acesso do 12/11/2014.

<http://www.euvoudebike.com/2010/06/policiamento-sobre-duas-rodas>. Acessado em 12/11/2014.

A ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DO 20º BPM DE JUÍNA QUE POSSUEM O CURSO DO POP FRENTE ÀS OCORRÊNCIAS DE PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO PÚBLICO COM SOM AUTOMOTIVO

Alex Fontes Meira e Silva¹

RESUMO

Este artigo científico pretende apresentar uma análise do atendimento de ocorrências de perturbação do sossego público envolvendo som automotivo no município de Juína, tendo em vista que é uma prática que vem se tornando muito comum, e assim, realizar um diagnóstico da atuação dos policiais militares do 20º Batalhão de Polícia Militar de Juína durante o atendimento dessas ocorrências, verificando a aplicação dos procedimentos operacionais (POP PMMT), o surgimento de outros tipos de ocorrências durante esses atendimentos, expor dificuldades que oram possam existir, além da proposição de sugestões que venham somar para a melhoria e adequações para um bom atendimento da guarnição policial nessas situações.

Palavras-chave: *Perturbação do sossego - som automotivo.*

ABSTRACT

This research paper aims to present an analysis of occurrences of attendance of disturbance of public peace involving car audio in the municipality of Juína, considering that it is a practice that is becoming very common, and thus perform a diagnosis of the performance of the military police 20th Military Police Battalion Juína attendance during these occurrences, verifying the implementation of operational procedures, the emergence of other types of occurrences during these visits, praying out difficulties may exist, besides proposing suggestions that may add for improvement and adjustments for a good attendance of police garrison in these situations.

Keywords: *Disturbance of the peace - vehicle noise.*

¹ Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso, bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, Curso de Formação de Oficiais.

INTRODUÇÃO

Observa-se que é muito comum, principalmente entre os mais jovens – uma prática cada vez mais recorrente na nossa atual realidade – a montagem de aparelhos e instrumentos de som em veículos, aparelhos estes de alta potência, podendo até ser considerados desproporcionais, já que tais equipamentos atingem enormes distâncias e altos volumes quando propagam o som, e isso na maior parte das vezes afeta outras pessoas, gerando assim uma situação de perturbação do sossego. Como no município de Juína ocorre também tal situação, surge o seguinte questionamento: Se durante o atendimento de ocorrências de perturbação do sossego público envolvendo som automotivo, os policiais militares de Juína estão aplicando os procedimentos operacionais do POP de maneira eficaz?

Os Objetivos são analisar as ações empregadas pelos policiais militares do 20º BPM de Juína no atendimento de ocorrência de perturbação do sossego com som automotivo, e diagnosticar possíveis dificuldades no atendimento dessas ocorrências.

A metodologia a ser trabalhada consiste no trabalho bibliográfico sobre a legislação referente ao assunto, como o manual de Procedimento Operacional Padrão POP PMMT, coleta de dados junto ao Sistema de Estatísticas de Ocorrências Policiais – SEOP PMMT e a aplicação de questionários aos policiais militares do 20º Batalhão de Polícia Militar de Juína que possuem o curso do POP.

1. LEGISLAÇÃO E DOCTRINA

Nos grandes centros urbanos, a incidência de poluição sonora é cada vez maior na atualidade, devido a várias causas como, por exemplo, intenso fluxo de trânsito, ruídos oriundos de grandes obras da construção, grandes eventos sejam de lazer, esportes, culturais, religiosos, entre outros. Além da turbulência que diariamente a população passa com a emissão constante de vários tipos de sons e ruídos devido ao ritmo de vida que levam imposto naturalmente pelo trabalho, atividades diárias e outras tarefas, também são muitas vezes submetidas a perturbação do sossego provocada por outras pessoas.

A organização Mundial de Saúde trata tal assunto com preocupação e estabelece que o limite para tolerância seja de 50 decibéis, há uma preocupação com o ser humano, pois, a partir de certos níveis os malefícios para a saúde podem ser prejudiciais, podendo causar insônia, depressão, cansaço, dores de cabeça, aumento da pressão arterial, de tal modo é recomendado que para fugir de tais transtornos: evitar locais com muito barulho ou procurar minimizar os efeitos de tais sons e ruídos.

O som automotivo está presente em praticamente todas as cidades brasileiras e para muitas pessoas é considerado uma prática de lazer e divertimento. Ainda sim com todos os malefícios da emissão irregular de ruídos e sons e com a vasta legislação referente ao assunto, é possível perceber um grande aumento de pessoas utilizando em seus veículos instrumentos e aparelhos de som de alta potência para o uso indiscriminado e por muitas vezes desrespeitando o direito a paz e sossego público de várias pessoas e da sociedade em geral, dessa maneira incidindo a prática de crime e de infrações a partir do momento que fere o ordenamento jurídico.

A questão não é a montagem e o uso de tais aparelhos e equipamentos, mas sim quando sua utilização excede o volume estabelecido em algumas leis que tratam da matéria, e ainda sim mesmo que não esteja descrito de forma específica deve haver uma sensatez para a manutenção de uma sociedade equilibrada?

De acordo a legislação urbana de Cuiabá-MT na lei nº 3.819 de 15 de janeiro de 2004, temos alguns conceitos relativos ao assunto logo abaixo, assim tem se que:

- I - Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
- II - Meio Ambiente: conjunto formado pelo espaço físico e os elementos naturais nele contidos, até o limite do território do município, passível de ser alterado pela atividade humana;
- III - Som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 Hz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;
- IV - Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;²

² CUIABÁ, Prefeitura Municipal de. Lei nº 3.819 de 15 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.cuiaba.mt.gov.br/legislacao/paginas/leis/1999/lei3819.htm>. Acesso em 15 de Outubro de 2014

A perturbação do sossego interrompe a convivência pacífica entre as pessoas em uma sociedade, muitas vezes ocasionadas porque muitos entendem que estão no momento de lazer e diversão, no caso do som automotivo não é diferente, porém, cabe ressaltar que existem normas e regras previstas em lei que limitam certas atitudes do cidadão como pessoa e apesar de o Brasil ser um país democrático de direito, esta convivência quando gera uma quebra da ordem pública com o cometimento de uma infração penal, quem a prática está sujeito a sofrer as sanções que lhe cabem para tal ato.

A lei das contravenções penais datada de 03 de Outubro de 1941 prevê que:

Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheio:

I - com gritaria ou algazarra;

II - exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;

III - abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

IV - provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda:³

Até então somente esta lei descrevia tal conduta, e ainda sim considerada de menor potencial ofensivo, porém, com o passar do tempo e a evolução da sociedade, a poluição sonora passa a ganhar novos contornos e assim surgem novas legislações acerca do assunto, a resolução n. 01 de Março de 1990 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, a perturbação do sossego passa a ser tratada por um outro prisma, logo:

I. A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução.

II. São prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do item anterior os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10151 - Avaliação de Ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT⁴.

³ Decreto - Lei n. 3688 de 03 de Outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em 16 de Outubro de 2014.

⁴ MEIO AMBIENTE, Conselho Nacional do. Resolução n. 01 de 01 de Março de 1990. Disponível em: http://antigo.semace.ce.gov.br/integracao/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=40, acesso em 20 de Outubro de 2014.

A lei de crimes ambientais de 1998, passa estabelecer outro contexto para tal crime, primeiramente temos:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.
§ 1º Se o crime é culposo:
Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa⁵

Relacionando ainda o meio ambiente a poluição sonora, temos a Constituição Federal de 1988 que diz:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações⁶.

Em relação a lei dos crimes ambientais vale ressaltar que trata de danos a saúde humana, e por isso tem relação com a poluição sonora, quando esta afeta o meio ambiente, causando de alguma maneira um desequilíbrio ecológico, porém, tal assunto ainda é alvo de discussões, pois, o art. 59 da mesma lei que tratava da poluição sonora, fora vetado, e para alguns quando se fala em poluição de qualquer natureza, deixa-se um campo muito amplo para entendimento.

Tratando de perturbação do sossego que envolve som automotivo não podemos deixar de citar a lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, que também traz a problemática do assunto, e assim é escrito:

Art. 228. Usar no veículo equipamento com som em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN:
Infração - grave;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - retenção do veículo para regularização⁷.

⁵BRASIL. Lei n. 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998. Lei de crimes ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 21 de Outubro de 2014.

⁶BRASIL. República Federativa do. Constituição Federal. Disponível em http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf225.htm. Acesso em 22 de Outubro de 2014.

⁷BRASIL. Lei n. 9.503 de 23 de Setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em 21 de Outubro de 2014.

Aqui falamos em infração de trânsito, mas há de se destacar como o caput de tal artigo deixa bem claro a preocupação com a perturbação do sossego, tratando inclusive como infração grave. O Trânsito já apresenta ser um grande causador de ruídos, e a utilização de equipamento de som em veículos vem a contribuir para o aumento de da poluição sonora quando do uso irresponsável por parte dos condutores.

2. PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO E ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

É importante frisar que as ocorrências de perturbação do sossego são muito comuns a atividade policial militar, e ocorrem na maior parte das vezes no fim de semana, que é quando a maior parte das pessoas estão em casa descansando, realizando confraternizações ou em outros ambientes de recreação, lazer, enfim, são várias as situações. É muito comum o uso de som, pois, a música é um gosto, um hobby, um passatempo para muitas pessoas. No caso específico de som automotivo, este ocorre em vias públicas, em locais públicos ou até mesmo em residências, além de outros locais, já que tais veículos quando equipados com toda a aparelhagem, geralmente se utilizam de uma bateria reserva, exclusiva para alimentar o equipamento de som.

Outro fato interessante a se observar é que as ocorrências de perturbação do sossego muitas vezes vêm acompanhado de um clima de euforia, por muitas vezes senão a maioria, provocado pelo uso de álcool, e assim surgem alguns desdobramentos que podem ocasionar situações até mais graves. O infrator da lei, quando comete o crime de perturbação quer sobrepor o seu direito acima de outras pessoas, e isso, também gera uma situação de conflito, pois, o acionamento da guarnição policial para atendimento de ocorrência dessa natureza, por muitas vezes faz com que o infrator passe a focar a vizinha que a denunciou, gerando um desconforto entre tais partes.

A Polícia Militar no cumprimento do seu de dever constitucional de preservação da ordem pública deve atuar para promover a tranquilidade social e a paz coletiva, sendo assim, e importante observar que todo cidadão tem direito ao

silêncio e que o sossego público não é um bem jurídico irrelevante, por isso no atendimento de ocorrência de natureza de perturbação do sossego público deve atuar com a convicção que suas ações estão respaldadas pelo ordenamento jurídico, ali está representado o estado, que deve coibir tal prática e garantir que todo cidadão tenha respeitado o seu direito ao descanso, a paz, a tranquilidade seja onde estiver.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no ano de 2009 adotou o manual de Procedimento Operacional Padrão - POP, em que são estabelecidos vários procedimentos operacionais para a atuação das guarnições policiais que diariamente lidam com as mais diversas situações e ocorrências. Dessa maneira no módulo IV (ocorrências policiais) do referido manual estão previstas quais ações a serem seguidas no atendimento de ocorrências de perturbação do Sossego público, logo temos a sequência de ações previstas no processo 403, procedimento 403.1:

Recebimento da ocorrência pelo Centro de Operações ou deparar-se com a ocorrência;
Avaliação do tipo de perturbação do sossego;
Acionar o órgão competente para atuar, caso exista;
Identificação das partes;
Elaborar BO/PM para encaminhamento a repartição pública pertinente ou se for o caso: JECrim;
Arrolar testemunhas, constando-as no BO;
Havendo recusa do restabelecimento da ordem, conduzir coercitivamente o infrator da lei a repartição pública pertinente;
Solicitar apoio policial, se necessário;
Orientar as partes, no caso de liberação no local dos fatos, quanto ao comparecimento aos órgãos pertinentes municipais / estaduais / JECrim;
Encerrar a ocorrência, passando os dados para o Centro de Operações/CIOSP⁸.

E com a aplicação das ações operacionais descritas no procedimento 403.1 do referido manual espera-se alcançar os seguintes resultados:

Que o Policial Militar tenha segurança nas decisões dos procedimentos adotados na ocorrência;
Que o Policial Militar faça contato com as partes da ocorrência, buscando a verdade;
Que o Policial Militar saiba distinguir os casos em que tal ocorrência seja conduzida ao Distrito Policial;
Que o Policial Militar seja mais ágil nas decisões e elaboração de BO;
Restabelecimento da ordem pública;
Empenho da guarnição para que haja composição de acordo entre as partes;
Uso da legalidade da condução do infrator ao Distrito Policial;

⁸ MATO GROSSO, Polícia Militar do Estado de. Manual de procedimento Operacional Padrão. 2009.
Alex Fontes Meira e Silva

Com a intensificação do patrulhamento que venha a coibir futuras reincidências da conduta infratora⁹.

3. O 20º BPM E SUA ATUAÇÃO

A cidade de Juína localizada a 735 KM da capital Cuiabá está situada a noroeste do Estado de Mato Grosso e possui segundo dados do IBGE cerca de 39.000 habitantes, o 20º Batalhão de Polícia Militar é responsável pelo policiamento no município de Juína, com um efetivo de 67 (sessenta e sete) policiais militares escalados diuturnamente para servir e proteger a população juinense, e como em outros lugares não é diferente a situação de perturbação do sossego público que também ocorre, principalmente nos finais de semana e na maior parte das vezes provocados por som. No município de Juína também acompanhando a tendência da preocupação com a perturbação do sossego e a busca de um convívio equilibrado foi instituído em 1993 o Código de Postura de Juína, que traz em seu texto:

Art. 42 - É expressamente proibido perturbar o sossego com ruídos som excessivos, evitáveis tais como:

I - os motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com este em mau estado de funcionamento;

II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou outros aparelhos;

III - A propaganda realizada com auto - falantes, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - Os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

V - Os produzidos por arma de fogo;

VI - Os de apitos ou silvas de sirenes de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30(trinta) segundos, ou depois das 22(vinte duas) horas e até às 4(quatro) horas do dia seguinte;

VII - Som ao vivo nos bares, restaurantes, trailers, depois das 23 horas, sem a prévia autorização desta Prefeitura e outras autoridades.

Art. 43 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído que perturbe o sossego público, antes da 7:00 horas e depois das 22:00 horas, nas proximidades de hospitais, escolas e casas residenciais¹⁰.

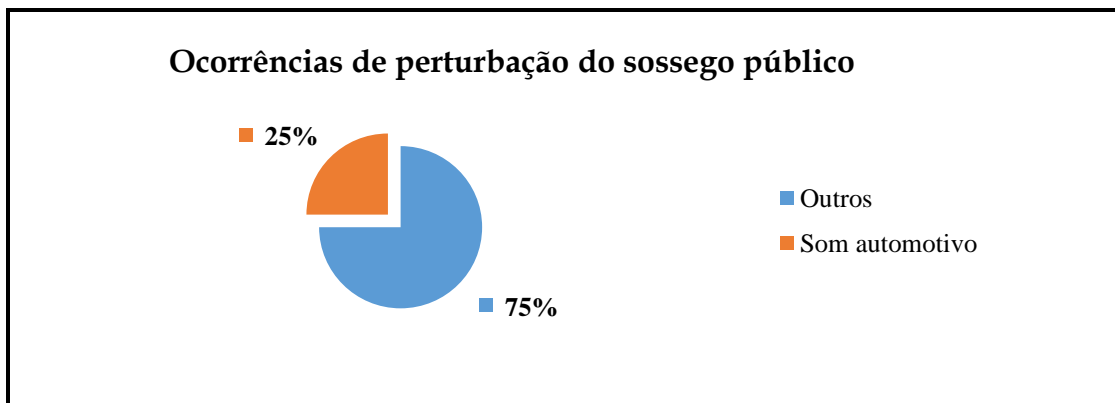
Constata - se dessa maneira que o município possui legislação municipal para tratar tal assunto, sendo estabelecidos inclusive horários específicos, fato este muito importante para coibir tais práticas, devendo haver aplicação da lei na prática

⁹ MATO GROSSO, Polícia Militar do Estado de. Manual de procedimento Operacional Padrão. 2009.

¹⁰ JUÍNA, Prefeitura Municipal de. Lei n. 356 de 1993. Código de Postura do município de Juína.

e não somente ficar inerte, por isso é importante que as autoridades policiais tenham conhecimento desta lei.

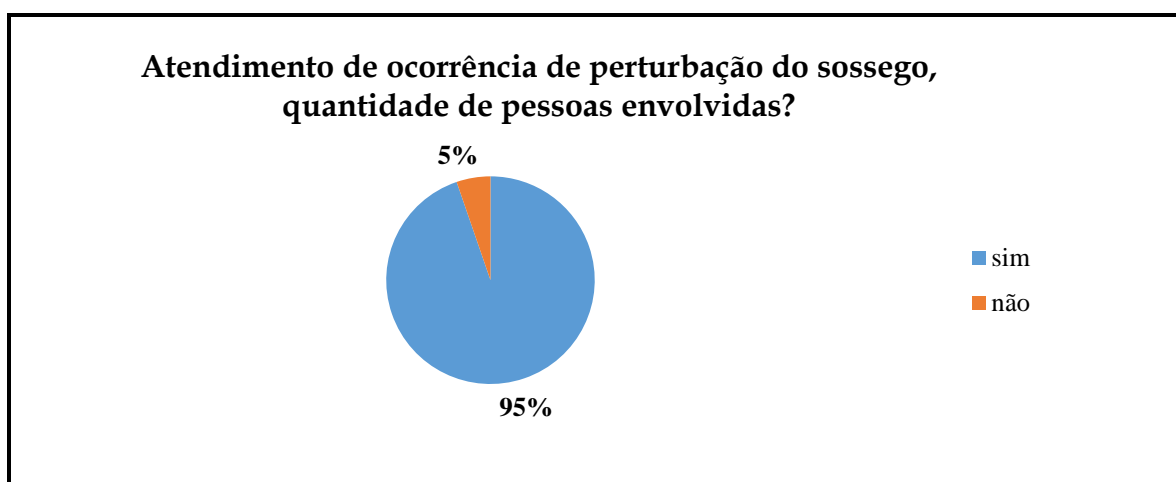
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS



Fonte: SEOP PMMT

Figura 1: Gráfico de ocorrências de perturbação do sossego público atendidas pelo 20º BPM de Juína no período de Setembro de 2013 a Setembro de 2014.

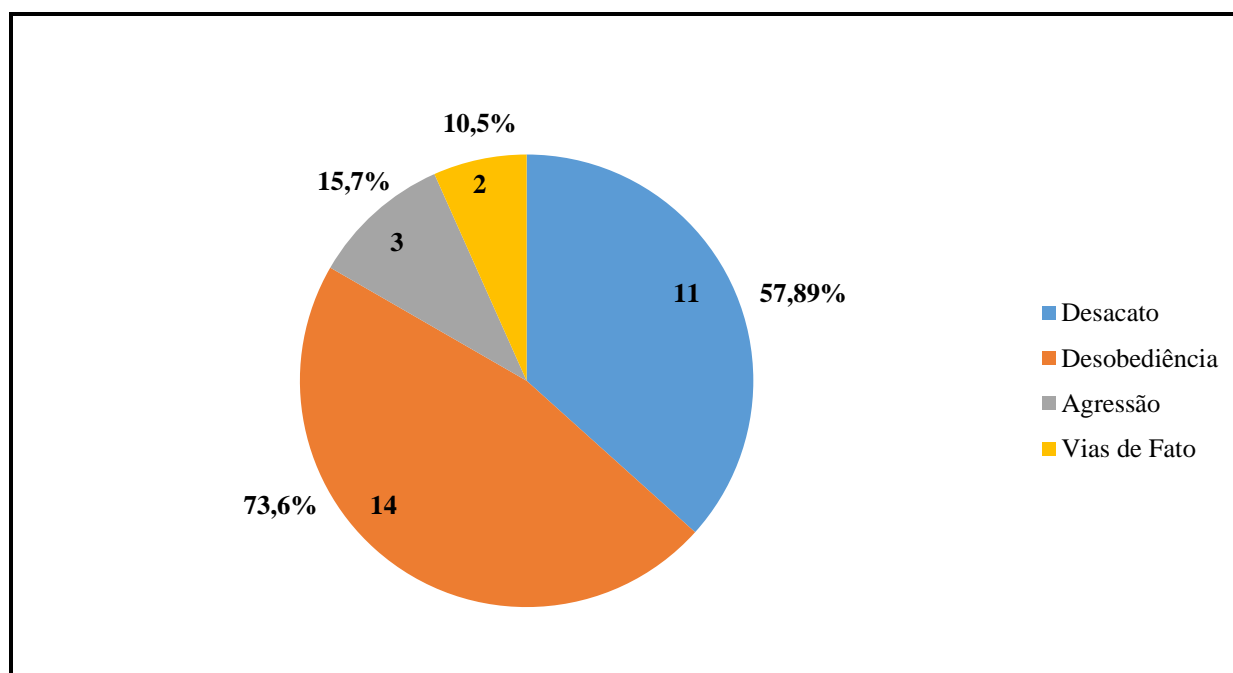
Neste gráfico, verifica - se que das ocorrências atendidas pelo 20º BPM de Juína, 25% são relativas a prática do som automotivo, dessa maneira constata - se que no local da pesquisa ocorre tal cometimento desse tipo de infração penal.



Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 2: Durante o atendimento de ocorrência de perturbação do sossego com som automotivo você avalia a quantidade de pessoas envolvidas?

No gráfico 2 em relação a avaliação da quantidade de pessoas envolvidas nessas ocorrências, 95% do policiais fazem tal análise, procedimento este que é previsto nas atividades críticas do procedimento 403.1 e por isso esta ação é muito relevante e importante, pois, assim, é possível estabelecer um panorama da situação apresentada e a guarnição policial de serviço passará a agir para evitar futuros desdobramentos para outras naturezas de ocorrências, conseguir identificar as partes envolvidas, bem como solicitar reforço se necessário. Deve - se ressaltar que geralmente os infratores da lei que praticam tal conduta estão cercados de pessoas ao redor dos veículos, fator este que pode ser agravante para aquelas agirem contra a guarnição PM, pois, na maior parte das vezes estão em maior número.



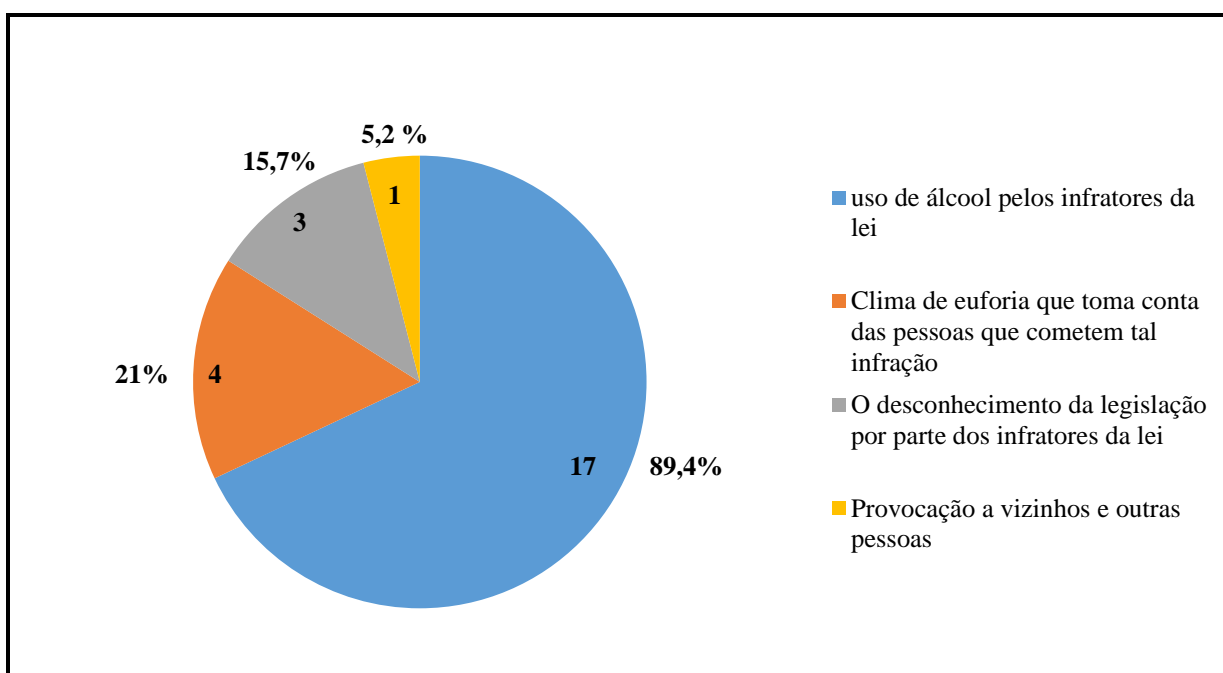
Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 3: Se você já atendeu ocorrência de perturbação do sossego com som automotivo que gerou desdobramento para outro tipo de ocorrência, cite qual a natureza?

No gráfico 3, temos o atendimento de outras naturezas de ocorrência geradas posteriormente durante o atendimento de ocorrência de perturbação do sossego com som automotivo, sendo assim, constata - se que dos 19 policiais militares entrevistados, 14 deles, o que corresponde a 73,6%, já atenderam ocorrência de

Desobediência, 11 Policias militares relatam que já atenderam ocorrência de desacato o que corresponde a 57,89%, e em relação a outras naturezas 3 policiais (15,7%) responderam que já atenderam ocorrência de agressão e 2 PM's (10,5%) já atuarem em ocorrência de vias de fato.

Neste gráfico deve se levar em consideração que alguns militares responderam a mais de uma alternativa, portanto cada natureza elencada no gráfico foi analisada de forma independente, por isso a porcentagem apresentada é especifica a cada natureza de ocorrência.



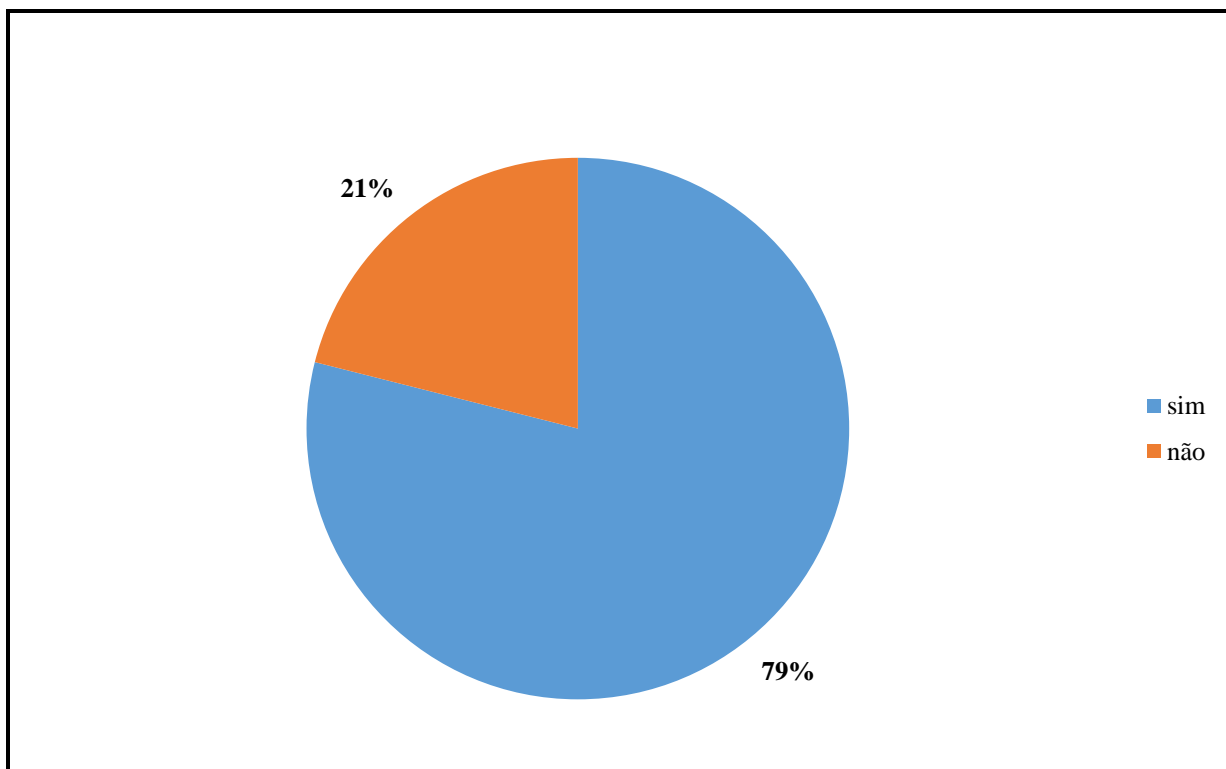
Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 4: Em sua opinião o desdobramento para outro tipo de ocorrência no atendimento de perturbação do sossego com som automotivo se deve a que?

No gráfico acima é mostrado a motivação que causa o desdobramento para outras naturezas de ocorrência, e assim, é notado que para 89,4% dos policiais questionados, o uso de álcool pelos infratores da lei é a causa mais recorrente para gerar outras ocorrências policiais, para 21% o clima de euforia que toma conta das pessoas, para 15,7% o desconhecimento da legislação e para 5,2 % a provocação a vizinhos e outras pessoas.

Tem se assim um quadro que demonstra que os infratores da lei relutam em atender a ordens emanadas pela guarnição policial e há a resistência dos infratores em colaborar com a guarnição policial, logo fazendo uma ligação com o gráfico 3, nota se que estas ocorrências que surgem neste atendimento estão relacionadas com estes motivos aqui apresentados.

E como a exemplo do gráfico anterior alguns dos profissionais que responderam ao questionário assinalaram mais de uma alternativa, logo, cada opção marcada foi analisada de maneira independente chegando - se aos resultados apresentados.



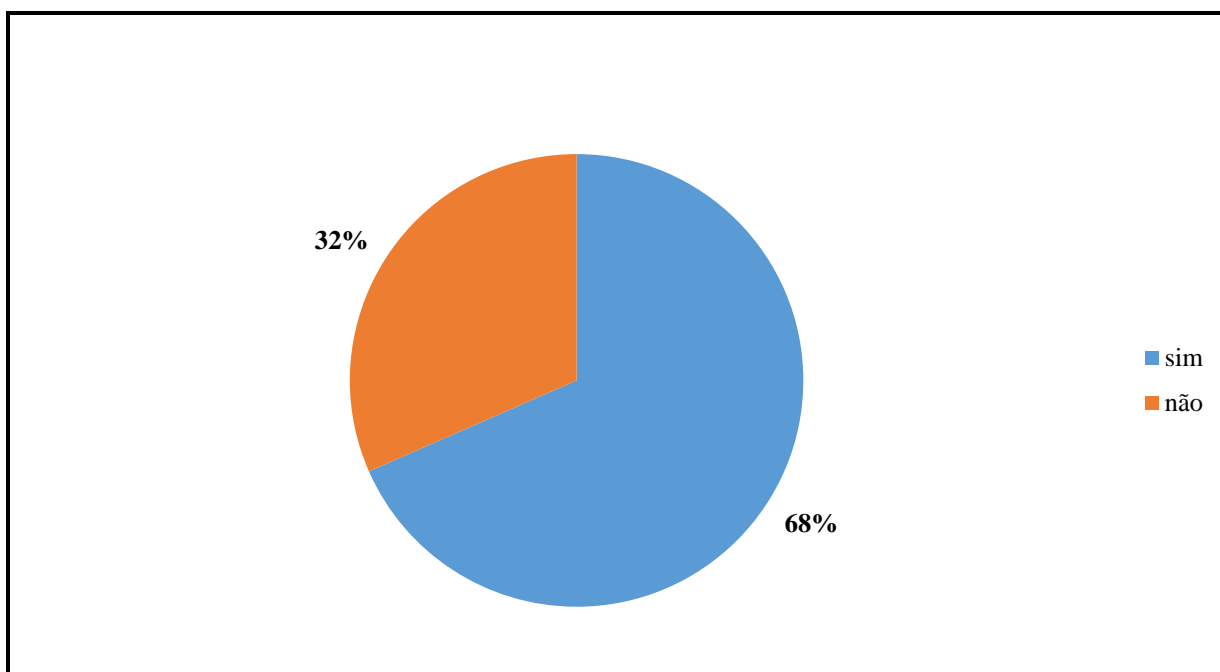
Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 5: Em sua opinião a aplicação correta dos procedimentos operacionais previstos no procedimento 403.1 evita o desdobramento para outro tipo de ocorrência no atendimento de perturbação do sossego com som automotivo?

No gráfico 5 para 79% dos Policiais a aplicação correta das ações do procedimento 403.1 evita o desdobramento para outras naturezas de ocorrência, o que denota que os militares entrevistados em sua maioria reconhecem como

importante o procedimento, o que conseqüentemente remete a sua aplicação na prática.

Esses tipos de ocorrências muitas vezes parecem ser situações simples, porém, há de se convir que esse contexto de uso de veículos com som, aglomeração de pessoas, uso de álcool e o clima de euforia que toma conta das pessoas se torna um ambiente propício para o surgimento de situações mais graves, logo a importância da aplicação correta das ações operacionais previstas, para assim, se atingir os resultados esperados e que a guarnição policial cumpra seu papel dentro da legalidade e restabeleça a ordem, a paz coletiva e o sossego da sociedade.



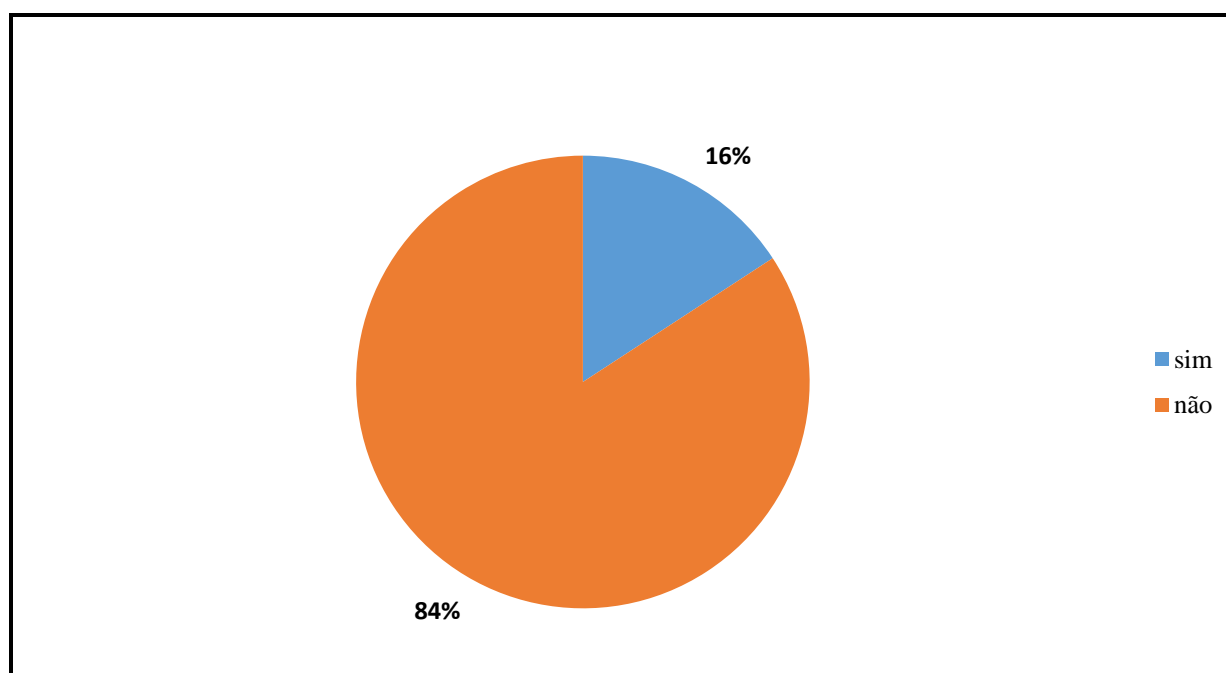
Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 6: Em termos práticos, você acredita que mesmo com a aplicação correta dos procedimentos operacionais previstos no procedimento 403.1, ainda sim, existe dificuldades para a guarnição policial?

No gráfico 6, para 68% dos policiais militares ainda existe dificuldades no atendimento de ocorrência de perturbação do sossego com som automotivo mesmo com a aplicação correta dos procedimentos operacionais, dentre os motivos elencados nos questionários são citados: o efetivo de 2(dois) policiais por viatura, o consumo de álcool, que leva os infratores apresentarem estado de embriagues

alcoólica, falta de órgão competente para autuar os infratores e a falta de equipamento necessário para o atendimento, como por exemplo o decibelímetro.

É possível estabelecer uma relação com o gráfico 4, em que os profissionais entrevistados relatam que o uso de álcool por parte dos infratores da lei é o principal motivo que pode levar a outras ocorrências e aqui nesta análise tal motivo é colocado como uma dificuldade para a ação da guarnição policial, logo tem-se a dimensão que o uso de álcool potencializa a atitude das pessoas infratoras da lei, fazendo com que estas não aceitem o cumprimento da lei por parte da Polícia Militar.



Fonte: questionário aplicado aos policiais militares do 20º BPM que possuem o curso do POP.

Figura 7: Você acha que pode ser acrescentado alguma ação operacional para a melhoria ou adequação do procedimento 403.1, se tratando de perturbação do sossego com som automotivo?

No gráfico 7, para 84% dos policiais militares que participaram da pesquisa, não há a necessidade de acrescentar ou adequar ações operacionais no processo 403, procedimento 403.1, e para 16% sim, sendo sugerido o acréscimo de uma máquina filmadora como equipamento obrigatório para a atuação da guarnição nesses tipos de ocorrências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados da pesquisa pode se perceber que para a maior parte dos policiais o procedimento 403.1 do Manual de Procedimento Operacional Padrão - POP é muito importante no atendimento de ocorrências de perturbação do sossego envolvendo som automotivo, e através dos dados expostos nota se que há a aplicação de tais procedimentos por parte das guarnições policiais, pois demonstraram no decorrer das respostas do questionário a importância da aplicação dos procedimentos bem como elencaram as dificuldades ora surgidas durante o atendimento em situações reais, o que ocorre na realidade durante o serviço policial.

Devem ser consideradas também outras variáveis, como foi demonstrado na pesquisa para a maior parte dos policiais o uso de álcool por parte dos infratores e o clima de euforia que toma conta das pessoas são as causas mais comuns para o desdobramento de outras ocorrências, o álcool é a causa crucial que leva as pessoas a se exaltarem e se comportarem de maneira agressiva, praticando assim outros crimes, sendo as ocorrências de desobediência e desacato as mais recorrentes nessas situações.

Entre as dificuldades apresentadas nas pesquisas cita - se o número de policiais por viatura, o uso de álcool, a falta de equipamentos e a falta de órgão competente pela Prefeitura Municipal, mas ainda assim, houve a aprovação da maioria dos policiais, das ações previstas no procedimento e como sugestão deixada fora relatado pela inclusão de uma máquina filmadora como equipamento obrigatório no atendimento de ocorrências de perturbação do sossego público para assim subsidiar as ações policiais e gerar posteriores punições perante a lei aos excessos provocados por estes infratores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto – Lei n. 3688 de 03 de Outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em 16 de Outubro de 2014.

BRASIL. Lei n. 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998. **Lei de crimes ambientais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 21 de Outubro de 2014.

BRASIL. República Federativa do. **Constituição Federal**. Disponível em http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf225.htm. Acesso em 22 de Outubro de 2014.

BRASIL. Lei n. 9.503 de 23 de Setembro de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em 21 de Outubro de 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n. 01 de 01 de Março de 1990**. Disponível em: http://antigo.semace.ce.gov.br/integracao/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=40, acesso em 20 de Outubro de 2014.

CUIABÁ, Prefeitura Municipal de. **Lei nº 3.819 de 15 de janeiro de 2004**. Disponível em <http://www.cuiaba.mt.gov.br/legislacao/paginas/leis/1999/lei3819.htm>. Acesso em 15 de Outubro de 2014.

MATO GROSSO, Polícia Militar do Estado de. **Manual de procedimento Operacional Padrão**. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA. Lei n. 356 de 1993. **Código de Postura do município de Juína**.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM DIAGNÓSTICO AVALIATIVO NA ÀREA DO 22ª BPM

Pedro Miguel de Sousa¹

RESUMO

A qualidade de vida no trabalho (QVT) é tema de discussão, pois proporciona uma maior participação dos funcionários e um ambiente de integração entre colegas e local de trabalho. Aborda dois aspectos fundamentais que é o bem-estar do trabalhador e a eficácia da organização. O objetivo desse estudo é verificar e analisar a qualidade de vida no trabalho do efetivo da área 22º Batalhão de Polícia Militar, visando propor ações que contribuam para essa melhoria. Este estudo buscou conhecer a qualidade de vida no trabalho dos policiais militares do 22º BPM, identificar seus anseios e entendimentos sobre QVT, e responder ao seguinte questionamento: É possível diagnosticar índices de QVT na área do 22º BPM? Para análise buscamos o modelo de Walton (1973) com 08 (oito) quesitos, por ser mais contundente, e que possibilitou levantar dados acerca dos aspectos internos e externos que compõe a QVT. O recorte foi de 20 policiais militares (praças), selecionados aleatoriamente dentro da área 22º BPM com emprego de questionário. Pode-se observar que os índices de QVT no trabalho foram avaliados de forma negativa pelos policiais militares, revelando assim que a instituição Polícia Militar necessita melhorar a sua gestão na QVT.

Palavras-chave: *Qualidade de vida no trabalho - 22º Batalhão de Polícia Militar - bem-estar.*

ABSTRACT

The quality of work life (QVT) is the subject of discussion as it provides greater employee participation and an environment of integration between colleagues and the workplace. Addresses two fundamental aspects that worker well-being and organizational effectiveness. The aim of this study is to verify and analyze the quality of work life of the effective area 22 Military Police Battalion, in order to propose actions that contribute to the improvement. This study was to analyze the quality of work life of the military police of 22 BPM, identify their expectations and understandings of QVT, and answer the following question: Is it possible to diagnose QVT rates in the area of 22 BPM? For analysis we seek the model of Walton (1973) with 08 (eight) questions, to be more forceful, and which allowed to collect data about the internal and external aspects that make up the QVT. The clipping was 20 military police (squares), randomly selected within the area 22 BPM with questionnaire employment. It can be observed that the QVT rates in the study were evaluated negatively by the military police, revealing how the military police institution needs to improve its management in the QVT.

Keywords: *Quality of life at work - 22 Military Police Battalion - welfare.*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV; Especialista em Gestão Pública pela UFMT.

INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil passou a ser considerado problema principal na Administração Pública, ganhou na última década enorme visibilidade, jamais, em nossa história recente, esteve tão presente em debates de especialistas. Nesse conceito de segurança pública, encontramos como um dos órgãos responsáveis pela prevenção a instituição Polícia Militar.

A Instituição Polícia Militar, está devidamente alicerçada nos pilares básicos da hierarquia e disciplina, o que faz com esta organização pública esteja formatada no modelo de administração burocrata, logo novos modelos e estratégias de administração enfrentam dificuldades de implantação (AVILA & SOLVINSK, 2011).

Segundo Chiavenato, (2008, p. 9), as organizações estão mudando os seus conceitos e alterando as suas práticas gerenciais, pois buscaram investir no funcionário, na pessoa que faz parte da empresa, pois estas pessoas passam a constituir o elemento básico do sucesso empresarial.

De acordo com Limongi-França (1997) QVT deve ter um entendimento abrangente das condições de vida no trabalho, considerar aspectos de bem estar, saúde (mental e social), segurança não só na organização como fora dela.

A Pesquisa no 22º Batalhão de Polícia Militar tem com finalidade a abordagem Qualidade de Vida no Trabalho, buscando assim responder ao seguinte questionamento: É possível diagnosticar índices de qualidade de vida no trabalho (QVT) na área do 22º BPM?

Este estudo tem como objetivo verificar e analisar a qualidade de vida no trabalho do efetivo da área 22º BPM, com vistas a propor ações que contribuam para a melhoria da QVT.

O estudo buscou trazer em um primeiro momento o conceito e origem de qualidade de vida no trabalho, para isso fora estudado diversos modelos para avaliação de QVT, modelo de Walton (1973), Hackman & Oldham (1974), Nadler e Lawer (1983) e Asfora & Dias (2006), sendo que o primeiro e último modelo serviram de base para Avila e Sovinski (2011) criarem uma proposta para avaliar a qualidade de vida no trabalho dos policiais militares do Estado de Mato Grosso, proposta está utilizada neste trabalho em forma de questionário.

A metodologia deste trabalho possui caráter qualitativa, segundo Oliveira e Lima (2012, p.13) “os princípios que caracterizam a abordagem qualitativa da pesquisa é descrição, a interpretação, a procura dos significados para fenômenos estudados”. Possui ainda caráter quantitativo, segundo Marconi e Lakatos (2001), “tudo que pode ser mensurado em números, classificados e analisados”. Neste trabalho fora realizado uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com a finalidade de coletar dados para solução do problema.

Este trabalho visa contribuir para a melhoria de QVT do efetivo da Polícia Militar, na área do 22º Batalhão de Polícia Militar, região norte do Estado de Mato Grosso, para que o policial possa realizar seu trabalho com maior tranquilidade, com isso alcançando maior rendimento e efetividade nas ações de policiamento ostensivo.

1. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A qualidade de vida possui uma definição de nível de prazer na vida de uma pessoa, envolve a parte física, espiritual, mental, psicológica e emocional. Pode-se dizer que qualidade de vida está atrelada a vários fatores, como o menor deles, as necessidades básicas de uma pessoa, estas devem ser atendidas para que elas tenham uma elevada qualidade de vida, ou seja, a pessoa deve estar saudável, ter alimentação suficiente para comer, e um lugar para morar.

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com marca da relatividade cultural (MINAYO; HARTZ e BUSS, 2000, p. 8).

Assim, verifica -se que a qualidade de vida, é as condições de existência de uma pessoa, pois não podemos dizer que uma pessoa doente possua alta qualidade de vida, haja vista que não são capazes de cuidar de si mesmas, realizar atividades que gostam devido as restrições físicas, mentais ou financeiras.

Com o advento da globalização, hoje muito se tem discutido o tema Qualidade de Vida com o foco no trabalho (QVT), pois com a diminuição das fronteiras tecnológicas, onde o trabalhador busca atender a demanda das empresas, com produção em larga escala, trabalho de qualidade, pois as empresas têm como objetivo competir de forma igualitária com as demais empresas.

Ao incorporar uma certa imprecisão conceitual, Qualidade de Vida no Trabalho, da margem a uma série de práticas que estão nela contidas, as quais se aproximam, ora se confundem com qualidade de processo e de produto, através dos programas de qualidade total, que hoje impregnam as propostas de práticas empresariais (RODRIGUES, 2011).

2. ORIGEM DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Segundo Rodrigues (2011), desde a existência do homem busca se a qualidade de vida no trabalho, com o objetivo de facilitar, trazer satisfação e bem estar ao trabalhador na realização de seus trabalhos. Ano 300 a.C., os princípios de geometria do matemático Euclides de Alexandria, foram utilizados para aperfeiçoar o método de trabalho dos agricultores a margem do Nilo. Outro exemplo da antiguidade foram a “Lei das Alavancas”, de Arquimedes, esta em 287 antes a.C., ajudou a diminuir os esforços físicos de muitos trabalhadores.

Dessa forma, verifica se que desde a antiguidade Qualidade de Vida no Trabalho é buscada pelos trabalhadores, segundo Motta e Vasconcelos (2006, p. 49 a 51) o psicólogo industrial australiano Mayo, buscou através de suas pesquisas ajudar a consolidar bases dos movimentos das relações humanas, Mayo através de suas críticas sobre a Escola de Administração Científica fora fundamental para a Escola das Relações Humanas. Para o psicólogo o grupo é uma tendência natural do indivíduo e a produtividade função direta de satisfação no trabalho, este, depende do padrão social não convencional do grupo de trabalho, ignorando assim a existência de conflito entre indivíduo e grupo.

Já na década de 50, na Inglaterra, Eric Trist e seus ajudantes, realizaram estudos para tentar compreender a relação existente entre indivíduos, trabalho e

organização. Eles observaram que um dos aspectos fundamentais é a realização do indivíduo no trabalho.

Em 1950, no “Tavistock institute” em Londres, Eric trist e colaboradores desenvolveram uma série de estudos que deram origem a uma abordagem sóciotécnica em relação a organização do trabalho, tendo como base a satisfação do trabalhador no trabalho e em relação a ele (RODRIGUES, 2011, p. 76).

Vários autores contextualizaram a origem da Qualidade de Vida no Trabalho, entre eles destaca-se o trabalho de Abrahan H. Maslow, que imaginou a hierarquia das necessidades, compostas das cinco necessidades fundamentais: fisiológicas, segurança, amor, auto estima e auto-realização. Douglas McGregor, autor da Teoria X, por sua vez, considerava, entre outras coisas, que o compromisso com os objetivos depende das recompensas à sua consecução, e que o ser humano não só aprende a aceitar as responsabilidades, como passa a procurá-las, conforme (FERREIRA; REIS e PEREIRA, 1999).

Nadler e Lawler, (*apud* RODRIGUES, 2011), ilustra uma interessante e abrangente visão da evolução do conceito de QVT, conforme o Tabela 1.

Tabela 1 - Definições evolutivas da QVT

PERÍODO	FOCO PRINCIPAL	DEFINIÇÃO
1959/1972	Variável	A QVT foi tratada como reação individual ao trabalho ou as consequências pessoais de experiência do Trabalho.
1969/1975	Abordagem	A QVT dava ênfase ao indivíduo antes de dar ênfase aos resultados organizacionais, mas ao mesmo tempo era vista como um elo dos projetos cooperativos de trabalho gerencial.
1972/1975	Método	A QVT foi o meio para o engrandecimento do ambiente de trabalho e a execução de maior produtividade e satisfação.
1975/1980	Movimento	A QVT, como movimento, visa a utilização dos termos “gerenciamento participativo” e “democracia industrial” com bastante frequência, invocador como ideais do movimento.
1979/1983	Tudo	A QVT é vista como um conceito global e como uma forma de enfrentar os problemas de qualidade e produtividade.
Previsão futura	Nada	A globalização da definição trará como consequência inevitável a descrença de alguns setores sobre o termo QVT. E para estes QVT nada representará.

Fonte: Nadler e Lawler, 1983: 22-24, (*apud* RODRIGUES, 2011).

3. MODELOS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Estudiosos das mais diversas áreas passaram a investigar e analisar o fenômeno da Qualidade de Vida no ambiente de trabalho, que, posteriormente desmembra-se da sua variável inicial, Qualidade de Vida, dando origem a um novo indicador: a qualidade de vida no Trabalho (QVT).

Inicialmente, com os economistas liberais, passando pela Administração Científica e Escola de Relações Humanas, o bem-estar do trabalhador e a adaptação tarefa/trabalho foram estudados e teorizados de varias formas, algumas complementares; outras se contradizendo (RODRIGUES, 2011, p. 76).

A subjetividade na conceituação de QVT promove a existência de modelos teóricos distintos para avaliação desta variável. Assim será realizado abaixo uma análise dos principais modelos de avaliação de QVT, serão abordados: Walton (1973), Hackman e Oldham (1974), Nadler e Lawler (1983), Asfora & Dias (2006).

3.1 MODELO DE WALTON

Segundo Viera (1996) o modelo de Walton é um mais conhecido, devido a sua amplitude, pois abrange vários fatores internos e externo, é considerado um referencial, este modelo estabelece oito fatores que devem ser levados em conta para avaliar a qualidade de vida no trabalho.

Segundo Walton (*apud* CHIAVENATO, 2008, p. 489, 490), são oitos os fatores que afetam a QVT:

1. Compensação justa e adequada: Engloba as relações entre o pagamento e fatores do trabalho, como treinamento, responsabilidade e condições de trabalho, como a oferta e procura do mercado, a média salarial de uma população e a participação nos lucros e resultados da empresa que representa os indicadores que determinam o quão justo é o pagamento. Dois fatores são importantes para determinar a QVT: Renda adequada e compensação justa;
2. Condições de segurança e saúde no trabalho: Demonstra as condições físicas e a jornada de trabalho, elencamos o pagamento de horas extras para os trabalhos que excedem a carga horária, para que as condições de trabalho sejam adequadas devem ser minimizados os ruídos e poluição no ambiente de trabalho, ou fornecimento de material de segurança.
3. Utilização e desenvolvimento de capacidades: Os diferentes postos de trabalho possuem níveis diferenciados no que diz respeito ao quanto o trabalhador pode desenvolver as suas habilidades e conhecimentos. Algumas das qualidades necessárias ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos são: autonomia,

- múltiplas habilidades, perspectivas de crescimento profissional, acesso as informações, trabalho como um todo e planejamento;
4. Oportunidades de crescimento contínuo e segurança: Faz menção às oportunidades de crescimento profissional do trabalhador, seja através de um enriquecimento curricular ou uma promoção de cargo. Aborda também os quesitos segurança e estabilidade no trabalho. Os fatores de influência neste critério são: desenvolvimento, aplicações futuras e oportunidade de avanço;
5. Integração social na organização: Engloba os aspectos vinculados ao relacionamento pessoal e auto-estima no local do trabalho, os fatores de influência destes critérios estão relacionados: - preconceito, igualdade social, mobilidade social, companheirismo e senso comunitário e outros;
6. Constitucionalismo: Os membros de uma empresa são afetados pelas decisões tomadas. Tais decisões podem favorecer interesses pessoais na organização. Nessa perspectiva, deve haver o constitucionalismo para proteger os trabalhadores de ações arbitrárias. Os elementos-chave do constitucionalismo na empresa são: privacidade, liberdade de expressão, equidade, igualdade perante a lei
7. Trabalho e espaço total de vida: As experiências vivenciadas no trabalho refletem de forma positiva ou negativa em outras esferas da vida, tais como o convívio familiar ou social. A jornada de trabalho exaustiva e constantes mudanças de residência podem constituir sérios problemas familiares. Se o trabalho não consome tanto tempo e não proporciona tamanho desgaste físico, o trabalhador, em seu tempo livre, pode realizar mais atividades de lazer na presença de sua família;
8. Relevância social da vida no trabalho: A responsabilidade social praticada pela empresa é percebida pelo trabalhador, de forma a melhorar a sua auto-estima. Dentre as atividades de responsabilidade social, podem ser elencadas: minimização da emissão de poluentes, reaproveitamento do lixo, alianças com países desenvolvidos, participação em programas de auxílio às populações de baixa renda.

O modelo de Walton permanece, mesmo passando por quase quatro décadas da sua publicação, este modelo é um dos mais utilizados para subsidiar pesquisas, quantitativas e qualitativas, na área de qualidade de vida no trabalho. Os critérios apresentados são intervenientes na QVT de modo geral, sendo determinantes dos níveis de satisfação experimentados pelos clientes interno, tendo repercussão no nível de desempenho.

3.2 MODELO DE HACKMAN E OLDHAM

De acordo com Vieira (2011), o estudo da influência das características da tarefa, iniciou com Turner e Lawrence, posteriormente foi aperfeiçoamento Hackman e Lawler (1971), fora sistematizado por Hackman e Oldham (1975).

O modelo de Hackman e Oldham (1975), chegou à conclusão de que os resultados positivos pessoais e do trabalho (alta motivação interna, alta satisfação no trabalho, desempenho de alta qualidade e baixo absenteísmo) são obtidos quando os três estados psicológicos estão presentes em um ambiente de trabalho. Segundo estes modelos os estados psicológicos são: Significação Percebida - SP; Responsabilidade Percebida - RP; Conhecimento dos Resultados do Trabalho - CR.

3.3 MODELO DE NADLER E LAWLER

Nadler e Lawler (1983) tem como ponto de partida, o preceito de que a variável QVT, deveria ser definida em um conceito que propague o seu significado real e por sua vez deveria envolver o que é QVT, e quais os resultados e benefícios poderá proporcionar, além de verificar as condições para que QVT produza os resultados desejados.

Assim Nadler e Lawler (1983) (*apud* VIEIRA, 2011) buscaram identificar os fatores que prevêm o sucesso de QVT, são eles: percepção da necessidade; o foco do problema que é destacado na organização; estrutura para identificação e solução do problema, teoria / modelo de projeto de treinamento e participantes; compensações projetadas para os processos e para os resultados; sistemas múltiplos afetados; envolvimento amplo da organização.

3.4 MODELO DE ASFORA & DIAS

Asfora & Dias (2006) buscou desenvolver um modelo voltado a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, tendo como base diversos modelos, entre eles o modelo de Walton, assim os autores procuram avaliar qualidade de vida no trabalho através de 10 dimensões, assim verificamos abaixo as dimensões com suas principais variáveis.

Tabela 2 - Dimensões e variáveis de Asfora & Dias (2006)

Dimensões	Variáveis
Decisão	Comunicação e saber voltados para o desempenho e desenvolvimento profissional, possibilidade de tomada de decisão.
Valorização	Valorização do cargo, da profissão e do trabalho.
Internalização	Relacionamento entre a corporação, o policial e família do policial.
Benefícios	Benefícios assistenciais e recreativos
Emprego	Necessidade essenciais do trabalho, ou seja, satisfação profissional.
Respeito	Respeito do policial em sua autoridade, dentro ou fora do ambiente organizacional.
Bem-estar	Bem-estar mental.
Promoção	Justiça nos critérios e processos de promoção.
Integração	Desejo de melhoria profissional
Expressão	Possibilidade de expressão da individualidade e criatividade do indivíduo, dentro do contexto cultural.

Fonte: Autor

4. SÍNTESE HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO

A história da segurança pública em Mato Grosso começou efetivamente após um ano e sete meses da fundação do Arraial do Cuiabá ocorrida em 08 de Abril de 1719, isto é, ainda no período do Brasil-Colônia quando nossa Instituição teve a sua origem em 06 de Novembro de 1720, quando da ocupação de cargo com finalidade policial-militar em função de comando com responsabilidade direta pela defesa local e manutenção da ordem legal e administrativa no Arraial do Cuiabá.

Já em 05 de setembro de 1835, através da lei nº 30, foi criado o corpo policial com a denominação de "Homens do Mato". Em 1891 foi promulgada a Constituição do Estado de Mato Grosso e, em seu Art. 62 é criada a Polícia Militar. Após 26 anos da promulgação da Constituição do Estado, em 1917 a polícia foi reorganizada, com a criação do Comando Geral e de dois Batalhões de Infantaria e dois Regimentos de Cavalaria, recebendo o nome de Força Pública. Em julho de 1940 a polícia voltou a denominar-se Força Policial e, após a 2ª Guerra Mundial, a Polícia voltou a ter a

denominação do começo do século e que dura até a presente data: Polícia Militar (MONTEIRO, 1985).

5. ESTRUTURA DO 22º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

Inserido neste contexto temos o 22º Batalhão de Polícia Militar, criado através do decreto nº. 1.361 de 13 de setembro de 2012, o qual dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar. No decreto nº. 1361, o 22º BPM está inserido na estrutura do 9º Comando Regional, este por sua vez localizado na cidade de Alta Floresta. O 22º BPM está localizado na cidade de Peixoto de Azevedo extremo norte do estado de Mato Grosso, além da sede, o Batalhão de Polícia Militar, esta unidade possui em sua área como unidades subordinadas, 04 (quatro) Companhias Policiais Militares e 03 (três) Núcleos Policiais Militares, distribuídos nas Cidades de Peixoto de Azevedo, Garantã do Norte, Colíder, Matupá; Terra Nova do Norte; Novo Mundo, Guarita e no Distrito de União do Norte. A área do 22º BPM possui ainda um efetivo total de 69 policiais militares, sendo 63 praças e 6 oficiais.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, de acordo com a pesquisa efetuada na área do 22º Batalhão de Polícia Militar - Peixoto de Azevedo, região norte do Estado de Mato Grosso, serão apresentados os resultados obtidos, e será feita uma análise utilizando como base o modelo de Walton (1973), modelo este que serviu com alicerce para os autores Avila e Sovinsk (2011), os quais criaram um questionário para avaliar a qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, este questionário fora utilizado neste artigo científico através da pesquisa de campo, de um universo de 63 praças, fora abordado uma amostra de 20 praças, aproximadamente 31% do efetivo de praças da área do 22º BPM.

6.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Este tópico tem como finalidade buscar traçar o perfil dos respondentes, com os seguintes quesitos: sexo, idade, estado civil, filhos, renda familiar, tempo de trabalho na instituição e grau de instrução.

a) Gênero - Na análise gênero, observa-se que no 22º BPM, a predominância do efetivo é de homens, ou seja, da amostra de 20 policiais tem-se unanimidade masculina.

b) Faixa Etária - A maior parte dos respondentes é formada por Policiais Militares jovens, pois 3 respondentes estão na faixa etária entre 18 a 25 anos; 5 tem idade dos 26 a 30 anos; 8 respondentes estão na faixa etária dos 31 a 40 anos; 3 respondentes possuem de 41 a 45 anos, e apenas 1 respondente tem idade entre 46 e 50 anos. O fato do efetivo ser considerado jovem deve estar ligado aos recentes concursos para ingresso na Polícia Militar.

c) Estado Civil - 9 policiais militares são casados, 8 vivem em união estável e apenas 3 são solteiros, nenhum dos respondentes são separados/ divorciados ou viúvos.

d) Numero de filhos - Apenas 3 respondentes não possuem filhos, os demais possuem e estão divididos da seguinte forma: 9 policiais militares possuem 2 filhos, 6 policiais militares possuem 1 filho, 1 policial militar possui 3 filhos e 1 policial militar possui 4 ou mais filhos.

e) Renda Familiar - Dos respondentes 5 possui renda familiar até R\$ 3.000,00, 4 possui renda familiar entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00, 8 possui renda familiar entre R\$ 4.001,00 a 5.000,00, 2 possui renda familiar entre R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00, e apenas 1 respondente possui renda familiar acima de R\$ 6.000,00. Assim foi verificado que a maior parte dos policiais que responderam o questionário possui renda de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00, ou seja comparando a média do mercado sem levar em consideração o risco pode-se dizer que é boa renda familiar.

f) Tempo de trabalho na instituição - 5 estão trabalhando na instituição entre 1 a 5 anos, 5 estão trabalhando entre 5 a 10 anos, 6 estão trabalhando entre 10 a 20 anos e 4 entre 20 e 30 anos, acima de 30 anos de trabalho na instituição não foi constatado. Se levar em conta a renda familiar com o tempo de trabalho verifica-se

então que a maior parte dos policiais estão com mais de 5 anos trabalhando na instituição.

g) Grau de instrução – 7 respondentes têm apenas o ensino médio, 2 possui o ensino superior incompleto, 6 estão cursando o ensino superior e 5 possui o ensino superior completo. Desta feita, a maior parte do público investigado possui interesse em ter o curso superior, pois nota-se que alguns iniciaram, estão cursando e outros já concluíram, logo há necessidade de mais incentivos, para que esses profissionais possam concluir e se aperfeiçoar no ensino superior.

6.2 ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS QUE INFLUENCIAM QVT

Os dados abaixo foram coletados através do questionário com perguntas fechadas, no qual as questões foram baseadas nos fatores e critérios de Walton (1973), as respostas foram organizadas em escala Likert (1- discordo totalmente, 2 - discordo parcialmente, 3 - indiferente, 4 - concordo parcialmente e 5 - concordo totalmente).

Tabela 3 - Compensação justa e adequada

	DT	DP	I	CP	CT
1.1. O Policial Militar recebe um salário compatível com as exigências e as atribuições da sua atividade.	65%	25%	0%	10%	0%
1.2. Recebo um salário compatível com o trabalho que realizo.	55%	35%	0%	10%	0%
1.3. O salário que recebo é compatível com a média salarial de outros profissionais que desempenham funções semelhantes às de um policial militar.	40%	45%	0%	15%	0%
1.4. O salário que recebo é compatível com a média salarial desenvolvida no mercado de trabalho da minha região.	15%	45%	20%	20%	0%
1.5. Recebo uma remuneração que é compatível a recebida por colaboradores de outras Instituições relacionada à segurança pública no Estado de Mato Grosso.	55%	20%	5%	20%	0%
1.6. Recebo uma remuneração que pode ser considerada compatível ao que recebem os policiais militares de outros Estados	25%	45%	15%	15%	0%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Segundo Rodrigues (2011), Walton vê o trabalho em primeiro plano, como forma do individuo ganhar a vida. Assim a compensação recebida pelo trabalho trata se de um conceito relativo, não um consenso sobre os padrões objetivos e subjetivos para julgar a adequação da compensação.

Em relação a questão da compensação justa e adequada para o trabalho prestado, 65% dos respondentes discordam totalmente com o salário recebido frente as exigências e as atribuições da sua atividade, e 25% discordam parcialmente, assim verifica que 85% do publico analisado estão insatisfeito com o salário recebido.

Para 85% dos respondentes, discordam total ou parcialmente, que o salário recebido é compatível com a média salarial de outros profissionais que desempenham a funções semelhantes de um policial militar. Logo, quando foram perguntados se recebem uma remuneração compatível a recebida por colaboradores de outras instituições relacionadas a segurança pública, 75% discordam totalmente ou parcialmente.

O Estado de Mato Grosso é muito grande em extensão territorial e a média salarial da região norte fora levado em conta no estudo da QVT, assim fazendo uma comparação entre o salário recebido pelo respondente e a média salarial desenvolvida na região, verifica-se que 60% discordam que o salário seja compatível, enquanto 20% julgaram como indiferente e 20% concordam parcialmente.

Tabela 4 - Ambiente de trabalho

	DT	DP	I	CP	CT
2.1. O ambiente físico de trabalho tem proporcionado conforto e organização para o desempenho de minhas funções.	45%	25%	5%	15%	10%
2.2. A carga horária de minha escala de serviço normal é adequada e não ocasiona sobrecarga de trabalho.	95%	0%	5%	0%	0%
2.3. O esforço e desgaste relacionados à minha jornada de trabalho de um turno de serviço podem ser considerados normais.	85%	10%	5%	0%	0%
2.4. Existe disponibilidade de equipamentos, tais como, armamentos, viaturas, coletes, rádios, em quantidade e qualidade para a execução dos meus serviços cotidianos.	70%	25%	0%	5%	0%
2.5. Disponho de todos os mecanismos e equipamentos que me proporcionam segurança adequada para executar as minhas atividades como policial militar.	70%	20%	5%	5%	0%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Walton (1973), analisa as dimensões da jornada de trabalho e ambiente físico seguro e saudável.

Horários razoáveis reforçados por um período normal de trabalho padronizado: condições físicas de trabalho que reduzam ao mínimo o risco de doenças e danos; limite de idade imposto quando o trabalho é potencialmente destrutivo para o

bem-estar das pessoas abaixo ou acima de uma certa idade (WALTON apud RODRIGUES, 2011).

O ambiente de físico de trabalho para maior parte dos respondentes está aquém do desejado, pois 45% discordam totalmente e 25% discordam parcialmente de que o ambiente de trabalho proporciona conforto para desempenhar as funções. Já em relação a este termo como a entrevista fora feito em diversas unidade que compõe o 22º BPM, podemos elencar que algumas unidades oferecem condições de conforto, pois 15% concordam parcialmente e 10% concordam totalmente.

Quando se analisa as condições relativa a carga horária verificamos que maior parte dos respondentes 95% discordam totalmente de que a escala de serviço é adequada e não ocasiona sobrecarga de trabalho, e apenas 5% avaliou com indiferente, Porém neste ponto podemos citar como a falta de pessoal na unidade do 22º BPM, onde os policiais militares concorrem a uma escala 24x24 horas de serviço, isso na maior parte das unidades, assim em uma semana o policial trabalha cerca de 96 horas semanais.

Com a sobrecarga de trabalho relativo a escala de serviço, ocorre o desgaste relacionado a jornada de trabalho, assim 95% não consideram normal o desgaste relacionado a jornada de trabalho.

Quanto a disponibilidade de equipamentos, viaturas, coletes, rádios, em quantidade e qualidade para execução dos serviços cotidianos, verifica-se que mais uma vez 95% discordam totalmente e parcialmente, ou seja, consideram a área do 22º BPM desprovida de matérias básicos de trabalho.

70% discordam totalmente, 20% discordam parcialmente, assim 90% de alguma forma não possuem mecanismo e equipamentos que proporcione segurança adequada para executar as atividades de policial militar.

Tabela 5 - Uso e desenvolvimento de capacidades

	DT	DP	I	CP	CT
3.1. Posso autonomia e autocontrole das funções que realizo no decorrer do desempenho de minhas funções cotidianas.	15%	10%	10%	35%	30%
3.2. Tenho claramente definidas as atividades que devo desempenhar no exercício de minhas funções como policial militar.	10%	20%	10%	35%	25%
3.3. O trabalho que realizo como policial militar é reconhecido pelas pessoas tanto internas quanto externas à Polícia Militar no Estado de Mato Grosso.	10%	25%	35%	25%	5%
3.4. Tenho a oportunidade de aplicar os meus conhecimentos no exercício das minhas funções como policial militar	10%	15%	30%	40%	5%
3.5. Recebo periodicamente as informações relativas à qualidade do trabalho que executo no desempenho de minhas funções.	30%	30%	5%	15%	20%
3.6. Tenho oportunidades de me desenvolver como policial militar participando de cursos de aperfeiçoamento e qualificação constantes.	60%	30%	0%	10%	0%
3.7. Considero que a política de ensino e qualificação proporcionados pela instituição para o desenvolvimento de minhas potencialidades são justas e adequadas e permitem a aplicação dos conhecimentos em minha prática profissional.	60%	20%	10%	10%	0%
3.8. Considero que é minha responsabilidade contribuir para o sucesso da Instituição.	5%	20%	0%	50%	25%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Este fator é analisado por Walton (1973) através de cinco requisitos básicos para o atendimento aceitável deste item: autonomia no trabalho; múltiplas habilidades; informações e perspectivas, tarefas completas e planejamento.

A autonomia e autocontrole das funções que são realizadas pelos Policiais Militares respondentes, a maior parte, cerca de 65% concordam parcialmente ou totalmente referente a este quesito, enquanto que 15% discordam totalmente e 10% discordam parcialmente, o que pode ser levado em consideração neste tópico, é fato de apenas na sede do 22º BPM possuir oficial de dia, enquanto nas demais unidades é apenas o comandante que atua como fiscal de dia.

Os Policiais Militares na área do 22º BPM em sua maioria tem claramente definida as atividades que deve desempenhar, pois 35% concordam parcialmente e 25% concordam totalmente. Já para o quesito reconhecimento do trabalho realizado, tanto pelo público interno como externo, verificamos que 35% dos policiais consideram indiferente, 25% discordam parcialmente e 10% discordam totalmente, ou seja, a maior parte não sente reconhecido, pois o comandante possui como única forma de reconhecimento o elogio, que não traz reflexos imediatos e sim a longo prazo, como no caso de uma promoção.

Quando questionados sobre a oportunidade de aplicar os conhecimentos no exercício das funções, 30% se mostraram indiferente e 40% concordaram parcialmente, dessa forma podemos analisar que esta indefinição se deva a falta de conhecimento, pois 30% responderam discordo totalmente e 30% discordo parcialmente, para o quesito receber informação periodicamente sobre a qualidade do trabalho executado.

Outro quesito que se torna importante ser analisado é quanto a oportunidade de se desenvolver como policial militar, participando de cursos de aperfeiçoamento e qualificação, 60% discordam totalmente e 30% discordam parcialmente, assim podemos dizer que 90% não possuem oportunidade de fazer cursos e a educação continuada não contempla os policiais do 22º BPM. Concomitante ao quesito anterior, quando perguntado se consideram que a política de ensino e qualificação proporcionados pela instituição são justas e adequadas, 60% informaram que discordam totalmente e 20% discordam parcialmente.

Mas os respondentes entendem em sua maioria, mesmo que parcialmente, ser da responsabilidade deles contribuir para o sucesso da instituição, pois 50% concordam parcialmente e 25% concordam totalmente, apesar de não receberem qualificação e curso.

Tabela 6 - Chances de crescimento e segurança profissional

	DT	DP	I	CP	CT
4.1. Acredito que como policial militar tenho uma carreira profissional segura e estável	55%	15%	0%	30%	0%
4.2. Como policial militar possuo oportunidades de ascensão na carreira, seja através de concurso interno, reconhecimento de colegas ou ainda da comunidade.	45%	15%	10%	25%	5%
4.3. Na Polícia Militar sinto-me à vontade para fazer críticas e sugestões em relação aos aspectos que considero que podem ser melhorados.	50%	15%	10%	20%	5%
4.4. Considero que os critérios adotados para as promoções dos policiais militares são justos e transparentes.	45%	25%	5%	25%	0%
4.5. O treinamento que recebo me capacita a fazer bem o meu trabalho.	60%	30%	0%	10%	0%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Para este quesito, Walton (1973), tem como dimensões: possibilidade de carreira, crescimento profissional e segurança de emprego.

55% dos respondentes não acreditam que possuem uma carreira segura e estável, enquanto que 30% concordam parcialmente, desta feita verificamos que por ser funcionário público os policiais em sua maioria deveriam sentir mais seguros com a estabilidade da carreira. Já para o quesito ascensão na carreira, 45% discordam totalmente, que possuem oportunidade de ascensão na carreira, mesmo após ser aprovada a lei nº 10.076 de 31 de março de 2014, que dispõe sobre critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa a ascensão a hierarquia militar.

Quanto aos critérios adotados para as promoções, verificamos que 45% discordam totalmente e 25% discordam parcialmente, ou seja, 70% discordam de alguma forma, que os critérios são justos e transparentes. Outro fator que podemos elencar como negativo é o fato de que 50% dos respondentes não se sentem a vontade para fazer críticas e sugestões em relação aos aspectos a serem melhorados na área da instituição, ou seja, o feedback é prejudicado na área do 22º BPM.

Os policiais militares do 22º BPM estão carentes de cursos, qualificações e treinamentos, pois podemos verificar que 60% acreditam que o treinamento recebido não os capacitam a fazer bem o seu trabalho.

Tabela 7 - Integração social na empresa

	DT	DP	I	CP	CT
5.1. O meu superior imediato trata os seus subordinados com respeito e consideração.	5%	10%	10%	30%	45%
5.2. De uma maneira geral acredito que há um bom relacionamento entre superiores e subordinados na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.	25%	25%	5%	25%	20%
5.3. Percebo que em meu local de trabalho existe uma preocupação com a comunidade local.	0%	10%	5%	30%	55%
5.4. O comandante toma decisão importante com a opinião da equipe.	10%	10%	5%	30%	45%
5.5. Existe igualdade de tratamento e oportunidades dentro da Instituição.	40%	35%	0%	10%	15%
5.6. O comandante estabelece, em conjunto com os seus subordinados, os métodos de trabalho a ser usados.	0%	20%	15%	40%	25%
5.7. O Comandante comunica aos seus subordinados o que ocorre no local de trabalho.	5%	0%	10	45%	40%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Para Walton (1973) quatro aspectos são importantes para uma boa integração social: eliminação de barreiras hierárquicas, apoio mútuo, franqueza interpessoal e ausência de preconceitos.

Ao se verificar sobre ao tratamento dispensado pelo superior ao subordinado, 45% concordam totalmente que são tratados com respeito e consideração, enquanto que 30% concordam parcialmente. Apesar de que, ao ser perguntado se há igualdade no tratamento e oportunidades dentro da instituição, 40% discordaram totalmente e 35% discordaram parcialmente.

Walton (1973) considera boa integração um quesito importante para integração social na empresa, nota-se que no 22º BPM, 25% discordam totalmente e 25% discordam parcialmente, ao responderem se acreditam que há um bom relacionamento entre superiores e subordinados, na instituição Polícia Militar.

Quando fora perguntado se os policiais se sentiam a vontade para fazer críticas e sugestões relativo a aspectos a serem melhorados, 50% responderam que discordavam totalmente, porém verificamos que a maioria dos respondentes 25% concordam totalmente e 40% concordam parcialmente que o comandante estabelece em conjunto com seus subordinados, os métodos de trabalho a ser usados. Outro ponto importante é que inclusive 40% concordam totalmente e 45% concordam parcialmente que o comandante comunica os seus subordinados o que ocorre no local de trabalho, desta feita podemos dizer que existe sim um feedback no 22º BPM, mesmo que parcial.

Tabela 8 - Constitucionalismo

	DT	DP	I	CP	CT
6.1. Em minha instituição há o cumprimento dos direitos adquiridos pelos policiais militares no decorrer de sua carreira, tais como, férias, licença prêmio.	30%	25%	5%	35%	5%
6.2. De uma maneira geral existe liberdade de manifestação e discordância dentro das normas vigentes sem que sofra represálias.	55%	25%	0%	15%	5%
6.3. As regras em minha instituição são pré-estabelecidas e divulgadas de forma transparente e ampla.	30%	10%	5%	40%	15%
6.4. Considero que meu trabalho é avaliado de forma justa pelo comandante imediato.	5%	20%	5%	45%	25%
6.5. A Instituição oferece oportunidades para a minha qualificação e crescimento profissional	50%	30%	5%	15%	0%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Segundo Vicente (2011), as normas que estabelecem os direitos e deveres dos trabalhadores são vistas por Walton como elementos-chave para fornecer uma elevada QVT.

Walton (1973) ainda aborda este quesito através de 4 dimensões: respeito as leis e direitos trabalhistas, privacidade pessoal, liberdade de expressão, privacidade e normas e rotinas.

Cumprimento aos direitos adquiridos no decorrer da carreira, como férias e licença prêmio é de suma importância para o constitucionalismo, porém os policiais militares do 22º BPM, entendem que na unidade não ocorre o cumprimento a esses

direitos, haja vista, que 30% discordam totalmente e 25% discordam parcialmente, quanto este quesito.

Os respondentes, 80% Discordam totalmente ou parcialmente, quanto ao quesito da existência de liberdade de manifestação sem represálias as normas vigentes, este alto índice pode ser entendido devido aos pilares básicos do militarismo hierarquia e disciplina. Porém, ao responderem o quesito as regras da instituição são pré-estabelecidas e divulgada de forma transparente, 40% concordam parcialmente.

O item a ser verificado, que houve uma grande rejeição por parte dos respondentes, que já fora visto anteriormente, trata se da qualificação e crescimento profissional, pois 50% discordam totalmente e 30% discordam parcialmente, quanto ao fato de instituição oferecer oportunidades.

Tabela 9 - Trabalho e espaço total de vida

	DT	DP	I	CP	CT
7.1. No trabalho como policial existe equilíbrio entre a jornada de trabalho, as exigências existentes no cotidiano da execução das tarefas e o convívio familiar	70%	15%	5%	10%	0%
7.2. A carga horária de trabalho permite que o policial tenha tempo para o seu lazer e para a convivência com sua família.	55%	30%	5%	10%	0%
7.3. Mesmo quando o policial é exigido para cumprir uma carga horária mais extensa de trabalho, a instituição recompensa com períodos equivalentes de folgas.	60%	20%	10%	5%	5%
7.4. Estou satisfeito com a assistência médica, física e psicológica proporcionada pela Instituição.	80%	5%	5%	5%	5%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Walton (*apud* Rodrigues, 2011), afirma que a experiência de trabalho de uma pessoa pode ter efeito positivo ou negativo sobre outras esferas de sua vida, como a relação familiar. A relação entre o trabalho e as esferas totais da vida de um indivíduo, é vista através de um equilíbrio, sendo questionado ainda pelo autor o tempo e energia extra que o trabalhador dedica ao trabalho e as dificuldades familiar.

A respeito do equilíbrio entre a jornada de trabalho e as exigências existentes no cotidiano da execução das tarefas e o convívio familiar, 70% discordam totalmente e 15% discordam parcialmente, ou seja 85% de alguma forma não vislumbram este equilíbrio. Quando se questiona a carga horária e tempo para lazer e convivência familiar, verificamos que 55% discordam totalmente e 30% discordam parcialmente, dessa forma mais uma vez uma cifra alta alegam de alguma forma que a escala não proporciona tempo para lazer com a família.

Fazendo uma análise mais aprofundada verificamos que o quesito trabalho e espaço total de vida praticamente não existe no 22º BPM, pois em todos os sub-tópicos houve uma discordância total e parcial igual ou superior a 80%.

Tabela 10 - Relevância social da vida no trabalho

	DT	DP	I	CP	CT
8.1. De uma maneira geral sinto orgulho de fazer parte da Instituição Polícia Militar.	0%	10%	10%	20%	60%
8.2. O policial militar é valorizado dentro da política de segurança pública adotada.	45%	25%	10%	10%	10%
8.3. A instituição assume as responsabilidades pela qualidade dos serviços prestados a comunidade onde atuo.	25%	25%	5%	35%	10%
8.4. Os trabalhos desenvolvidos na sua unidade são percebidos como realização do grupo.	5%	20%	10%	35%	30%

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pelo autor

Walton (1973) para relevância social da vida do trabalho estabelece algumas dimensões: imagem da empresa, responsabilidade social pelos serviços; responsabilidade social pelos produtos e responsabilidade social pelos empregados.

No 22º BPM fora constatado uma boa aprovação para orgulho de fazer parte da instituição, pois 60% concordaram totalmente e 20% concordaram parcialmente, mas se for analisado os que concordam teremos 80%.

45% discordam totalmente e 25% discordam parcialmente quando perguntado se os policiais militares são valorizados dentro da política de segurança, mas mesmo assim a maioria dos policiais continuam orgulhosos de fazer parte da instituição. Outro ponto a ser elencado diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo policial militar se são percebidos como realização do grupo, 65% concordam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, tendo-se conhecimento sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), pode-se evidenciar que, em um cenário cada vez mais competitivo, caracterizado pela busca contínua de ganhos de produtividade, para os policiais militares do 22º Batalhão de Polícia Militar, a necessidade de garantir a segurança da população com meios materiais escassos e jornada de trabalho desgastante, o impacto negativo na qualidade de vida torna se frequente.

Cumprindo o objetivo geral deste artigo, verificamos que os índices de qualidade de vida no trabalho dos policiais militares, na área do 22º BPM, foram avaliados na sua maior parte de forma negativa, revelando assim que a instituição Polícia Militar não tem sido eficaz na gestão de qualidade de vida no trabalho para o efetivo policial da região norte do Estado de Mato Grosso. Conforme análise e discussões, os indicadores que foram avaliados de forma negativa estão relacionados à compensação justa e adequada, o ambiente de trabalho não proporciona conforto, a escala de serviço é sobrecarregada, e não tem equipamentos que proporcione segurança aos policiais.

Uso e desenvolvimento de capacidades, chances de crescimento e segurança profissional, constitucionalismo, trabalho e espaço total de vida, foram avaliados também de forma negativa, ou seja, estão ausentes para a maioria dos policiais militares, sendo importante frisar que a jornada de trabalho está afetando diretamente o convívio familiar dos policiais militares do 22º BPM.

Esta pesquisa dentro dos 08 quesitos que Walton (1973) apresenta para se ter qualidade de vida no trabalho, apenas em 02 houve uma visualização positiva, na integração social na empresa e relevância social da vida no trabalho, pois em ambos, com o pouco efetivo de policiais na área, há uma relação mais próxima e saudável de todo o efetivo, com reflexo positivo para o desenvolvimento do trabalho de segurança pública.

Visando contribuir com a evolução da QVT na área do 22º BPM, sugerimos uma melhora no efetivo do 22º BPM, em equipamentos básicos como coletes, a realização de atividades anti-estresse, que sejam realizados cursos para melhor

qualificar o policial militar e principalmente deve ocorrer uma melhora na escala de serviço, estas sugestões tem a finalidade de motivar o policial e principalmente garantir a eficiência no cumprimento da missão constitucional, prestar segurança de qualidade a população da área do 22^o BPM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luis Artur Ayres. **Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo de caso no 15º Batalhão da Polícia Militar na região metropolitana de Porto Alegre**. 2010. Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ASFORA, Silvia Cauás; DIAS, Sônia Maria Rodrigues Calado, **Modelo de Qualidade de Vida no Trabalho para Polícia Militar de Pernambuco**. Recife: Faculdade Boa Viagem, 2006.

AVILA, Genilson Antonio Secchi de; SOVINSKI, Marcos Roberto. **Proposta para Avaliar a Qualidade de Vida no Trabalho dos Policiais Militares do Estado de Mato Grosso**. 2011. Artigo científico apresentado como requisito para conclusão do Curso superior de Polícia, Academia de Polícia Militar Costa Verde. Várzea Grande, 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/html/legislacao>. Acessado em: 04 de out. de 2014.

CHIAVENATO, Idalberto, **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERNANDES, Eda Conte. **Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar**. 2.ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

JESUS, Ricardo Bueno de. **Qualidade de Vida no Trabalho Policial Militar do Terceiro Comando de Policiamento de Área**. 2006. Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Bacharel em Segurança Pública, Academia de Polícia Militar Costa Verde. Várzea Grande, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina, **Qualidade de Vida no Trabalho - QVT**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Qualidade de Vida no Trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 3.ed. São Paulo: Atlas 2014.

MATO GROSSO, Decreto-lei n. 1361 de 13 de setembro de 2012. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial**, Cuiabá, n. 25887, p.2-5, 13 set. 2012.

MATO GROSSO. Lei n. 10.076 de 31 de março de 2014. Dispõe sobre critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da Polícia Militar e Corpo de

Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso a ascensão a hierarquia militar, mediante promoção, de forma seletiva, gradual e sucessiva. **Diário Oficial**, Cuiabá, n. 26262, p.4-7, 31 mar. 2014.

MATO GROSSO. **História da Polícia Militar**. Polícia Militar. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/?view=historia>. Acessado em: 10 de ago. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araujo; BUSS Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. **Ciência e Saúde Coletiva**, V. 5, n. 1, p. 7-12, 200. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>. Acesso em 18 out. 2014.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. Ed. Ver. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

OLIVEIRA, Maria Izete de. LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Guia Prático: projeto de pesquisa e trabalho monográfico**. 6^o ed. Cáceres: Unemat, 2012.

OLIVEIRA, Rita de Cássia M. de. **A configuração da QVT no contexto de trabalho dos detetives da Polícia civil metropolitana de Belo Horizonte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

RODRIGUES, Marcus Vinicius Carvalho, **Qualidade de Vida no Trabalho**. 10 ed. São Paulo: Vozes, 2007.

_____. **Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso**. Cuiabá: Iomat, 1985.

VIEIRA, Adriane. **A qualidade de Vida no Trabalho e o Controle da Qualidade Total**. Florianópolis: Insular, 1996.

HÁBITOS DE VIDA E O NÍVEL DAS ATIVIDADES FÍSICAS REALIZADAS PELOS POLICIAIS MILITARES QUE COMPÕEM O 5º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR.

Lauro Márcio Osório da Silva¹

RESUMO

A nova lei de promoção da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, lei nº 10.076 de 31 de março de 2014, traz, como um dos requisitos para essa ascensão, a aptidão na Avaliação de Desempenho Físico (ADF) que é realizada antes da efetiva promoção. Este artigo tem como objetivo analisar os hábitos de vida e as atividades físicas desenvolvidas pelos policiais militares que compõem o 5º Batalhão de Polícia Militar, localizado na cidade de Rondonópolis, no ano de 2014. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e bibliográfica, realizada com soldados, cabos e sargentos. Foi realizada com 39 policiais militares de um total de 253, aproximadamente 15% do efetivo, predominando a faixa etária dos 31 aos 40 anos. Dos entrevistados, constatou-se que mais de 60% consideram a Educação Física Policial Militar de suma importância para manter a saúde, 37% praticam atividade física três vezes durante a semana, 41% estão com peso normal e 77% com a relação cintura-quadril considerada moderada. De acordo com os resultados, verificou-se que a atividade física fornecida uma vez por semana pelo batalhão é insuficiente para que uma pessoa possa manter sua vida ativa fisicamente e saudável, sendo necessária a complementação dessa atividade nos períodos de folga.

Palavras-chave: *Hábitos de vida - policial militar - atividade física.*

ABSTRACT

The new law for the promotion of the Military Police of Mato Grosso, Law No. 10,076 of March 31, 2014, brings, as a requirement for this ascension fitness in Physical Performance Assessment (ADF) which is performed prior to the effective promotion. This article aims to analyze the living habits and physical activities undertaken by military officers who make up the 5th Military Police Battalion, located in Rondonópolis in the year 2014. It is a field research, descriptive and bibliographical performed with soldiers, corporals and sergeants. Was conducted with 39 police officers from a total of 253, approximately 15% of the workforce, predominantly aged between 31 and 40 years. Of the respondents, it was found that over 60% believe Physical Education Military Police of paramount importance to maintain health, 37% practice physical activity three times a week, 41% were normal weight and 77% to waist ratio hip considered moderate. According to the results, it was found that physical activity provided once a week at battalion is insufficient for a person to keep her physically active and healthy life, the completion of this activity in periods of slack is needed.

Keywords: *Life-style - military police - physical activity.*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela APMCV e Pós-graduada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela APMCV.

INTRODUÇÃO

Com o início do século XXI, intensificaram-se as inovações tecnológicas, bem como a interação entre os povos; povos esses que, a partir de então, verificaram não haver mais a necessidade de se relacionar “cara a cara”, pois, com a popularização das tecnologias, em especial a *internet*, cada vez mais o mundo perdeu as barreiras físicas e territoriais, diminuindo não apenas as barreiras sólidas, mas também o tempo dedicado ao lazer e às práticas de atividades físicas, ficando, assim, mais propício a doenças relacionadas ao modo de vida sedentária ou doenças crônico-degenerativas como o infarto do miocárdio.

Entre alguns artigos científicos analisados sobre o tema, podemos citar um trecho narrado por Jesus e Jesus (2012):

É importante destacar que muitas hipóteses sobre o crescimento da inatividade física remetem a mudanças no estilo de vida das pessoas, associadas às transformações no mundo do trabalho e às facilidades trazidas pela revolução tecnológica, como a maciça utilização de transportes motorizados (como automóveis, escadas rolantes e elevadores) e pelo lazer hipocinético (como assistir televisão, usar computadores e vídeo games), em detrimento de deslocamentos a pé ou de bicicleta, e da ocupação do tempo livre com atividades físicas recreativas.

Devido a essa maior integração e alterações no cotidiano do ser humano, começaram a aparecer as consequências de toda essa evolução: algumas boas e outras ruins. Um exemplo desastroso que podemos citar são as mudanças dos hábitos de vida que, devido à correria diária, tem-se deixado, muitas vezes, a prática de exercícios físicos, de se alimentar da forma correta, ingerindo alimentos hipercalóricos e hiperlipídicos, como podemos analisar por meio de Damiani (2000): “sua incidência nos últimos anos tem sido explicado pelos sociólogos e nutrólogos pelos fatores nutricionais inadequados (excessivo consumo de lanches, guloseimas, etc) associados a um excessivo sedentarismo (TV, videogames, etc)”.

Houve também maior popularização e consumo das drogas lícitas nos meios sociais, a exemplo do álcool e cigarro e esse novo estilo de viver resulta, não raramente, no aumento de vítimas de doenças cardiovasculares e sintomas do estresse, enfermidades essas cada vez mais estudadas entre os especialistas na área,

dos quais, por sinal, já existem vários artigos relacionando a atividade policial militar com o estresse.

Para este artigo, utilizamos, como população entrevistada, os praças² que compõem o efetivo do 5º Batalhão de Polícia Militar localizado na cidade de Rondonópolis-MT.

O instrumento de pesquisa empregado foi o bibliográfico e pesquisa de campo, usando-se um questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Para que fosse aplicado o questionário no referido batalhão, foi oficiado, ao Comandante do 4º Comando Regional, unidade regional da Polícia Militar, ao qual o 5º Batalhão está subordinado, a solicitação a fim de obter a devida autorização para a coleta de tais informações, cujo pedido foi prontamente homologado.

Foram aplicados questionários com 39 policiais militares de um total de 253, perfazendo, com isso, uma amostra aproximada de 15% do efetivo. Para o teste antropométrico, foi utilizada uma balança tipo plataforma, da marca Welmy, com número de série 117112, inspecionada pelo INMETRO, com capacidade máxima de 150 kg e mínima de 2 kg.

Além dos resultados obtidos com os questionários que serão analisados adiante, foi também realizado o teste de antropometria dos entrevistados, pelo qual foi aferido o Índice de Massa Corporal (IMC), tendo, como referência, a tabela apresentada por Pitanga(2008) *apud* Bray (1992) e a Razão Circunferência Cintura-Quadril (RCCQ) exposta por Pitanga (2008) *apud* Bray e Grayt (1988); Heyward e Stolarczyk (1996).

Tabela 1: Classificação do Índice de Massa Corporal

Classificação	IMC (kg/m ²)
Baixo peso	< 20
Normal	20 a 25
Sobrepeso	26 a 30
Obesidade	>30

Fonte: Pitanga *apud* Bray (1992)

² Denominação para Soldados, Cabos e Sargentos que compõem a Instituição Policial Militar e que responderam ao questionário aplicado.

$$\text{RCCQ} = \frac{\text{Circunferência Cintura (cm)}}{\text{Circunferência Quadril (cm)}}$$

Tabela 2: Índices de Razão Circunferência Cintura-Quadril

Homens				
Idade	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Até 29	<0,83	0,83-0,88	0,89-0,94	>0,94
30-39	<0,84	0,84-0,91	0,92-0,96	>0,96
40-49	<0,88	0,88-0,95	0,96-1,00	>1,00
50-59	<0,90	0,90-0,96	0,97-1,02	>1,02
>59	<0,91	0,91-0,98	0,99-1,03	>1,03
Mulheres				
Idade	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Até 29	<0,71	0,71-0,77	0,78-0,82	>0,82
30-39	<0,72	0,72-0,78	0,79-0,84	>0,84
40-49	<0,73	0,73-0,79	0,80-0,87	>0,87
50-59	<0,74	0,74-0,81	0,82-0,88	>0,88
>59	<0,76	0,76-0,83	0,84-0,90	>0,90

Fonte: Pitanga (2008) *apud* Bray e Grayt (1988); Heyward e Stolarczyk (1996)

1. ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

A atividade policial militar, por ser uma profissão que lida diretamente com pessoas, pode ser considerada de alto risco ao estresse, pois enfrenta problemas alheios aos seus, além da violência e hostilidade, muitas vezes, por parte daquele que receberá a sua prestação de serviço.

A carreira policial militar traz, como atribuição, a preservação da ordem pública por meio do policiamento ostensivo, conforme o artigo 144, § 5, da Constituição Federal Brasileira. Muitos dos iniciantes nessa profissão buscam-na devido à vocação, outros pela estabilidade do cargo público, alguns pelo salário e vários outros motivos, porém, depois de incluídos na profissão e já trabalhando na atividade fim, alguns se veem desmotivados pelos mais diversos pretextos: uns, pelo modelo de gestão fundamentado na hierarquia e disciplina; outros, pela carga horária que entendem como excessiva e outros, pelo não reconhecimento por parte

da sociedade ao seu serviço. Neste sentido, Charlotte e Álvaro (2004) relatam bem esse reconhecimento profissional:

Frequentemente podemos ver a situação dos policiais sendo veiculada pela mídia, ora mostrando ações de combate ao crime- colocando-os na condição de heróis- ora mostrando-os como vilões, que se corrompem ou matam inocentes. O trabalho policial ocupa, portanto, um território de controvérsia, no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do *policia* *trabalhador*, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela.

Na profissão Policial Militar, o indivíduo permanece quase sempre, durante o seu turno de serviço, mantendo relação interpessoal com a população: ora é dando uma informação, ora é atendendo a uma ocorrência e, devido a isso, não raramente, depara-se com situações de violência e, não raras vezes, a perda de uma vida.

A rotina diária de um policial militar possibilita, ao profissional, defrontar-se com vários tipos de desigualdades sociais existentes em nosso país, como, por exemplo, a falta de atendimento médico àqueles que necessitam e, muitas vezes, veem seus familiares perderem a vida dentro de um hospital público, a carência de vagas nas escolas e um ensino de péssima qualidade, o desemprego e diversas outras situações que, normalmente, deságuam em um chamado ao telefone de emergência da polícia militar: o 190.

Devido a essa rotina de serviço atípica, os policiais militares estão entre os profissionais com grande possibilidade de adquirirem doenças oriundas de fatores externos, como o estresse, conforme relata Ferreira (2013), segundo o qual, tal sintoma, comumente, não é diagnosticado por profissionais especializados e os Chefes ou Comandantes entendem o nervosismo, a apatia, o desinteresse ao trabalho como uma forma de não quererem produzir o necessário, sendo, às vezes, até penalizados por tal displicência.

Como falar sobre o estresse não é o nosso objetivo, apenas o citamos como forma de melhor exemplificação para algumas consequências do trabalho policial militar.

2. ATIVIDADE FÍSICA E HÁBITOS DE VIDA

Muitas vezes, não é dada a devida importância à prática da atividade física pelo ser humano, em especial, pelos policiais militares que, pela característica do serviço, não muito raramente, têm que realizar esforço físico além daquele habitual e, nesse momento, aparecem a fadiga, o cansaço repentino, levando até mesmo ao desmaio, podendo tais sintomas de cansaço ser minimizados caso exista uma frequência na prática de atividade física.

Quanto antes a prática da atividade física for incentivada ao ser humano, maior a probabilidade de se tornar um adulto fisicamente ativo. E, devido a isso, orienta-se o estímulo a esse hábito de vida ainda na infância e adolescência.

A prática da atividade física tem sido referenciada como importante aliada na prevenção de doenças e, segundo Silva (2004), “Estudos relatam que o exercício pode influenciar de duas maneiras: na primeira como forma de proteção contra o desenvolvimento de sintomas com valor preventivo, na segunda, o exercício pode ajudar pessoas portadoras do estresse através de mecanismos fisiológicos e psicológicos”.

A prática constante de exercícios físicos, associada à alimentação saudável e balanceada, favorece maior proteção do organismo a doenças e a promoção da saúde física e mental. Tal prática traz muitos benefícios à saúde e reduz os riscos de infarto do miocárdio, estresse, osteoporose e outras.

Segundo Ilha (2004), “A atividade física reduz o risco de tais doenças e esses benefícios são mediados por vários mecanismos. Entre eles está a melhora no metabolismo de glicose, a redução da gordura corporal e a diminuição da pressão sanguínea.”

A Educação Física Policial Militar está tecnicamente fundamentada no Manual de Educação Física Militar: Uma proposta de vida saudável, redigida pelos atuais Coronéis PM Wilquerson Felizardo Sandes e Celso Henrique Souza Barboza e pelo Major PM Wangles dos Santos Lino e publicada pela portaria 011/QCG/DGP, de 16 de outubro do ano de 2007. Após essa publicação, foi constituída uma comissão

pela portaria nº 224/QCG/DGP, de 22 de outubro de 2010, para propor eventuais alterações no Manual quando se fizerem necessárias.

Com a publicação da portaria nº 354/QCG/DGP, de 17 de dezembro de 2013, alterou-se a nomenclatura do teste físico realizado na PMMT, o qual passou de Teste de Aptidão Física (TAF) para Avaliação de Desempenho Físico (ADF) que tem, como objetivo, obter maior acompanhamento e avaliação dos membros da Instituição, visando à melhoria na qualidade de vida, à adoção de hábitos de vida saudáveis e, conseqüentemente, a melhor prestação de serviço à sociedade mato-grossense.

A falta ou pouca prática de atividades físicas pode trazer várias complicações para a saúde do ser humano, como a obesidade. No Manual que atende a nossa Instituição, Barboza (2007, p.31) traz as seguintes considerações:

Além dos problemas psicológicos que habitualmente provoca, a obesidade contribui para o agravamento das enfermidades cardiovasculares e aumenta a propensão à hipertensão, à arteriosclerose, às hérnias e às doenças de vesícula biliar. Facilita, ainda, o aparecimento de diabetes em pessoas com predisposição a essa moléstia. Aumenta os riscos das cirurgias, deforma a postura corporal, causa dificuldades respiratórias e pode desgastar as articulações.

Para que possamos exigir um nível de aptidão física desejável aos policiais militares, é necessária a implantação de condições a fim de alcançarem tal habilidade, não apenas estruturalmente, mas também um plano de acompanhamento do desenvolvimento físico dos militares.

Além do aparecimento de enfermidades, a pouca prática de atividade física pode trazer, como consequência, também o vício em álcool e o tabaco. O uso de álcool em excesso torna seu consumidor um viciado e portador do alcoolismo, que é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma doença. Segundo o Ministério da Saúde:

A longo prazo, o álcool prejudica todos os órgãos, em especial o fígado, que é responsável pela destruição das substâncias tóxicas ingeridas ou produzidas pelo corpo durante a digestão. Dessa forma, havendo uma grande dosagem de álcool no sangue, o fígado sofre uma sobrecarga para metabolizá-lo. O álcool no organismo causa inflamações, que podem ser:

- Gastrite, quando ocorre no estômago;
- Hepatite alcoólica, no fígado;
- Pancreatite, no pâncreas;
- Neurite, nos nervos.

O consumo do álcool também traz consequência não apenas ao consumidor, mas também a seus familiares e vítimas de acidentes veiculares, causados por motoristas embriagados. Tal líquido ainda possui a função, para alguns consumidores, de servir como válvula de escape de problemas e inibidor de timidez perante amigos e desconhecidos.

Assim como o álcool, o tabagismo também é considerado um problema de saúde pública, pois, aliados esses vícios com a falta de uma atividade física, podem levar a graves Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), causando, muitas vezes, o óbito.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA),

No Brasil, o tabagismo é considerado problema de saúde pública e seu controle sistemático tem sido realizado desde 1989, quando o Ministério da Saúde (MS), por meio do Instituto Nacional de Câncer (Inca), criou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), atualmente denominado Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer (PNCTOFR) e que é referência mundial.

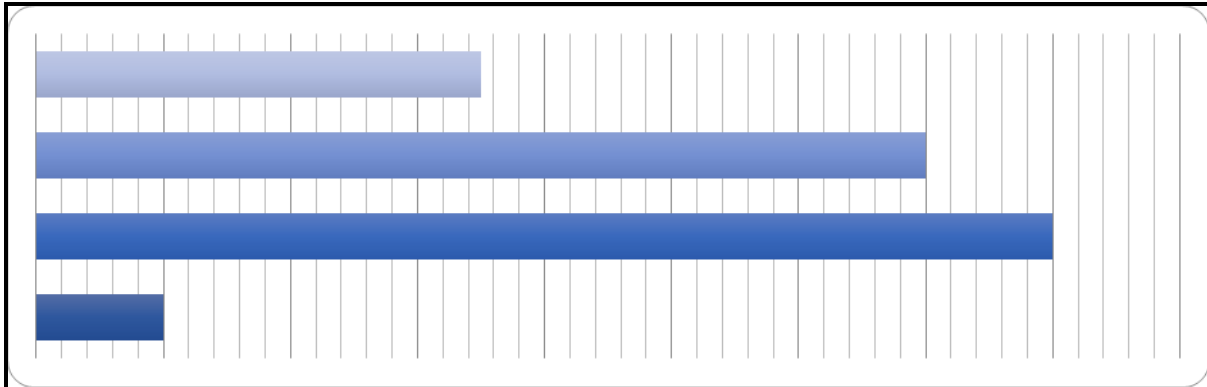
Segundo Fett (2013):

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNTS) originadas principalmente pelo estilo de vida sedentário, dieta ocidental e excessivo consumo de calorias, têm aumentado de acordo com o aumento populacional, expectativa de vida e comportamentos de risco.

Porém, para que a prática da atividade física seja considerada como um fator de saúde, deve haver todo um acompanhamento e rotina de exercícios. Não basta apenas querer fazer exercícios, tem que saber qual a melhor maneira para que o exercício possa lhe trazer benefícios à saúde.

Para que a prática da atividade física seja ideal, conforme preconiza o Manual de Educação Física, adotado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, tal prática deve ser realizada cinco vezes por semana ou, no mínimo, três vezes, com duração de 1 hora por dia.

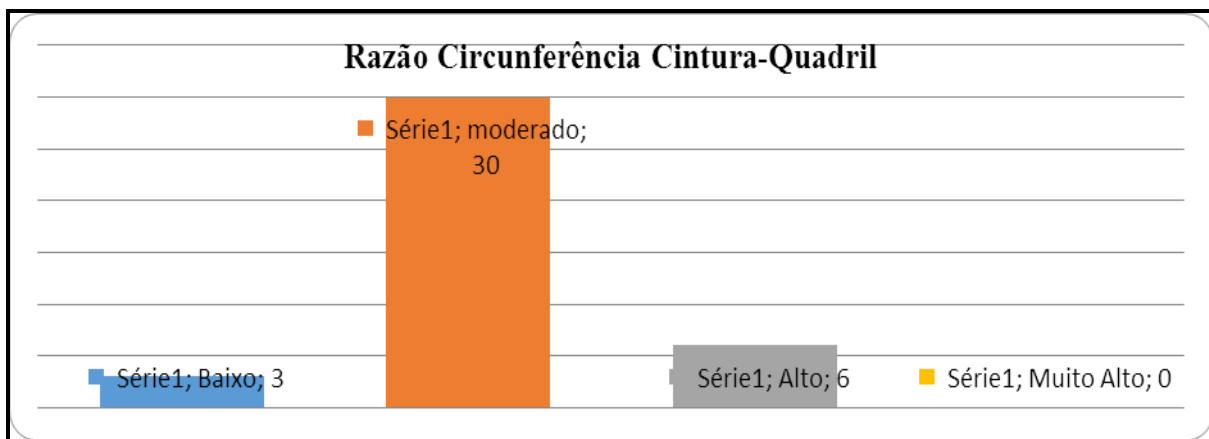
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 1 - Índice de Massa Corporal

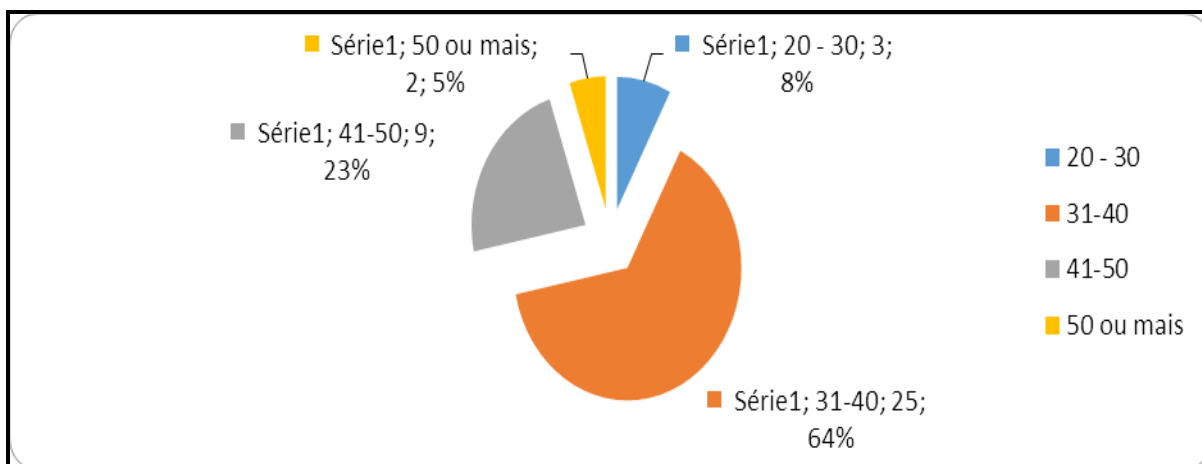
Com relação ao IMC, aferimos que 41% dos entrevistados estão com peso normal e 35% estão com sobrepeso, ou seja, muitos dos entrevistados estão acima do considerado saudável, porém a maioria se encontra com peso considerado normal.



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 2 - Índice da Razão Circunferência Cintura-Quadril

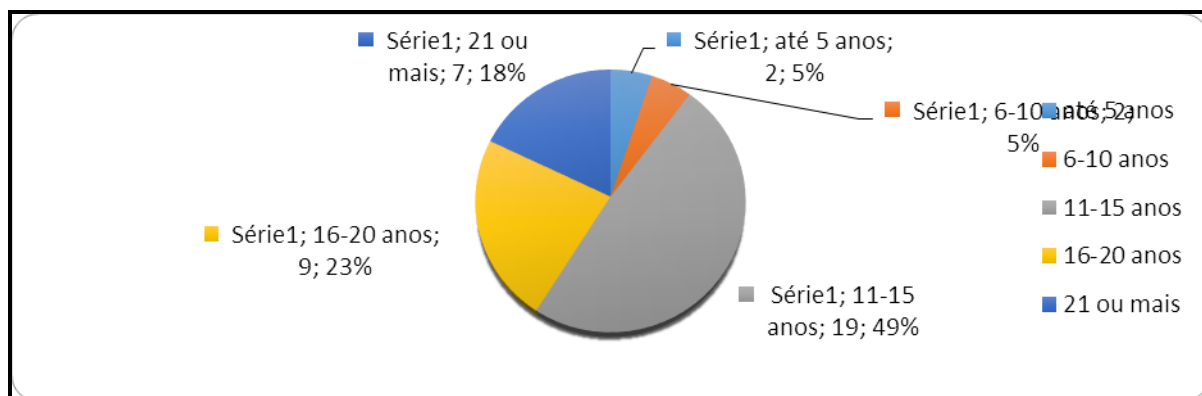
Já quanto à relação cintura-quadril, verificamos que 77% estão com essa medida em nível moderado, ou seja, em níveis tolerados.



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 3 – Qual a sua faixa etária?

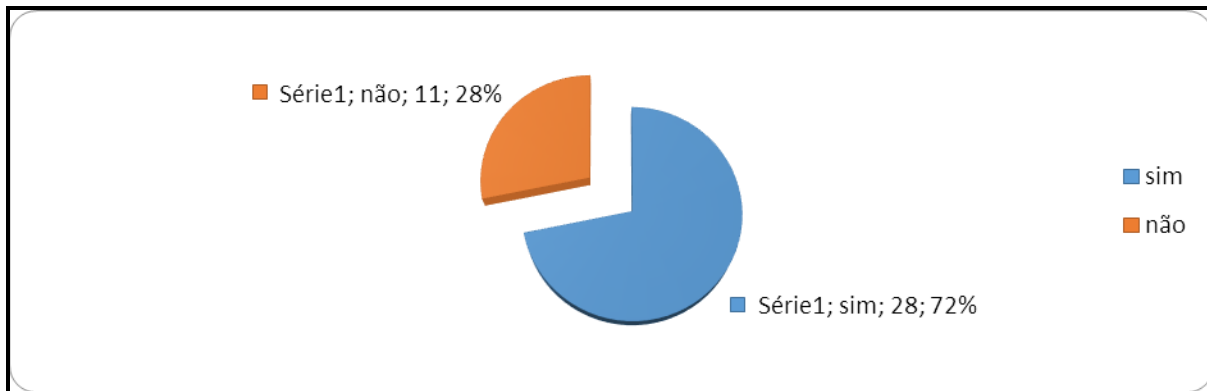
Na primeira pergunta do questionário aplicado, buscamos saber a idade dos policiais militares que serviram como amostra para a nossa pesquisa e constatamos que 64% estão na faixa etária dos 31 aos 40 anos.



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 4 – Há quantos anos você está na Instituição?

A segunda pergunta buscou saber há quanto tempo o entrevistado está na Instituição e 49% responderam ali estarem entre 11 e 15 anos.



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 5 - A prática da Educação Física Policial Militar semanalmente lhe proporciona as condições necessárias para um bom desempenho durante a sua atividade profissional?

A pergunta 3 teve como questionamento saber se a prática da Educação Física Policial Militar proporciona, ao entrevistado, condições necessárias para um bom desempenho profissional e 72% dos policiais disseram que sim, por acreditarem que tal prática auxilia na *performance* de seu serviço diário.

Outro questionamento que realizamos com relação à prática da atividade física foi saber como o entrevistado classificaria a Educação Física Policial Militar efetuada atualmente em seu batalhão e 60% dos entrevistados entendem-na de suma importância para a manutenção de uma vida saudável.

Podemos analisar também que, após a prática da Educação Física Policial Militar, 49% dos entrevistados se sentem bem dispostos para outras atividades durante o dia, ou seja, a prática da atividade física auxilia na boa disposição para outras atividades, além do serviço diário.

Com a última resposta ao questionário a respeito da prática das atividades físicas pelo nosso público, verificamos que 56% se consideram preparados para a Avaliação de Desempenho Físico, teste esse que é, atualmente, pré-requisito para a promoção.

O próximo questionário respondido pelo nosso público alvo se trata de questionário semiestruturado o qual possui um total de 64 questões pelo qual se deseja evidenciar o estilo de vida, como hábitos de alimentação, prática de atividade

física e uso de bebidas alcoólicas e fumo, tendo sido utilizados alguns gráficos que apresentam, de forma clara e direta, o resultado obtido .

Como já vimos durante o discorrer deste artigo, uma vida saudável não se baseia apenas da prática da atividade física, mas, sim, em um conjunto de ações e hábitos que vão resultar em uma vida duradoura e com qualidade. Dos policiais militares entrevistados, 26% deles possuem o hábito de comer algum tipo de verdura durante 3 dias por semana.

O consumo de carnes vermelha e branca vem trazendo, mundialmente, ampla discussão sobre a necessidade de haver uma readaptação alimentar, no intuito de evitar excessos que tragam prejuízos à saúde e, sobre isso, podemos analisar com este estudo publicado no *site* minhavidacom.br:

O estudo descobriu que uma maior ingestão de produtos de carne vermelha durante início da idade adulta foi associado com um risco aumentado de câncer de mama em 22%, se comparado com as mulheres que ingeriam menos carne vermelha. Por outro lado, uma maior ingestão de aves durante o início da idade adulta foi associado com uma menor incidência de câncer de mama em mulheres na pós-menopausa.

Vemos que, dentre os entrevistados, 26% se alimentam de carne vermelha todos os dias da semana e, em contrapartida, desses mesmos entrevistados, 43% ingerem carne de ave, ou seja, estão com um hábito de vida não recomendável com relação à alimentação de carnes.

Com relação à ingestão de suco natural, verificamos que 29% possuem esse hábito 3 dias por semana e 27% responderam que ingerem refrigerante apenas 1 dia por semana. Levando estes dados em consideração, constatamos que, relativo à ingestão de líquidos não alcóolicos, como por exemplo os refrigerantes, os entrevistados estão com bom hábito de vida.

A bebida alcoólica pode causar dependência química e, se consumida em excesso, pode provocar graves males à saúde. Entre os entrevistados, 49% responderam que ingerem bebida uma ou mais vezes por mês e, nessa ingestão, 38% afirmaram que, nos últimos 30 dias, já chegaram a ingerir mais de 5 doses em uma única ocasião. Informações essas que merecem especial atenção por parte dos Comandantes imediatos dos policiais militares, como forma de oportunizar, a esses

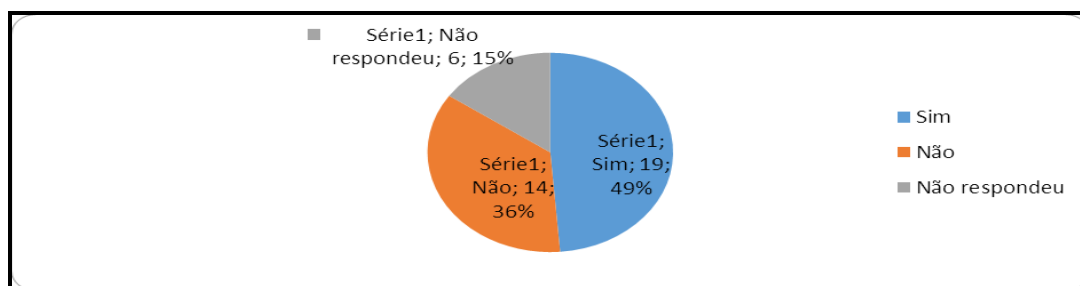
profissionais, maiores e contundentes informações referentes aos malefícios do álcool.

No tocante à prática da atividade física, podemos deduzir que houve um percentual de igualdade de 37% dos policiais militares que praticam exercícios físicos entre 2 e 3 vezes na semana e a prática preferida por eles é a corrida, com 33%. O Manual de Educação Física adotado pela PMMT abraça a prática de atividade física, no mínimo, 3 vezes por semana, durante 60 minutos por dia, no intuito de manter uma vida saudável. Isso, logicamente, se adotado com um estilo de vida também saudável, pois não adianta o entrevistado realizar atividades físicas constantes se não tiver alimentação e estilo de vida condizentes com a busca de qualidade de vida.

Com relação à escolha da corrida como atividade física mais praticada, possivelmente, isso se deva pela facilidade dessa modalidade esportiva, pois pode ser praticada em qualquer lugar e não necessita de muitos materiais para ser efetivada.

Notamos, ainda, que 31% dos entrevistados realizam a prática da atividade física por 60 minutos, período de tempo adotado e orientado pelo Manual da nossa Instituição, como tempo mínimo para uma atividade física que resulte em saúde física ao praticante.

A substituição da prática de exercícios físicos por atividades estáticas, como assistir à televisão ou utilizar computador, tem sido um dos motivos para o aumento do estilo de vida sedentário nos dias atuais, pois, como podemos ver, 18% dos entrevistados que responderam, afirmaram assistirem diariamente 3 horas de televisão e 28% utilizam todos os dias o computador fora do trabalho.



Fonte: Questionário aplicado no 5º BPM, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014.

Gráfico 6 - Algum colega costuma fumar no mesmo ambiente onde o(a) sr(a) trabalha ou estuda?

Uma informação de extrema validade também foi verificar que 69% dos entrevistados não fumam atualmente, porém 49% admitem que algum colega de serviço costuma fumar em seu ambiente de trabalho, trazendo, com isso, a consequência do fumante passivo, ou seja, aquela pessoa que não fuma, todavia está propícia aos mesmos malefícios oriundos do cigarro, devido à inalação das substâncias tóxicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o material que conseguimos coletar e interpretar, foi possível traçar o estilo de vida dos policiais militares do 5º Batalhão da Polícia Militar e a quantidade de atividade física que praticam.

Observa-se que a maior parte está com o peso normal, porém uma grande parcela também está com sobrepeso ou obeso. A maioria dos policiais militares entende que a prática da atividade física traz benefícios à saúde e, por isso, muitos realizam-na de maneira constante e assídua. Infelizmente, possuem o hábito de comer muita carne vermelha e pouca carne branca, porém balanceiam isso, ingerindo legumes e verduras em quantidade aceitável.

A Educação Física Policial Militar, obrigatória na Polícia Militar, em sua grande maioria realizada apenas uma vez por semana, não é suficiente para uma qualidade de vida saudável, e o policial militar deve, sim, buscar a complementação dessa atividade por sua própria iniciativa, até como forma de estar sempre preparado para a Avaliação de Desempenho Físico (ADF), que é obrigatória para sua promoção funcional.

Enfim, temos ciência de que cada ser humano possui uma rotina familiar na qual ele está inserido e, nesse ínterim, convém destinar tempo extra a atividades físicas para se dedicar, de fato, à busca de uma vida saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOOLISMO. Disponível em <<http://bvsmms.saude.gov.br/alcoolismo/>> Acesso em: 04.out.2014.

BARBOSA, Celso Henrique Souza; SANDES, Wilquerson Felizardo; LINO, Wangles dos Santos. **Manual de Educação Física Policial Militar: Uma Proposta de Vida Saudável**. Cuiabá: Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2007, p. 31.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Instituto Nacional de Câncer (Inca). Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV). **Programa Nacional de Controle do tabagismo e outros fatores de Risco** – Brasil. Rio de Janeiro: Inca; 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Consumo excessivo de carne vermelha pode aumentar risco de câncer de mama. Disponível em <<http://www.minhavidacom.br/alimentacao/galerias/17637-consumo-excessivo-de-carne-vermelha-pode-aumentar-risco-de-cancer-de-mama>>. Acesso em: 25.out.2014.

DAMIANI, Durval. **Obesidade na infância e adolescência** – Um extraordinário desafio! Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo. São Paulo: Abem, 2000, p. 363-365.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristiane; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. **Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares**. Ciência & Saúde Coletiva, Recife, Abrasco, 2011, p. 3403-3412.

FERREIRA, Oton Ricardo Medeiros. **Atividade Policial: uma abordagem sobre sua relação com o estresse**. Campina Grande: UEPB, 2010.

FETT, Carlos Alexandre. **Relatório sobre os novos testes físicos da polícia militar**. Cuiabá: NAFIMES-UFMT, 2013.

ILHA, Paula Mercêdes Vilanova. **Relação entre nível de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes e estilo de vida dos pais**. Santa Catarina: UFSC, 2004, p. 09.

JESUS, Gilmar Mercês de. JESUS, Éric Fernando Almeida de. **Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares**. Revista Brasileira de Ciência Esporte, Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte, 2012, p. 433-448.

OLIVEIRA, Paloma Largo Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. **Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares**. Boletim de Psicologia, Santa Maria, Vetor, 2000, p.153-166.

PITANGA, Francisco José Godim. **Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2008, p.138-143.

SILVA, Élik Martins da. **Atividade Física alternativa para o controle do estresse de alunos pré-vestibulandos**. Cuiabá, 2004.

SPODE, Charlotte Beatriz. MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (3). Porto Alegre: UFRGS, 2006, p.362-370.

A EQUITAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO TRATAMENTO DO ESTRESSE NOS POLICIAIS MILITARES DOS COMANDOS REGIONAIS I E II DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Robson Fernandes da Silva¹

RESUMO

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), realizou, através do Instituto de Psicologia e Controle do Stress (I.P.C.S.), uma pesquisa nos anos de 2011 e 2012, com a finalidade de identificar o número de policiais militares da PMMT que apresentavam sintomas de estresse e suas respectivas fases. Neste trabalho buscamos verificar os seguintes fatos: a equitação pode ser utilizada como uma alternativa para o tratamento do estresse? E como isso pode ser feito usando os animais do regimento de policiamento Montado da Policia Militar (RPMon). Foi utilizado o método bibliográfico e documental de pesquisa, através de obras já elaboradas sobre o conteúdo, pelas quais se comprovou ser possível utilizar a equitação, através dos equinos, pertencentes à fazenda pública, disponíveis no RPMon, como mais uma alternativa a ser ofertada aos policiais militares lotados nos Comandos Regionais de Cuiabá e Várzea Grande, onde concentra-se maior grupo de policiais do Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: *Estresse - Tratamento - Equitação.*

ABSTRACT

The Military Police of Mato Grosso (PMMT), considering the importance of this issue, conducted through the Institute of Psychology and Stress Control (IPCS) a survey in 2011 and 2012, with the purpose of identifying the number of police officers in PMMT exhibiting symptoms of stress and their respective phases. This study aims to verify the following facts: riding can be used as an alternative for the treatment of stress? And how this can be done using animals Regiment Mounted Police Military Police (RPMon)? Bibliographic and documentary research method was used, through works already produced about the content, which proved to be possible to use the riding through the horses belonging to the farm publishes available in RPMon, as an alternative to be offered to military policemen crowded in Regional Commands Cuiabá and Várzea Grande, where most concentrated group of military officers in the state of Mato Grosso.

Keywords: *Stress - Treatment - Riding-horse.*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde – APMCV; pós graduado no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela APMCV.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade estudar o Estresse e suas fases e malefícios ao ser humano, mais especificamente os Policiais Militares de Mato Grosso acometidos por esse fato. Por outro lado, visa expor a equitação e seus benefícios e, ainda, abordá-la como uma forma possível e viável de auxiliar no tratamento desses policiais militares, através do Regimento de Policiamento Montado (RPMon), a única unidade policial militar do Estado que trabalha diariamente com cavalos.

O termo equitação significa a arte de montar a cavalo, prepará-lo e adestrá-lo para as mais diversas funções que este possa ser empregado. Tal atividade também é considerada uma atividade física, tendo em vista que, ao montar o cavalo, o indivíduo exercita vários músculos do corpo, além do trabalho mental para transmitir, através de suas ações, seus comandos e ordens ao cavalo que está conduzindo. Além disso, trabalha a coordenação motora, entretanto, tudo isso depende do grau de experiência em equitação de cada pessoa, podendo utilizar o animal apenas para realizar passeios de forma lúdica, o que requer pouca experiência ou mesmo praticar outros esportes utilizando o cavalo, tais como o Hipismo, Pólo, Enduro, Adestramento, três tambores etc, que exigem maior experiência, coragem e destreza.

O trabalho aborda a equitação, seus benefícios e principalmente como prática esportiva capaz de auxiliar no tratamento ao Estresse de Policiais Militares de Mato Grosso, lotados nos Comandos Regionais I e II, com sede nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, respectivamente, utilizando animais e equipamentos pertencentes à fazenda pública que estão sob os cuidados dos policiais militares lotados no Regimento de Policiamento Montado - RPMon, localizado em Cuiabá, capital do Estado. Foi utilizado o método bibliográfico e documental de pesquisa, através de obras já elaboradas sobre o conteúdo, pelas quais se comprovou ser possível utilizar a equitação, através dos equinos, pertencentes à fazenda pública, disponíveis no RPMon, como mais uma alternativa a ser ofertada aos policiais militares lotados nos Comandos Regionais de Cuiabá e Várzea Grande, onde concentra-se maior grupo de policiais do Estado de Mato Grosso.

A seguir será abordado o Estresse e suas fases, a presença do Estresse na Polícia Militar de Mato Grosso, a equitação e seus benefícios, o Regimento de Policiamento Montado, o cavalo e sua ligação com o homem e as considerações finais.

1. ESTRESSE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

O estresse é o conjunto de respostas mentais e físicas causadas por estímulos externos e internos permitindo ao indivíduo superar determinadas cobranças do meio ambiente e os desgastes causados por esse processo. É uma forma do organismo reagir perante situações diversas buscando se adaptar a elas e sem as quais dificilmente o ser humano ou os animais sobreviveriam.

Acrescenta-se com os dizeres de França & Rodrigues (2005) os quais sobre o estresse afirmam que:

A resposta ao *stress surge*, ou melhor, é ativada pelo organismo, com o objetivo de mobilizar recursos que possibilitem às pessoas enfrentarem situações - as mais variáveis - que são percebidas como difíceis e que exigem delas esforço. Sem dúvida, essa capacidade tem sido de fundamental importância para a espécie humana, ajudando-a a sobreviver e a desenvolver alternativas sobre como enfrentar as múltiplas situações de ameaça - concreta ou simbólica - que pode encontrar em sua existência. Na verdade, acreditamos que a vida sem *stress* seria chata, monótona e sem graça, não haveria desenvolvimento pessoal ou científico. Nada se tornaria atraente ou excitante.

Já os autores Ballone & Moura (2008) definem o estresse como mecanismo necessário e benéfico ao organismo, uma vez que o indivíduo torna-se mais vigilante perante eventos de perigo ou de dificuldade. Mesmo circunstâncias consideradas positivas, por exemplo casamentos, nascimento de filhos e até promoções profissionais, podem produzir Estresse.

Acrescentam dizendo que ocorrem reações no organismo quando se depara com situações estressoras, uma delas é o aumento da produção do hormônio Cortisol que por sua vez gera o aumento da taxa de açúcar no sangue, dando mais energia ao indivíduo. Ressaltam que essas reações corporais, se ocorrem de forma frequente não permitindo que o organismo volte ao seu estado de normalidade, geram malefícios a

este, principalmente ao sistema imunológico, responsável pela proteção do corpo humano contra as doenças.

Ainda sobre o Estresse, Ballone & Moura (2008) afirmam que:

O endocrinologista canadense Hans Selye (1907-1982) foi o primeiro a pesquisar seriamente o estresse na década de 1930. Ele observou que organismos diferentes apresentam um mesmo padrão de resposta fisiológica para estímulos sensoriais ou psicológicos. E isso teria efeitos nocivos em quase todos os órgãos, tecidos ou processos metabólicos (...).

Há milhares de anos a reação do ser humano é semelhante. Quando confrontado a situações de perigo, ou aquelas que não estavam em suas previsões cotidianas, tende a se defender de duas formas, lutando ou fugindo. Tais reações de fuga ou luta, chamado por Hans Selye de Síndrome Geral da Adaptação, requerem ajustes ao organismo como aumento dos batimentos cardíacos, para bombear mais sangue, aumento da respiração e da pressão arterial, os músculos precisam de mais energia e etc.

Nos dias atuais as reações corporais são semelhantes, não diferente dos homens das cavernas o homem contemporâneo enfrenta situações de luta ou fuga diariamente, quer seja por metas a serem alcançadas no trabalho ou pela falta de emprego, pelas responsabilidades em casa, pelas contas a pagar mensalmente, por problemas e conflitos nos relacionamentos interpessoais, pelo trânsito caótico e etc. Contudo, dificilmente o homem sai em disparada (fuga) ou parte para a briga física (luta) e acaba ficando sem função toda essa adrenalina produzida.

Por conta do ritmo de vida atual e das várias exigências diárias de luta ou fuga enfrentadas e, conseqüentemente, das razões as quais o organismo humano é submetido, comuns são as conseqüências surgirem, sendo várias delas malélicas. Ressalta-se que o estresse está presente no ser humano de um modo geral, porém, em excesso ou quando supera a capacidade de adaptação do indivíduo, começa a fazer mal à saúde.

Complementa-se com a afirmação de Ballone & Moura, na qual diz que seria difícilimo e até mesmo indesejável abolir totalmente todos os tipos de Estresses. Fisiologicamente, a ausência total de Estresse equivale à morte. O que deve-se tentar é mitigar, nos indivíduos, os efeitos malélicos do Estresse que a sociedade

proporciona e sensibilizá-las para os meios possíveis de ajudar a administrar melhor os fatores estressores do dia a dia.

Os chamados fatores estressores, são aqueles que causam o estresse no indivíduo, podem ser internos, da própria personalidade da pessoa como a pressa e o perfeccionismo ou externos, aqueles causados pelo ambiente, contendo estas maiores quantidades, como exemplo, podemos citar uma simples mudança de residência ou o divórcio, podendo também, como já tido anteriormente ser estressores positivos como uma promoção profissional ou nascimento de um filho.

Rossi esclarece a forma como o estresse atinge o indivíduo de forma negativa:

Muitas pessoas reconhecem estes sinais como uma rápida ingestão de energia que permite uma performance mais dinâmica. Depois de reagir, o organismo tende a acalmar-se e a retornar ao normal. No entanto, é quando a pessoa não age e os hormônios continuam a serem liberados que o estresse crônico pode causar os seus danos. Estes danos podem significar uma redução no sistema de imunidade, tornando-o menos resistente a doenças e exacerbando as fraquezas da pessoa. (ROSSI, 1992)

Algumas atitudes podem amenizar ou evitar as consequências maléficas do estresse, como uma boa alimentação, a pratica de exercícios físicos, dormir bem, praticar atividades que geram prazer ao indivíduo dentre outras.

Saber identificar os fatores estressores e conseguir de certa forma evitar, alterar, adaptar ou mesmo aceitar sua presença, buscando mitigar seus efeitos maléficos, não é tarefa fácil e requer auxilio de especialistas no assunto.

2. FASES DO ESTRESSE

Segundo a pesquisadora Marilda Lipp, em 1936 Hans Selye definiu o estresse em três fases, porém após 15 (quinze) anos estudando sobre o assunto, esta identificou recentemente uma quarta fase do estresse, propondo então um modelo quadrifásico expandindo o criado por Selye, sendo elas a Fase do Alerta, Fase da Resistência, Fase de Quase exaustão e Fase da Exaustão.

A primeira, Fase do Alerta, se define quando o organismo responde de forma positiva aos estímulos e desafios. É nesta fase que o indivíduo consegue superar

dificuldades e considerada a fase boa do estresse, onde o rendimento nas atividades enfrentadas é positivo,

Marilda Lipp a define como a fase positiva do stress, o ser humano se energiza através da produção da adrenalina, a sobrevivência é preservada e uma sensação de plenitude é frequentemente alcançada.

Na fase do Alerta, o indivíduo torna-se mais ativo. A adrenalina produzida faz com que a pessoa fique disposta e sempre pronta a enfrentar os desafios diários. Algumas consequências como dificuldade em dormir, taquicardia, tensão e dores musculares, azia e respiração ofegante surgem temporariamente, voltando à calma e ao seu estado normal após poucas horas. Desaparecendo os fatores estressores, a pessoa deixa essa fase do estresse sem sequelas.

A Segunda, Fase da Resistência, como o próprio nome já diz, acontece quando o agente estressor mantém sua ação fazendo com que o organismo tente resistir buscando a homeostase interna, o equilíbrio para que suas funções possam ocorrer. Nessa fase surgem alguns sintomas como mudanças no humor, insônia, irritabilidade e diminuição do desejo sexual, o corpo apresenta cansaço mesmo tendo uma boa noite de sono. A produtividade volta ao normal e por vezes o indivíduo não consegue ser criativo como na fase do Alerta.

A terceira fase ou Quase Exaustão ocorre quando o indivíduo não mais consegue resistir e manter o equilíbrio do organismo. Nessa fase tem-se o início de doenças de forma gradual e os órgãos mais vulneráveis começam a sofrer deteriorações. Os principais sintomas consistem no desaparecimento da libido, perda drástica na produtividade, sensação de desgaste, perda de memória em coisas corriqueiras, queda de cabelo, perda ou ganho de peso, pressão alta, dificuldade de concentração, dentre outros.

A quarta e última fase do estresse é a Exaustão. Ocorre quando os agentes estressores são contínuos e persistentes. O indivíduo não possui mais táticas, tampouco, reservas de energia para se adaptar a eles. Nessa fase, Marilda Lipp afirma que o indivíduo dorme pouco, não produz no trabalho, perde o senso de humor, não se socializa e muitos têm vontade de morrer. Doenças graves como depressão, úlceras, pressão alta e diabetes podem aparecer. Os estudiosos no assunto

complementam dizendo que a pessoa necessita procurar ajuda médica e psicológica para se recuperar.

França & Rodrigues (2005, pag. 40) complementam dizendo que a fase da Exaustão representa, em muitos casos, a falha dos mecanismos de adaptação, ocorrendo em parte um retorno à fase do Alerta e logo em seguida, se o fator estressor permanecer potente, o organismo pode morrer.

3. O ESTRESSE EM POLICIAIS MILITARES DE MATO GROSSO.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) 90% da população mundial tem problemas por conta do Estresse. Isso implica em dizer que já estão nas fases de Resistência, Quase-exaustão ou mesmo na Exaustão. Não raramente, vê-se a profissão de Policial Militar entre as primeiras do *ranking* das mais estressantes do mundo. Além disso, os Policiais Militares são oriundos da sociedade e, antes de tudo, cidadãos como os demais, logo, já se enquadram nos índices de “estressados” apresentados pela OMS.

Na Policia Militar do Estado de Mato Grosso no ano de 2004, Silva realizou uma pesquisa onde buscou verificar as condições de trabalho dos Policiais Militares relacionando com o Estresse. Silva aplicou questionários em cerca de 200 (duzentos) policiais em três Batalhões distintos na Capital. A pesquisadora detectou sinais de Estresse em boa parte dos policiais pesquisados e através de várias perguntas formuladas diagnosticou, naquela época, os principais fatores estressores que influenciavam aqueles policiais militares: dos pesquisados, 73,76% (setenta e três virgula setenta e seis por cento) responderam que o efetivo existente era insuficiente para atender à demanda de ocorrências, com isso sobrecarregando os policiais militares de serviço, 46,53% (quarenta e seis virgula cinquenta e três por cento) afirmaram não ter um bom relacionamento com seus superiores hierárquicos em seus ambientes de trabalho, 71,29% (setenta e um virgula vinte nove por cento) afirmaram que a alimentação oferecida aos policiais que estavam em serviço não era de boa qualidade, 58,42% (cinquenta e oito virgula quarenta e dois por cento) afirmaram que as viaturas policiais eram insuficientes para o atendimento de ocorrências.

No tocante à influência do Estresse na atividade policial, Silva foi contundente em afirmar que a qualidade dos serviços prestados à sociedade é diretamente proporcional à qualidade de vida dos policiais militares que o executam. Disse ainda, não ser possível atender o cliente (cidadão) com qualidade, caso não forem antes disso, atendidas as necessidades do público interno da Corporação.

A pesquisadora explana que se o Estresse interfere na qualidade dos serviços prestados à população pelo policial militar, por isso é indispensável combatê-lo, uma vez que o serviço policial militar exige um indivíduo em perfeitas condições de saúde, preparado tecnicamente, detendo equilíbrio emocional para a execução eficiente da sua missão, em defesa do cidadão e dos direitos estabelecidos na legislação em vigência.

Ao término, além de outras sugestões, Silva sugeriu que ambientes de lazer, para a prática de esporte e uma academia fossem oferecidos aos policiais militares, vislumbrando a prevenção e combate ao estresse. A autora conclui seu trabalho afirmando que:

Se o policial não possui as condições materiais necessárias para desenvolver o seu trabalho com segurança, não se relaciona bem com seus companheiros de trabalho, considera a alimentação servida na Unidade em que trabalha de má qualidade e insuficiente, considera os alojamentos precários e sem conforto, não possuem muita perspectiva de progressão de carreira, é possível concluir que este profissional sofre estímulos negativos diariamente em seu ambiente de trabalho, pois este ambiente se tornou hostil para este profissional, de modo que este profissional não se sente estimulado em seu trabalho, sendo este um fator muito estressante. (SILVA, 2004)

Outra pesquisa mais recente, aplicada pela Gerencia de Aplicação Desenvolvimento Saúde e Segurança, setor esse que compõe a Secretaria de Estado e Segurança Pública de Mato Grosso (SESP/MT), através do Instituto de Psicologia e Controle do Stress (IPCS), no ano de 2011 num total de 149 policiais militares em diferentes Batalhões da capital e do interior e após participarem de palestras sobre estresse e qualidade de vida, foram avaliados quanto ao seu nível de estresse e sua qualidade de vida.

Após obterem as respostas dos questionários e realizarem toda a avaliação do grupo pesquisado, a equipe pesquisadora obteve o Relatório Gerencial sobre níveis de Estresse, Qualidade de Vida e Estressores Ocupacionais da Polícia Militar.

Observou-se que: dos 149 (cento e quarenta e nove) pesquisados, 83 (oitenta e três) apresentaram sinais de estresse, sendo 62 (sessenta e dois) na fase de Resistência, 06 (seis) na fase de Quase Exaustão e 15 (quinze) na fase de Exaustão, a mais perigosa fase do estresse, com esses números significa dizer que 56% (cinquenta e seis por cento) dos policiais militares avaliados apresentaram estresse.

Analisando no geral o quadro de estresse apresentado em 2011, verificou-se que a maioria dos que tem stress está na fase de resistência, o que pode significar que estão se esforçando para lidar com fatores ocupacionais que geram muita tensão.

Contudo sabe-se que, nessa fase, se os fatores estressores continuarem presentes, sem que um treinamento em técnicas de manejo do estresse seja realizado, existe a probabilidade de agravamento dos sintomas do estresse, pois, como já foi dito, o ser humano não consegue permanecer em uma situação de resistência por tempo excessivo, podendo vir a entrar nas fases de Quase Exaustão ou Exaustão.

Ainda referindo-se a pesquisa elaborada no ano de 2011, foi observado quais as fontes de estresse que mais afetavam os policiais, naquela época, averiguou-se também a intensidade da tensão por elas gerada. Assim foi elaborado primeiro o mapeamento das fontes de estresse ocupacional na Policia Militar do Estado do Mato Grosso e a seguir é apresentada a análise da quantidade de tensão que elas dão origem.

As 09 (nove) principais fontes que geravam Estresse nos Policiais Militares em Mato Grosso numa escala gradativa, segunda a pesquisa da SESP em 2011 eram as seguintes:

- 1) Não receber apoio do superior;
- 2) Falta de reconhecimento pelo bom serviço;
- 3) Ver colega morto no cumprimento do dever;
- 4) Ter que ir ao Fórum, Delegacia ou Corregedoria em dias de folga ou no dia seguinte a uma noite de trabalho;
- 5) Mudança de escala sem aviso prévio;
- 6) Ter equipamentos de trabalho de má qualidade;
- 7) Ser designado para missões nas quais não se sente preparado;
- 8) Ineficiência do sistema judiciário;

9) Confronto com multidões agressivas.

Verificou-se com a pesquisa, que 56% (cinquenta e seis por cento) dos policiais militares entrevistados e analisados, apresentavam quadro de estresse nas fases de Resistência, Quase Exaustão e Exaustão, sendo a grande maioria na fase de Resistência. Porém, houve uma quantidade significativa nas outras fases, sendo consideradas perigosas e danosas à saúde do indivíduo.

A SESP, ao dar continuidade à pesquisa, no ano seguinte voltou a aplicar palestras, questionários e análises do nível de Estresse nos Policiais Militares em Mato Grosso, onde 246 (duzentos e quarenta e seis) Policiais Militares foram avaliados. Dessa vez, a porcentagem de policiais que apresentaram quadro de Estresse foi um pouco menor: aproximadamente 41% (quarenta e um por cento). Pouco mais de 100 (cem) indivíduos apresentaram quadro de estresse, estando 69 (sessenta e nove) na fase de Resistência, 08 (oito) na fase de Quase Exaustão e 20 (vinte) na fase de Exaustão.

O número de policiais avaliados foi pequeno em ambos os anos, porém o suficiente para os pesquisadores e equipe de psicólogos que laboram na SESP preverem que se o nível de estresse não for reduzido ocorrerá um decréscimo na produtividade, aumento no índice de acidentes e erros, uma vez que o estresse excessivo reduz substancialmente o poder de produzir, de criar e decidir do ser humano. Por isso, é respeitável dizer que para o Policial Militar esse poder de decisão é de suma importância, pois ele lida diariamente com vidas, tanto a sua, quanto a de terceiros.

Notou-se que o alto índice nos níveis de estresse que causam malefícios à saúde foi constatado em vários policiais militares, nos dois anos consecutivos da pesquisa, fato este que requer algumas providências por parte da Secretaria de Segurança Pública e conseqüentemente dos gestores de Recursos Humanos da Policia Militar do Estado de Mato Grosso.

Sabe-se que vários fatores são eficientes e necessários ao combate e a prevenção do Estresse, dentre eles a prática de atividade física regularmente. Com isso, uma das formas de praticá-la será discorrido logo a seguir.

4. EQUITAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS

O termo equitação significa a arte de montar a cavalo, prepará-lo e adestrá-lo para as mais diversas funções que este possa ser empregado. Tal arte também é vista como uma atividade física, tendo em vista que ao montá-lo, o indivíduo exercita vários grupos musculares, além de trabalhar também a mente do praticante para poder decidir e transmitir, através de suas ações, seus comandos e ordens ao cavalo que está sendo conduzido.

Para Junior (2003), “A equitação é uma atividade esportiva que exige uma significativa variação do trabalho muscular do cavaleiro, pois em cada modalidade, tipo de prova e a cada instante da ação, no ato de montar, ocorre determinada solicitação motora”.

Além de trabalhar a parte física, trabalha também aspectos relacionados à coordenação motora, equilíbrio, melhora a autoestima e desenvolve aspectos de liderança. Dependendo do grau de experiência em equitação, pode-se utilizar o animal apenas para realizar passeios de forma lúdica, o que requer pouca experiência e que, no entanto, gera grande satisfação; ou mesmo praticar outros esportes que necessitam de maior experiência coragem e destreza sobre o animal, tais como o Hipismo, Pólo, Enduro, Adestramento, Três Tambores e etc.

Para Ferreira (2008) a prática da equitação produz também outros benefícios quando afirma que:

A prática equestre favorece ainda uma sadia sociabilidade, que integra praticante, cavalo, colegas e profissionais envolvidos. O praticante experimenta sentimentos de realização, força e prazer. Tal conquista estimula sua autoconfiança elevando sua auto-estima - pontos fundamentais para o desenvolvimento das demais habilidades e de seu potencial como indivíduo.

Hipócrates (458-370 a. C.), considerado o pai da medicina, já indicava a equitação para regenerar a saúde e proteger o corpo humano de muitas doenças. Ele alegava também que a prática da equitação faz com que os músculos melhorem o seu tônus, ou seja, um tipo exercício físico que possui vários benefícios ao ser humano.

A prática de exercícios físicos regularmente gera vários benefícios aos praticantes, principalmente a sensação de tranquilidade e relaxamento, por conta da liberação de hormônios na corrente sanguínea. Os exercícios físicos recomendados para combater o Estresse são aqueles que o indivíduo melhor se adapta e pratica por gostar. Quanto maior for o bem estar na hora de praticar o exercício, maiores serão seus resultados.

Como já abordado, a prática de atividade física combate e previne o Estresse, fato este defendido por diversos autores e estudiosos no assunto como os exemplificados a seguir:

Santos (1998) cita o exercício físico, além de vários outros fatores, como forma de prevenir as consequências ruins causadas pelo estresse quando afirma que a prática de esportes dá vazão às frustrações e faz com que o indivíduo gaste energia e com isso libere a adrenalina armazenada ao longo do dia. Essa é uma boa maneira de apaziguar a mente e descontraír.

França e Rodrigues (2005) abordam a prática de atividade física regular como fator importante, no que chamam de manejo do estresse. Afirmam que a atividade física deve ser feita no mínimo três vezes por semana de forma a tornar-se um hábito, como tomar banho diário e escovar os dentes após as refeições.

Observa-se que os autores e pesquisadores citados são categóricos em afirmar que para prevenir os malefícios do estresse várias atitudes devem ser tomadas, sendo a prática de exercícios físicos uma das mais importantes.

Retornando ao assunto Equitação e reforçando sua prática como exercício físico e como terapia, observa-se o resultado da pesquisa realizado por Pendry, Smith e Roeter (2014), pesquisadoras da Universidade do Estado de Washington, onde esclareceram de forma científica os benefícios causados pela equitação no combate ao Estresse.

Os pesquisadores realizaram um estudo com 130 (cento e trinta) adolescentes. A maioria deles foram selecionados para participarem de um curso de Equitação de 90 (noventa) horas semanais, durante 12 (doze) semanas, ficando 60 (sessenta) deles na lista de espera. Os adolescentes que foram selecionados, de forma

aleatória, receberam informações e treinamentos de como limpar os animais e prepará-los para a aula e posteriormente praticarem equitação (cavalgar).

A equipe de pesquisa coletou 06 (seis) amostras de salivas de cada adolescente ao longo de um período de dois dias, antes e depois do programa e descobriram que os adolescentes que participaram das aulas de equitação tinham significativamente índices menores de hormônios Cortisol, conhecido como hormônio do estresse, comparados aos adolescentes que aguardavam na lista de espera.

Pendry discorre ainda que foi uma notícia animadora, pois sabe-se que os níveis mais altos da base de cortisol são considerados um fator de risco potencial para o desenvolvimento de psicopatologia.

Essa pesquisa corrobora com a afirmação de que a prática da Equitação auxilia no combate ao estresse por ser uma atividade física que gera sensação de bem estar e relaxamento, pois produz o hormônio Endorfina e por outro lado, baseado na pesquisa americana, combate os níveis do hormônio Cortisol, conhecido hormônio do estresse.

Os autores Barreto, Gomes, Seixas & Marques Gomes realizaram uma pesquisa utilizando a equitação como terapia, em crianças portadoras de necessidades especiais, e concluíram que:

Podemos concluir que a Equoterapia foi de extrema importância não somente para facilitar a aquisição das funções psicomotoras, como também, visando apresentar esta prática e/ou atividade que transforma os prazeres recreativos de montar a cavalo em benefícios físicos, psíquicos e sociais, permitindo o aprender pelo corpo, pois é a partir do movimento tridimensional do cavalo que é possível estabelecer um diálogo corporal promovendo ajustes tônicos, equilíbrio e postura, flexibilidade, lateralidade, noção espaço-corporal e temporal, atenção e memória, coordenação motora global e fina (...), mudança no perfil de personalidade e socialização nos portadores de Síndrome de Down. (BARRETO, GOMES, SEIXAS e MARQUES GOMES, 2007)

Observa-se na citação acima que a equitação produz benefícios físicos, psíquicos e sociais, sendo válido dizer que a prática dela pode ser utilizada para o tratamento de combate ao estresse. Com isso, surge a possibilidade desse exercício ser sugerido e ofertado aos policiais militares que enfrentam esse tipo de problema.

Para a equitação como uma forma de terapia, ressalta-se os dizeres de Bezerra (2011):

Percebemos que a equoterapia é um método recente de tratamento, mas que fora amplamente difundida na antiguidade sem uma comprovação científica, contudo podemos ter subsídios que comprovam o valor da equitação para a humanidade e sua estimulação nos elementos físicos e psíquicos, em particular nos praticantes desta terapia onde se percebe os efeitos físicos e principalmente os efeitos emocionais. (BEZERRA, 2011)

Ferreira (2008) afirma ainda que:

Cavalgar se constitui num prazeroso processo de aplicação dos melhores exercícios de coordenação que se conhece, além de proporcionar a sensação de independência, aumento da autoconfiança, do autocontrole e da auto-estima. As atividades com os cavalos aumentam os períodos de atenção, possibilitando maior concentração e melhor disciplina. (Apud SANTOS, 2001)

Segue dizendo que “a terapia utilizando o cavalo seja, talvez, a única técnica terapêutica a trabalhar simultaneamente os aspectos físicos, sociais, mentais e emocionais do paciente” (FERREIRA, 2008).

5. REGIMENTO DE POLICIAMENTO MONTADO (RPMon)

A mais nova unidade policial militar de Mato Grosso, o Regimento de Policiamento Montado (RPMon), é uma unidade Especializada, cuja atribuição é realizar o Policiamento Ostensivo Montado, utilizando cavalos e cavaleiros, policiais militares, devidamente treinados e capacitados para esta finalidade.

Em 20 de Abril do ano de 2011, foi ativado o RPMon, tendo sido nomeado o Tenente Coronel PM Alberto de Barros Neves como seu primeiro comandante. No ano de 2012, ele foi presidente da comissão de compra de 30 (trinta) animais, adquiridos no Estado do Rio Grande do Sul, sendo esta a primeira aquisição de equinos na história da polícia militar de Mato Grosso.

Os animais foram entregues no dia 12 de Outubro de 2012 e já no final daquele ano, após ambientação, aclimatação e o devido treinamento, foram empregados no Policiamento Ostensivo na região metropolitana de Cuiabá/MT,

tendo grande aceitação por parte da comunidade e gerando aumento da sensação de segurança na população daquela região, principalmente pela ostensividade que o animal representa.

Desde então, de forma quase diária, excetuando por algumas dificuldades estruturais existentes, o Policiamento Ostensivo Montado é lançado nas ruas de Cuiabá e Várzea Grande, com o objetivo de realizar o Policiamento preventivo, evitando que o crime ocorra naquela determinada área de atuação. São feitas abordagens, buscas pessoais e veiculares, além de efetuar detenções e conduções à delegacia de pessoas infratoras da lei.

Antes mesmo da chegada dos animais que vieram a pertencer a instituição PMMT, vários Policiais Militares foram capacitados, através de Cursos de Especialização em Policiamento Montado e Cursos de Controle de Distúrbios Civis Montados, em várias unidades da federação como Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Foram ofertados Estágios de Capacitação em Emprego de Tropa Montada, e recentemente o primeiro Curso de Especialização em Policiamento Montado em Mato Grosso, no RPMon, conduzido e coordenado por instrutores da própria corporação.

O CAVALO E SUA LIGAÇÃO COM O HOMEM

Falar da origem do cavalo não é coisa simples, desenhos e pinturas encontrados em cavernas apoiam a teoria de que eles começaram a ser domesticados no quinto milênio a.C., na Ásia Central.

Segundo a história, os cavalos foram domados pela primeira vez pelos Ários, povos nômades de origem indo-europeia, no terceiro milênio a.C.. Com as migrações destes, o cavalo chegou à Ásia Menor e a Europa, época que datam os primeiros testemunhos escritos que falam da existência dos cavalos domesticados utilizados para montar. Escritos estes provenientes da China, que se referiam a nômades que viviam nas terras da Mongólia de hoje.

Discorrer sobre a arte da Equitação nos leva a milhares de anos na história da humanidade, Rigueira em sua obra afirma que:

Os primórdios da equitação confundem-se, deste modo, com o surgimento das primeiras sociedades estruturadas na Ásia, Europa e África. A complexidade da

relação com a espécie humana reside na condição de que o cavalo, diferentemente do cão, tem de ser retirado de uma manada e domado para que haja uma relação de afinidade útil com seu dono humano. (RIGUEIRA, 2003)

Consta que os primeiros registros gráficos de homens guerreiros que utilizavam o cavalo datam do ano de 1.600 a.C., os quais foram desenhados nas paredes dos templos e tumbas egípcias, como exemplo o Templo de Kadesh, do faraó Ramsés II.

No Reino de Mitanni, atual Iraque, os Ários foram os primeiros a usar o cavalo para seu exército. Após isso, outros povos o empregaram para a arte da guerra, tais como os hititas, os semitas, etc. Os cavalos também foram usados pelos babilônios, persas, gregos, egípcios e sírios, desde o século IX a.C.

O cavalo sempre esteve aliado ao homem nas mais diversas batalhas tendo grande valor na formação dos povos atuais. À milhares de anos, o homem utiliza o cavalo não somente como arma de guerra, travando batalhas para conquistar territórios, riquezas, poder ou para defender seu povo, sua soberania e sua dignidade, mas também como um meio de transporte muito eficiente e ainda grande companheiro de trabalho.

Poucos animais possuem um registro tão antigo e completo como o cavalo e o estudo de sua história é algo surpreendente. Presente em diferentes culturas, o cavalo é um dos mais ricos símbolos da história da humanidade. Por ser tão importante à humanidade, a sua presença foi fundamental para o processo de civilização.

Em sua obra Rigueira (2003) afirma que:

Nenhum outro animal marcou tanto a história da civilização como o cavalo. Sobre o seu dorso impérios floresceram e foram destruídos. A sua contribuição para o desenvolvimento humano nos mais diversos campos de atividade, do econômico ao militar, é incontestável e inestimável.

O porte físico do cavalo é muito variado, dependendo da raça, podendo ter animais de 1,90m de altura e pesar 1000 quilos, como os cavalos de tração ou ainda, pouco mais de 100 quilos e não passar de 1,00m de altura como é o caso dos pôneis.

Com o surgimento do automóvel, esse animal foi, aos poucos, perdendo espaço. Contudo, nos dias atuais, estudos científicos comprovam que a prática

equestre produz vários benefícios em pessoas que enfrentam os mais variados problemas de saúde. Ferreira (2008) cita mais de 20 (vinte) pesquisadores espalhados por vários países. Alguns citados, pesquisadores que viveram há centenas de anos e outros que atualmente laboram na área da medicina. Em comum, todos afirmam os inúmeros benefícios da equitação no tratamento de doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, pôde-se comprovar que as aulas de equitação são plenamente viáveis como uma alternativa de terapia para o tratamento do estresse nos policiais militares, que estão enfrentando problemas com os altos índices de Estresse, dos Comandos Regionais I e II da Policia Militar do Estado de Mato Grosso, utilizando a estrutura física, materiais, animais e o instrutores pertencentes ao Regimento de Policiamento Montado da Policia Militar.

Têm-se, portanto, mais um mecanismo de tratamento objetivando, principalmente, a diminuição dos índices de Estresse ou seu controle, além da melhoria da capacidade física, ganho de auto-estima e etc.

Inúmeros autores são categóricos em dizer que a terapia utilizando o cavalo é uma área muito vasta a ser explorada, haja vista que os benefícios aos praticantes são, de fato, amplamente reais. Pessoas com níveis de Estresse elevado, já iniciando por conta disso outras doenças, necessitam de tratamento, atenção de profissionais especializados e de alternativas para o tratamento dos efeitos maléficos que o Estresse possa vir a causar.

E, ao analisar o cenário atual, sugere-se como projeto básico a apresentação aos Assistentes Sociais e Psicólogos da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, (responsáveis por identificarem e conduzirem o tratamento dos Policiais Militares que enfrentam problemas com o Estresse), a equitação como uma alternativa desse tratamento.

A proposta contemplaria, experimentalmente, os Policiais Militares que trabalham nos Comandos Regionais de Cuiabá e Várzea Grande, policiais esses, devidamente identificados e selecionados pelos profissionais responsáveis por tal

acompanhamento, que, no caso da Polícia Militar, trata-se dos Psicólogos e Assistentes Sociais da Secretaria de Estado e Segurança Pública (SESP).

As aulas de equitação seriam gratuitas na estrutura em que se encontra o Regimento de Policiamento Montado da própria Instituição, local esse, que é perfeitamente adequado para a prática do esporte.

O RPMon conta atualmente com um Oficial recém formado como Instrutor de Equitação pela Escola de Equitação do Exército Brasileiro, sendo este o principal responsável pelas aulas. Conta também, com 27 (vinte e sete) animais, divididos em dois grupos: um deles utilizado no treinamento e ações de Policiamento Ostensivo e o outro que normalmente fica contido nas respectivas baias².

Vale ressaltar que os cavalos são animais que naturalmente gostam de se movimentar e é salutar a esses que sejam trabalhados (exercitados), montados ou não, diariamente, principalmente, pela manutenção e ganho de resistência física e como forma de evitar doenças e vícios adquiridos por conta de ficarem grandes períodos de tempo presos.

Assim, as aulas de equitação poderiam ocorrer três vezes na semana com o grupo de animais que não estivessem sendo utilizados no policiamento ostensivo no dia, com duração de cinquenta minutos, podendo ocorrer no período matutino e vespertino, em horários com menor intensidade dos raios solares, desde que não viessem a prejudicar os horários de alimentação dos animais, fato este conhecido pelo instrutor de equitação e equipe veterinária que laboram no Regimento, os quais possuem conhecimentos específicos nesse assunto.

Os animais seriam selecionados pelo instrutor de Equitação, que poderia usar como critério a escolha de animais mais dóceis e com características específicas para cavaleiros iniciantes.

Fatores como o acompanhamento por parte dos Assistentes Sociais e Psicólogos, destes Policiais Militares que receberiam essas aulas de equitação, o tempo (semanas/meses) de acompanhamento de cada aluno, bem como a respectiva avaliação da melhora dos níveis de Estresse desses servidores são assuntos que

² Baias: locais destinados à contenção do equino de forma individual nos estábulos, espaço de, aproximadamente, 12 m² onde o animal permanece quando não está sendo utilizado.

necessitam de estudos específicos. Por isso o presente estudo não esgota a matéria, pelo contrário, ele possui o viés de estimular outras pesquisas a aprofundarem nesse tema de relevante importância, que pode ainda trazer inúmeros benefícios aos valorosos policiais militares da PMMT e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade mato-grossense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLONE, Geraldo Jose, MOURA, Erly Catarina de. **Estresse: Introdução**. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br>. Acesso em 20 set. 2014, 14:15:00.

BARRETO, Fernanda, GOMES, Glayde, SEIXAS, Ignácio Antonio da Silva, MARQUES GOMES, Andre Luiz. **Proposta de um programa Multidisciplinar para portadores de Síndrome de Down, através de atividade da Equoterapia, a partir dos princípios da motricidade humana**. *Fitnes e Performance Journaul*. Vol. 06, nº 2, Março/Abril. Colégio Brasileiro de Atividade Física, Saúde e Esporte. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>. Acesso em 06 out. 2014, 20:45:00.

BEZERRA Marcus Lopes. **Equoterapia: Tratamento terapêutico na reabilitação de pessoas com necessidades especiais**. Fortaleza/CE, 2011.

FERREIRA, Julia Barbieri. **Os Benefícios da Equoterapia no tratamento de portadores da Síndrome de Down**. Rio de Janeiro/RJ, 2008.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi, RODRIGUES, Avelino. **Stress e Trabalho: Uma abordagem psicossomática**. Ed. Atlas. São Paulo, 4ª edição. 2005. 40 p.

JUNIOR, Jose Moacir Costa. **Desporto: A preparação física do cavaleiro**. Escola de Equitação do Exército (EsEqEX). Rio de Janeiro, 2003.

LIPP, Marilda Novaes e MALAGRIS, Lucia Novaes, **O Stress Emocional e seu Tratamento**. Disponível em: <http://www.estresse.com.br/publicacoes/o-modelo-quadrifasico-do-stress>. Acesso em 11 out. 2014, 18:25:00.

LIPP, Marilda Novaes. **O percurso do stress: Suas etapas**. Disponível em: <http://www.estresse.com.br/publicacoes/o-percurso-do-stress-suas-etapas>. Acesso em 13 out. 2014, 16:20:00.

PENDRY, Patricia, SMITH, Annelise N e. ROETER, Stephanie M. **Randomized Trial Examines Effects of Equine Facilitated Learning on Adolescents' Basal Cortisol Levels**. Department of Human Development, Washington State University. 2014. Disponível em: <https://www.news.wsu.edu/wp-content/uploads/2014/04/effects-of-equine-facilitatedlearning.pdf>. Acesso em 20 set. 2014, 16:00:00.

RIGUEIRA, Sérgio de Aragão Costa. **O Despertar do Líder: Cavalo e Cavaleiro**. Escola de Equitação do Exército (EsEqEX). Rio de Janeiro, RJ. 2003.

ROSSI, Ana Maria. **Autocontrole: Nova Maneira de Controlar o Estresse**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

SANTOS, Osmar S. Almeida. **Ninguém morre de trabalhar: O mito do stress.** Instituto Brasileiro de Capacitação Bancária - IBCB. 1998 - pag. 93-94.

SILVA, Sara Cristina da. **O Estresse do Policial Militar do Estado de Mato Grosso: Condições de trabalho do Policial Militar.** Monografia. Cuiabá. 2004.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGENTES DO II COMANDO REGIONAL EM SUAS ATIVIDADES

Athayses de Oliveira Assunção¹

RESUMO

O volume de informações via internet, sua disponibilidade de forma popular permitiu ao homem receber informações imagináveis antes do advento dos computadores e das redes de informação, a Sociedade da Informação. A Informação por sua vez quando limpa, cercada de certeza é o objetivo que todo agente de inteligência quer chegar para a formação de conhecimentos no seu campo de interesse, neste caso o da Segurança Pública. Paralelamente, as mesmas informações de interesse à Segurança Pública também são de interesse à parte reversa, à qual trabalha de forma contrária, sempre com objetivo de neutralizar as ações policiais, neste caso, os criminosos que usam das mesmas ferramentas para subsidiar suas ações. A pesquisa busca diagnosticar: Quais os desafios encontrados pelo Agente de Inteligência de Segurança Pública do II Comando Regional de Polícia Militar na Sociedade de Informação? Para dar tratamento ao assunto foi adotado o método hipotético dedutivo, onde se buscou, através da análise das partes relevantes ao tema como teorias, doutrinas, conceitos e leis, comparando com a pesquisa quantitativa, chegar a uma síntese e enumeração dos desafios enfrentados por esse profissional nesse contexto.

Palavras-chave: *Sociedade da Informação - Inteligência - Segurança Pública.*

ABSTRACT

The volume of information via the internet, availability of popular form allowed man to welcome imaginable information before the advent of computers and information networks, the Information Society. The information in turn when clean, surrounded certainly is the goal that all intelligence agent wants to get to the formation of knowledge in their field of interest, in this case the Public Security, in parallel, the same information concerning Public Security also are of interest to reverse part, which works in the opposite way, always with the objective of neutralizing the police actions in this case, criminals who use the same tools to support their actions. The research seeks to diagnose: What are the challenges faced by the Public Security Intelligence Agent II Regional Police Military Command in the Information Society? To give treatment to the subject was adopted the hypothetical deductive method, which sought by analyzing the relevant parties as to the subject theories, doctrines, concepts, laws, compared to quantitative research, so as to arrive at a synthesis and enumeration of the challenges faced by this professional in this contexto.

Keywords: *Information Society - Intelligence - Public Security.*

¹ Capitã da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela APMCV e Pós Graduada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela APMCV.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos mais recentes na área de Tecnologia de Informações (TI), exemplo do computador e avanço das telecomunicações e internet no campo das redes sociais, impactaram o modo de vida da sociedade, alterando as rotinas em todos os setores, desde as formas de relações interpessoais, encurtamento das distâncias para a propagação de informações, consumo, rapidez de disseminação de informações, alterações no ambiente de trabalho, etc. Fenômeno este abordado por autores contemporâneos, que defendem a teoria das ondas, à qual estabelece algum marco de mudanças abruptas no estilo de vida sofrido no decorrer dos anos, sendo a primeira onda marcada pela revolução agrícola - a qual revolucionou as formas de lidar com o campo - passando para a segunda onda da Revolução Industrial, que impactou igualmente a vida urbana e por fim a terceira onda com o amplo e rápido acesso às informações e às mais diversas formas de TI (TOFFLER, 1980).

Todas essas fases trouxeram impactos diretos ou mesmo residuais à Segurança Pública, pois alteraram a forma de vida na sociedade sendo ela urbana ou rural e suas relações profissionais, políticas e pessoais. No caso da terceira onda, onde se insere a sociedade de informações que é caracterizada pela rapidez com as quais elas circulam, podem contribuir de forma favorável, ou não à segurança pública.

Um exemplo disso são os aplicativos² de celular *smartphones*³ que são produzidos inicialmente como forma de interação, no entanto são podem ser usados para informar ponto de presença policial em suas atividades fiscalizatórias e preventivas como, por exemplo, em uma *blitz*, ou mesmo pessoas interligadas através de grupos de comunicações para trocar livremente informações referentes ao posicionamento do policiamento em tempo real inclusive com imagens para subsidia ações delituosas, independente de local, hora ou data.

Nessa sociedade de informação se insere a Inteligência de Segurança pública, assim conceituada conforme Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública:

² Programa executado por computadores para realizar tarefa específica junto a seu sistema operacional.

³ Palavra de origem inglesa, usada no Brasil referindo-se à aparelhos telefônicos inteligentes, possuidores de tecnologias de microcomputadores.

A atividade de ISP é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos federal e estaduais a tomada de decisões, para o planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública (BRASIL,2007).

Para discorrer a temática, será observado sob o prisma: Quais as dificuldades encontradas pelo agente de Inteligência de Segurança Pública na Sociedade de Informação, tomando como amostra o efetivo de agentes pertencentes à uma agência regional de inteligência voltada à atuação entorno da Segurança pública. Onde adotou-se o método hipotético-dedutivo, fora deito questionário fechado buscando respostas quantitativas com relação à atuação no campo prático da ISP.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Historicamente, formas de atividades de inteligência, ou mesmo algumas de suas técnicas, já existiam e eram usadas desde os tempos bíblicos, de onde se podem extrair passagens que citam a questão da observação, espionagem, e outros. Mesmo que não sendo com a terminologia hoje adotada como propriamente Inteligência, os meios para obter informações sobre o inimigo, possuir vantagem frente a um possível concorrente, aproveitar de uma oportunidade quando se está de posse de alguma informação sabida, sempre existiu nas relações sociais, por serem atividades cognitivas normais dos seres humanos, buscando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no dia a dia.

A organização dessas técnicas, habilidades para a obtenção de dados com a finalidade de formular conhecimentos de inteligência⁴ passou a ser empregada de forma estruturada, sendo um marco da primeira agência oficial. “As primeiras organizações permanentes e profissionais de inteligência e de segurança surgiram na Europa moderna a partir do século XVI, no contexto de afirmação dos Estados nacionais como forma predominante de estruturação da autoridade política moderna (CEPIK, 2003)”.

⁴ Termo técnico utilizado na área de inteligência como que define todo dado, ou reuniões de dados de interesse, analisados e processados, sendo envoltos de credibilidade e imparcialidade.

Originando-a com a finalidade inicial de prover estratégias para diplomacias políticas, passando para inteligência de Guerras ou de Defesas, afim de que assegurasse a expansão territorial e/ou comercial daqueles países, formação um Estado sólido e garantia da soberania⁵, assim seus governantes usavam desses órgãos de inteligência como ferramenta que auxiliasse a sua governança⁶, e em tempos modernos utilizada no policiamento.

Passado essa origem cada continente e cada Estado passou a sofrer suas modificações seja no âmbito político, econômico, religioso, social ou cultural e em cada um desses contextos, as agências ganharam quantidades, e distribuição nos mais variados níveis de um Estado, tanto estratégico como tático ou mesmo operacional, com finalidade de fornecer ao Estado conhecimentos de inteligência Externa, Inteligência Militar ou Inteligência Interna. Usando a Inteligência como uma forma de manter uma instituição (ou propriamente o Estado) perene aos seus condutores e aos fatos históricos. Onde passamos a verificar as origens das agências nacionais:

O surgimento dos sistemas nacionais de inteligência está associado, segundo Michael Herman (1996:2-35), ao lento processo de especialização e diferenciação organizacional das funções informacionais e coercitivas que faziam parte, integralmente, da diplomacia, do fazer a guerra, da manutenção da ordem interna e, mais tarde, também do policiamento na ordem moderna (CEPIK, 2003).

Diante dessa expansão do uso da inteligência para o policiamento na ordem moderna o autor reafirma a conquista desse território, dado a importância diante das evoluções dos meios pelos quais passaram a cometer crimes, bem como, e projeta tendências com relação à estrutura dos sistemas de inteligência nacional:

A expansão das missões dos serviços de inteligência interna, inicialmente restritas ao policiamento político de dissidentes e mais tarde abarcando a contra-

⁵ Identificação interna de um povo sobre um território, têm como legítimo suas leis e seus poderes plenos estabelecidos.

⁶ “De modo geral, o termo governança vincula-se ao reconhecimento de instâncias de produção de governo por diferentes atores – o Estado e suas instituições, as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, a sociedade civil (atores coletivos e individuais) – e em diversos níveis de aplicações: dentro e fora do Estado, transnacional, internacional, nacional e localmente (MUNIZ,2009)”.

inteligência⁷, o contraterrorismo e inteligência sobre o crime organizado, acabou por aproximar esses serviços das unidades investigativas das polícias encarregadas de dinâmicas criminais mais complexas, tais como o narcotráfico, fraudes financeiras, lavagem de dinheiro e outros crimes eletrônicos (*cybercrimes*). Em muitas polícias existem agora unidades especializadas em inteligência sobre crime, utilizando informações coletadas de fontes diversas (inclusive *imint e sigint*) e métodos analíticos mais sofisticados (principalmente nas áreas de georreferenciamento de dinâmicas criminosas e de visualização de relacionamentos entre criminosos). Essa expansão vertical do uso de métodos e técnicas de inteligência para a base dos sistemas policiais, em combinação com uma maior integração e busca de sinergia entre as unidades de inteligência policial e as agências nacionais de inteligência de segurança, pode ser apontada como uma tendência na direção da formação de subsistemas de inteligência de segurança moderna (CEPIK, 2003).

2. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Trazendo a luz para as criações de agências nacionais, a primeira em 1927, com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), passando em 1946 para o Serviço Federal de Informação e Contrainformações (SFICI) - devido ao cenário da Guerra Fria. Em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI); em 1970 foi criado o Sistema Nacional de Informações (Sisni), mantendo SNI como o órgão central desse sistema. Já em 1990 o Presidente Fernando Collor de Melo extinguiu o SNI e o transformou em um Departamento de Inteligência (DI) sendo esta parte componente da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), tal período marcou uma descontinuidade nos moldes das atividades de inteligência no país, bem como marcou também pela a substituição do termo informação pelo termo inteligência (ANTUNES, 2002).

Em 1995 foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a formalizou em 1999, com finalidade de subsidiar as decisões de alto escalão do governo, mesmo ano em que também instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN - Lei n.º 9.883), seguido no ano 2000 pela criação do SISP - Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, o qual subsidia o gestor de segurança em suas tomadas de decisões, passando a ser realizado em âmbito estadual e não apenas nacional.

⁷ É um ramo da inteligência ao qual se atribui a função de produzir conhecimentos para proteger a ISP ou a instituição que pertence.

Passando o Estado a adotar em 2006 a doutrina nacional de Inteligência de Segurança Pública. Criado através da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) diante da necessidade de uniformização, padronização, de ações a serem desempenhadas pelos seus agentes em âmbito estadual. O que se pôde perceber é que o Sistema Brasileiro de inteligência, segue exatamente a tendência projetada por CEPIK, 2003.

Finaliza com a perspectiva adiante, ao observar e escrever sobre os desafios a serem enfrentados no formato do sistema de inteligência brasileiro (SISP) e sua efetiva aplicação no controle dos crimes internos: "... o maior desafio na implementação da doutrina é fazer com que as contribuições teóricas vinculadas ao conceito de inteligência de segurança pública sejam capazes de balizar a prática cotidiana da atividade no país (ANTUNES, 2002)".

3. SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA PMMT

O Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso (SIPoM) é a estrutura da inteligência adotada hoje na PMMT, foi implementada conforme Boletim Reservado nº 540, de 01 de fevereiro de 2013 com o propósito como descreve o artigo 2º:

Art. 2 O SIPoM tem por objetivo produzir, salvaguardar e difundir conhecimentos, voltados a subsidiar e assessorar os tomadores de decisão nos níveis estratégicos, tático e operacional, em assunto atinentes à competência constitucional da Polícia Militar, bem como, atuar em auxílio à atividade de Polícia Judiciária Militar à investigação de crimes militares.

Tal sistema descreve a estrutura de inteligência a ser adotada na PMMT estabelecendo a Diretoria da Agência Central de Inteligência - (DACI), seguindo das Agências Regionais de Inteligência - (ARIs) as quais têm sua circunscrição a nível de Comandos Regionais; as Agências Locais de Inteligência - (ALIs), abrangendo as áreas dos Batalhões e/ou Companhias Independentes e por fim Núcleos de Inteligência - (NIs) os quais atuam em áreas das Companhias de Polícia Militar e em outros setores. Toda essa cadeia consta no Art. 6º publicou a Portaria

nº032/QCG/DGP, de 28 de janeiro de 2013, que regulamentou o decreto nº 3.128, de 18 de Maio de 2004.

O referido documento regula todas as definições de funções, atribuições, competências, objetivos, conceitos, método de avaliação, documentos produzidos, enfim, dispositivos positivados com a finalidade de garantir a construção do conhecimento, fluxo e sua salvaguarda.

4. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PRÁTICA

A Polícia Militar assume compromisso com a sociedade, através das atribuições que lhe conferem no artigo 144 da constituição federal, cuja atribuição é a de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. A polícia ostensiva é o que vemos nas ruas e a identificamos, quer seja pela presença, equipamentos, viaturas e fardamento, o que seria o policiamento clássico; já a preservação da ordem pública pode ser entendida de ampla maneira abrindo um leque de ações que podem ser adotadas de forma que a ordem pública seja mantida por mais tempo sem a sua quebra, sendo assim necessário suprimir possíveis ameaças através da prevenção que também é uma das formas de Inteligência, sendo as formas classificadas conforme a obra Policiamento Moderno:

Inteligência policial - ou informação sistematizada, classificada e analisada, que foi codificada em categorias relevantes para a polícia adquire três formas. A inteligência *prospectiva* é a informação coletada antes de um crime ou problema...A inteligência *retrospectiva* é a informação que resulta do curso normal do trabalho policial; por exemplo, dos arquivos de prisões, violações de trânsito e dos mandados de prisões pendentes...A inteligência *aplicada* é significativa quando há evidências sobre os suspeitos. A inteligência aplicada busca associar nomes de suspeitos conhecidos com atos conhecidos, ou é usada para conectá-los. O uso da inteligência aplicada pode exigir dados processados analiticamente, tais como material forense, trabalho de inferência ligando a suspeitos a hora, lugar, oportunidade, motivo e outros (TONRY; MORRIS, 2003).

A ISP por definição da doutrina é atividade auxiliar do policiamento ostensivo, porém pode ser enxergada de maneira diferente como uma atividade

preventiva de segurança pública por excelência, senão a mais forte delas, pois quando bem aproveitadas subsidiam a eficiência de todas as outras ações de polícia.

“As polícias anglo-americanas usam três estratégias operacionais: reativas, proativas e preventivas (Reiss, 1971; Manning e Van Maanem, 1977, p.144). Responder a eventos em seguida ao recebimento passivo de pedidos por serviço – ou, independentemente partir para a ação – é denominado estratégia reativa. Quando o policial cria condições de crime, ou solicita ou cria crime, a estratégia é chamada de proativa. As ações provenientes da polícia para alterar, prevenir ou intervir antecipadamente nas situações são denominadas preventivas. A ação de polícia é principalmente reativa; isto visto a concentração de pessoal nos centros de comunicação e a disponibilização de 90% dos recursos da polícia com patrulha. Estas estratégias historicamente padronizadas interagem e não são mutuamente excludentes. Essas três estratégias operacionais estão, por sua vez, relacionadas com funções de inteligência de polícia (TONRY; MORRIS, 2003).”

Estratégias essa aplicadas ao modelo de polícia adotado no Brasil, à qual possui traços de origem Francesa de onde absorve em proporções a sua estrutura, tendo com base o formato no anglo-americano ou europeu continental como é explorado:

um modelo “europeu continental” caracterizado por média centralização da autoridade sobre as unidades do sistema, média integração analítica dos produtos de intel, alto envolvimento da atividade de inteligência com as instâncias de policymaking e, finalmente, uma baixa efetividade dos mecanismos de accountability e supervisão (oversight). Nesse modelo poderiam ser incluídos os sistemas nacionais de inteligência e segurança de países como França, Alemanha, Rússia, Polônia, Itália e, com reservas, Brasil e Argentina (CEPIK, 2003)”.

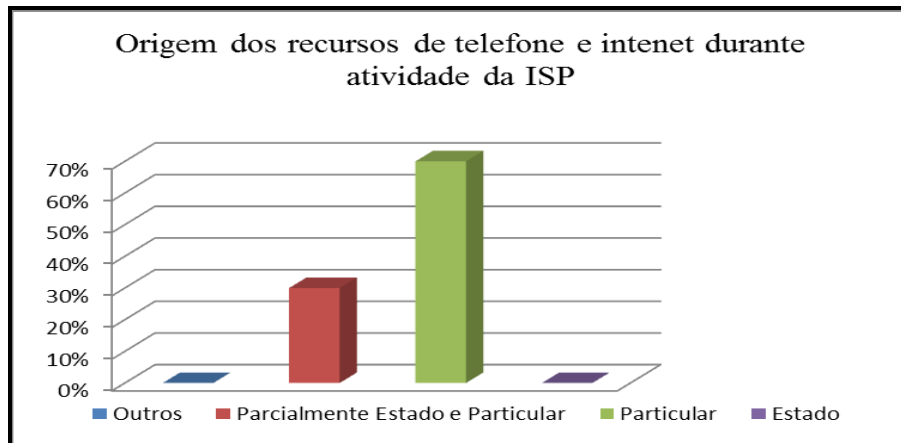
Na obra do Policiamento moderno e Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual trazem visões complementares como uma forma do modelo adotado de inteligência no Brasil, como sendo em suma altamente envolvida com as políticas Estaduais, pouco se fiscaliza suas atividades e não têm investimentos à altura de sua importância, recaindo na estratégia reativa à qual se move diante da demanda se distanciando do seu mister preventivo.

5. APONTAMENTOS DOS DESAFIOS AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DA ISP FEITO POR AGENTES LOCAIS

No intuito de diagnosticar quais são os desafios locais enfrentados pelo agente de segurança pública em face de uma nova configuração social denominada sociedade de informação, tomando como amostra uma população de agentes pertencentes à uma Agência Regional de Inteligência pertencente ao II CR - PMMT (Segundo Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso) composto atualmente de 10 (dez) policiais militares/agentes de inteligência.

Em análise às respostas obtidas através de questionário, verificou-se que enfrentam o problema gerado pela falta de investimento em materiais julgados essenciais para desenvolvimentos das atividades de Inteligência como, por exemplo, materiais disponibilizados para o desenvolvimento das atividades de inteligência (usados em operações, reconhecimentos⁸, e para transmissão rápida de dados), bem como para manter a agente atualizado em seu horário de folga, como por exemplo a utilização dos bens particulares como: *smartphone* e custeio de aplicativos e internet com finalidade de desempenhar suas atividades, onde conforme o gráfico 01, que segue adiante, 70% (setenta por cento) utilizam exclusivamente do seus aparelhos telefônicos e custeio com aplicativos e internet para prover meios que subsidiam atividade, e os 30% (trinta por cento restantes) utilizam Parcialmente o dispositivo custeado pelo Estado (chamadas e aparelho funcional sem disponibilidade de aplicações tecnológicas) e internet, aplicativos e aparelhos compatíveis à essas tecnologias, sendo de custeio próprio particular para a propagação dos produtos de inteligência.

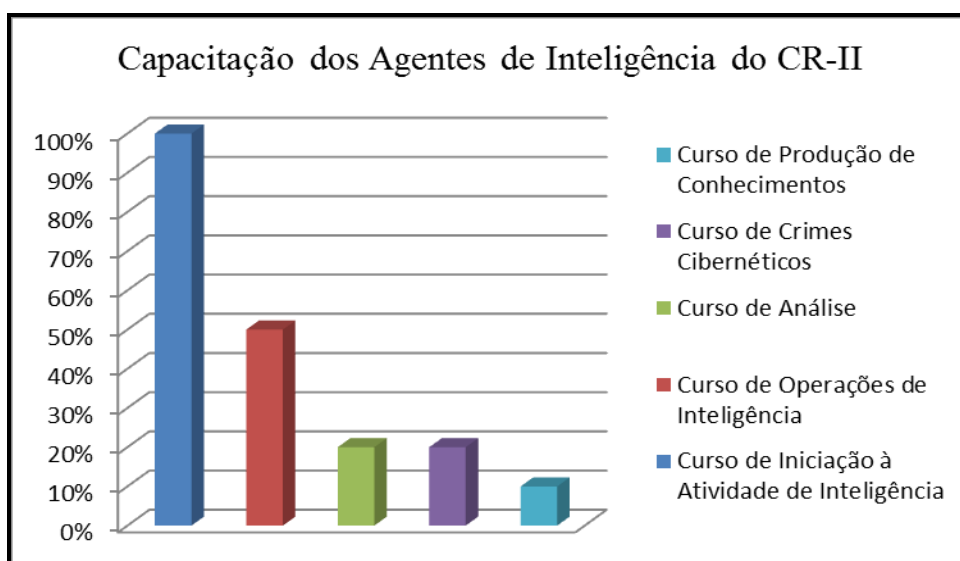
⁸ Atividade de Inteligência onde se busca localizar geograficamente o alvo, rotas de acesso, característica dos costumes locais, clima, possíveis ameaças e possibilidades.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 01

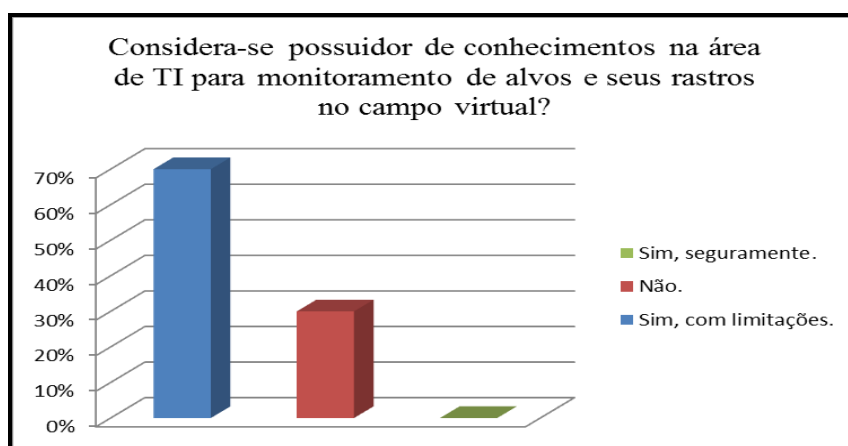
Foi verificado o nível de capacitação na área, quesito pelo qual foi constatado que 100% (cem por cento) do efetivo possui formação do Curso de Iniciação à Atividade de Inteligência. No entanto aponta a baixa qualificação do profissional de inteligência no tangente à capacitação nos campos específicos de inteligência como crimes cibernéticos, e outras tecnologias, com apenas 20% (vinte por cento) do efetivo tendo inicialização de conhecimentos da área nessa área, e 50% (cinquenta por cento) do efetivo tendo inicialização de conhecimentos das técnicas operacionais de inteligência, 20% (vinte por cento) do efetivo tendo inicialização em análise e 10% (dez por cento) possuem capacitação em formação de conhecimentos.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 02

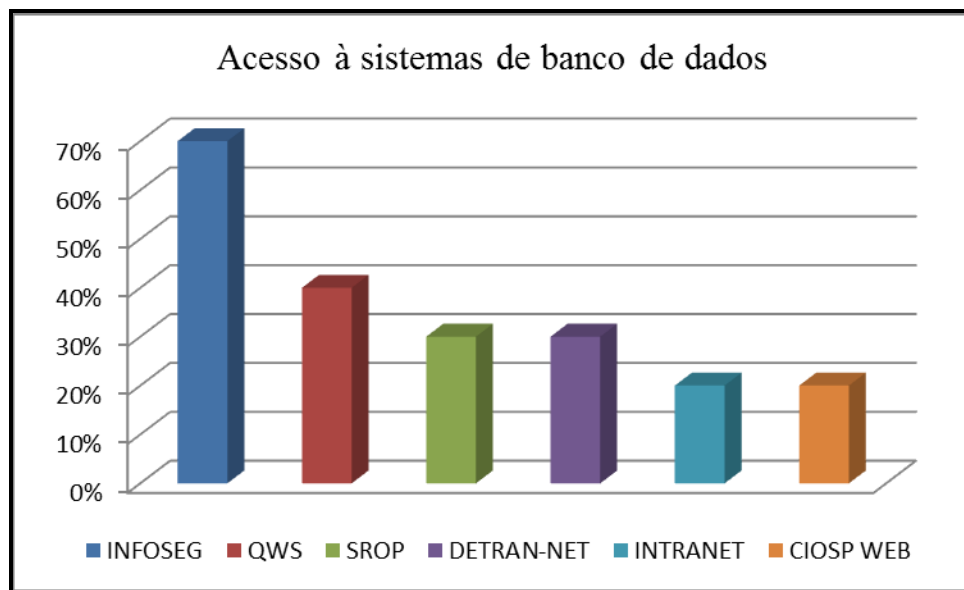
Atinente à questão de efetividade na prestação dos serviços ligadas à área das tecnologias de informática e redes, no gráfico 03, mostra que 70% (setenta por cento) dos agentes, (incluindo os que possuem curso na inicialização dos crimes cibernéticos) admitiram ter limitações para dar tratamento a esse tipo de demanda, já 30% não ter nenhum conhecimento a respeito e nenhum agente assegurou dar tratamento efetivo a esse tipo de demanda.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 03

Foi questionado com relação ao Acesso à bancos de dados restritos para obtenção de informações, como fonte de obtenção de informações, como sendo uma inteligência retrospectiva, quantificado que 70% (setenta por cento) possuem acesso ao INFOSEG; 30% (trinta por cento) possui acesso ao, 30% (trinta por cento) ao sistema SROP, 20% (vinte por cento) INTRANET, 30% (trinta por cento) DETRAN-NET, 40% (quarenta por cento) no QWS, 20% no CIOSP WEB.



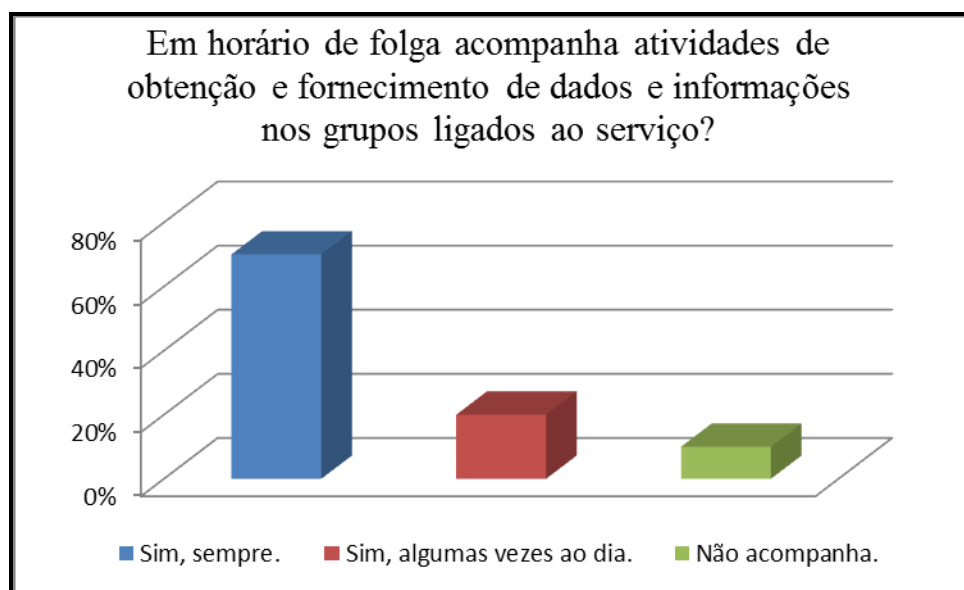
Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 04

Na avaliação quanto ao uso de ferramentas amplamente utilizadas como entretenimentos e comunicações através da internet, à exemplo dos aplicativos como “ whatsapp, telegran” foi observado que todos agentes usam pelo menos uma dessas ferramentas, também como forma de coleta de dados e difusão de dados ou informações de interesse da ISP, de maneira a amostra dos agentes possuem no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) grupos de conversação atinentes à assuntos exclusivos de Inteligência de Segurança Pública.

No questionamento para diagnosticar se o agente considerava as ferramentas de comunicações via e aplicativos e afins como sendo indispensável durante as realizações atividades de ISP, foi adotada por 90% (noventa por cento) dessa amostra como indispensável na atividade pela rapidez de troca de dados, e 10% (dez por cento) consideram que não é indispensável à execução da atividade.

Outro ponto questionado foi com relação à tendência de recorrentes vezes ao dia estar acompanhando os dados, informes e informações via ferramentas acima descritas, onde apontou o percentual de tantos por cento, permanecem a se inteirar de assuntos profissionais mesmo estando em horário de folga.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 05

Finalizando a pesquisa de campo foi avaliado no quesito do agente considerar ou não o efetivo como suficiente às demandas da unidade, onde 100% (cem por cento) afirmam que o efetivo não é suficiente para atender as demandas da agência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após trazer à luz fundamentos teóricos sob a concepção da Inteligência, dado as teorias sobre o assunto, as leis que regem a suas estruturas, manuais e doutrinas do que é e o que se espera do serviço de Inteligência de Segurança Pública, realizando a sua contextualização ante a atualidade social, principalmente no quesito de evolução tecnológica, foi buscado saber quais as dificuldades do agente da ISP, de uma Agência Regional de Inteligência em suas atividades.

Foi verificado que face aos crimes cibernéticos e qualquer atividade de monitoramento no campo virtual, nenhum agente se considera habilitado suficientemente para desenvolver seguramente essa atividade, consideram ainda o espaço virtual frutífero para coleta e transmissão de dados e inclusive conhecimento

de inteligência, importantes às suas atividades no tangente às redes de comunicações sociais e aplicativos de comunicação, considerado por 90% como indispensável a atividade da ISP. Significando que a expansão e disponibilização das informações também são utilizadas a favor da atividade dos agentes, no entanto essas ferramentas não são completamente providas pelo Estado, de forma que 70% dos agentes utilizam-se de meios particulares para acessar essa ferramenta, sendo que outros 30% restante utilizam os bens do Estado associado a bens particulares para acessarem a essas ferramentas consideradas indispensáveis (custeio particular de *smartphone* e internet).

Outro problema estrutural foi apontado com relação ao efetivo, onde 100% (cem por cento) considera insuficiente para atendimento às demandas da agência, já campo da capacitação foi apontado que todos agentes possuem formação básica para atuação nas atividades da ISP, porém quando é pormenorizado o campo de assuntos específicos às tecnologias da informação e crimes cibernéticos apenas 20% possui formação iniciada à esse tema o que deixa evidente a pouca capacitação nessa área.

Outro desafio avaliado foi em relação ao fato de manter-se atualizado mesmo estando em seu horário de folga onde puramente, apenas 10% (dez por cento) disseram não se iterar das atividades referentes ao serviço durante seu horário de folga, o que evidencia 90% (noventa por cento) tentam se manter atualizados através das comunicações via aplicativos de celular referente à assuntos ligados à atividade de inteligência.

Todos os quesitos avaliados vêm nos apresentar que os desafios enfrentados pelo agente de Inteligência da Polícia Militar na área do II Comando Regional diante da sociedade de informação, não venceram nem ao menos os problemas primários, que seriam os estruturais passando por efetivo insuficiente, material indispensáveis ao desenvolvimento pleno da atividade de inteligência que não são fornecidos, pouca capacitação nas áreas tecnológicas, tudo isso reflexo do pouco investimento à essa atividade de suma importância que é a Inteligência de Segurança Pública. Evidenciando que apesar das evoluções no mundo tecnológico e social, pouco se investe para que a Polícia Militar acompanhe com vantagem ou ao menos de igual pra igual, esse ritmo de rapidez na troca de informações que mudam também os

modus operandi criminal, deixando a Polícia Militar às margens desse processo tecnológico, restringindo à continuar realizando as mesmas técnicas ortodoxas, onde agentes relutam à esse fato, mesmo utilizando de meios próprios e de seus horários de folga para se dedicarem a uma possibilidade de sucesso em sua atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BRASIL, República Federativa. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Clarindo Alves de; FILHO, Edson Benedito Rondon. **Inteligência de segurança pública. Um xeque-mate na criminalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

CEPIK, Marcos. **Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, 2003.

MATO GROSSO. Polícia Militar. **Regulamentou o decreto nº 3.128, de 18 de Maio de 2004**. Portaria n. 32/QCG/DGP, de 28 de janeiro de 2013. Lex: Boletim Reservado nº 540, de 01 de fevereiro de 2013.

MUNIZ Jacqueline; JUNIOR Domício Proença; PONCIONI, Paula. **Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para governar**. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3 Edição 5, 2009.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave (A terceira onda)**: Tradução João Távora, 4ª Edição, Rio de Janeiro, RJ, Record, 1980.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval. Tradução de GHIROTTI, Jacy Cárdua. **Policiamento Moderno**. Editora EdUSP através do NEV - Núcleo de Estudos de Violência - USP, 2003.

O EMPREGO DO CÃO FAREJADOR NO CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Marcus Vinícius Akira Sakata ¹

RESUMO

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) tem dificuldade na realização de ações policiais de combate ao comércio e uso ilegal de drogas. Tem cumprido mandados judiciais de busca e apreensão, como umas das ferramentas no combate a esse comércio e uso ilegal de drogas, porém se depara com a dificuldade para a localização dessas substâncias ilícitas, por estarem em locais de difícil localização. Na busca de aplicar formas alternativas e eficientes que aperfeiçoem a localização dessas substâncias é possível o emprego do cão farejador, que fisiologicamente possui um olfato aguçado, podendo farejar objetos, pessoas e no caso desse estudo, as substâncias entorpecentes. A PMMT possui hoje um pelotão de operações com cães subordinado ao Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Diante desse emprego dos cães farejadores, surgiu o interesse em saber quais seriam as vantagens do emprego desse animal no cumprimento dos mandados de busca e apreensão? Para tanto uma série de informações sobre o cão e sobre a atividade policial nos cumprimentos de mandados de busca e apreensão foram reunidas, para em seguida realizar uma pesquisa de campo com as unidades especializadas em operações com cães de todas as policiais militares do Brasil.

Palavras-chave: *Cão farejador - mandado de busca e apreensão - comércio e uso ilegal de drogas.*

ABSTRACT

Police Mato Grosso State Military (PMMT) has difficulty in performing police actions to combat illegal trade and use of drugs. Has fulfilled warrants for search and seizure, as one of the tools to combat this trade and illegal drug use, but is faced with the difficulty of the location of these illegal substances, being in places difficult to locate. In the search for alternatives and implement efficient ways that improve the location of these substances is possible the use of sniffer dog, which physiologically has a keen sense of smell and can sniff out objects, people, and in the case of this study, the narcotic substances. The PMMT now has a platoon operations with dogs subordinate to the Special Police Operations Battalion (BOPE). Given this use of sniffer dogs, became interested in knowing what are the advantages of using this animal in the performance of search and arrest warrants? Therefore a lot of information about the dog and the police activity in the greetings of search and seizure warrants were gathered thereafter to conduct a field survey of the specialized units in operations with dogs of all military police in Brazil.

KEYWORDS: *Sniffer dog - Warrant Search and Seizure - trade and illegal drug use.*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre o emprego do cão farejador no cumprimento de mandados de busca e apreensão pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. A intervenção do Estado, através dos seus órgãos de segurança, é imprescindível para uma eficiente prevenção e repressão ao comércio e uso ilícito de drogas. Com base nessa premissa, a Polícia Militar, realiza o cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão no Estado Mato Grosso, nesse combate as drogas.

Porém, nos cumprimentos de Mandados de Busca e Apreensão, vive-se um fator problemático, a dificuldade na localização das substâncias entorpecentes pelo homem policial militar, desta forma é imprescindível aplicar formas alternativas e eficientes que aperfeiçoem e complementem o trabalho policial nessa busca, onde surgiu a utilização de cães treinados para localizar essas substâncias entorpecentes ilícitas.

Sabe-se que os cães são empregados por diversas Policias Militares do Brasil, nesse combate as drogas, mais quais seriam as vantagens do emprego do cão farejador no cumprimento desses mandados, ou então com o emprego do cão farejador se localizaria uma maior quantidade de substâncias entorpecente, reduzindo assim o comércio e o uso ilícitos de drogas.

É neste diapasão que realizaremos este estudo, visando diagnosticar as vantagens da utilização do cão farejador na localização das substâncias entorpecentes, nos cumprimentos dos Mandados de Busca e Apreensão realizados pela Polícia Militar, sendo utilizado para fundamentação a pesquisa bibliográfica e realizado uma pesquisa de campo com as unidades policiais militares de todos os estados brasileiros especializados em operações com cães.

1. A HISTÓRIA DO CÃO

Ao longo de milênios o cão tem acompanhado fielmente o homem, participando nas mais variadas atividades exercidas na vida dos humanos.

Acredita-se que os primeiros cães surgiram há aproximadamente 100.000 anos, provenientes de um pequeno lobo cinza na Índia. Este lobo conhecido como *Canis lupus pallipes* foi largamente distribuído pela Europa, Ásia e América do Norte. Existe também a possibilidade que muitos dos cães de hoje descendam não do lobo, mas sim do chacal.

Durante séculos a importância desse animal é percebida, despertando assim o interesse dos homens nas mais variadas especializações, de letras ou de ciências, artistas ou militares, naturalistas ou filósofos, empenhados em cada vez mais aprimorar a utilização desses animais para preencherem as diferentes necessidades da sociedade.

Hoje o cão é um dos animais domésticos mais populares no mundo. Por mais de 100.000 anos ele tem convivido com os humanos quer seja na companhia de caça, de proteção, de guia ou simplesmente de amizade. Estudos apontam a existência de mais de 500 espécies de cães distintas no mundo.

Em antigos documentos encontra-se registrados o emprego de cães pelos gregos e romanos, onde eram adestrados para o combate, possuíam os pescoços protegidos por coleiras providas de pontas aguçadas e já com as pontas de suas orelhas e caudas cortadas, para assim torná-las mais resistentes à dor. Porém os gregos, que sempre consideraram o cão como caçador e guardião, também foram os primeiros que adotaram os cães como animal de companhia.

Devido as suas características de amizade, lealdade, proteção e afeição, os cães estão entre os animais domésticos em posição de importância na sociedade. Cada vez mais aumenta o interesse de criadores em manter a linhagem pura, cuidando para ter uma ração mais adequada e balanceada, treinamentos específicos, institutos especializados no cuidado do cão, tornando assim um mercado atrativo para os empresários.

Então o cão com o tempo assumiu papéis cada vez mais adequados às necessidades do homem, especializando-se nos mais variados sistemas de caça, atividades de salvamento, controle, segurança, entre muitas outras atividades, ou seja, a amizade estabelecida entre o cão e o homem foi um dos pontos importantes na evolução da civilização.

2. A DOMESTICAÇÃO DO CÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

O que não resta dúvida é que os cães foram os primeiros animais a serem domesticados pelos homens, à cerca de quinze mil anos, entre os períodos paleolítico e neolítico.

Acredita-se que a domesticação do cão ocorreu de maneira gradativa e espontânea. É possível que os cães tenham sido atraídos para perto dos homens em virtude das sobras de pedaços de carne provenientes das caças. Possivelmente a domesticação se deu dessa associação voluntária, devido ambos sobreviverem da caça, encontravam-se seguidamente em atividades predadoras, sendo provável que esses cães tenham demonstrado aos homens algum valor, quer seja latindo na aproximação de desconhecidos ou mesmo ao se alimentar dos restos das caças auxiliavam na limpeza do local da moradia, iniciando assim uma aliança de vantagens recíprocas para a resolução de inconvenientes.

Conforme relata (GEARY, 1978) sobre essa aliança recíproca:

O cão, que até então assistia como simples espectador ao trabalho do homem, logo compreendeu que havia vantagens na associação, e arriscou-se a participar das suas caçadas em colaboração voluntária; deste modo o homem de imediato percebeu que tal empreitada, em parceria, rendia excelentes frutos.

Por se tratar de um animal predador, os cães possuem os sentidos apurados para a captura de presas ou para a proteção de sua matilha, características essas muito utilizadas pelos homens na utilização dos cães, pois um cão em seu olfato possui 32 vezes mais nervos olfativos que um ser humano, sendo considerado superior a todos os outros animais.

A audição dos cães é também um dos sentidos muito desenvolvido, diferentemente dos seres humanos, os cães ouvem sons de alta frequência e baixo volume, podendo assim localizar com precisão a direção e a origem do som, podendo ouvir a uma distância quatro vezes superior a de um ser humano.

A visão de um cão difere com a dos seres humanos em muitos aspectos, a visão noturna de um cão é muito mais apurada que dos seres humanos, possui um ângulo de visão maior que as dos humanos, devido ao posicionamento dos seus

olhos na cabeça, porém sua bicromática ao contrário dos humanos que é tricromática, ou seja, possui uma menor capacidade de distinguir as cores.

O tato é considerado pouco desenvolvido nos cães, mesmo sendo fundamental para as relações afetivas com o animal, já o paladar é um sentido pouco desenvolvido, pois possui nove vezes menos papilas gustativas que a de um ser humano, tendo assim o sabor diretamente ligado ao odor dos alimentos.

Devido a essas habilidades sensoriais apuradas dos cães o ser humano começa a explorar as maneiras de domestica-los, permitindo que as habilidades caninas fossem estudadas e assim melhor compreendidas e exploradas no sentido de converterem-se em reais situações de serviço à humanidade.

Os cães de caça são aptos a buscar, expulsar da toca e perseguir a presa, porém atualmente, a caça não mais possui papel preponderante na sobrevivência dos seres humanos, quase não tendo função, se tornando um mero esporte, razão pela qual a utilização do cão em tal atividade vem diminuindo sensivelmente.

Os cães de salvamento foram utilizados há séculos passados, com o objetivo dos cães localizarem os caminhos enterrados pelas grandes nevadas, principalmente os caminhos que levavam a Suíça à Itália, porém esses cães também eram utilizados para socorrer pessoas perdidas. Atualmente os cães de salvamento são empregados em desastres na procura de vítimas em escombros e no resgate de vítimas em salvamentos aquáticos.

Os cães guia são principalmente representados pelos cães que guiam os cegos através do tráfego agitado das cidades, trabalho esse de suma responsabilidade, sendo necessário meses de adestramento para a utilização do cão nesta atividade, porém hoje é a atividade de glorificação canina.

3. O EMPREGO DOS CÃES NA ATIVIDADE MILITAR

Em várias guerras ao longo dos séculos, em maior ou menor grau, o cão se fez presente. Em uma época onde em que não existia a arma de fogo, os cães eram importantes nas batalhas. No ataque eles aterrorizavam os homens de infantaria e eram muito eficientes contra a cavalaria.

Os chamados Molossos, cães agressivos que pesavam cerca de cem quilos, mais ou menos parecidos com os Dogues Alemães atuais, eram equipados com coleiras com pontas de ferro, que ao contato com os cavalos rasgavam suas peles ou os membros da infantaria que chegassem perto demais, já outros eram equipados com couraças onde se fixavam lanças, que se tornavam armas mortais nos cães treinados para correr atrás dos homens e cavalos. Outros cães ainda transportavam fogo em um recipiente de bronze, para provocar incêndios nos campos inimigos, ou então carregavam potes de resina ardente, e eram treinados para correr debaixo dos cavalos.

No entanto, os cães vieram a ter papel preponderante na 1ª Guerra Mundial, ocasião em que quase a totalidade dos países envolvidos utilizaram cães nos serviços de busca e salvamento de feridos, nas atividades de guarda e sentinela, computando-se ao final do conflito cerca de setenta e cinco mil cães alistados.

Nesse diapasão, relata (COSTA, 2008):

Diversas outras civilizações ao longo dos séculos utilizaram os cães nas guerras para atacar as tropas inimigas, porém, foi na 1ª Guerra Mundial que o cão passou a receber uma maior atenção, sendo utilizado por quase todos os países que dela participaram. Seu emprego passou do ataque às tropas inimigas de forma feroz e sanguinária para a utilização principalmente em busca, salvamento e guarda de estabelecimentos.

Já na 2ª Grande Guerra Mundial, constatamos uma ativa participação dos cães. Onde que enquanto nos demais países europeus existiam apenas esquadrões de reserva, a Alemanha possuía um efetivo de 200.000 (duzentos mil) cães bem treinados e aptos ao serviço militar, fornecidos pela Sociedade Alemã de Cães Pastores Alemães e pelo centro especial de instrução fundado na Alemanha, em 1938, o Kummersdorf.

Os Estados Unidos, não possuíam cães militares no início da guerra. Porém, com o advento da sociedade civil “Cães para Defesa”, as forças armadas americanas começaram a recebê-los. A partir daí, o exército criou os centros especiais de adestramento, conhecidos mundialmente como K-9, chegando a adestrar durante o conflito cerca de 15.000 (quinze mil) cães, que participaram de batalhas na Europa, Pacífico e até mesmo na África.

No pós-guerra verificamos as seguintes atividades: Em 1946 os militares franceses criaram o centro de adestramento em Rastatt e a Força Aérea Inglesa (Royal Air Force), criaram o centro de Starverton em Gloucestershire. Já a partir de 1953 a Inglaterra começou a empregar cães no Quênia, África, no combate aos ataques noturnos dos Mau-Mau (revolta dos pobres quenianos contra os ricos coloniais), criando posteriormente um centro de adestramento no Canal de Suez.

Os Estados Unidos, que antes da guerra da Coréia já possuíam um centro de cães sentinelas em Seul, uma vez iniciado o conflito, enviaram para o local esquadrões inteiros de cães militares, que tiveram uma relevante atuação. Deve-se ao K-9 (Divisão Cinotécnica Americana) uma diminuição de 60% (sessenta por cento), das baixas de militares nos combates. Em 1956 os americanos criaram, na Alemanha, centros de treinamento de cães patrulheiros e vigias de depósitos de munição. Na atualidade, as Forças Armadas Norte-Americanas possuem um esquadrão de “supercães”.

No Brasil, a portaria nº 176 do Estado Maior das Forças Armadas Brasileiras, datada de 22 de novembro de 1974, regulamenta o controle técnico das Seções de Cães de Guerra, incluindo as normas para manejo, tratamento e adestramento; autorizando a dotação do cão de guerra como efetivo-base para as Organizações Militares.

A Portaria, complementa o Manual do Exército Brasileiro C 42-30, que regulamenta o adestramento e o emprego de cães de guerra. Conforme a Portaria Ministerial nº 932, datada também de 1974, a raça pastor alemão foi escolhida como “cão de guerra”.

O adestramento de um cão de guerra no Brasil, tem início desde a infância. O adestramento básico é igual ao ministrado aos cães da sociedade civil, compreende treino de esforço e de resistência física, treinos de faro, treinos para a formação do caráter do animal, comportamento diante de tiros, do ataque, assim como a avaliação de sociabilidade. É indispensável, a aplicação da prova de CG-1 (cão de guerra um) e um treinamento adicional, que compreende a natação e o combate simulado.

4. O EMPREGO DOS CÃES NA ATIVIDADE POLICIAL

O emprego de cães na atividade policial, no âmbito mundial, inicia-se provavelmente no século XIV, quando, em Saint Malo, cidade a noroeste da França, foi criado um sistema de policiamento com os cães.

Em 1896, foi iniciado na polícia Alemã o emprego dos cães adestrados. Em meados de 1900, essa doutrina foi iniciada pela Bélgica e pela Holanda, com reconhecido sucesso. Sabe-se que nas forças provinciais britânicas foi utilizado um pequeno grupo de cães que, depois de convenientemente adestrados, foram agregados na Polícia Metropolitana.

Na Inglaterra, por determinação do comitê do Ministério do Governo, que foi nomeado em 1935, realizaram estudos com a finalidade de adestrar um pequeno número de cães às polícias dos Estados. Os cães foram devidamente adestrados e enviados a Polícia Metropolitana, sendo utilizados pela “Brigada Contra o Crime”, na região do sul de Londres, de 1938 até o início da 2ª Guerra Mundial.

Assim como os ingleses, os norte-americanos também se interessaram pelo emprego de cães na atividade policial, existindo um tímido registro disso a partir do ano de 1920. Porém, o marco da utilização é no ano de 1931, sendo como pioneiro o Departamento de Polícia da Cidade de Berkeley, no Estado da Califórnia, iniciando um programa de adestramento e emprego dos cães, que está vigente até hoje. Posteriormente em Berkeley, outros departamentos policiais adotaram os cães policiais em suas fileiras, sendo que antes do início da 2ª Guerra Mundial já haviam adquirido uma gama de conhecimento na área.

Com o término da 2ª Guerra Mundial, onde existiu um grande emprego de cães, estes voltaram para os Estados Unidos, sendo assim desmilitarizados e direcionados para a prática das atividades policiais, circunstância em que propiciou uma disseminação do emprego do cão policial em todo o território americano, devido a evidente qualidade, em face do nível de adestramento e da grande experiência adquirida pelos animais devido a participação no conflito bélico.

Na atualidade, praticamente todos os departamentos policiais americanos empregam cães nas atividades de segurança pública, conhecidas como as *K-9 Units*,

unidades caninas, as quais atuam nos mais variados tipos de patrulhamento: a pé, motorizado, embarcado e aéreo, executando desde missões simples de policiamento as ruas ou praças, até atividade mais complexas como a detecção de drogas e explosivos, assim como na busca e salvamento de pessoas em calamidades públicas.

Na América Latina a utilização dos cães se deu nos mesmos moldes das policiais europeias e norte-americanas, tendo relevante trabalho desenvolvido pela Argentina, que após a 2ª Guerra Mundial acolheu diversos refugiados alemães, que trouxeram exemplares de cães, que foram rapidamente acolhidos não só na sociedade civil, como também nas forças armadas e policiais, sendo reconhecidos no aperfeiçoamento e adestramento da raça pastor alemão.

Além da Argentina, outros países latino americanos fizeram uso largamente dos cães nas atividades de segurança, o Chile através dos Carabineiros e o Uruguai, através da sua Polícia Nacional.

No Brasil as primeiras experiências foram postas em prática, mesmo que timidamente, na década de 40, pelas Polícias Militares do Rio de Janeiro e São Paulo. Já em 1950 era inaugurado oficialmente o Canil da Força Pública de São Paulo, o qual contava com um efetivo total de quatro cães, sendo dois da Argentina. Em 1967, o Canil foi elevado à condição de Companhia de Cães de Polícia. Devido o aumentado em seu leque de missões, passando a efetuar uma maior diversidade de policiamentos, contando com uma extensa relação de relevantes serviços prestados no campo da segurança pública.

Na Atualidade a Polícia Militar do Estado de São Paulo possui diversos batalhões que possuem canis em plena atividade, devido ao seu alto grau de especialização de suas unidades cinófilas, fez com que a PMESP torna-se um dos principais pólos geradores de *know-how* cinotécnico para as demais Polícias Militares brasileiras.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, conta com uma Companhia de Policiamento com Cães, que atua em diversas missões, que vão desde ações de controle de distúrbios civis até a atividade de busca e localização de pessoas perdidas.

A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, visualizando a eficácia do emprego de cães, adotou no ano de 1957, sendo seguida posteriormente por outras instituições, cabendo destaque às Polícias Militares do Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, sendo hoje poucas as corporações que não contam com o emprego dos cães mesmo que de maneira tímida.

5. O PELOTÃO DE OPERAÇÕES COM CÃES DO ESTADO DE MATO GROSSO

O grupamento de operações com cães da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso foi inaugurado no dia 17 de novembro de 1997, pelo então Tenente da Polícia Militar Reinaldo Magalhães de Moraes, inicialmente ao nível de um pelotão da Primeira Companhia da Polícia de Guardas, com um efetivo total de um cabo, três soldados e três cães da raça pastor alemão, com a única finalidade de reforçar o policiamento da guarda externa da cadeia pública de Cuiabá.

Ao longo do tempo o grupamento foi ampliado, passando de Pelotão da Polícia Militar para Companhia de Polícia Militar, no dia 03 de março de 2002, a Companhia de Operações com Cães, ganhou sua sede própria, no bairro Parque Cuiabá na capital do Estado, além de uma viatura doada pela Polícia Rodoviária Federal, passando assim a executar o policiamento ostensivo com cães, na região dos bairros Parque Cuiabá, Atalaia e adjacências, onde se destacou ao retirar de circulação vários infratores da lei, dentre eles infratores de altíssima periculosidade.

Com a criação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o grupamento de operações com cães passou a ocupar a quarta companhia, deixando de realizar o policiamento ostensivo com os cães, realizando somente policiamento suplementar quando necessário e/ou solicitado.

Hoje o grupamento especializado em operações com cães, encontra-se ainda sediado no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), ao nível de Pelotão desse Batalhão, os cães foram adquiridos no ano de 2013, e alguns cães ainda estão em processo de adestramento para uso em específico nas atividades policiais de localização de entorpecentes, detecção de explosivos e busca e captura de fugitivos.

O pelotão especializado em operações com cães possui um efetivo total de 07 (sete) policiais militares, sendo 03 (três) sargentos, 02 (dois) cabos, 02 (dois) soldados

e (01) médica veterinária e com um efetivo canino de 07 (sete) cães, sendo 02 (dois) Labradores, 01 (um) pastor Holandês, 04 (quatro) pastores Belgas de Malinois.

6. CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO PELA POLÍCIA MILITAR

A Segurança Pública é tratada pela Constituição da República de 1988 no seu artigo 144, dispondo o dever do Estado e o direito e responsabilidade de todos. Neste contexto, vemos os órgãos responsáveis pela segurança pública (BRASIL, 1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A busca e apreensão é um dos meios de prova previsto no Código de Processo Penal (artigos 240 a 250) e destina-se a obtenção de provas (BRASIL, 1941).

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras *b a f* e letra *h* do parágrafo anterior.

Art. 241. Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.

Art. 242. A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

O Código de Processo Penal, não vetou o pedido de mandado de busca e apreensão elaborado pela Polícia Militar e no seu artigo 242, CPP, descrevendo que “a busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes”.

O interesse da Polícia Militar é a preservação da ordem pública, mas para alcançar essa preservação o caminho buscado pela instituição militar é feito baseado no princípio da máxima efetividade, conforme relata (JUNIOR, 2011).

O princípio da máxima efetividade, também denominado de princípio da interpretação efetiva, orienta o intérprete a atribuir às normas constitucionais o sentido que maior efetividade lhe dê, visando otimizar ou maximizar a norma para dela extrair todas as suas potencialidades.

Portanto, outorgado um poder a mais, neste caso a Polícia Militar, para preservar a ordem pública, tendo como regra para manter essa ordem pública a execução do policiamento ostensivo e como excepcionalidade a instituição militar, poderia solicitar mandado de busca e apreensão com o único objetivo de continuar preservando a ordem pública atribuída.

Essa maximização da norma como defendida pela doutrina, possibilita a Polícia Militar solicitar o mandado de busca e apreensão, que resulta de uma grande ferramenta para controle da ordem pública e efetivo combate à criminalidade.

Em relação à constitucionalidade da Polícia Militar solicitar e cumprir mandado de busca e apreensão de forma sucinta e bem clara, (COSTA, 2011) diz:

As diligências de polícia ostensiva e de manutenção da ordem pública, em cumprimento de ordem judicial de busca e apreensão em residências visam, precipuamente, resguardar os Policiais Militares quanto a inviolabilidade de domicílio e, principalmente, o controle externo de suas atividades pelo Poder Judiciário e Ministério Público.

Mesmo sendo o tráfico/posse de arma de fogo delito permanente, que enseja a prisão independente de ordem de busca e apreensão, requer a diligência toda a cautela e resguardo de nossos policiais, pois a facilidade e habilidade dos traficantes

em desfazer-se da materialidade do delito (droga) é espantosa, não raramente jogando o corpo de delito em sanitários e desfazendo a flagrância até então existente.

Dentro desse mesmo sentido, a Lei 11343/06 trás algumas condutas delitivas que não necessitam na maioria dos casos de uma pura investigação policial, entendida nesse último exemplo, como pura investigação policial quando o policial permanece dias monitorando uma pessoal ou casa, necessita de apurar vestígios, requisitar interceptação telefônica, quebra de sigilo telefônico ou bancário.

Conforme consta na Lei 11343/06, (BRASIL, 2006):

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Portanto, condutas do art. 33 (tráfico de drogas) e art. 34 (manter depósito de instrumento para fabricação de drogas), são condutas de crimes permanentes e são passíveis de ser facilmente detectáveis pelo policiamento ostensivo/preventivo e, por muitas vezes, o policial militar é o maior capacitado para narrar os fatos e levar ao conhecimento do judiciário que a casa X ou Y existe a possibilidade de estar acontecendo uma conduta prevista na Lei 11343/06, sendo necessário preservar a ordem pública, e como ferramenta é necessário a solicitação e cumprimento do mandado de busca e apreensão.

Portanto, por estar dentro desse processo de mudança quando a hermenêutica jurídica em relação ao fenômeno do neoconstitucionalismo e do pós-positivismo, pode-se afirmar com segurança que a Polícia Militar em situações excepcionais previstas na lei 11343/06 (lei de drogas) têm atribuição para solicitar o mandado de busca e apreensão, quando estiverem em situação de relevância urgência para apreender armas, drogas ou produtos criminosos, por não se tratar de investigação pura, mas sim, de uma tentativa de preservação da ordem pública.

7. O EMPREGO DO CÃO FAREJADOR NA LOCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES

O texto que segue discorrerá no que diz respeito ao cão farejador, com o intuito de dar subsídios à temática proposta no estudo.

Nas polícias, os cães são classificados conforme sua tipologia de emprego, quer seja: de patrulha, choque, guarda e faro. Diante desse fato, a classificação é feita com base em características compatíveis com as funções que serão exercidas, levando-se em consideração características da raça a que pertence, compleição física, temperamento e comportamento.

Os cães podem ser empregados nas seguintes missões conforme relata (ALMEIDA, 2004):

Os cães poderão ser empregados nas seguintes missões:

- a) Policiamento Ostensivo;
- b) Operações de busca, localização e resgate de pessoas perdidas;
- c) Demonstração de cunho educacional/recreativa;
- d) Policiamento em praças desportivas;
- e) Controle de distúrbios civis;
- f) Contra guerrilha rural e urbana;

- g) Provas oficiais de trabalho e estrutura;
- h) Controle de rebelião e ou fuga de presos;
- i) Formaturas e desfiles de caráter cívico-militar;
- j) Detecção de entorpecentes.

Relacionado ao cão farejador de entorpecentes, existem alguns traços desejáveis que tais animais devam apresentar, os quais sejam: motivação; intensidade; discriminação de cheiros; socialização e habilidade em trazer de volta. Conforme manifestação de (HELTERS, 2005):

Motivação: O cão precisa possuir e revelar personalidade altamente motivada, sendo especialmente desejável a vontade intensa de brincar e o desejo de agradar o adestrador.

Intensidade: [...] Um cão “intenso” é o que mantém o enfoque absoluto ao empregar o seu faro, na busca pelo seu “brinquedo”. Intensidade não é necessariamente sinônimo de hiperatividade, mas sim de um desejo insaciável de descobrir a fonte do odor, quaisquer que sejam as circunstâncias.

Discriminação de Cheiros: A maior parte das raças caninas possui essa habilidade, em maior ou menor grau. Por outro lado, o traço mostra-se mais marcante entre as raças esportivas de cães, ou entre os criados especialmente para o desenvolvimento da acuidade do faro.

Socialização: [...] O cão precisa possuir a confiança e a experiência necessárias para atuar nos mais diversos ambientes, o que não significa que um animal jovem e inexperiente não possa ser eficiente na atividade de farejamento. Caso um cão jovem mostre coragem e curiosidade, mas seja cauteloso em relação a ambientes novos, tudo será simplesmente questão de uma fase de seu crescimento. Não devemos agir com impetuosidade e confundir um cão cauteloso com um não confiante.

Habilidade em Trazer de Volta: É preferível que o cão revele um ímpeto forte de trazer de volta qualquer objeto que seja atirado para longe dele, ou escondido dele. Ao encontrar o objeto, deverá mostrar certo grau de possessividade: não basta o cão simplesmente correr para apanhar o objeto atirado – ele precisa carregá-lo, de preferência para devolvê-lo ao adestrador.

Dentre as raças que reúnem as melhores características adequadas ao serviço de farejo estão: o Labrador Retriever do Labrador, Pastor Alemão, Golden Retriever, Pastor Belga e Beagle. Dentre as raças sugeridas, o pelotão de operações com cães dispõe para o treino de farejo de entorpecentes os cães labradores e pastor holandês.

O olfato aparece como o principal sentido dos cães, podendo variar a sua intensidade de raça para raça. Usado naturalmente pelos cães para a detecção de alimentos, localização de objetos, pessoas e parceiros reprodutivos, além de sondagem de territórios, conforme relata (TEIXEIRA, 2000):

[...] Nos cães, a membrana olfativa contém cerca de 220 milhões de células receptoras, contra 5 milhões no homem. Além disso, as células olfativas caninas trabalham com mais eficiência do que as nossas. Como a maioria dos carnívoros, o cão usa o olfato para sentir o odor do alimento e decidir se lhe apetece. Sendo de seu agrado, engole, na maioria das vezes, praticamente sem mastiga-lo.

O cão, quando restrito a um local, por exemplo uma residência, torna-se territorial, sendo as fronteiras de seu território demarcadas pela urina. Esse odor de urina avisará os outros cães machos para se afastarem dali ou informará as cadelas sobre a presença de um possível companheiro.

O aguçado olfato canino permite que eles realizem o ato de farejar de maneira específica, acentuando a discriminação olfatória. O ato de farejar consiste, na interrupção do padrão ventilatório normal do aparelho olfativo, por uma série de inalações e exalações curtas. Tal ação é facilitada devido as estruturas anatômicas que compõem as cavidades nasais dos cães, assegurando o deslocamento do ar farejado preferencialmente ao epitélio olfatório e a sua retenção nessa região, local este onde as substâncias odoríferas podem se concentrar pela repetição. Utilizando-se deste mecanismo que potencializa o olfato do cão, o mesmo é capaz de encontrar objetos, substâncias e pessoas com uma grande facilidade, e quando treinado, o cão pode usar seu faro para os interesses específicos dos homens.

Devido ao aguçado olfato dos cães, um cão adestrado pode localizar qualquer substância de forma mais eficiente, conforme nos relata (SIQUEIRA, 2008):

Apesar do cão empregado nessa experimentação não estar adestrado a um nível de ser certificado como um cão farejador, a pesquisa experimental realizada nesse estudo, demonstrou com bastante clareza que uma guarnição auxiliada por um cão farejador é muito mais eficiente que uma guarnição sem o auxílio do cão.

Nessa experimentação isso ficou evidenciado, tanto no tempo de realização da revista, quanto no grau de precisão de indicação do local onde está escondido o tóxico. O tempo que o cão levou para realizar a busca em veículo foi em média 70% menor que o tempo gasto em uma revista realizada por um policial, além do que a guarnição auxiliada pelo cão farejador, apresentou resultado 50% melhor na localização de itens escondidos de drogas que a guarnição sem o auxílio do cão.

Algumas vantagens no uso dos cães são apontadas por (MACIEL, 1999):

- economia de efetivo, visto que, por propiciar uma ação ostensiva mais intensa, reduz o emprego de policiais militares no terreno;
- alto impacto psicológico, visto que as pessoas, com maior ou menor intensidade, sofrem de cinofobia, sendo intimidadas até pelo simples ladrar dos cães;

- aumento da segurança do policial militar, em face da capacidade de defesa exercida pelo cão de polícia, bem como pelo fato de desencorajar agressões ou reações de suspeitos quando da realização de abordagens, buscas pessoais, capturas, etc.;
- maior eficiência no cumprimento de missões específicas, tais como busca e salvamento de pessoas, detecção e localização de foragidos ou narcóticos, ações policiais em locais de difícil acesso (florestas e cavernas) ou de elevado risco (esconderijos de delinquentes);
- boa receptividade e simpatia que o público em geral tem pelos cães de polícia, sendo que seu emprego auxilia a transmitir e fixar junto à comunidade uma imagem positiva da Corporação.

O cão após passar por todo o adestramento e apto para atuar nas ações policiais, este por sua vez necessita da certificação do cão farejador que é uma classificação conferida pela Secretária Nacional de Segurança Pública, através do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública, localizado no município de Florianópolis (SC) e sendo que o objeto principal dessa certificação é a comprovação de forma oficial, de que o conjunto, policial e cão, atendeu satisfatoriamente a todos os requisitos de adestramento em faro de substâncias entorpecentes ilícitas.

Para o recebimento da certificação, o conjunto condutor/cão passam por uma pista dos mais variados obstáculos. A certificação tem a validade de um ano e é conferida a um conjunto específico de condutor/cão. No canil da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso somente em 2005 um conjunto foi certificado no Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública, esse conjunto era formado pelo condutor 3º Sargento PM Portugal e a cadela da raça labrador chamada Lory.

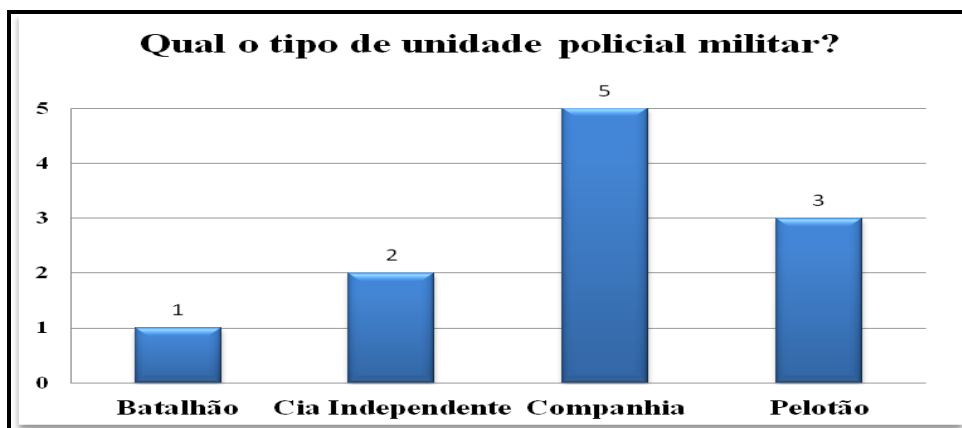
8. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS

A população entrevistada na pesquisa de campo compreende as unidades especializadas em operações com cães das polícias militares do Brasil, utilizando-se de um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas.

Como o objetivo deste artigo é verificar quais as vantagens do emprego dos cães no cumprimento dos mandados de busca e apreensão pelas Polícias Militares, a partir desse momento estaremos fazendo uma interpretação das respostas apresentadas do questionário que foi aplicado.

Foram enviados os questionários as unidades especializadas em operações com cães das Polícias Militares dos 27 Estados Brasileiros, sendo colhidos 11 questionários respondidos, perfazendo com isso uma amostra aproximada de 40,7% das unidades especializadas em operações com cães, entre elas estão os Estados: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.

Nas perguntas 01 e 02 foi questionado se a Polícia Militar do Estado possuía uma unidade especializada em operações com cães e qual era o tipo dessa unidade, onde verificamos que em todas as Polícias Militares que responderam o questionário possuíam uma unidade especializada em operações com cães, sendo 01 (um) Batalhão no Distrito Federal, 02 (duas) Companhias Independente em Minas Gerais e Santa Catarina, 05 (cinco) Companhias em Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte e 03 (três) Pelotões em Amapá, Mato Grosso e Tocantins.

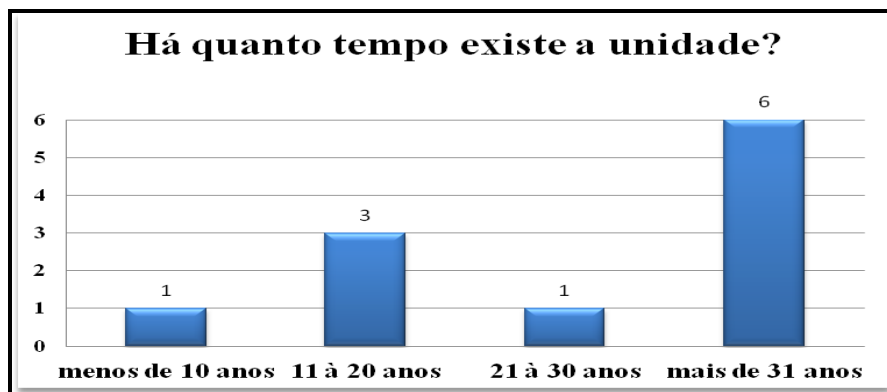


Fonte: Originado da pesquisa

Gráfico 01

Nas perguntas 03 e 04 foi questionado há quanto tempo existia essa unidade especializada em operações com cães e se ela realizava ou apoiava nos cumprimentos de mandados de busca e apreensão, sendo verificado que 06 (seis) unidades, cerca de 54,5% delas existem há mais de 31 (trinta e um) anos, 01 (uma) unidade, cerca de 9,1% existe entre 21 à 30 anos, 03 (três) unidades, correspondentes a 27,3%, existem entre 11 (onze) e 20 (vinte) anos e apenas 01 (uma) unidade, que corresponde a 9,1% existe a menos de 10 (dez) anos. Quanto ao questionamento se essas unidades

realizavam ou apoiavam no cumprimento de mandados de busca e apreensão todas elas responderam que sim, perfazendo 100% das unidades.



Fonte: Originado da pesquisa

Gráfico 02

Na pergunta 05 foi questionado quais foram as vantagens percebidas pela unidade policial na utilização de cães farejadores nas ações policiais em que o foco era a localização de entorpecentes, onde verificou-se que 100% das unidades especializadas em cães mencionaram a eficiência na localização de entorpecentes como vantagem do emprego desse animal, posteriormente 73% das unidades mencionaram a agilidade da ação devido ao emprego do cão farejador e foram mencionadas com 27% a economia de efetivo a ser empregado nessas ações e 18% a diminuição de riscos para o policial militar devido a presença do cão farejador na ação.



Fonte: Originado da pesquisa

Gráfico 03

Na pergunta 06 foi questionado se a unidade especializada possuía dados estatísticos referentes à quantidade de mandados de busca e apreensão (ou outras ações) realizadas com o número de entorpecentes localizados, onde verificamos que somente em 03 (três) unidades, nos Estados do Distrito Federal, Piauí e em Minas Gerais, possuíam esse controle de dados estatísticos das ações em que o cão farejador foi empregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise de todas as informações bibliográficas, colhidas nos estudos científicos e obras literárias, assim como do processamento das percepções e resultados obtidos na pesquisa de campo e das informações colhidas junto aos policiais militares que atuam efetivamente no combate ao comércio e uso das drogas, conclui-se que o cão farejador é uma grande ferramenta suplementar na localização de substâncias entorpecentes ilícitas nos cumprimentos dos Mandados de Busca e Apreensão, assim como em demais ações policiais.

Durante todo o estudo ficou evidenciado a grande capacidade olfativa que o cão possui e que o ser humano a utiliza desde os primórdios, estabelecendo essa parceria entre homem e cão. Através da pesquisa de campo fora evidenciado que em todos os estados brasileiros que responderam os questionários as unidades especializadas realizam ou apoiam nos cumprimentos de mandados de busca e apreensão pelas policias militares.

Diante disto conforme objetivo desse estudo, o estudo bibliográfico juntamente com as experiências de outras unidades policiais militares especializadas em operações com cães do Brasil, conclui-se que há inúmeras vantagens no emprego dos cães farejadores nos cumprimentos de Mandados de Busca e Apreensão, onde elencamos as principais vantagens mencionadas:

1. A eficiência do cão na localização das substâncias entorpecentes;
2. A agilidade que o cão proporciona na localização das substâncias entorpecentes, reduz o tempo da ação, diminuindo também o desgaste do policial;
3. Economia de efetivo, do homem policial militar;
4. Diminuição de riscos ao policial militar;

Para finalizar, ressalto que o pelotão especializado em operações com cães da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, pertencente ao Batalhão de Operações Policiais Especiais, necessita de uma maior estrutura tanto física como de efetivo humano e canino, para que assim possa atender as ações policiais em que for necessário o emprego do cão farejador como instrumento de auxílio policial na localização de substâncias entorpecentes ilegais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge Luiz de. **Companhia de Operações com Cães da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: A empregabilidade de cães na atividade policial militar. Monografia apresentada no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Código de Processo Penal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 09 Out. 2014.

BRASIL. Lei 11343/06. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 30 Out. 2014.

COSTA, Felipe. **Utilização de cães de faro em operações de barreira policial na repressão ao tráfico de drogas.** Monografia - Bacharelado em Segurança Pública. UNIVALI, 2008.

COSTA, Rafael Monteiro. **O cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar pela Polícia Militar na atribuição constitucional de manutenção da ordem pública.** Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2907, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19309>>. Acesso em: 14 out. 2014.

GEARY, Michael. **Tudo sobre cães.** São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

HELTERS, Fred. **Regras e Diretrizes de Certificação para Cães Farejadores de Narcóticos.** Polícia do Noroeste do Pacífico, 2005.

JUNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de direito constitucional.** 5. Ed. Ver. Ampl. E atual. Salvador: Jus Podivm, 2011.

MACIEL, Mario Augusto Jardim. **O emprego de cães nas atividades de polícia ostensiva. Monografia apresentada ao Curso Avançado de Administração Policial Militar.** Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SIQUEIRA, Wanderson Nunes de. **O emprego do cão farejador na localização de substâncias entorpecente ilícitas: Método experimental. Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** Academia de Polícia Militar Costa Verde, Várzea Grande, 2008.

TEIXEIRA, Eduardo de Souza. **Princípios básicos para a criação de cães.** Editora Nobel, São Paulo - SP, 2000.

A MUDANÇA DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO: ANÁLISE DOS OBJETIVOS

Talitta Fernandes Gonçalves de Carvalho Ferreira¹

RESUMO

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº 1400 de 18 de outubro de 2012, alterou o seu fardamento com os seguintes objetivos: uma melhor padronização, controle de confecção e revenda, economia, simplificação e conforto, associando tudo isso à operacionalidade e praticidade. O presente trabalho teve por escopo apurar se a mudança da farda da PMMT, efetivada de fato no dia 6 de novembro de 2013 alcançou os objetivos que motivaram sua alteração, sob a perspectiva do policial militar. Por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, com aplicação de questionários semiestruturados a 100 (cem) policiais militares que trabalham em unidades dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. A análise dos dados foi do tipo quantitativa, feita através da avaliação individual de cada questão. Este estudo verificou que os objetivos elencados pela Comissão de Reformulação de Uniformes da PMMT, como fatores preponderantes para a mudança do fardamento, não foram alcançados após 1 (um) ano da sua implantação.

Palavras-chave: *Farda - Policial - Identidade.*

ABSTRACT

The Military Police of Mato Grosso, through Decree No. 1400 of October 18, 2012, changed the uniforms of the PM with the following objectives: better standardization, control manufacturing and retail, savings, simplification and comfort, combining all the functionality and practicality. The scope of this work was to ascertain if the change of uniform PMMT, in fact effected on November 6, 2013 achieved the goals that motivated the change, from the perspective of the military police. Through bibliographical, documentary and field research using semi-structured questionnaires to 100 (one hundred) military police working in the Cuiabá and Várzea Grande cities. The data analysis was the quantitative type, made by each individual appraisal question. This study found that the objectives listed by the Commission 's Uniform Redesign PMMT, as prevalent for changing uniforms factors, have not been achieved after one (1) year of deployment.

Keywords: *Uniform - Policeman - Identity.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública (CFO/APMCV).

INTRODUÇÃO

Os uniformes são manifestações físicas da identidade corporativa, portanto contribuem na formação da imagem da organização, sendo assim, mais do que padronização de roupa, o uniforme traz consigo seriedade (VILELA E JUNGER, 2013). Para Polícia Militar a farda tem este significado, para isso é importante que a organização deixe bem definida a sua identidade, pois assim, cada vez mais a população montará a imagem da Corporação mais próxima do que verdadeiramente é a Instituição.

Considerando esta temática, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº 1.400, de 18 de Outubro de 2012, no dia 06 de novembro de 2013 efetivou a troca do seu uniforme. Entre as principais mudanças pode-se citar a troca da cor azul petróleo pelo cinza bandeirante, a alteração do modelo, tirando a calça com liga que ficava presa acima do coturno, passando a usar uma calça social com pregas e adotando o coturno de cano curto. Essas modificações no fardamento da PMMT provocaram grande discussão tanto na própria Instituição quanto na sociedade.

Em maio de 2010 foi nomeada uma Comissão de Reformulação de Uniformes da PMMT, que pesquisou e propôs a criação de uma nova farda. A referida comissão apresentou os seguintes objetivos a serem alcançados com troca da indumentária: uma melhor padronização, controle de confecção e revenda, economia, simplificação e conforto, associando tudo isso à operacionalidade e praticidade.

Após 1 (um) ano da mudança da farda, a presente pesquisa propõe um estudo que busca analisar se a troca de fardamento alcançou os objetivos propostos que motivaram sua alteração, sob a perspectiva do policial militar.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, com aplicação de questionários semiestruturados contendo 12 (doze) questões. A amostra foi de um universo de 100 (cem) policiais militares que trabalham em unidades dos municípios de Cuiabá (CR-I) e Várzea Grande (CR-II). A pesquisa não foi subdividida entre praças e oficiais, tendo em vista que o objetivo era verificar se a mudança proporcionou melhora nas condições de trabalho de todos os policiais. Pelo tipo de pesquisa a análise de dados

foi quantitativa, onde o autor não influencia na pesquisa, apenas observa, coleta e analisa os dados.

1. IMAGEM CORPORATIVA

Marilena Chauí (2000), em “Convite à Filosofia”, afirma que todas as coisas têm atributos essenciais e acidentais. Os essenciais, como a própria palavra já afirma, são os que definem a essência da coisa, já, os acidentais, não contribuem para definir essa essência. E assim também acontece com as Organizações quando se fala em Identidade Corporativa (atributos essenciais) e Imagem Corporativa (atributos acidentais).

Para Gray e Balmer (1997), a identidade é a realidade da corporação, e Minguez (1999) afirma que a imagem é definida como o conjunto de significados que uma pessoa associa a uma organização. Para facilitar o entendimento das diferenças entre identidade e imagem corporativa, Neves (2008) faz uma comparação interessante:

Comparando uma organização a uma pessoa, o nome, o corte e a cor do cabelo, o corpo, a roupa e os acessórios são atributos acidentais de uma pessoa, ou seja, ajudam, mas não são imprescindíveis para definir quem essa pessoa é. Porém, o seu senso de justiça, a sua honestidade, a sua ética, os seus valores e o seu comportamento são os atributos essenciais da pessoa, isto é, o que torna essa pessoa única e especial (NEVES, 2008).

Neves (2008) afirma que a Imagem Corporativa é construída pelo o que a organização é, o que ela faz, e o que a organização diz, e isto forma as características da organização na mente de cada pessoa, que cria a imagem de determinada organização através daquilo que lhe chega pelos meios de comunicação, pelas relações interpessoais e também pelas experiências de vida, assim como Capriotti (2005), que define a imagem como uma estrutura mental cognitiva que se forma por meio de sucessivas experiências, diretas ou indiretas, das pessoas com a organização.

Costa (2001) frisa que a imagem normalmente está associada ao sentido da visão, ou, na melhor das hipóteses, às percepções sensoriais. Para o autor, imagem corporativa é a representação mental, no imaginário coletivo, de um conjunto de

atributos e valores que funcionam como um estereótipo e determinam a conduta e as opiniões dessa coletividade.

Fascioni (2005) faz uma analogia para entender esses conceitos:

[...] imaginar que a imagem corporativa é como uma tela em branco que as pessoas possuem em suas mentes em relação a uma determinada empresa com a qual ainda não tiveram contato. A imagem é o preenchimento dessa tela, como se fosse um quebra-cabeças. As pessoas vão construindo a imagem com peças que a própria empresa fornece. Se a empresa não sabe muito bem como é a tela original (a identidade), não consegue distribuir as peças corretas para preencher a tela na cabeça das pessoas (a imagem). Isso faz com que se forme uma imagem confusa, onde as peças não se encaixam. Assim, é difícil confiar na empresa e formar uma opinião favorável, pois não há clareza e nem coerência. A reputação da empresa fica prejudicada, pois não se consegue discernir os pontos determinantes para a tomada de decisão (FASCIONI, 2005).

Neves (2008) traz alguns exemplos de como esse quebra-cabeça vai sendo montado na cabeça das pessoas, sendo, neste contexto, a Polícia Militar a organização exemplificada:

Quem fornece as peças para se montar o quebra-cabeças da imagem corporativa é a própria organização. Portanto, quando um cidadão liga no 190 ou no Disque-Denúncia e é bem atendido, ele coloca uma peça na tela que está montando em seu cérebro; se é mal atendido também coloca uma peça. Se uma pessoa vê uma viatura da PM passar o sinal fechado, coloca mais uma peça. Se vê policiais militares bem fardados e com boa postura, mais uma peça; se mal fardados ou se comportando de forma não condizente, outra peça. Se ouve um policial militar falando mal da Corporação ou do Governo, lá vai outra peça. Assiste notícias negativas sobre a Polícia Militar, mais uma peça. Vê notícias e assuntos interessantes no site da PM, mais uma peça. E assim vai. As pessoas vão montando o quadro em seus cérebros, ou seja, a imagem da organização (NEVES, 2008).

O grande desafio de qualquer organização é deixar nítida e bem definida a sua identidade, e também observar e enfatizar seus atributos acidentais (manifestações físicas da identidade), que nada mais é que sua imagem, para que assim, cada vez mais seu público possa montar a imagem corporativa mais próxima do que a organização realmente é (NEVES, 2008).

2. UNIFORME

Segundo Quintela (2011) a roupa é a primeira fala do indivíduo com o próximo, é o princípio de uma apresentação elaborada ou não que um indivíduo e grupo fazem de si mesmo. Segundo o referido autor, mesmo sem perceber, o homem

é capaz de se comunicar através da vestimenta, por isso, o vestuário é visto como um recurso comunicativo, como elemento transmissor de informação e linguagem.

A maneira de nos vestir, na verdade, compõe um código repleto de sinais capazes de expressar aspectos nossos que podem ou não estar conscientes para nós. Uma vez que não existe uma essência do indivíduo a ser comunicada, e por isso os sentidos das roupas são sempre relativos. Dos muitos símbolos e expressões, a roupa é uma das mais importantes linguagens não verbalizadas do “eu”. Por ela as pessoas procuram comunicar para os outros, esta percepção de si, que demandam a integração social mediante o que é culturalmente aceito (QUINTELA, 2011).

De maneira genérica a roupa tanto pode aferir a identidade do indivíduo quanto a divisão da sociedade em camadas sociais, trazendo as características do indivíduo para dentro da sua cultura, hoje percebe-se claramente que a roupa diferencia o grupo em que o indivíduo está inserido (QUINTELA, 2011). Roland Barthes (2005) dizia que ninguém se veste impunemente, o ato de vestir, em nossa sociedade, é cuidadosamente codificado.

Ao salientar algumas características físicas, ou minimizar partes do corpo um tanto problemáticas, pode-se dizer que a roupa traz consigo um sentimento de proteção, tanto físico quanto emocional (QUINTELA, 2011). Todos os detalhes como textura, cor e corte das roupas influenciam na visão dos demais em relação ao indivíduo, e segundo Alison Laurie (1997) isso nada mais é do que uma linguagem, pois o seu livro *A Linguagem das Roupas*, defende a possibilidade de existir uma analogia direta entre o vestuário e a linguagem. “Conhecer essa linguagem significa, portanto, emitir sinais precisos a respeito do que se deseja comunicar” (QUINTELA, 2011).

A roupa é um componente da identidade que se constrói, tentando cada vez mais alcançar aquilo que se quer ser ou parecer (QUINTELA, 2011). E para as organizações isso também é possível ser alcançado através das roupas dos seus colaboradores, adotando o uso de uniformes, sendo este, uma manifestação física da sua identidade corporativa (VILELA E JUNGER, 2013).

Segundo o dicionário online Priberam a palavra uniforme significa vestuário que é idêntico para um grupo de indivíduos, igual a farda e fardamento. Muitas instituições públicas ou privadas adotam o uso obrigatório de uniforme, pois mais do que a identificação do local em que o funcionário trabalha, segundo Vilela e Junger

(2013) o uniforme apaga os referentes singulares do corpo em prol de uma lógica que favoreça o ordenamento disciplinar, portanto mais do que padronização de roupa, o uniforme traz consigo seriedade.

Adilson Almeida (1999) afirma que os uniformes apresentam três funções: pragmáticas, diacríticas e simbólicas. Segundo o autor as funções pragmáticas referem-se à aplicação prática do uniforme, conforme as suas características estruturais, como materiais e métodos de confecção, cores e modelos. As funções diacríticas, afirma o autor, estão ligadas às propriedades distintivas dos uniformes, que possibilitam visualizar posições hierárquicas, mediante a diferenciação nos modelos internos, uso de emblemas e sinais. Já as funções simbólicas, relata o autor, que dizem respeito aos significados, valores, princípios, expectativas, produção de sentido e representações que recaem sobre os usuários dos uniformes. Garante ainda o autor que essa divisão das funções é meramente didática, pois na prática elas se sobrepõem e mesclam-se.

Para Farias a uniformização atende dez grandes e principais propósitos:

1. Proteção e segurança do usuário; 2. Economia, pois evita que o usuário use suas próprias roupas; 3. Higiene; 4. Comunicação (permite divulgar uma imagem empresarial); 5. Demonstração de pudor; 6. Estabelecimento de disciplina, ordem e limites (possibilita controlar as emoções e o comportamento); 7. Demonstração de uma posição social (evidencia o status e diferencia as classes); 8. Comunicação de identidade e pertencimento; 9. Sinalização de exclusão (presidiários); e finalmente 10. Destaque de ideais revolucionários e igualitários (FARIAS, 2010).

Para Richard (2001) o uniforme de um policial transmite o poder e a autoridade da pessoa que o usa, além de ajudar a identificar o policial. De acordo com o autor os cidadãos na presença de uma pessoa de uniforme tendem a cooperarem mais e reduzirem seus comportamentos ilegais e desviantes, produzindo assim impactos psicológicos nas pessoas que vão desde raiva e medo a orgulho e respeito.

Para Farias o uniforme conta a história de vida de milhares de trabalhadores que se dedicam em prol de uma causa, e assim a autora confirma:

[...] o quanto as roupas comportam rico potencial de análise, por serem objetos centrais à experiência humana, revestirem o corpo, acompanharem a trajetória profissional, e participarem de momentos tristes e felizes, de tensão e emoção. Isso

torna o uniforme muito significativo, atuando como uma espécie de “segunda pele”. Porém, não uma pele fixa, mas em contínua mutação, que abriga uma diversidade de sensações e sentimentos, acumulando experiências e carregando traços de uma memória individual e coletiva. Devido à alta proximidade com o usuário, o vestuário incorpora valores e simbolismos. Por isso, é um elemento propício para revelar as tramas e nuances do mundo social (FARIAS, 2010).

3. UNIFORME MILITAR

O historiador José Wasth Rodrigues, em seu livro, *Dicionário Histórico - Militar* (*apud* MONTEIRO, 2006), traz um conceito estritamente militar para o termo uniforme: fardamento, farda, vestes impostas pelo regulamento e que são as mesmas para uma categoria de indivíduos, tais como os militares.

Ainda segundo Rodrigues (*apud* MONTEIRO, 2006), o uniforme militar surgiu na França, no ano de 1670, quando os militares franceses adotaram um uniforme único determinado pelo rei, pois até então cada chefe local escolhia a farda para sua tropa, neste momento desponta a ideia de uniformização.

Uma obra de suma relevância, considerada a referência sobre os uniformes do Exército Brasileiro é o livro de José Wasth Rodrigues e Gustavo Barroso “Uniformes do Exército Brasileiro”, publicada em 1922, em comemoração ao centenário a Proclamação da Independência, a obra apresenta 228 (duzentos e vinte e oito) aquarelas representando os uniformes militares brasileiros de 1730 a 1922.

Durante o período do Brasil-Colônia os uniformes militares aqui usados eram os mesmos criados em Portugal pelo Alvará de 31 de maio de 1708, tal era a importância e sumptuosidade dada ao uniforme militar que o Rei José I, através do Alvará de 27 de abril de 1761 determinou que nenhum militar, de general a soldado, adentrasse em sua presença senão devidamente fardado, sob pena de perder seu cargo e sua patente, pois não havia veste mais nobre que a dos militares (MONTEIRO, 2006).

Segundo Rodrigues e Barroso (1922) o Brasil usou os uniformes militares portugueses até a Proclamação da Independência, em 1822, quando D. Pedro determinou a inovação dos uniformes e distintivos, sendo eles obrigatoriamente diferentes dos de Portugal e com características nacionais. Mas não se pode negar a herança portuguesa, em 28 de novembro de 1889 os uniformes na cor azul (azul

ferrete) usados durante o período do Império foram mantidos como fardamento de todas as Armas no período Republicano, e assim também foram adotados pela maioria das Forças Públicas (RODRIGUES e BARROSO, 1922).

Em 25 de agosto de 1920, através do Decreto nº 14.327 a cor dos uniformes do Exército Brasileiro foram alteradas, sendo estabelecida a cor cáqui, e a maioria dos uniformes seriam compostos por cintos talabartes, botas com esporas e perneira. Seguindo a tendência do Exército, muitas polícias estaduais trocam seu fardamento, assumindo também a cor cáqui (MONTEIRO, 2006).

Com o advento do Decreto nº 20.754 de 04 de dezembro de 1931, o Exército Brasileiro assume a cor verde-oliva para seus uniformes e também foram substituídos os laços húngaros dos uniformes dos oficiais por estrelas. Essa troca ocorre com a justificativa de distinguir o Exército de qualquer outra coletividade e evitar semelhanças de seus uniformes com os de outras corporações, que pudessem causar prejuízo ao prestígio do Exército. Essa semelhança apontada nos textos do Decreto faz referência aos uniformes das Forças Públicas Estaduais, as Polícias Militares nos dias atuais, que à época também eram na cor cáqui.

Para reafirmar que nenhuma outra corporação adotasse o uniforme igual ao do Exército, o Ministério da Guerra, através do Decreto nº 160 de 22 de novembro de 1934, estabeleceu que obrigatoriamente, a cor cáqui deveria ser utilizada por todas as forças de reserva militar, situação essa que se encaixava as Polícias Militares e os Tiros de Guerra.

As Polícias Estaduais permaneceram com os uniformes na cor cáqui até o final da década de 1960, quando a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), foi criada pelo governo da ditadura militar, com a função específica de controlar e fiscalizar as Polícias Militares, determinou a mudança da cor dos uniformes das forças estaduais, deixando a cor cáqui e adotando a cor azul-marinho (MONTEIRO, 2006). Ainda segundo Monteiro (2006) algumas corporações mostraram-se resistentes a mudança, como por exemplo a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que não adotaram a nova cor e permaneceram com seus uniformes na cor cáqui, mas a maioria das polícias cumpriu a determinação da IGPM.

No ano de 2012 a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso passou por mais um momento de grande mudança em seu fardamento, o Decreto nº 2.132 de 05 de março de 1998, que ainda estava em vigor foi revogado com a publicação do Decreto nº 1.400 de 18 de outubro de 2012, que determinou a troca de uniformes da PMMT. A Instituição teve o prazo de 1 (um) ano para se adequar a legislação, sendo efetivada a troca dos uniformes em novembro de 2013.

Em 14 maio de 2010 foi nomeada, por meio da Portaria n. 098/QCG/ASSEGIC do Comando Geral, uma Comissão de Reformulação de Uniformes da PMMT (CRU). Esta Comissão estudou, discutiu e elaborou uma proposta para a alteração dos uniformes. Essa proposta entregue pela referida Comissão, apresentou os objetivos a serem alcançados com troca dos uniformes, sendo eles: uma melhor padronização, controle de confecção e revenda, economia, simplificação e conforto, associando tudo isso à operacionalidade e praticidade. Buscando assim, atingir os interesses de uma Instituição moderna, com os olhos no futuro, mas, sem deixar para trás o passado de glórias e conquistas, proporcionando ao policial militar do Estado de Mato Grosso uma aparência mais elegante e simpática, tornando-o mais acessível para os contatos com a população.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

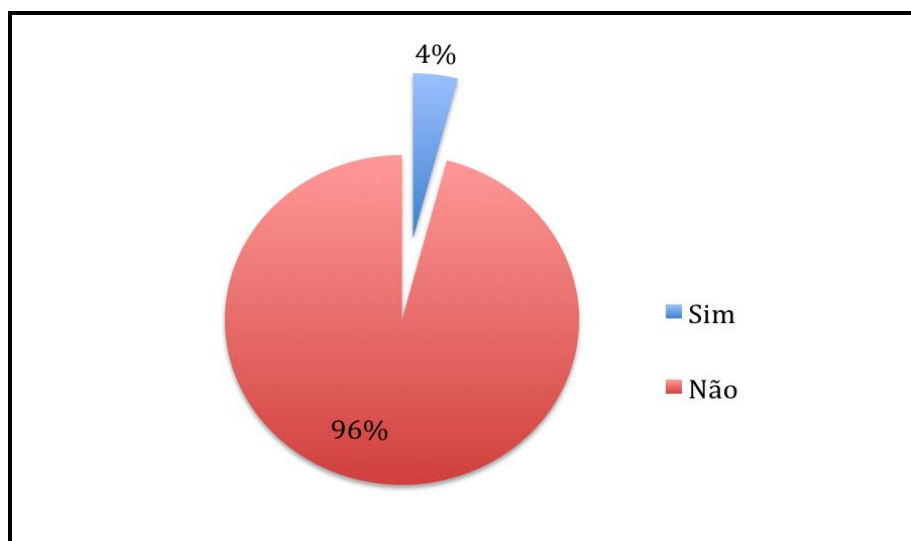
A pesquisa realizada através dos questionários teve como intuito verificar se os objetivos propostos pela Instituição foram, na perspectiva do policial militar, alcançados com a implantação do novo uniforme.

O questionário elaborado possuía 12 (doze) questões semiestruturadas, e foram aplicados a 100 (cem) policiais militares lotados em unidades da Polícia Militar dos municípios de Cuiabá (CR-I) e Várzea Grande (CR-II).

Um dos objetivos elencados pela CRU a serem alcançados com a troca de fardamento, era tornar o policial militar mais acessível à população. Para averiguar se este objetivo foi atingido a seguinte questão foi levantada: A nova farda aproximou a PM da sociedade? As respostas obtidas estão expostas no gráfico 1.

Como verifica-se no gráfico abaixo, a grande maioria dos policiais, 96%, responderam que a nova farda não aproximou a PM da sociedade. Quando

perguntado o porquê da resposta negativa, a maior parte dos policiais que responderam, 58%, afirmaram que a população não reconhece a PM, e que a nova farda não impõe respeito, sendo muitas vezes motivo de deboche, desmotivando os policiais buscarem esta aproximação. Outra justificativa apresentada por 29% dos policiais foi que a farda não tem influência no relacionamento com a sociedade e sim outros fatores como a conduta do profissional. Ainda 2% dos entrevistados afirmaram que não perceberam diferença no tratamento dado pela sociedade, e outros 11% não responderam o motivo da resposta negativa.



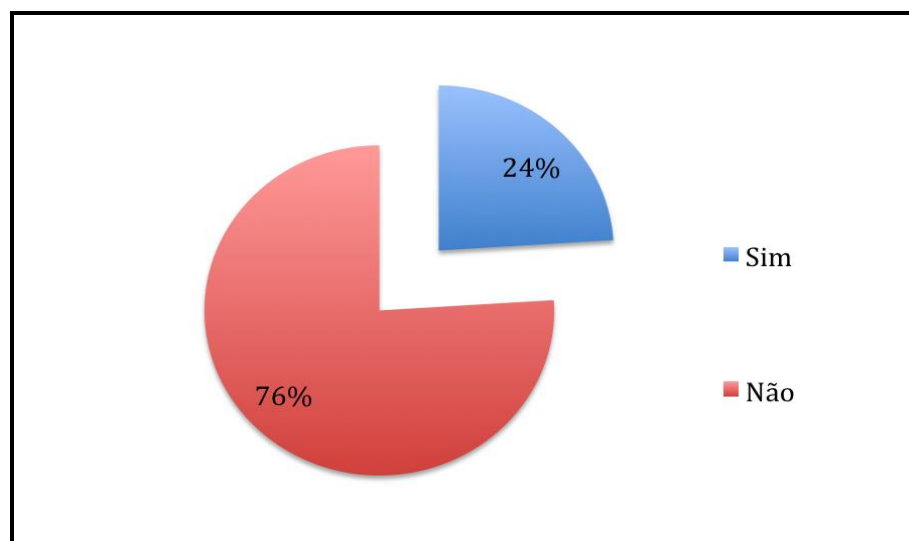
Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 1. A nova farda aproximou a PM da sociedade?

Vale frisar que 82% dos entrevistados desempenham função operacional, ou seja, estão em contato direto com a população, sendo os policiais com maior propriedade para fazer essa avaliação.

Segundo Scariotti (2014), em seu trabalho monográfico realizado com a população do município de Cuiabá, a mudança da farda da PMMT não influenciou no relacionamento polícia x sociedade, resultado esse que reforça os dados apresentados no gráfico 1.

A padronização do uniforme da PMMT foi um outro item levantado pela CRU como fator a ser atingido com a mudança do fardamento. No gráfico 2 verifica-se a visão do policial quanto a padronização alcançada com a nova farda.



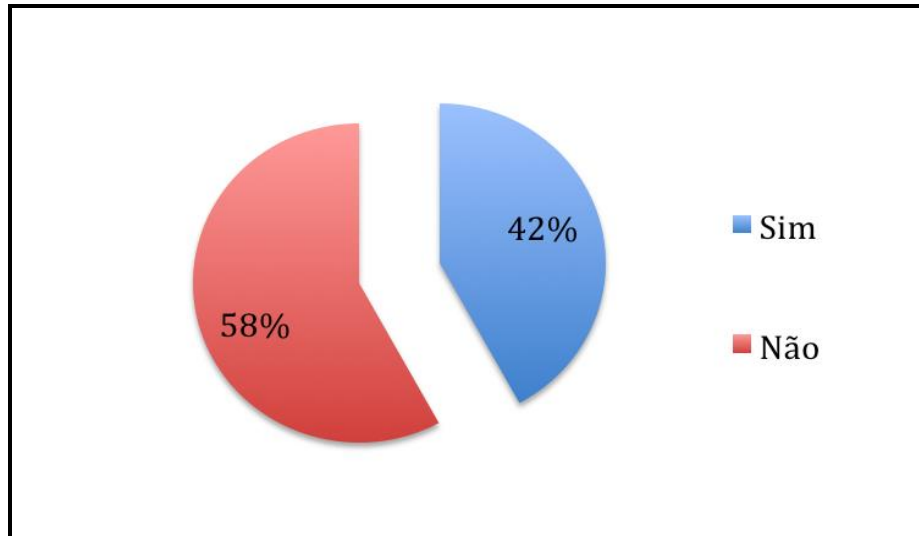
Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 2. Com a nova farda o uniforme da PM ficou padronizado?

A maioria dos entrevistados, 76%, não consideram que a nova farda trouxe padronização, sendo que, 52,6% desses policiais alegaram que a distribuição da farda foi incompleta, pois faltaram alguns itens como a capa do colete balístico e cinto de guarnição, necessário assim, a utilização desses acessórios antigos, sem qualquer padrão. Outro motivo levantado por 13,2% dos policiais para a falta de padronização foi que o fardamento disponibilizado pelo Estado se desgasta rapidamente, causando desuniformidade. Ainda 6,6% afirmaram que as unidades de polícia especializadas utilizam uniformes diferentes, não alcançando a padronização total da PMMT e os outros 27,6% não responderam o motivo da resposta negativa.

Dos os 24% que responderam positivamente a questão, 79% afirmaram que a padronização ocorreu devido a distribuição das fardas iguais feita pelo Estado a todo o efetivo da PM, porém os entrevistados tem receio de que esta padronização não permaneça por muito tempo e os outros 21% não elencaram o motivo.

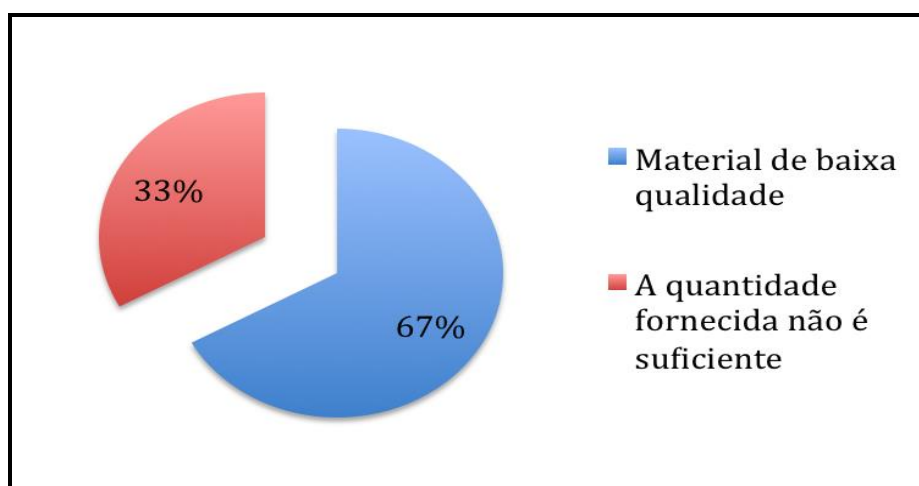
Outra questão abordada na pesquisa, foi referente aquisição do novo fardamento, conforme pode ser observado no gráfico 3.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 3. Já precisou adquirir a nova farda?

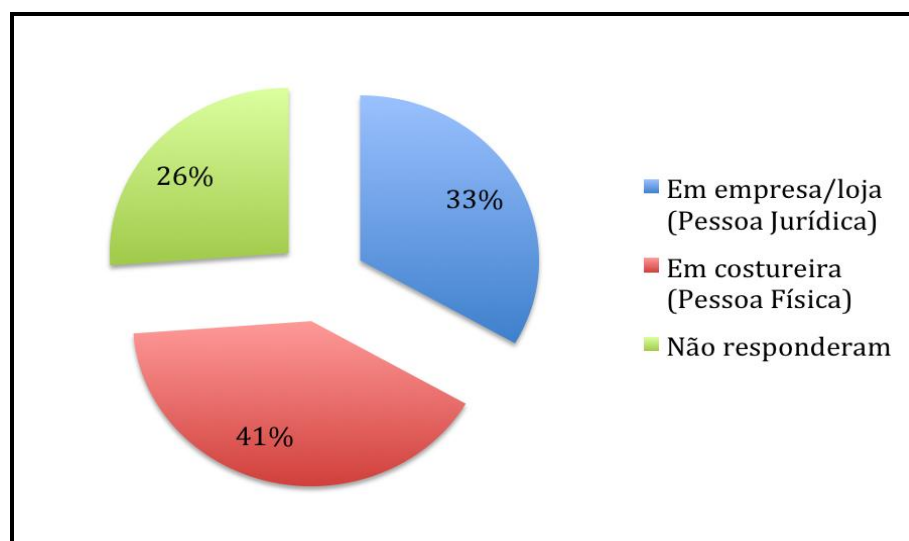
Dos entrevistados, 42% já necessitaram adquirir o fardamento novo, além do entregue pelo Estado. Desses policiais, 67% alegaram que precisaram adquirir uma nova farda devido ao material do fardamento distribuído ser de baixa qualidade e rasgar com facilidade. Os outros 33% alegaram que a quantidade distribuída foi insuficiente (gráfico 4). A maioria dos policiais, 58%, ainda não precisaram adquirir o novo fardamento.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 4. Por que você precisou adquirir a nova farda?

Aos policiais que adquiriram a nova farda, foi também perguntado onde eles realizaram a compra, conforme apresentado no gráfico 5.



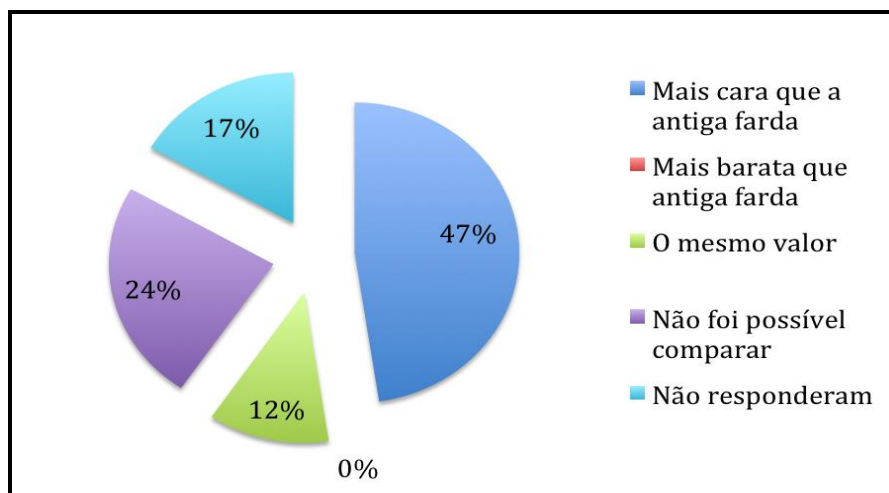
Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 5. Onde fez a compra?

Dos policiais que responderam esta questão, 41%, adquiriu o novo fardamento em uma costureira (pessoa física). Os policiais que adquiriram o novo uniforme em empresa/loja (pessoa jurídica) somam 33% e 26% não responderam onde adquiriram a farda.

Esse resultado merece uma atenção especial, pois no Art. 68 do Decreto nº 1400 de 18 de outubro de 2012, fica expresso que somente poderão produzir e comercializar a nova farda empresas credenciadas junto à Seção de Apoio Logístico e Patrimônio da PMMT (SALP), o que de acordo com as resposta apresentadas no gráfico 5 não está ocorrendo de maneira efetiva, pois a maioria dos policiais adquiriram a farda de fonte não credenciada.

Ainda foi perguntado aos policiais que adquiriram a nova farda sobre o valor (preço) pago no novo fardamento. As respostas obtidas podem ser observadas no gráfico 6.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 6. Com relação ao valor (preço) a nova farda (cinza bandeirante) é?

Para 47% dos policiais entrevistados a nova farda é mais cara do que a antiga (azulão), e nenhum dos pesquisados respondeu que a farda nova é mais barata. Ainda 12% afirmaram que as fardas possuem o mesmo valor, 24% relataram que não foi possível comparar os preços e 17% não responderam.

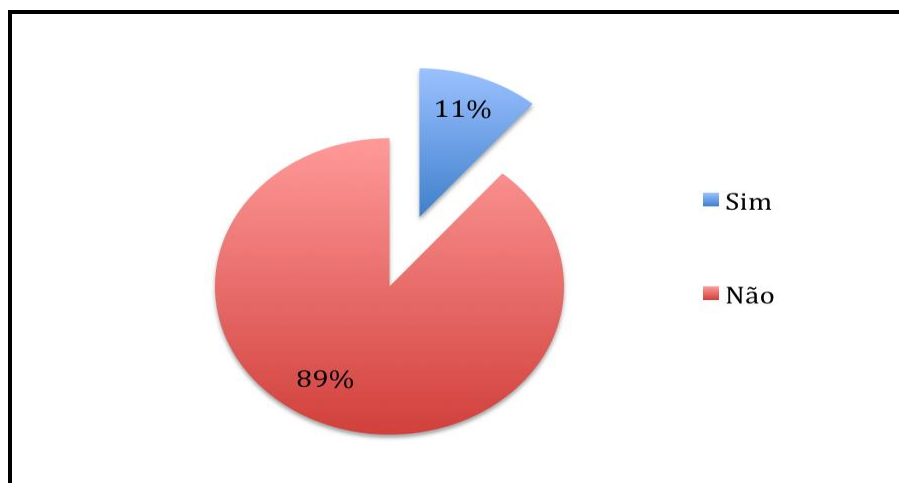
Um dos objetivos traçados pela CRU era promover maior economia, mas de acordo com os dados apresentados no gráfico 6, a maioria dos policiais acharam a farda nova com preço mais elevado que a antiga, portanto pode-se inferir que o novo uniforme não proporcionou mais economia aos policiais.

A CRU elencou algumas características da nova farda que proporcionaria mais conforto e bem estar ao policial, dentre elas foram citadas a cor mais clara do tecido visando reduzir o calor, o coturno de cano curto também para amenizar o calor e facilitar a circulação sanguínea, a calça solta sobre o coturno para possibilitar a implementação de técnicas policiais militares impossíveis com a calça com liga e o gorro com ilhoses possibilitando maior arejamento².

Para averiguar se essas características estão alcançando os resultados esperados, os policiais foram questionados se a cor mais clara do tecido da farda se adaptou melhor as condições climáticas do nosso Estado, conforme gráfico 7. Outra

² As características acima estão descritas na Informação prestada à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do ofício n. 1013/CESP/2013 de 21 de Junho de 2013.

questão levantada foi se o coturno de cano curto (borzeguim) seria confortável, o resultado pode ser visualizado no gráfico 8. Foi perguntado também se a nova farda possibilita maior mobilidade, conforme gráfico 9. Ainda em relação ao conforto, os policiais foram arguidos sobre o gorro e as respostas estão expressas no gráfico 10.



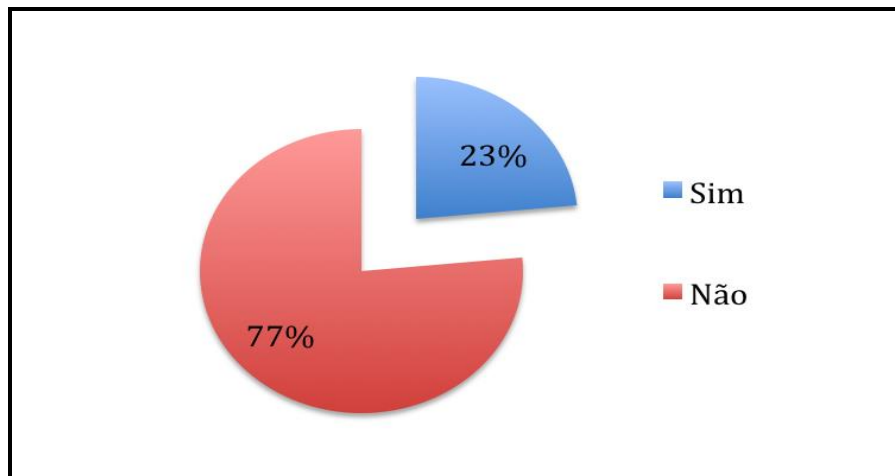
Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 7. A cor mais clara do tecido da nova farda se adaptou melhor as condições climáticas do nosso Estado?

Para a maior parte dos entrevistados, 89%, a farda de cor mais clara não se adaptou melhor as condições climáticas de Mato Grosso, portanto esse resultado não atende as expectativas, pois quando a CRU propôs a utilização de uma cor mais clara visava também produzir uma farda mais adequada ao nosso clima.

Os policiais também responderam sobre o novo coturno (cano curto), para 77% dos entrevistados esse coturno (borzeguim) não é confortável, conforme apresentado no gráfico 8.

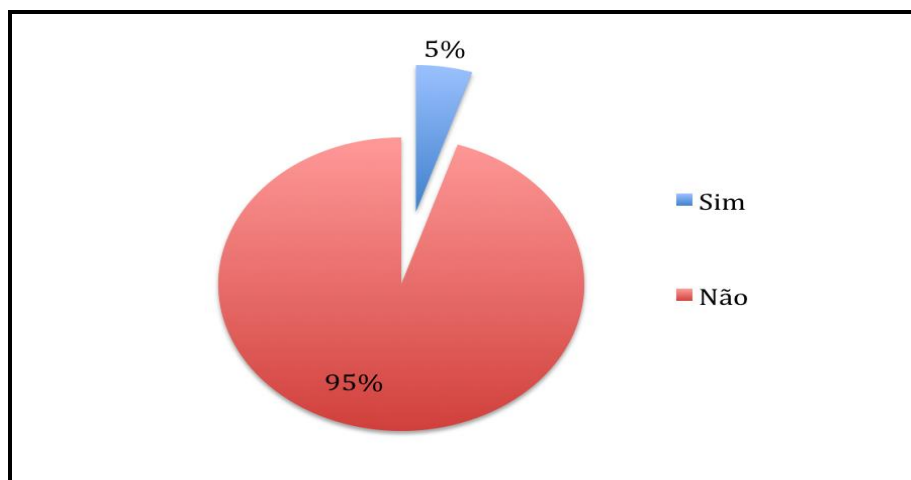
Dos 77% dos policiais que acham o borzeguim desconfortável, 73% alegaram que esse coturno é muito duro, pesado, escorregadio, inflexível e que machuca os pés. Outros 18% afirmaram que o coturno de cano curto não proporciona firmeza no andar, além de deixar o tornozelo e a canela desprotegidos, e 9% não explicaram o motivo do desconforto. Para 23% dos policiais pesquisados, o curto de cano curto é confortável.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 8. O coturno de cano curto (borzeguim) é confortável?

Conforme o gráfico 9, quanto a mobilidade, 95% dos policiais entrevistados não consideram que a nova farda proporciona maior mobilidade.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

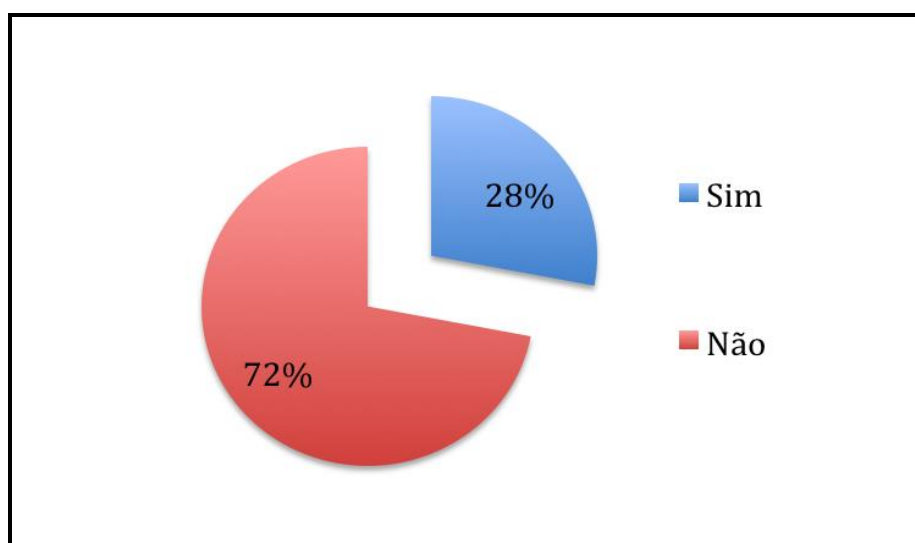
Gráfico 9. A nova farda possibilita maior mobilidade?

O novo uniforme foi considerado frágil e inflexível por 39% dos pesquisados, impossibilitando a realização de determinados movimentos. Outros 30% afirmaram que o novo fardamento é muito social, sendo desconfortável para as atividades operacionais. Outro motivo apresentado por 5% dos policiais para não considerarem que a nova farda aumente a mobilidade foi o fato de que a barra da calça solta, enrosca em diversos objetos durante o policiamento. Ainda 6% disseram que não

existe diferença entre as fardas em relação a mobilidade e 20% dos pesquisados não responderam os motivos.

Dos 4% que responderam que a farda nova aumenta a mobilidade, 2% acham o tecido mais leve e os outros 2% não justificaram a resposta.

No gráfico 10 pode-se observar a opinião dos policiais pesquisados sobre o conforto do novo gorro.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

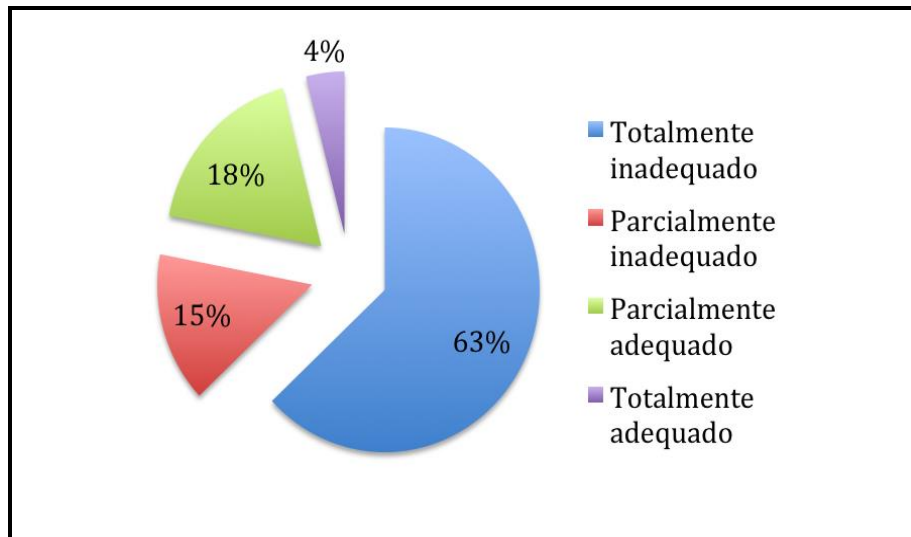
Gráfico 10. O novo gorro é confortável?

A maior parte dos entrevistados, 72% acham o novo gorro desconfortável e apenas 28% consideraram o gorro confortável. Das pessoas que responderam que o novo gorro é confortável, 29% afirmaram que ele se ajusta facilmente a cabeça, 32% não constatarem diferença em relação ao gorro antigo, e apenas 4% afirmaram que esse novo gorro proporciona maior ventilação, resultado este inesperado, pois quando o novo gorro com ilhoses foi desenvolvido, possuía justamente este objetivo. Os outros 35% não souberam relatar o motivo do conforto proporcionado pelo gorro.

Dos 72% que responderam negativamente a pergunta, 44,5% relataram que o gorro novo é muito largo, pesado e machuca a cabeça. Outro motivo levantado por 43% dos entrevistados é que o novo gorro esquenta muito a cabeça, mais uma vez verifica-se que o objetivo elencado pela CRU para mudança do gorro não foi alcançado. Ainda 9% não apontaram os motivos do desconforto.

Analisando o gráfico 11 pode-se averiguar que a maior parte dos pesquisados, 63%, responderam que consideram a nova farda totalmente

inadequada a função exercida. Para 18% dos entrevistados o novo uniforme é parcialmente inadequado e para 15% parcialmente adequado. Apenas 4% consideraram o fardamento novo totalmente adequado, o que demonstra um nível baixo de satisfação. Assim como as respostas anteriores, o resultado obtido nessa última questão vem reforçar a insatisfação desses policiais com a nova farda.



Fonte: Pesquisa de campo CR-I e CR-II.

Gráfico 11. Levando em consideração a atividade Policial Militar que você exerce o novo uniforme é?

Monteiro (2006), em sua pesquisa sobre o Regulamento de Uniformes da PMMT, entrevistou policiais militares dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, levantando a mesma questão apresentada no gráfico 11. De acordo com o resultado desta pesquisa 53,3% dos policiais consideravam o uniforme (azulão) parcialmente inadequado e 23% totalmente inadequado.

Comparando os resultados entre a pesquisa feita em 2006 com o uniforme antigo (azulão) e a pesquisa feita com o novo uniforme (cinza bandeirante) constata-se que o nível de insatisfação dos policiais é maior em relação a nova farda, já que na pesquisa anterior apenas 23% consideraram a farda totalmente inadequada ao serviço, enquanto com a farda atual 63% afirmaram que o uniforme é totalmente inadequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto principal desta pesquisa é a percepção dos policiais militares em relação a nova farda. Comparando os objetivos propostos pela CRU e os resultados obtidos através dos questionários verificou-se que nenhum objetivo fora alcançado com a implantação do novo fardamento.

Uma das intenções da Instituição com a mudança da indumentária era tornar o policial militar mais acessível ao contato com a sociedade, objetivo esse que não foi alcançado, já que a maioria, 96% dos policiais não acreditam que a nova farda aproximou a PM da população. A padronização era outro objetivo a ser alcançado com a alteração do fardamento, que de acordo com 76% dos entrevistados também não aconteceu.

Um das preocupações da Instituição era obter o controle sobre a confecção e revenda do uniforme, para tanto deixou claro no decreto nº 1400 de 18 de outubro de 2012, em seu Art. 68 que somente poderiam fabricar e comercializar empresas devidamente credenciadas junto a SALP. A presente pesquisa deixa claro que a Instituição não alcançou este objetivo, pois a maior parte dos policiais que já adquiriram o fardamento novo, 41%, o fizeram em costureiras (fonte não credenciada).

Quanto ao quesito conforto, outro objetivo da Corporação, uma questão amplamente discutida foi a adequação da farda as questões climáticas do Estado de Mato Grosso, para alcançar este objetivo a Instituição optou por mudar a cor da farda para um tom mais claro, mas, para 89% dos policiais essa mudança de cor não proporcionou essa melhor adequação ao clima local. Analisando este mesmo quesito, em relação ao coturno de cano curto (borzeguim) e ao gorro, a maioria dos policiais os consideraram desconfortáveis, 77% e 72% respectivamente.

Proporcionar economia era outro objetivo da PM, contudo, 47% dos policiais que compraram o novo uniforme afirmaram que este é mais caro que o antigo (azulão), e ainda vale frisar que nenhum dos entrevistados consideraram a farda nova mais barata.

Conclui-se que os objetivos elencados pela Comissão de Reformulação de Uniformes da PMMT, como fatores preponderantes que levaram a mudança do

fardamento, não foram alcançados com a sua implantação, pois de acordo com o resultado desta pesquisa, a operacionalidade e praticidade tão desejadas não foram conquistadas, tanto que 63% dos pesquisados consideraram a nova farda totalmente inadequada a função exercida.

Diante desta situação, fica evidente que se faz necessário a busca por novos estudos para melhoria e aprimoramento da farda da PMMT, para que a imagem da Instituição seja cada vez mais fortalecida e os policiais tenham um fardamento mais adequado a sua atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adilson J. de. **Uniforme da guarda Nacional 1831-1852: a indumentária na organização e funcionamento de um associação armada.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

BARTHES, Roland. **Inéditos , v. 3: Imagem e moda.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. Decreto nº 14.327 de 25 de agosto de 1920. Aprova alterações no plano de uniforme do Exército.

BRASIL. Decreto nº 20.754 de dezembro de 1931. Aprova o plano de uniformes dos oficiais e praças do Exército ativo e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 160 de 22 de novembro de 1934. Uniformes complementares ao Plano a que se referem os decretos ns. 20.754, de 4 de dezembro de 1931, e 22.817, de 12 de junho de 1933.

CAPRIOTTI, Paul. **Planificación estratégica de la imagen corporativa.** 2a ed. Barcelona: Editora Ariel, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, 2000.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Transubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio.** Anais do Museu Paulista. N. Sér. V.18. n.2. p.263-284. jul-dez. São Paulo, 2010.

FASCIONI, Ligia. **Método para Definição da Identidade Corporativa.** In: 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, UNISUL, 2008.

FASCIONI, Ligia. **Quem a sua empresa pensa que é?** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2006.

GRAY, Edmund; BALMER, John. **Corporate identity: a vital component of strategy.** International Centre for Corporate Identity Studies, 1997. Disponível em http://www.homepages.strath.ac.uk/~idp97272/trellix%20files/workpap4/id4_m.htm. Acesso em: 01 nov. 2014.

LAURIE, Alison. **A Linguagem das Roupas.** Ed. Rocco. Rio de Janeiro, 1997.

MATO GROSSO. Decreto nº 2.132 de 05 de março de 1998. **Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RUMMT).**

MATO GROSSO. Decreto nº 1.400 de 18 de outubro de 2012. Aprova regulamento de uniformes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

MINGUEZ, Norberto. **Un marco conceptual para la comunicación corporativa.** Revista de Estudios de Comunicación, n.7, maio 1999. Bilbao: Disponível em <<http://www.quadernsdigitals.net/articles/zer/zer7/z7identidad.html>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MONTEIRO, Savio Pelegrini. **Análise do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - RUPMT (Volume I).** Mato Grosso, 2006.

NEVES, Alberto de Barros. **Indicadores para avaliação da relação entre identidade e imagem corporativas da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e observação de suas manifestações físicas em Cuiabá e Várzea Grande.** Mato Grosso, 2008.

PRIBERAM. Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. Portaria nº 098/QCG/ASSEGIC de 14 de maio de 2010. Institui a Comissão de Reformulação de Uniformes (CRU) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

QUINTELA, Hugo Felipe. **A Segunda Pele: A linguagem das roupas, seus signos e a configuração da identidade social através do vestuário.** Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES. v. 1, n. 1, 2011.

RICHARD, R. Johnson M. S. **The Psychological Influence of the Police Uniform.** FBI Law Enforcement Bulletin. Vol. 70, Issue: 3, p. 27-32. Washington DC, 2001.

RODRIGUES, José Wash; BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército brasileiro, 1730-1922.** Obra comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1922.

VILELA, Teresinha M. C.; JUNGER, Victor. **Uniforme e Cultura Visual: Códigos Visuais do Escolar.** In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2013, Goiânia. Anais. Goiânia, UFG, FAV. 2013.

SCARIOTTI, Ana Dimedice. **A mudança de fardamento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** Monografia apresentada como requisito necessário à conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Academia de Polícia Militar Costa Verde. Várzea Grande, 2014.

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Resenhas

RESENHA

VIGIAR E PUNIR: nascimento das prisões

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008 - 288 p. Do original em francês: **Surveiller et punir**.

*Sebastião Carlos Rodrigues da Silva*¹

RESUMO

A obra traz um estudo, na ótica de Michel Foucault, sobre a evolução histórica da legislação penal, métodos coercitivos e meios punitivos adotados pelo Estado desde os idos dos séculos XVII até os dias atuais. Desde fatos ocorridos entre os séculos XVIII e XIX quanto às formas de “aplicar punições” que levaram a mudanças na dinâmica do poder, que gradativamente foram cedendo lugares a novos modelos, que Foucault denominou de sociedades disciplinares, atingindo seu auge no século XX.

Palavras-chave: *Suplício – Prisão – Disciplina – Panóptico.*

ABSTRACT

The work presents a study, in the view of Michel Foucault, on the history of criminal law, coercive methods and punitive means adopted by the state since the ides of XVII centuries to the present day. From events that occurred between the eighteenth and nineteenth centuries on ways to "apply punishments" that led to changes in the dynamics of power, which were gradually yielding place to new models, which Foucault called the disciplinary societies, reaching its peak in the twentieth century.

Keywords: *Torture – Prison – Discipline – Panopticum.*

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT, Especialista em Gestão em Segurança Pública pela UNEMAT e bacharel em Segurança Pública pela APMCV/UFMT

CRENCIAIS DO AUTOR FOUCAULT²

Paul-Michel Foucault, filho do cirurgião Paul Foucault e de Anna Malapert, nasceu em Poitiers, no dia 15 de outubro de 1926. Pertenceu a uma tradicional família de médicos, que desejava a ele um sucessor das ciências médicas, na sua educação escolar encontrou influências necessárias em seu caminho à filosofia. Era autodidata e tinha gosto pela leitura. Do Padre De Montsabert herdou seu gosto pela história. Foucault viveu o contexto da Segunda Guerra Mundial, o que estimulava ainda mais seu interesse pelas Ciências Humanas.

Em 1945, passa a morar em Paris. Vai estudar então no Liceu, onde tem aulas com o famoso filósofo hegelianista Jean Hyppolite. No ano seguinte ele consegue ingressar na Escola Normal Superior da França e tem aulas com Maurice Merleau-Ponty. Foucault se gradua em filosofia na Sorbonne, em 1949 obtém o diploma de Psicologia e coroa seus estudos filosóficos com uma tese sobre Hegel, orientado por Jean Hyppolite. Foucault tentou o suicídio várias vezes. Tentou se enquadrar no Partido Comunista Francês, mas não suportou suas ingerências na vida pessoal.

Em 1951, passa a ministrar aulas de psicologia na Escola Normal Superior e adquire experiência fundamental no Hospital Psiquiátrico de Saint-Anne. Foucault começa a seguir as trilhas do Seminário de Jacques Lacan, e neste mesmo período aproxima-se de Nietzsche, através de Maurice Blanchot e Georges Bataille. Conclui seus estudos em Psicologia Experimental, estudando Janet, Piaget, Lacan e Freud. De 1970 a 1984, ocupa o cargo de Professor de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, no qual ele toma posse com uma aula, com o título de “Ordem do Discurso”.

Suas obras, desde a “História da Loucura” até “A História da Sexualidade”, (inacabada), tratam da filosofia do conhecimento. Quando tinha 28 anos publicou “Doença Mental e Psicologia”, mas a “História da Loucura” (1961), sua tese de doutorado na Sorbonne, consolidou-se na Filosofia. Seus estudos sobre o saber, o poder e o sujeito inovaram as reflexões a respeito, com contribuição do pensamento foucaultiano, por essas e outras razões, é considerado por muitos como um pós-moderno, em razão de sua própria opinião.

Seguiu uma linha estruturalista, mas em algumas obras (Vigiar e Punir e A História da Sexualidade) percebe-se traços característicos de um pós-estruturalista. O filósofo aborda e discute a questão do “poder”, que para ele, este conceito está entranhado em todas as instâncias da vida e em cada pessoa. O poder é considerado como algo não só repressor, mas também criador de verdades e de saberes, e onipresente no sujeito.

Michel Foucault estuda essa relação do ponto de vista da medicina, em “Nascimento da Clínica”, à essência das Ciências Humanas, em “As Palavras e as Coisas”, aos mecanismos do saber em “A Arqueologia do Saber”. Posicionou-se de forma crítica à psiquiatria e à psicanálise tradicionais. No mês de junho de 1984, o filósofo foi vítima de um agravamento da AIDS, que provocou em seu organismo uma septicemia. Tem como crítico de seus posicionamentos Noam Chomsky (linguista, americano).

² Disponível em < <http://www.infoescola.com/psicologia/michel-foucault> > Acessado em 13 de novembro de 2014..

A OBRA

A obra **“Vigiar e Punir: nascimento das prisões”** é dividida em quatro partes: Suplício, Punição, Disciplina e Prisão com subdivisões em capítulos. Foucault apresenta um estudo sobre a evolução histórica da legislação penal, métodos coercitivos e meios punitivos adotados pelo Estado desde os idos dos séculos XVII até os dias atuais. Desde fatos ocorridos entre os séculos XVIII e XIX quanto às formas de “aplicar punições” que levaram a mudanças na dinâmica do poder, que gradativamente foram cedendo lugares a novos modelos, que Foucault denominou de sociedades disciplinares, atingindo seu auge no século XX.

A primeira parte intitulada de suplício é subdividida em dois capítulos: o corpo dos condenados e a ostentação dos suplícios. No primeiro capítulo, o autor narra como ocorriam as penas de morte, para aqueles que eram julgados culpados por assassinato. Clarifica o caso ocorrido com Robert-François Damiens condenado em 02 de março de 1757, julgado parricida. A execução se deu em praça pública, incluindo pedido de perdão publicamente diante da porta da igreja de Paris, sucedidos de uma série de atos violentos sobre o corpo do condenado.

No final do séc. XVII e início séc. XIX troca-se o espetáculo da punição a um ato mais velado do processo penal. Os espetáculos passaram a ser questionados e vistos de forma negativa, invertendo os papéis. O carrasco se parece ao criminoso e o juiz aos assassinos, fazendo do supliciado um objeto de admiração e piedade.

Para Foucault (2008) o desaparecimento dos suplícios se elimina o espetáculo, mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar no corpo dos condenados, que seja à distância, com regras rígidas e visando a um objetivo mais elevado: a alma do condenado. A pena não mais centralizava nos suplícios. Tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito, porém sem dispensar certos complementos punitivos referentes ao corpo: como redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra.

Em “a ostentação dos suplícios”, segundo capítulo, Foucault (2008) traz as caracterizações dos suplícios, seu significado e sua “importância” perante o

pensamento da época. Trata das penas físicas, que tinham suas variações de acordo com os costumes, a natureza dos crimes, o status dos condenados, fatores determinantes à fixação do tipo de morte que podia variar.

A maioria das condenações era banimento ou multa, seguidas de algum rito de barbárie como marcação com ferrete e açoite antes. Era a manifestação do poder aos condenados que transcende do corpo do condenado atingindo à memória e a lembrança deste. Pelo lado da Justiça o suplício é ostentoso, constatado por todos, como um triunfo. O suplício penal é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente de uma Justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos excessos dos suplícios se investe toda a economia do poder.

Segundo Foucault (2008), embora tenha tido o deslocamento da aplicação das penas dos corpos dos condenados às suas almas, não se abandona o corpo do condenado, instala-se a tortura judiciária (final séc. XVIII) à extração da verdade e a punição ao suspeito. O corpo do suspeito constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. O culpado leva em praça pública sua condenação, a verdade do crime que cometeu, então o ato de justiça deve tornar legível para todos. Exposição do cadáver (execução) do condenado no local do crime; A lentidão do suplício, suas peripécias, os gritos e o sofrimento do condenado tem o papel de uma derradeira prova, ao termo do ritual judiciário.

A questão do suplício judiciário compreendido como um ritual político, pois além do dano causado à vítima, atingia-se o soberano, diante do fato de ter-se cometido algo proibido por lei, porque a lei é a vontade do soberano, a força da lei é a força do príncipe, logo tinha o selo do soberano. Então o direito de punir é visto como um aspecto do direito que tem o soberano, por exemplo, de guerrear seus inimigos.

Foucault (2008) narra que à prática de severidades diante das violações das leis, deveria ficar inscrito nos corações dos homens. A representação das penas é mais importante do que o interesse pelo crime. A política do medo, torna sensível a todos, sobre o corpo do criminoso à presença do soberano. O suplício não restabelecia a justiça, mas reativava o poder.

Sobre a Punição, segunda parte do livro, Michel Foucault aborda os protestos contra os suplícios no séc. XVIII, a inaceitabilidade pela população e que a prática era vista como objeto de prazer, tirano e cruel pelos excessos. Investe na crítica da “punição generalizada”, título do primeiro capítulo. É preciso que justiça criminal puna em vez de se vingar, levantando a questão do respeito à humanidade ao ato de punir, sugerindo algumas suavizações das penas. Credita esse momento aos reformadores - Beccaria, Servan, Dupaty e outros, por questionar as medidas e impor certo abrandamento. Descortina-se as regras da arte de punir, suas consequências e generalidades, aborda o deslocamento da vingança do soberano para a defesa da sociedade.

Foucault (2008) narra que no fim do século XVII, prevalecem os delitos contra a propriedade sobre os crimes violentos, havendo uma suavização dos crimes antes da suavização das leis. Essa transformação não pode estar dissociada de outros processos, como mudanças às pressões econômicas, elevação do nível de vida, crescimento demográfico, multiplicação de riquezas e propriedades e da necessidade de segurança.

Surge para o autor a necessidade de estabelecer uma nova economia do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, evitar a concentração em alguns pontos privilegiados e tampouco partilhar em demasia, mas que possa ser distribuído e exercidos em toda a parte, de maneira contínua em todo o corpo social. Evitar essa confrontação física entre soberano e condenado, não se tratava de punir menos, mas punir melhor, afastar os privilégios e contraditórios da soberania. Passa de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas. (Foucault 2008 p. 66)

No século XVIII, o alvo da ilegalidade deixa de ser os direitos e passa a ser os bens, a propriedade. Passou a ser mais interessante o controle e a codificação de

práticas ilegais. Foucault (2008) traz a narrativa de que com o desenvolvimento da sociedade capitalista, fortalecimento da burguesia, surge uma oposição de classes e consequentemente uma divisão. Necessidade encontrada na construção de um sistema penal para gerir as ilegalidades respeitando suas peculiaridades.

Para o autor, era preciso reduzir o alto custo político e econômico, buscando aumentar a eficácia de sua prática, em miúdos: estabelecer nova maneira econômica e política do poder de punir. “Todo malfeitor, atacando o direito social, torna-se, por seus crimes, rebelde e traidor da pátria; a conservação do Estado é então incompatível com a sua”. (p. 76)

Surge a necessidade de colocar um projeto político de classificação das ilegalidades, generalizar as funções punitivas e delimitar o poder de punir. Essa individualização passa a ser o objetivo de um código bem adaptado, porém é diferente do que se praticava antigamente, quando levava-se em consideração a “circunstância” e a “intenção”.

No capítulo II Foucault (2008) aborda a Mitigação das Penas, em que a arte de punir deve concentrar-se numa tecnologia da representação. É necessário encontrar para um crime o castigo cuja desvantagem sem atração à ideia de um delito. Apoiando a criação de sinais-obstáculos para a não realização de um crime, que possa envolver o movimento das forças a uma relação de poder. Porém para funcionar é necessário, aos olhos do autor, a obediência a algumas condições: 1) Ser pouco arbitrário quanto possível. 2) Diminuir o desejo que torna o crime atraente e aumentar o interesse que torna o crime temível. 3) A pena transforma, modifica, estabelece sinais e organiza obstáculos, e o tempo deve ser o seu operador. 4) Pelo lado do condenado, a pena deve ser uma mecânica dos sinais, dos interesses e da duração. 5) Ligação da ligação entre a ideia do crime e ideia da pena. 6) O crime como uma desgraça e o malfeitor como um inimigo.

A prisão é incompatível com a técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. O princípio formulado da Constituinte de penas específicas, ajustadas e eficazes, em menos de vinte anos, tornou-se a lei da detenção para toda infração que não merecer a morte, modulada apenas em certos casos e agravada por ferretes ou algemas.

Segundo Foucault (2008), procura-se construir ou reconstruir o sujeito obediente, sujeito a hábitos, a regras, a ordens, a uma autoridade que exerce sobre e ao seu entorno e que ele deve deixar funcionar, aceitar normalmente nele e não o sujeito de direito, atado aos interesses fundamentais do pacto social (Estado). Expõe que no derradeiro quartel do séc. XVIII encontram-se três maneiras de organizar o poder de punir: No direito monárquico, ainda vigente; e numa concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir pertencente à toda a sociedade, e apresenta indagação sobre como teria sido possível que a prisão, tenha se imposto sobre as outras duas.

Adentra-se à narrativa da “Disciplina”, Foucault questiona a vigilância e o controle do Estado sobre os indivíduos, a evolução do controle das prisões, a partir do emprego de técnicas disciplinares, que objetivam tornar os presos mais dóceis, daí o capítulo “os corpos dóceis”. Só a partir de um controle rígido do tempo, das horas, com imposição de regras disciplinares aos presos, com exigência de uma sequência rotineira diária e em todos os dias, e que ainda tornando-os iguais, somado ao sistema de vigilância com esquema hierárquico sólido, reforçava o poder disciplinar, tornava o preso um corpo dócil.

Para Foucault (2008) a disciplina mantida nas prisões é como algo a criar ou aperfeiçoar os corpos num processo de torná-la dócil para controle de sua vontade e da produção de energia do preso à serviço do capitalismo. Razão que tal procedimento não permaneceu trancafiado aos pórticos das prisões, mas ocupou lugar de destaque em escolas, quartéis, hospitais, espaços religiosos, em que o controle rígido do tempo soprava a favor do processo de sujeição do indivíduo, mascarados por interesses de dominação do sistema e pela sujeição às pessoas.

Michel Foucault narra que a implantação das localizações funcionais, espaços comuns possíveis de praticar a vigilância; a disciplina como arte de dispor em fila; Controle da atividade em que o controle do horário é primordial nesse processo; condição de eficácia e rapidez na relação entre gesto e atitude global do corpo; articulação do corpo-objeto, um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente; a utilização exaustiva, o principio não-ociosidade;

O autor narra que a organização da escola Gobelins em 1667 trouxe algumas particularidades a iniciar pelo processo seletivo, crianças escolhidas pela elite a frequentar os bancos escolares sob o comando de um mestre, que utilizava de processos oriundos das organizações militares como: dividir a duração em segmentos sucessivos e paralelos; organizar sequências segundo um esquema analítico; estabelecer séries de séries, com ênfase no nível, antiguidade, posto e exercícios que lhe convém.

Para Foucault (2008) a composição das forças retrata que a disciplina não é mais uma simples técnica de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. Nas fábricas no final do sec. XVIII há processo semelhante de individualização e isolamento dos trabalhadores, ligado por um aparelho de produção que tem suas exigências específicas.

No capítulo II, Foucault aborda os “recursos para o bom adestramento”, que a partir da vigilância hierárquica, induziam a efeitos de poder e, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam, é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Assim, a vigilância hierarquizada contínua e funcional organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo, para se formar no poder que é em aparência ainda menos corporal por ser mais físico.

Segundo Foucault (2008) o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, devendo ser corretivo. A punição disciplinar é isomorfa à própria obrigação, vez que não passa de um elemento de um sistema de gratificação e sanção. A arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo a repressão, mas exerce a vigilância, que permite qualificar, classificar e punir.

Foucault finaliza a terceira parte com a narrativa do panoptismo, que diante da necessidade de adotar medidas que evitassem a proliferação da peste nas cidades no último quartel do séc. XVII, estabelece-se policiamento espacial estrito a praticar a vigilância sob pena de reprimenda a quem desalinhasse às ordens. Com objetivo de enfrentar a peste, que como forma real e ao mesmo tempo imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político.

A existência de um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Mecanismos de poder que, ainda hoje, são dispostos em torno do “anormal”, para marcá-lo e modificá-lo, derivadas de longe.

Foucault (2008) narra sobre o panóptico de Bentham, que é uma figura arquitetural que permite exercer determinada vigilância, projetada para tal fim com economia, que se distingue do princípio das masmorras, pela inversão que a plena luz e olhar de um único vigia captam melhor que a sombra que o protegia, a visibilidade torna-se uma armadilha.

Narra o autor que as instituições panópticas determinavam o fim das grades, das correntes, das fechaduras pesadas, bastando que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas. Uma espécie de laboratório de poder e destinado a se difundir no corpo social, tendo por vocação tornar-se uma função generalizada, através de uma disciplina-mecanismo com um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder, tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, com um desenho das coerções sutis para uma sociedade que estava por vir. O panoptismo é para Foucault o princípio geral de uma nova “anatomia política”, cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina.

Surgem os grupos privados de inspiração religiosa e a polícia como mecanismos estatais capazes de desempenhar a vigilância. O poder policial deve-se exercer “sobretudo”, não é entretanto a totalidade do Estado, nem do reino como corpo visível e invisível do monarca, mas a massa dos acontecimentos das ações, dos comportamentos, das opiniões, enfim de tudo o que acontece. E para exercer esse poder a polícia deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, um olhar sem rosto que transforma o corpo social num campo de percepção, uma longa rede hierarquizada de olhares postados em toda parte.

Foucault (2008) narra o entrelaçamento entre o poder, panoptismo e capitalismo, a projeção maciça dos métodos militares sobre a organização industrial foi exemplo da divisão do trabalho a partir do esquema de poder. Que a disciplina é

o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus, reduzida à força política e maximalizada como força útil.

Objeto útil da justiça penal agora não é mais o corpo do condenado levantado contra o soberano, nem tampouco o sujeito de direito de um contrato social ideal, mas o indivíduo disciplinar. O ponto ideal seria hoje a disciplina infinita com suas características particulares. Devemos nos admirar que as prisões se pareçam com as fábricas, escolas, quartéis, hospitais e todos se pareçam com as prisões?

A quarta e última parte Foucault traz a narrativa à prisão, às instituições completas e austeras, à ilegalidade e à delinquência, e ao carcerário, como componentes do sistema prisional, subdivida em três capítulos.

Foucault (2008) narra a observância das instituições completas e austeras, uma forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, antes mesmo que a lei a definisse como pena. Que ao fazer da detenção uma pena por excelência, introduz processos de dominação de um tipo de poder, em que uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário autônomo, é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, o que chamaram de pena das sociedades civilizadas.

A prisão é um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas nada de qualitativamente diferente. O fundamento jurídico-econômico, técnico-disciplinar, fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas.

Para Foucault (2008) as prisões deveriam ser um aparelho disciplinar exaustivo, devendo tomar a seu cargo o treinamento físico do indivíduo, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições. A prisão é sem exterior, nem lacuna. Não se interrompe, somente após terminar sua tarefa, formar em torno do indivíduo um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre ele um saber que se acumula e se centraliza. Torna-se então relevante o fato de que a prisão se fundamenta no aparelho para transformá-lo.

Narra Foucault (2008) que o isolamento é o seu primeiro princípio, a pena deve ser individual e individualizante, a solidão deve ser um instrumento positivo de reforma, assegura o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele. O trabalho penal deve ser concebido como uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado e irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade.

Não é um lucro, nem mesmo a formação de uma habilidade útil, mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção, transforma o ladrão em operário dócil.

Para a duração do castigo permite quantificar exatamente as penas, graduá-las segundo as circunstâncias e dar ao castigo legal a forma mais ou menos explícita de um salário. A prisão, local de execução da pena é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Disso, é preciso que o prisioneiro possa ser mantido sob um olhar permanente e que sejam registradas e contabilizadas todas as anotações que se possa tomar sobre eles. (p. 205)

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. (p. 214)

No capítulo II Foucault traz a narrativa da ilegalidade e delinquência, inicia retratando cada forma de forma de punir ao longo da história, passando dos suplícios às prisões, dando espaço à passagem de uma arte de punir a outra, não menos científica. As prisões não diminuem a taxa de criminalidade, podendo inclusive aumentá-la, multiplicá-la, ou transformá-la, e conseqüentemente a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável ou aumenta. Em números e percentagens, Foucault demonstra que a detenção provoca reincidência e que, depois de sair da prisão, se têm mais chances que antes de voltar para ela, vez que a prisão favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras. (p. 222)

Segundo Foucault (2008) as condições dadas aos detentos libertados condenam-nos fatalmente à reincidência, porque estão sob vigilância da polícia, têm designação de domicílio ou proibição de permanência. A prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento. A detenção penal deve então ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo, não restando dúvidas que os detentos devem ser isolados ou pelo menos repartido de acordo com a gravidade penal de seu ato, mas principalmente segundo sua idade, suas disposições, as técnicas de correção que se pretende utilizar para com eles, as fases de sua transformação.

As penas devem ser modificadas segundo a individualidade dos detentos, os resultados obtidos, os progressos ou recaídas, assinala o autor. O trabalho deve ser uma das peças essencial da transformação e da socialização progressiva dos detentos.

Para Foucault (2008) a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento. O regime da prisão deve ser, pelo menos em parte, controlado e assumido por um pessoal especializado que possua as capacidades morais e técnicas de zelar pela boa formação dos indivíduos. O encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até sua readaptação.

A existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades. Pode-se dizer que a delinquência alicerçada por um sistema penal centrado sobre a prisão, representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante.

Cabe sintetizar pelo autor que não há uma justiça penal destinada a punir todas as práticas ilegais e que, para isso, utilizasse a polícia como auxiliar, e a prisão como instrumento punitivo, podendo deixar no rastro de sua ação o resíduo inassimilável da delinquência. Essa produção da delinquência e seu investimento pelo aparelho penal, devem ser tomados pelo que são, ou seja, pelas táticas que se deslocam na medida em que nunca atingem inteiramente seus objetivos.

Finalmente, no terceiro capítulo, que Foucault intitula de “o carcerário”, trata da principal das punições infligidas é o encarceramento em cela. Aborda sobre Mettray e os modelos de referencia dos detentos: modelo de família, modelo do exército, modelo da oficina, modelo de escola e modelo de judiciário. E os princípios gerais, os grandes códigos e legislação acenam que não há encarceramento fora da lei decidida por uma instituição judiciária qualificada que não remeterá a medidas arbitrárias.

Na Justiça penal, a prisão transforma o processo punitivo em técnica penitenciária, com efeito de estabelecer uma gradação lenta, contínua, imperceptível que permite passar como que naturalmente da desordem à infração. O carcerário, com seus canais, permite o recrutamento dos grandes delinquentes, organiza as carreiras disciplinares sob o aspecto das exclusões e das rejeições. Efeito mais importante do sistema carcerário e de sua extensão além da prisão legal é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixando o limite da tolerância à penalidade.

Com essa nova economia de poder, o sistema carcerário encareceu uma nova forma de lei: misto de legalidade e natureza, de prescrição e constituição, e de norma.

Foucault finaliza que se há um desafio político global em torno da prisão, este não é saber se ela será ou não corretiva, se os juízes, os psiquiatras ou os sociólogos exercerão nela mais poder que os administradores e guardas, na verdade ele está na alternativa prisão ou algo diferente da prisão. O problema reside no grande avanço desses dispositivos de normalização e em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da colocação de novas objetividades.

A obra é indicada aos operadores do direito e outros profissionais que têm em suas atribuições diárias contribuído para alimentar o sistema de controle social e; sobretudo o sistema prisional brasileiro. Os policiais militares que tem papel importante nesse contexto por pertencer a instituição Polícia Militar ao ciclo da persecução criminal. Pois em seu dia-a-dia, em sua vigilância diuturna, abarrota as delegacias de polícia com cidadãos infratores que acabam por encaminhá-los (nem sempre) às unidades prisionais. Hoje no Brasil o sistema prisional é bastante criticado por não conseguir cumprir seus objetivos, demonstrando ser um mecanismo ineficaz

e ineficiente. Ainda não encontrou um método ideal para que o sistema consiga estabelecer uma pena ideal para o cidadão infrator, fazendo com que a ressocialização e reeducação seja algo abstrato e inexistente.

A população carcerária brasileira é em grande parte formada por de cidadãos negros, pobres, marginais (por pertencimento territorial) e marginalizados socialmente servindo de mecanismo de opressão aos menos abastados economicamente, politicamente e socialmente. Também indicada aos Oficiais das Polícias Militares que se encontram em posições estratégicas e de liderança para que reflitam sobre o papel das prisões, a atuação das forças policiais dentro do contexto de sua área de atuação e papel das polícias militares de polícia de preservação da ordem pública e, sobretudo, de promoção e garantia aos direitos humanos do cidadão.

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Entrevistas

ENTREVISTA



Coronel PM Zaqueu Barbosa - Comandante Geral da PMMT

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

RESUMO BIOGRÁFICO

Zaqueu Barbosa, atual Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, nasceu em 06 de Maio de 1966 no município de Santo Antônio do Leverger-MT, Filho de Carlos Barbosa e Benedita de Arruda Barbosa (*in memorian*), possui formação acadêmica Curso Intensivo de Habilitação de Oficiais (CIHO), pós-graduado em Gestão de Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG/MT e Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública (Curso Superior de Polícia).

Ingressou na instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso em 1993, devido ao processo de concurso público que, oportunizava a militares do Exército Brasileiro, provenientes de todo o País, de compor o quadro da instituição militar estadual. Desde o seu ingresso até alcançar a maior função de comando dentro da corporação, o coronel Zaqueu obteve, ao longo de 22 anos de serviços prestados junto à PM, experiência em áreas de comando operacional, administrativo e político.

Promovido ao Posto de 2º Tenente PM em 05 de Setembro de 1993, ao posto de 1º Tenente PM em 05 de Setembro de 1995, ao posto de Capitão PM em 05 de Setembro de 1998, ao posto de Major PM em 25 de Dezembro de 2002, ao posto de Tenente Coronel PM em 21 de Abril de 2006 e ao posto de Coronel PM em 21 de Abril de 2010.

Em 1994, Zaqueu Barbosa foi Subcomandante da Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE). Cinco anos depois (1999), torna-se o Comando da Unidade, hoje, atual Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), permanecendo por quatro anos. Em 2003 integra o Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), onde atuou até 2006. Nesse mesmo ano assume o Comando do Policiamento Rodoviário (CPRv), atual Batalhão de Polícia Militar de Trânsito Urbano e Rodoviário (BPMTran).

No mesmo ano (2006), assume a Coordenadoria do Grupo de Atuação e Combate contra o Crime Organizado (GAECO), onde ficou até abril de 2008, mês em que assume a Secretaria Adjunta de Justiça, à época vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), que foram desmembradas em Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

Em abril de 2010 assume o Comando Regional de Cuiabá (CR I) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. No ano seguinte (2011) torna-se Diretor da Agência Central de Inteligência (DACI) da PMMT. Em 2012 assume a Subchefia do Estado Maior Geral da PMMT, na gestão do coronel PM Nerci Adriano Denardi. Em 23 de janeiro de 2015 assume o Comando da PMMT, tornando-se Comandante-Geral da Polícia Militar. O coronel Zaqueu Barbosa é casado com Cíntia Nara Selhorest

Barbosa, com quem tem dois filhos: Carlos Selhorest Barbosa e Cesar Selhorest Barbosa.

Em 22 anos de serviços prestados junto à Polícia Militar e ao Estado de Mato Grosso, o coronel Zaqueu recebeu nove medalhas, são elas:

- 20 anos de Serviço da Polícia Militar de Mato Grosso;
- Cruz de Bravura da Polícia Militar de Mato Grosso;
- Dom Pedro do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso;
- Cinquentenário do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso;
- Guardião Paiaguás do Governo do Estado;
- Mérito de Ensino da Polícia Militar de Mato Grosso;
- Forte Príncipe da Beira da Polícia Militar de Rondônia;
- Mérito Policial Militar da Polícia Militar de Mato Grosso Sul.

Possui os seguintes cursos acadêmicos e profissionais:

1985 - Curso no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (RPOR) pelo 44º BIMTz;

1991 - Curso de Educação Física na formação do indivíduo;

1993 - Curso de Defesa Civil - Atendimento de necessidade operacionais do Sistema Nacional de Defesa Civil;

1993 - Curso Intensivo de Habitação de Oficiais R/2 (CIHO) pela APMCV;

1994 - Curso de Operações Especiais pela Polícia Militar do Estado do Paraná;

1994 - Curso de Paraquedismo "Accelerate Static Line", pelo Clube do Paraquedismo Miliciano do ar - PMRV;

1995 - Curso de Armamento Leve - básico pela IBBEL;

1996 - Curso avançado de Utilização de Bastão pela PMMT;

1996 - Curso de Bastão Tonfa BP24 pela GILOPLAST;

1997 - Curso de Paraquedismo pela PMMT;

1998 - Curso de Tiro de Combate Policial Militar pela PMDF;

1998 - Curso de Identificação Visual de Veículos pela LENA Identificação de Veículos;

1998 - Curso de Fuzil Tático -“Tactical Rifle”, Pela Tactical Explosive Entry School (TEES-BRAZIL);

1999 - Curso de Swat Operations pela U.S. Police Instructor Team (USPIT);

1999 - Curso de Invasões Táticas (ASSALT) pela PMMG;

1999 - Curso de Dynamic Entries pela U.S Police Instructor Team (USPIT);

2000 - Curso de Padronização do Uso da Pistola. 40, categoria: Instrutor pela Small Arms Training Center;

2000 - Curso de Sobrevivência na Selva (Jungle Patrol Course) pela Tactical Explosive Entry School “Tees-Brazil”;

2001 - Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises pela SESP-MT;

2001 - Curso de Desativação de Artefato Explosivo pela Instituto De Táticas Defensivas “ISIS”;

2002 - Curso Intensivo de Táticas Avançadas de Assaltos a Veículos pela Secretária de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará;

2002 - Curso Bus Interdiction Course pela Quality Police/ Fire Security Training;

2002 - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com ênfase em Política e Estratégia, de Acordo Com a lei nº 6.388, de 03 de Janeiro de 1994 pela APMCV;

2002 - Curso de Estudos de política e estratégia e gestão pela ADESG;

2004 - Curso de Desenvolvimento de Gestão Pública pela SEJUSP;

2004 - Estágio de Adaptação ao Pantanal - EAPAN pelo 2º BFRON;

2005 - Curso de Capacitação de Negociadores em Gerenciamento de Crises pela SEJUSP

2007 - Curso Básico de Inteligência pela SEJUSP;

2008 - Curso Avançado de Análise de Risco pela Fundação Getúlio Vargas;

2009 - Curso de Especialização em Gestão Organizacional de Segurança Pública pela APMCV;

2011 - Curso e contrainteligência e segurança ativa pela Fundação Getúlio Vargas;

2012 - Curso de Inteligência Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas;

2012 - Curso Superior de Polícia com pesquisa cujo tema foi: “Instrumentos legais de conduta da atuação da PMMT no Centro Socioeducativo de Cuiabá;

2012 - Curso de Introdução à Atividade de Inteligência pela CCI/SENASP;

RHM: Coronel, quais as suas perspectivas referentes às políticas públicas de segurança para a instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso?

Desde o início do governo Pedro Taques¹ houve um entendimento nas conversas de que segurança pública não se faz somente com as instituições da secretaria de Segurança Pública. Segurança Pública se faz com interação. Interação com educação, interação com a questão de saúde pública, com as questões de políticas sociais; chamando outros parceiros, inclusive de outros poderes, como o Poder Judiciário e até o Poder Legislativo e a Sociedade Civil organizada. Também, uma participação do Ministério Público. Por exemplo, nesse sentido, hoje temos um problema no tocante ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando você fala no Estatuto da Criança e do Adolescente se faz necessário entender que a experiência vivida no momento de sua aprovação era diferente da realidade hoje enfrentada por toda a sociedade. Há que se refletir sobre as condutas e motivações do adolescente que está hoje em conflito com a lei. Há uma sensação de não punibilidade por parte da população e por parte do adolescente infrator ante a realidade dos atos infracionais. Há reincidência, muitas vezes, no mesmo crime ou em novas modalidades criminosas, o que reforça a sensação de não punibilidade. O ponto positivo foi a mudança no ordenamento jurídico no tocante à não penalização do usuário e dependente químico, cujas condutas passam a ser uma questão de saúde pública que passa a se relacionar diretamente com a segurança pública. Temos que saber que o dependente químico, seja ele de droga lícita ou ilícita, na ânsia de aplacar sua necessidade em relação ao vício, pode, inclusive, praticar alguns delitos, refletindo em problema social e em instabilidade social. Como você resolve isso? Tem que ter políticas sociais no sentido de fazer um acompanhamento e reinserção social

¹ Governador do Estado de Mato Grosso empossado em 1º de janeiro de 2015.

dessas pessoas e, também, de suas famílias, inclusive com clínicas de desintoxicação e tratamento.

RHM: Passemos a outro assunto de muita importância que é o clima organizacional. Como o senhor vê e poderia comentar quanto às conquistas alcançadas pela Instituição Policial Militar em relação aos seus profissionais?

Vejo como o preenchimento de uma lacuna existente na Instituição Polícia Militar que é a possibilidade da ascensão na carreira profissional, na trajetória do soldado até o último posto do oficialato, no quadro dos praças ou no quadro dos oficiais. Diante desse fato, as reformulações referentes à carreira policial militar vieram preencher essa lacuna, dando uma forma motivacional para o policial exercer o seu mister e bem fazer segurança pública. Isso reflete na instituição Polícia Militar que ganha uma sobrevida, pois, antes dessa reformulação, o nosso policial militar que aposentasse, a exemplo daqueles do sexo masculino que se transferiam para a inatividade, com 30 anos de serviço quase não tinham vantagem pecuniária quando comparados com os que se transferiam proporcionalmente com 25 anos de serviço para a inatividade. Então, havia uma evasão do nosso público interno com 25 anos de serviço que mesmo não recebendo o vencimento integral preferiam se transferir para a reserva com proventos proporcionais. Diante desses pontos, para nós, Instituição Polícia Militar, foi bastante vantajoso, pois hoje nosso policial militar, após os 25 anos de atividade, ainda pode alcançar duas ou até mesmo três promoções dependendo do caso e da situação. A isso denominamos de verdadeira ascensão profissional refletindo na sobrevida na Polícia Militar, pois o nosso efetivo não evoluiu na mesma proporcionalidade em que evoluiu o Estado. A Polícia Militar não cresceu na proporção do crescimento estatal. Temos um quadro bastante defasado de profissionais diante de um Estado que cresce em ritmo acelerado frente aos demais Estados da nossa Federação.

RHM: Estudos apontam que o ambiente de trabalho em qualquer atividade profissional é tido como mola propulsora para ser alcançar produtividade e chegar ao sucesso. Na sua visão como está o ambiente de trabalho na Instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso?

Houve uma melhora em relação ao ambiente de trabalho no tocante até mesmo de estruturas e equipamentos básicos, só que essas melhoras não alcançaram o efetivo como um todo. Estamos em fase de diálogo para a solução desse problema. Alguns projetos já foram elaborados e encaminhados e outros, inclusive, estão na fase de finalização de forma tal que a melhoria nas condições de trabalho, variando desde o equipamento básico individual até viaturas em condições para o mister de segurança pública, está sendo providenciado. Lembramos que lá atrás, há muito tempo atrás, quando as nossas frotas eram próprias, existia ao nível de Brasil, friso que isto não é uma exclusividade do Estado de Mato Grosso, o fato de que as viaturas da Polícia Militar eram adaptadas para se fazer o serviço de polícia militar desde a sua fabricação nas linhas de montagem. Em certo momento, as montadoras deixaram de fabricar viaturas adaptadas para o serviço de polícia e tivemos que lançar mão do mercado, pegando o que é vendido para a população no dia-a-dia, fazendo a adaptação para utilização desses veículos como viatura de polícia. Esses veículos não têm uma capacidade para suportar a carga de trabalho que é intensa, pois as viaturas não saem de serviço. O que tem é a troca de policiais militares, mas as viaturas permanecem. Então, a segurança pública de qualidade perpassa também por viaturas em condições para dar resposta a esse policiamento; perpassa por condições de treinamentos e capacitação. Todo esse projeto a gente chama de “PM 100%”. Para que seja feito ao longo desse governo, do primeiro ao último ano, nos quatro anos de governo, no sentido de contemplar a demanda e manter a capacitação em linha, e dar condições mínimas para o policial exercer sua profissão. E aí que eu digo, temos que oferecer desde o equipamento de proteção individual, do armamento, do equipamento, das viaturas, das condições das instalações, das condições para que este profissional possa fazer frente ao que possa encontrar no dia-a-dia na rua. Isto já está sendo trabalhado dentro desses projetos que estão sendo discutidos e já estão bem avançados e em fase de finalização para essas aquisições e implementações para que a Polícia Militar continue dando respostas à altura às demandas da sociedade.

RHM: Comandante, Mato Grosso, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Polícia Militar tiveram suas estruturas testadas sobre vários aspectos por ocasião

da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Sabe-se que neste ano de 2015 novos desafios surgirão à Polícia Militar, quais são as projeções futuras para a instituição diante desse cenário atual estadual e nacional?

Muito se falou em termo de Copa do Mundo em implementação de estrutura, de criação e de condições para a instituição Polícia Militar. Muitos dos equipamentos que viriam para implementar e aparelhar a instituição Polícia Militar não chegaram. Ou seja, esse sonho morreu ao longo do caminho. Para se ter ideia, algumas ações passavam, inclusive, pela construção de instalações para abrigar as instituições que estivessem na área atinente à Copa, e isto não ocorreu. Então, isto gerou uma expectativa muito grande e o que sobrou para a instituição Polícia Militar? Serviço! E mais uma vez os valorosos policiais militares deram a sua resposta. Fizeram o que foi possível e melhor, doaram para a segurança pública o seu serviço. E nessa doação, fomos nós, instituição Polícia Militar, motivo de elogio pela forma de atuação e desempenho, que até então não se acreditava que fossemos capazes de realizar. Primeiro, por ser uma polícia “pequena”, sem estrutura nenhuma para fazer o enfrentamento em relação aos jogos que iriam acontecer aqui. Ao contrário, a Polícia Militar fez, e fez além daquela expectativa que nós tínhamos com relação ao desempenho, e isso graça aos nossos policiais militares, aos valorosos homens que a instituição tem, e que chamaram pra si a responsabilidade, dando as respostas exigidas. Nós temos alguns outros desafios, porque hoje o crime não tem fronteiras, ele é transnacional, e nós temos uma fronteira seca e fluvial com a Bolívia. E a Bolívia tem aumentado substancialmente as suas áreas de plantios da coca, que é matéria prima para a produção de entorpecentes provenientes da cocaína e da pasta-base. Isto tem aumentado em muito a entrada desses entorpecentes no território mato-grossense e nós temos feito enfrentamento. Ressalto que esse aumento da produção de cocaína é comprovado com o aumento das apreensões que temos feito. E essas apreensões realizadas comprovam, por via de consequência, a resposta da instituição Polícia Militar diante desses desafios. No entanto, a Polícia Militar tem que continuar se preparando dar atendimento das demandas exigidas.

RHM: Nessa perspectiva comandante, o que a sociedade mato-grossense pode esperar da Instituição Polícia Militar com relação aos novos desafios e a situação que passa o País?

A sociedade mato-grossense pode esperar da instituição Polícia Militar o que ela (PM) vem fazendo e com grande propriedade, basta analisarmos os dados estatísticos. Hoje, a Polícia Militar por ser a tropa e o carro-chefe da segurança pública, por sua visibilidade, pela ostensividade e por ser a primeira que chega nos locais onde acontece algo que é tipificado na lei como crime, vem se desdobrando para bem cumprir o seu papel. A cada dia que passa, a cada semana, a cada mês, o número de pessoas conduzidas, o número de termos circunstanciados que são lavrados e o número de flagrantes lavrados e originados por conduções realizadas pela PM vem aumentando paulatinamente, e isso significa que, nós estamos dando retorno, nós estamos dando respostas àqueles outros que até então querem andar às margens do ordenamento jurídico. Diante disso, eu digo que a população mato-grossense pode esperar da Polícia Militar o estar nas ruas fazendo o seu trabalho no dia-a-dia, por meio do policiamento ostensivo e dando resposta almejada, refletindo nos nossos resultados que indicam uma diminuição nos índices de criminalidade neste ano de 2015. E esses índices de criminalidade no Estado como um todo, pautados em 09 (nove) indicadores, demonstram uma diminuição substancial. A “Operação 100 dias” e os resultados advindos das análises criminais, do serviço de inteligência, do emprego do policiamento no dia-a-dia, do desdobramento da tropa no terreno, demonstram que a Polícia Militar vem dando resposta a esses índices de criminalidade.

RHM: Comandante no segundo semestre desse ano, de 2015, os novos alunos a soldados da PMMT estarão disponibilizados nas cidades de Mato Grosso para servirem a sociedade mato-grossense, que conselho o senhor daria a esse novo profissional que inicia a carreira agora na instituição policial militar?

Eu diria que eles estarão diante de um novo desafio e de enfrentamento diferente do que têm viveram até hoje. Esse desafio consiste em fazer segurança pública, o que exige a vontade de fazer o diferente, porque a mesma coisa, qualquer um faz. E eles estão sendo preparados para justamente irem ao encontro do anseio da

sociedade mato-grossense, independentemente se nasceram aqui, se adotaram esse Estado, mas que transitam aqui no dia-a-dia e tem os seus negócios aqui. Convoco esses novos policiais militares a somarem com os valorosos policiais militares que já estão nas nossas fileiras. Que venham com vontade de “arregaçar as mangas”, com vontade de fazer polícia, com vontade de fazer segurança pública, porque é o que será cobrado e que vão encontrar. Os desafios são grandes, muitas vezes não vão encontrar aquilo tudo que hoje tem lá na Academia, no nosso centro de formação e aperfeiçoamento de praças, pois lá dispomos de todos os meios, pois o Estado, por ser muito grande, por ter uma extensão territorial muito extensa, não consegue atender todas as demandas. Servir é responsabilidade nossa, e nós estamos aqui para servir e fazer com que a sociedade se sinta satisfeita de forma tal que possamos trazer os índices de criminalidade a um patamar aceitável para a instituição policial militar e para a sociedade. Os desafios são muitos, mas eu digo que a instituição Polícia Militar é apaixonante e toda ação praticada com amor e doação a ela, na realidade é revertida para a sociedade da qual todos fazemos parte.

Aproveito a oportunidade para render, também, minhas homenagens a todo nosso efetivo, formado por homens valorosos que levantam o estandarte da Polícia Militar em todos os rincões do Estado de Mato Grosso e fazem do servir e proteger sua filosofia de vida, com dedicação e abnegação para o cumprimento da segurança pública de nossa sociedade. A estes homens a Polícia Militar é eminentemente agradecida e a eles eu agradeço e rendo as minhas homenagens.

RHM: Obrigado pelas palavras Comandante!

ENTREVISTA



Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa - Coordenador do NIEVCi/ UFMT¹

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

RESUMO BIOGRÁFICO

Possui graduação em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1979), especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (1991), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso; revisor do periódico “Temas em Educação e Saúde” (Araraquara); Pesquisador colaborador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro de corpo editorial da revista

¹ Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania da Universidade Federal de Mato Grosso.

ENTREVISTA DE NALDSON RAMOS DA COSTA - PROFESSOR DOUTOR COORDENADOR NO NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E CIDADANIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

“Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública” e nossa RHM. Tem experiência na área de Sociologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Ofício de Polícia, Polícia, Segurança Pública, Sociologia da Polícia, Violência e Violência Policial.

RHM: Professor, o papel das polícias na sociedade é algo questionado e discutido ao longo de nossa história desde o seu processo civilizatório e sempre surgem novos paradigmas sobre a temática polícia. Como o senhor estabelece essa relação polícia e sociedade e o papel das polícias no mundo e no Brasil?

A sociedade desde o seu processo civilizatório, no século XVIII, escolheu um modelo de controle social baseado num grupo ou corpo de profissionais que tinham e que tem o poder de polícia como forma de reduzir os atritos existentes entre as relações sociais e também para proteger a vida e o patrimônio das pessoas. Nesse aspecto, eu diria que a polícia moderna tem um papel muito importante na sociedade mundial e também na sociedade brasileira. A atividade de polícia é uma atividade eminente vinculada à vida, à sociedade, à polis. Não se pode, não se consegue viver na sociedade, na cidade, na polis, sem um mínimo de regras e que, de fato, essas regras tenham um controle sobre as pessoas. A polícia é a fiscalizadora de todas as regras, de todas as leis que o parlamento propõe, e aprova e que o Executivo tem que executar. Dentro do Executivo, então, compete às polícias fiscalizar e ao mesmo tempo promover o bom funcionamento dessas leis, dessas normas, facilitando dessa maneira, a vida em sociedade. Todavia eu entendo que o papel das polícias não é apenas esse papel de fiscalizadora da lei e das normas. A polícia também é uma instituição importantíssima na promoção da cultura de segurança, de promoção da cidadania e da civilidade e isso independe de lei e de norma como orientação. Como pacificadora, a polícia tem um papel importante para além daquilo que está previsto na norma ou na lei. Ou seja, não me refiro à polícia somente com o papel para prender ladrão ou só para prender bandido. Polícia é, também, para gerar, garantir a sensação de segurança no interior da sociedade e promover assim essa paz que almejamos em toda a sociedade, gerando uma segurança pra todo o cidadão; não só em relação aos seus bens materiais, mas também em relação a sua vida.

RHM: Trilhando nessa temática e no contexto da segurança pública, como o senhor avalia a relação entre a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso?

Historicamente eu diria que as universidades públicas brasileiras estiveram, digamos assim, “de costas” para as polícias e para a formação policial. A justificativa para esse estranhamento que ocorreu durante um bom tempo e uma falta de confiança para aquilo que as polícias faziam e fazem está relacionado a um período autoritário em que as polícias militares foram utilizadas pelo regime de exceção do governo militar de 1964 para reprimir presos políticos, estudantes, líderes religiosos, líderes sindicais. Ou seja, na verdade, nesse período a polícia serviu de instrumento de força para controlar as atividades políticas dentro de nosso país e acabou reforçando o regime de exceção. Eu diria que essa é a causa do estranhamento. Foi a causa do afastamento das universidades das polícias e daquilo que elas faziam para a sociedade, do serviço que elas prestavam para a sociedade. A partir de 1988, com a Constituição Cidadã e redemocratização do país, outro cenário se apresentou pra toda a sociedade. Era preciso rever alguns procedimentos, algumas formas de atuação, à luz dos avanços das conquistas democráticas que foram conquistadas nas ruas. As áreas da segurança pública e das polícias, também foram afetadas com essas mudanças democráticas e, assim, as polícias deixam de ser o que elas eram, até então meramente reprodutora da força e da exceção que estava em jogo, para se colocar agora como uma atividade eminentemente voltada para a proteção dos direitos garantidos pela nossa Constituição. Então, a Universidade Federal de Mato Grosso, por exemplo, a partir dos anos 2000, começou, também, através de alguns pesquisadores a olhar com mais atenção para o fenômeno da violência e a relação que essa violência tem com a atividade policial. Quando se fala em violência associa-se, então, à instituição ou instituições responsáveis diretamente pelo controle da violência que são as instituições policiais; no caso brasileiro, as polícias militar e civil. Nesse sentido dessa retomada democrática a Universidade Federal de Mato Grosso e alguns pesquisadores que começaram a tratar a questão da violência tiveram que se aproximar das polícias para entender o porquê desse fenômeno da violência e dessa criminalidade. A UFMT e esses pesquisadores que começaram a discutir a violência

verificaram a necessidade de conhecer melhor aquilo que a polícia fazia e verificar em que medida nós professores, como produtores de conhecimento, poderíamos estar contribuindo na formação desses policiais que atuam no controle, na repressão e na investigação dessas violências que ocorrem cotidianamente no cenário do Estado de Mato Grosso. Em 2003, nós aqui da UFMT, nos reunimos para entender que a universidade sozinha, com todo o conhecimento que ela produz, sem a participação dos profissionais de segurança, não teria condições de responder aos desafios que estavam sendo colocados no que diz respeito à pesquisa, à extensão e à formação e à capacitação de recursos humanos. Resgatando um pouco a história, desde 1993, eu diria que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso já buscou uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso para realização dos vestibulares para fazer a seleção dos que iriam ingressar como Oficiais da Academia da Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande. Essa parceria foi o primeiro passo para a aproximação da UFMT com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. E esse trabalho não era só para fazer o vestibular e de selecionar os candidatos a Oficiais, mas também, ressalto, no convênio havia o protocolo de que a universidade disporia de alguns professores de algumas áreas civil para contribuir com essa formação desses policiais. De 1993 até basicamente 2004 esse convênio ainda vigorava. Posteriormente passou para a Universidade do Estado de Mato Grosso, mas eu diria que essa aproximação entre o ensino policial e o ensino civil, ensino produzido nas universidades começa a produzir os seus frutos e dá resultados que eu considero positivos. A partir de 2003, quando da criação do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania - NIEVCi, nós reforçamos esses laços com a Academia da Polícia Militar Costa Verde através do Coronel PM Almir Balieiro que nos convidou para integrar o quadro de docentes e instrutores na formação dos Oficiais. Eu diria que esse foi um passo importante porque aproximou a Universidade Federal de Mato Grosso, aproximou alguns professores, aproximou a PMMT da universidade e a partir daí essa parceria produziu importantes resultados na discussão do modelo, do paradigma de segurança, das violências que se encontram difusas na sociedade mato-grossense. Possibilitou estudos conjuntos e essa parceria ainda permanece produzindo resultados porque, mesmos que nós não mais estejamos diretamente na seleção dos

Oficiais, mesmo assim não perdemos esse vínculo e continuamos esse trabalho, inclusive trazendo curso de formação em nível de pós graduação pra dentro da universidade como uma forma de reforçar aquele conhecimento, aquela formação que se adquire dentro das academias e dos centros de formação profissional para os praças e oficiais. Então, essa parceria é muito importante e eu penso que não podemos, apesar dos problemas, das relações e das dificuldades institucionais enfrentadas, não podemos deixar que essa parceria caia no vazio ou no esquecimento. É um desafio de mão dupla que deve partir tanto das polícias quanto da própria universidade federal no sentido de aprofundar essa parceria e continuar produzindo resultados e diagnósticos na formação, na qualificação em pesquisa, atividades de extensão voltadas para a melhoria dos serviços que as polícias prestam para a sociedade mato-grossense.

RHM: Nesse pensamento crítico sobre as ações de segurança pública e as políticas públicas como a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem se apresentado sob um olhar acurado da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso?

O papel constitucional das polícias garantido pela Constituição de 1988 está sendo praticado da forma como está prevista pelo artigo 144. O legislador entendeu na oportunidade da reformulação da nossa Constituição que deveríamos continuar com o modelo que vinha sendo posto em prática, ou seja, duas polícias. Uma, a militar, responsável pela prevenção e pela repressão, e a polícia civil judiciária, responsável pela investigação. Em relação à Polícia Militar e Civil do Estado de Mato Grosso eu diria que muita coisa já mudou pra melhor. Primeiro, essa parceria entre a Universidade e as Polícias, honestamente, eu acho que contribuiu bastante para o entendimento do que é segurança pública, do que é atividade de polícia dentro de uma sociedade democrática. Eu diria que a Polícia Militar aqui em Mato Grosso ela vem passando por um processo de reformulação de seus quadros bastante importante. Com uma capacitação cada vez mais pautada num paradigma não só da repressão, mas pensando também a prevenção, pensando a promoção de uma sensação de segurança que não se resume apenas numa repressão ao crime. Mas

também atividades de interlocução, projetos sociais, interlocução com a sociedade, atividade, por exemplo, de polícia comunitária. Ela possibilitou bastante essa aproximação da polícia com a sociedade. A sociedade passou também a perceber a importância da polícia, passou a ser parceira da polícia, porque essa parceria da Polícia com a sociedade é fundamental para avaliar, para aferir a eficiência do resultado do trabalho que ela presta para a sociedade. Nós já tivemos no passado aqui no Mato Grosso, em determinados governos, a ação policial muito pautada apenas na repressão, apenas na atividade de prender bandido. Nessa atividade de atuar apenas na repressão ou fundamentalmente na repressão, apenas se produzia excessos e muitos erros na atividade policial da Polícia Militar e da Polícia Civil. Houve secretários que acharam que o papel das polícias era de prender e até eliminar bandidos, que essa era a atividade das polícias. Isso felizmente mudou, fundamentalmente a partir dos anos 2000 para cá, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e também a Polícia Civil, através da renovação dos seus quadros profissionais na área da gestão, na área estratégica, dos Oficiais, dos delegados e também das praças que ingressaram a partir de 2000, encontraram outro contexto político, econômico e social. E nesse contexto a atividade policial passa a ser pautada no respeito aos direitos humanos, na cidadania; a sociedade passou a ter um maior controle da polícia, passou a não temer mais a polícia e quando acontecem ou ocorrem (ainda) alguns excessos a Corregedoria, o Ministério Público, os movimentos sociais e até as Ouvidorias de Polícia têm contribuído muito para a apuração desses fatos e ao mesmo tempo têm identificado os responsáveis por essas atitudes baseadas na exceção, na truculência. E muitos deles têm sido punidos exemplarmente e isso só aproxima a polícia da sociedade. O cidadão passa a confiar mais no controle que ele tem da atividade policial. Eu vejo que a relação que a Polícia Militar e Civil tem com a sociedade mato-grossense mudou muito e para melhor e queremos continuar contribuindo com essa forma de entender a segurança pública, não pautada apenas na repressão, mas num conjunto de políticas públicas sociais e de segurança voltada para defesa da cidadania e dos direitos humanos.

RHM: O paradigma de polícia brasileira atual é caracterizado pelo ciclo incompleto de polícia. Há muitas críticas sobre esse paradigma e as discussões sobre a desmilitarização (polícias militares) e/ou unificação das forças policiais ganham força e espaço. É preciso reformular esse sistema e pensar noutro paradigma de polícia?

Esse debate iniciou-se na Constituição ou na Constituinte de 1988. Um conjunto de pesquisadores, de intelectuais e de membros do Poder Judiciário entendia que o ciclo de polícia da forma como estava estruturado na Constituição Militar gerava um descompasso no resultado do trabalho das duas polícias. Uma polícia que faz a prevenção e repressão separada de uma polícia que faz a investigação. O chamado ciclo seccionado da atividade policial era visto e ainda é visto hoje como sendo responsável por uma grande parte da impunidade, pela concorrência de duas estruturas policiais, pela ineficiência e possibilitando assim uma desvinculação de uma atividade que para o cidadão é única. Ou seja, o crime acontece, o cidadão não quer saber qual é a polícia que vai investigar, que vai produzir o resultado. Ele quer saber qual é o resultado que se produziu dessa atividade, seja ela de prevenção, seja ela de investigação. E na Constituinte de 1988 foi fortemente debatida a questão da unificação das polícias, mas já estava cristalizada, eu diria duas culturas: uma cultura bacharelesca, uma cultura do judiciário e a cultura da atividade de rua, da atividade de controle social mais próximo do cidadão; estar próximo dos problemas da comunidade. A cultura bacharelesca é a cultura de gabinete que atua na investigação do fato depois que ele já ocorreu e por algum tempo, às vezes, meses e até anos, o processo [inquérito policial] fica parado dentro dos gabinetes das delegacias de polícia. Essas duas culturas acabaram se refletindo dentro do parlamento que entendeu que não havia como colocar, conciliar a cultura do policial militar com a cultura judicial do policial civil. Cada qual viam interesses corporativos, políticos que seriam prejudicados caso houvesse uma unificação. Assim os coronéis queriam manter o seu prestígio sobre a tropa, como os delegados queriam manter a exclusividade sobre a investigação. Daí a permanência do ciclo seccionado de atividade policial na Constituição de 1988. Após o debate de 1988, a sociedade continuou discutindo e refletindo se esse paradigma de polícia ou de ciclo de polícia de fato produz segurança, eficácia e eficiência pra

sociedade e a resposta que encontramos nos fóruns que tenho participado no Brasil todo é que esse ciclo é ineficiente, é pesado, é desarticulado e que precisaria ser reformulado urgentemente. Por outro lado fala-se também da desmilitarização das polícias. E porque esse assunto sempre vem à baila, vem à tona? A nossa polícia militar é uma cópia do Exército Brasileiro, da atividade do Exército Brasileiro. No que diz respeito às suas instruções, ao modelo de hierarquia, temos uma pesada hierarquia com treze posições hierárquicas dentro das funções que vão de soldado a coronel; duas formas de ingresso, assim como a polícia civil também tem duas formas de ingresso, a dos delegados que são bacharéis e a dos investigadores e escrivães que são carreiras distintas. Consequentemente a gente tem observado, em relação ao militarismo, que essa cultura militarista que se fez na formação da Polícia Militar, por ela estar vinculada ao Exército Brasileiro, acabou reproduzindo uma imagem que eu diria distorcida do crime ou da criminalidade, muitas vezes considerando o crime como algo muito ruim para a sociedade a ponto de identificá-lo com o criminoso e considerar este um inimigo da ordem e um inimigo da própria sociedade. E o tratamento disto, a forma como se trata o crime e a criminalidade, muitas vezes, no viés militarista, acaba influenciando na atividade de prevenção e atividade de repressão ao crime. Muitas vezes, não se reprime o crime, mas sim o criminoso. A atividade de polícia tem que dissociar o crime do criminoso. Ela, polícia, está ali para reprimir o crime e conter o criminoso, deter o criminoso e entregar esse criminoso para a autoridade judicial fazer o devido processo legal com direito a ampla defesa e posteriormente um julgamento da culpabilidade ou não desse indivíduo. Pois então, o militarismo não tem a ver especificamente com a estética militar, mas tem a ver com uma filosofia de segurança pública que acredita que a função de um policial militar tem a função de defesa da ordem a qualquer custo, a qualquer preço e em muitas das vezes abusando do direito do cidadão e dos direitos humanos. Nesse sentido eu entendo também que a atividade policial militar deve ser desvinculada do controle do Exército, pois que a atividade de polícia é uma atividade eminentemente civil. Tem-se que rever em grande medida o que está posto no regulamento das polícias militares. Ali ainda existem exceções que acabam ferindo a dignidade do policial militar, interferindo dentro da atividade policial, ao

não tratar do devido processo legal com amplo direito de defesa, o que acaba, por vezes, atrapalhando o desenvolvimento da atividade policial, contribuindo para uma visão negativa daquilo que ele faz em relação ao controle da criminalidade. Eu sou favorável a uma polícia única, com ingresso único, com formação única. No ato da seleção, da formação, o cidadão, o profissional deveria escolher qual caminho seguir, se seria o caminho da prevenção, da repressão ou, para aqueles que tivessem perfis e interesses, o caminho da investigação. Ou seja, uma polícia única, uma polícia com ciclo completo que possibilitasse o atendimento da ocorrência com todos os levantamentos preliminares; investigação para se chegar à responsabilização e identificação do resultado daquele crime; sendo posteriormente encaminhado o procedimento para o Judiciário para o devido proferimento de sentença em relação àquela conduta. O ciclo completo de polícia e a reforma dos artigos 23 e 144 da Constituição Federal são necessidades urgentes. A reforma política tanto tempo esperada aqui no Brasil, que vem sendo prometida pelo governo federal sucessivamente precisa ser encaminhada com urgência porque o nosso modelo atual de polícia, num ciclo incompleto, seccionado, não tem contribuído para melhorar a eficácia e eficiência da polícia. Uma polícia com ciclo completo vai nos garantir com certeza resultados diferentes desses que nós temos assistidos, ou seja, uma taxa de criminalidade elevadíssima e uma taxa de esclarecimento dos crimes baixíssima. Então esse é o resultado desse modelo atual, enquanto nós não modificarmos a receita da nossa segurança pública, nós não vamos produzir resultados diferentes.

RHM: Recentemente um novo levantamento realizado por uma ONG mexicana apontou Cuiabá como a 16ª cidade mais violenta do mundo, a quem se atribui essa responsabilidade? É possível realizar um diagnóstico a reverter esse quadro?

Quando se fala de culpa não dá para identificar um culpado exclusivamente, o artigo 144 da Constituição assegura que a segurança pública é um direito do cidadão, um dever e responsabilidade do Estado, mas também é responsabilidade de todos. Todos nós somos responsáveis pela nossa segurança e pela segurança dos que se encontram ao nosso redor. Nós precisamos contribuir para que vivamos um

ambiente de paz, um ambiente pacífico onde os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica e não de forma violenta. Mas, Cuiabá, infelizmente, é uma das capitais mais violentas do Brasil e do mundo. Qual é a explicação para isso e as responsabilidades? Eu começaria, por exemplo, pensando naquilo que acabei de mencionar, que é o artigo 23 da nossa Constituição que trata da responsabilidade dos entes federados: município, Estado e União. Pelo atual modelo da nossa Constituição, o município ficou fora da responsabilidade da segurança pública, ele não tem competência para agir sobre segurança pública, da mesma forma a União ficou fora da responsabilização da segurança pública, porque o artigo 144 da Constituição atribui aos Estados, às Unidades da Federação, a responsabilidade de organizar as forças policiais e de promover a prevenção, a repressão e investigação do crime. É de responsabilidade das Unidades da Federação o modelo atual. O cidadão vive no município, ele não está dentro do Estado e da União. É no município que ocorre os conflitos e ali precisa ter sua organização. Isto diz respeito à participação dos municípios em estabelecer e proporcionar melhor qualidade de vida ao cidadão que ali se domicilia. E isso diz respeito às pavimentações das ruas e avenidas e sua trafegabilidade, serviços de coletas e recolhimento dos lixos, ao fornecimento de água potável e energia elétrica; diz respeito ao funcionamento dos postos de saúde, funcionamento das escolas, iluminação pública, à poda de árvores, ao saneamento básico. Tudo isso está dentro dos municípios e boa parte desses serviços é de responsabilidade dos municípios. Inclusive é de responsabilidade dos municípios a fiscalização das leis municipais aprovadas dentro das câmaras municipais, dos códigos de posturas, do funcionamento dos serviços municipais e dos serviços particulares, os serviços essenciais que as prefeituras prestam ao cidadão. Eu diria que os municípios têm andado muito distante e de maneira desarticulada das políticas de segurança pública, além de não cumprirem aquilo que é de responsabilidade, ou seja, gerar essa sensação de segurança nos bairros, no interior da sociedade, nas cidades, em especial em Cuiabá; refiro-me à Cuiabá e à Várzea Grande. Em segundo lugar, eu diria que a Polícia Militar, falando da responsabilidade da Polícia Militar, é responsável diretamente pela segurança do patrimônio e da vida do cidadão, mas, muitas das vezes, age desarticuladamente

dessas políticas públicas municipais. Não procura os prefeitos e os vereadores, não procura fazer um trabalho integrado, principalmente a atividade de prevenção em conjunto com o município. Nós temos a filosofia de polícia comunitária e temos várias Bases instaladas aqui em Cuiabá, em Várzea Grande e em algumas cidades do interior, só que às vezes essa atividade de polícia comunitária acaba acontecendo de forma desarticulada dos projetos e das ações da prefeitura. Com isso eu diria que a responsabilidade sobre a violência e criminalidade que torna Cuiabá uma cidade insegura e violenta recai sobre o município e o Estado. Nesse caso há falta de um trabalho mais articulado da Polícia Militar em relação à prevenção e de um trabalho de repressão mais qualificado. O que eu chamo de um trabalho de repressão mais qualificado? É um trabalho que faça a repressão baseada também num trabalho de inteligência, num trabalho de análise criminal, num trabalho que faça um diagnóstico das variáveis que estão gerando a insegurança, a violência e a criminalidade no interior das cidades, no caso da cidade de Cuiabá e Várzea Grande. Por outro lado, o Estado, também, falha porque segurança pública não se faz só com atividade de polícia. O Estado falha nas políticas sociais fundamentais para dar segurança ao cidadão. Eu me refiro à política de qualificação profissional, principalmente para os jovens, me refiro à educação de responsabilidade do Estado (ensino fundamental, médio e técnico profissional), me refiro também à responsabilidade do Estado no que diz respeito às atividades de esporte e lazer nessas comunidades. Refiro-me também às atividades do Estado voltadas para a questão da cultura, promoção da cultura, as atividades culturais para a sociedade, como exemplo, aulas de violão, artes marciais, esportes, lazer, teatros, atividades artesanais. Todos esses serviços juntos articulados entre prefeitura, governo do Estado e os projetos do governo federal fortalecem os laços de solidariedade e fazem com que indivíduos se integrem dentro dessas atividades de forma saudável e disciplinada para uma boa formação, uma boa conduta para ele sair dali com um mínimo de conhecimento acerca de suas habilidades e suas responsabilidades diante da sociedade. Essa falta de oportunidade, principalmente para o jovem, é em grande medida o que explica o porquê que eles [jovens] acabam indo para o mundo das drogas e até mesmo se envolvendo com atividades criminosas, ilícitas e acabam se perdendo diante da falta

de orientação da família, da escola e das igrejas e da falta de políticas sociais. Há falta de oportunidades para o sujeito portador de direitos no contexto de suas participações e inserção social. O jovem desempoderado é um jovem que acaba tendo que tomar decisões por conta própria porque não tem ninguém lhe acolhendo, lhe aconselhando, controlando as suas atividades, os seus ímpetos. O grupo de referência dele passa a ser o próprio jovem que não tem a dimensão e a maturidade que um adulto tem para tomar suas decisões. Concluindo, eu diria que Cuiabá é uma das cidades mais violentas porque falta uma articulação da atividade de prevenção que se realiza pela prefeitura e pelo governo do Estado. Ainda, a atividade de repressão realizada pela Polícia Militar também é muito desarticulada e por outro lado a Polícia Judiciária Civil tem uma taxa de esclarecimento muito baixa dos roubos, dos furtos e dos homicídios. Essa taxa de esclarecimento dos crimes de homicídios que são notificados e que vão ser sentenciados no Judiciário, essa taxa de esclarecimento não é superior a 15%. Então temos uma impunidade muito grande, o que é um fator que estimula o bandido a continuar roubando, a continuar assaltando, a continuar matando. Isso é o resultado do que vemos aqui no Brasil, não só em Cuiabá, mas no restante do país esse cenário é o mesmo. A Polícia Judiciária Civil tem uma cultura muito de gabinete e pouca investigação de rua que consequentemente estimula a criminalidade principalmente contra o patrimônio e até mesmo contra a vida que é o crime mais grave. A taxa de esclarecimento da Polícia Civil é muito baixa no Brasil.

RHM: É possível que haja no Brasil uma cultura da violência? O que fazer para buscarmos uma cultura de Paz?

Quando se olha pra cultura brasileira vários autores identificam que de fato nós temos um passado marcado por autoritarismo e por aquilo que Adorno chama de violência endêmica fazendo partes das nossas relações sociais. O autoritarismo está presente pelo distanciamento que as elites sempre tiveram em relação ao povo brasileiro. A proclamação da República do Brasil existe enquanto ato simbólico de 1889, mas a efetivação do que é a representação pública ainda está distanciada das massas. As nossas elites econômicas e políticas sempre viram o povo como um

empecilho para o desenvolvimento e mantê-lo afastado das decisões parece que é uma estratégia utilizada há muito tempo no nosso país. Basta olhar para o nosso passado, o quanto houve de interrupção do regime democrático, do precário regime democrático que nós conquistamos a partir de 1889. A República Velha era a república dos coronéis. A República Nova era a república dos bacharéis. Getúlio Vargas representava esses bacharéis, representava a classe média e um empresariado emergente de formação urbana que continuou mantendo distante as massas da participação popular. Getúlio Vargas não se manteve distante, mas cooptou essas massas manobrando os sindicatos, manobrando os partidos políticos aos seus interesses e aos interesses dessa nova ordem que surgiu a partir da Revolução de 1930 e a partir do Estado Novo. Então, o Estado Novo retoma novamente o distanciamento do governo, distanciamento das elites das massas e começa de novo uma perseguição àqueles que queriam ter uma maior participação nas decisões do país e que reivindicavam políticas sociais para o conjunto das massas. Retomada a normalidade democrática em 1946, esta não durou 20 anos, em 1964 acontece outro golpe autoritário que durou mais 20 anos. Eu diria então que a cultura da violência acabou se impregnando nas formas de resolver os nossos conflitos, porque o Estado se distanciou das massas. Porque a Justiça se distanciou das massas, porque a nossa formação judaica cristã religiosa também foi muito pautada no patriarcalismo e também nessa ideia de que a educação é sinônimo de obediência a um superior, um superior hierárquico. Isso acabou dando um formato para nossa família e dando um formato para nossa sociedade como um todo, determinando como as instituições deveriam lidar com as massas e mantê-las distantes ou mantê-las mais afastadas do processo decisório, as elites entendiam que esse era o processo facilitador da gestão da coisa pública. Quando falamos em cultura de violência não podemos deixar esquecer que o problema não é só cultural, que o problema também é estrutural na nossa sociedade brasileira. Nós temos uma desigualdade social muito grande no nosso país, apesar de sermos a oitava economia do mundo, no que diz respeito à distribuição de renda estamos muitos distantes dos países que tem um índice de desenvolvimento considerado satisfatório, bom e elevado. Então, a desigualdade social acaba muitas vezes possibilitando que as pessoas vivam em contextos, em

ambientes, onde o poder público não se faz presente e, também, as políticas públicas não estão presentes e ali é um espaço, muitas vezes, facilitador dessa cultura da violência. Ambientes desorganizados, ambientes com uma estrutura social altamente hierarquizada, são ambientes propícios para o conflito e para a violência. No caso, Cuiabá reflete um pouco essa realidade, pois é uma cidade que até a década de 1970 era basicamente formada por pessoas que estavam aqui desde o século XVIII. Com a chegada da leva de imigrantes e com a introdução do agronegócio nos campos mato-grossenses toda a organização social tradicional foi desestruturada, originando outra estrutura social sem anteparo de política social pra habitação, pra saneamento, fornecimento de água, fornecimento de energia, para o trabalho, conseqüentemente isto explica em grande parte porque Cuiabá é uma cidade violenta. É a falta de organização do poder público, do espaço, do ambiente e a falta de oportunidade que essas pessoas não têm para se inserir nesse contexto e ter as suas participações de forma de satisfatória, saudável e integrada nas lógicas do desenvolvimento da cidade e do Estado. Penso que não é só uma cultura da violência que transforma Cuiabá numa das cidades mais violentas, existe uma cultura do descaso das autoridades em relação aos direitos e à organização dos espaços onde as pessoas vivem. Onde o espaço não está politicamente organizado, onde as massas e a população não são ouvidas e não participam das decisões, a sociedade começa a resolver os conflitos com base no emprego da força e da violência. Uma sociedade onde a Justiça não chega até os pobres; onde os pobres não encontram confiança para poder buscar a Justiça, vigora a ideia de “Justiça com as próprias mãos”. A sociedade que tem pouco controle sobre a atividade do cidadão e sem serviços públicos a lhe oferecer, ele resolve os seus problemas, os seus conflitos intersubjetivos pautado quase sempre no uso da força e da violência. Falta para chegarmos a uma cultura de Paz, uma cultura de um processo civilizatório, em que a gente se reconheça como cidadão e que as leis se apliquem igualmente para todos de tal forma que não sintamos excluídos do processo decisório e do processo civilizatório. É isso que vai gerar em nós uma cultura de Paz. Essa cultura de Paz tem que ser conquistada com a participação política e com o reconhecimento do cidadão como parte do processo civilizatório, como parte do processo de desenvolvimento da sociedade em que ele não pode ser

excluído politicamente, culturalmente, socialmente e economicamente desse processo decisório.

RHM: As críticas às ações policiais são frequentes e sempre vem à tona a formação do profissional de segurança pública. Diante do cenário atual brasileiro como formar esse cidadão no profissional desejado?

De fato a atividade policial é muito importante numa sociedade democrática. A formação do profissional da área de segurança pública é essencial, como é essencial para qualquer profissão. Um profissional altamente qualificado e conhecedor das suas responsabilidades diminui a probabilidade do erro ou prestação de serviço de baixa qualidade à sociedade. Claro que não podemos e não temos a pretensão de dizer que qualquer atividade não tenha erros. Todos em qualquer área da sociedade erram, é da natureza humana errar, mas cabe ao gestor dos recursos humanos desses profissionais fazer um acompanhamento de desempenho mais constante, uma avaliação constante das atividades desses profissionais pra redirecionar os seus quadros de acordo com suas habilidades, suas competências e ao mesmo tempo qualificar ou requalificar aqueles quadros que se encontram em descompasso daquilo que a sociedade espera de todo e qualquer profissional que é funcionário público, servidor público. A Polícia Militar de Mato Grosso em específico, bem como a Polícia Civil, tem dado grande importância para a formação e qualificação desses quadros para atuar dentro dos marcos das garantias legais previstos na nossa Constituição. Eu diria que o policial tem que se colocar no contexto dessas violências, dessas contrariedades, desses conflitos que ocorrem na sociedade, como um profissional que tem respostas para todos os desafios que estão colocados. Desde a violência contra criança, violência contra o idoso, violência no trânsito, violência contra o meio-ambiente, violência e maus tratos contra os animais, assim como essa violência que atinge o patrimônio e a vida das pessoas. Ele tem que estar preparado pelo menos para entender as variáveis que geram as condutas e os crimes, qual é o contexto que está por trás disso, quais as variáveis que estão por trás desse contexto. Entender que o crime não está vinculado apenas ao criminoso. Ele (criminoso) é apenas um aspecto dentro de uma realidade maior. O policial tem que

estar preparado, também, para a repressão, mas tem que estar preparado, também, para essa atividade de prevenção, porque não basta reprimir o crime, é preciso entender a dimensão da atividade policial. Ela apresenta uma ampla dimensão e envolve a dimensão que diz respeito a todas as subjetividades que está por trás da conduta do ser humano. Entender essa subjetividade, entender essa complexidade que é de lidar com o ser humano, facilita o diálogo, facilita o que a gente chama de mediação de conflitos, facilita a orientação e facilita inclusive a própria repressão quando você tem um diagnóstico das variáveis que estão provocando esse crime num determinado bairro, numa determinada cidade e em toda a dimensão do território do Estado de Mato Grosso. O desafio da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no meu modo de ver, está em compreender essa complexidade da sociedade do Mato Grosso. Somos uma sociedade que temos diversos problemas, como a maior parte da sociedade brasileira. Temos problemas sérios na fronteira com drogas, mas também temos sérios problemas de relacionamento dentro da família, violência doméstica. Temos problemas sérios em relação aos roubos e os furtos contra o patrimônio, assim como também temos sérios problemas em relação aos nossos homicídios. Então qual é o contexto que está proporcionando à manifestação de tudo isso? Como preparar os profissionais para atuar dentro desse contexto? Mais do que isso, o desafio da Polícia do Mato Grosso, e das demais polícias brasileiras, é de aprender a conviver dentro de uma cultura de planejamento, de gestão e de avaliação da prestação do serviço público. E isso ainda é muito baixo. A nossa competência gerencial dos recursos humanos e dos resultados que os recursos humanos apresentam ficam muito a desejar. Eu me refiro, por exemplo, qual é a avaliação que se tem ou qual é o plano do governo estadual em relação ao desempenho do delegado de polícia? Qual é a avaliação que se tem, por exemplo, em relação à gestão dos recursos humanos e desempenho de um comandante de área ou setor da Polícia Militar em relação ao seu setor? Quando você não tem o controle disso, quando não se avalia os resultados e se continua agindo como presenciamos temos um facilitador do “fazer mais do mesmo” ou queda na “zona de conforto” e achar que o problema da segurança pública se resume a mais homens, contratação de mais policiais, aquisição de mais viaturas, aquisição de mais armas e mais

equipamentos. Se você não souber ou não fizer a gestão dessas questões o resultado nunca será diferente daquilo que se faz com muita frequência. Concluindo nessa questão da gestão, do planejamento e ao mesmo tempo da avaliação de desempenho e dos resultados, enquanto o gestor político e o gestor público não estabelecerem metas, resultados a serem alcançados e não cobrar esses resultados das pessoas que têm a responsabilidade de pôr em prática as políticas públicas de segurança, tanto na área da prevenção quanto na área da repressão e na área da investigação; e enquanto também não tivermos uma reforma política que olhe para o nosso sistema prisional e para o nosso sistema judiciário, justiça criminal, os resultados, por mais que a Polícia Militar prenda, por mais que faça o seu trabalho, o resultado vai sempre ser desanimador. Porque o contexto, o sistema como um todo, acaba reproduzindo em grau ampliado a violência que já está posta na nossa sociedade. Acredito que a reforma tem que ser geral, não basta ser só da Polícia Militar ou da Polícia Civil, a reforma tem que atingir o sistema judiciário, o sistema penal, o sistema político como um todo, a nossa sociedade, para que tenhamos no futuro uma cultura de Paz e uma Polícia cada vez mais preparada, qualificada para atuar no contexto do respeito aos direitos humanos e na promoção da cidadania.

RHM: Professor, deixamos um espaço para suas considerações derradeiras ou para abordar um assunto que não foi posto nos quesitos propostos.

O que está em discussão no nosso modelo de segurança é exatamente fazer com que essas reformas atinjam todo o sistema de segurança pública e todo o sistema criminal. Enquanto tivermos o ciclo de polícia da forma como se encontra atualmente com duas organizações ou duas instituições de controle da violência, agindo de forma desarticulada, nós não vamos produzir resultados mais significativos do que estes que já estão colocados no atual momento. Penso que o constituinte encontra agora um bom momento para realizar a reforma do artigo 23 e 144 da Constituição no que diz respeito à segurança e às responsabilidades sobre essa segurança pública. Mas também acho que é um bom momento de pensarmos na reforma da política partidária; um bom momento para se pensar na reforma fiscal; um bom momento de

se pensar na reforma tributária; um bom momento de se pensar na reforma do Judiciário como um todo; um momento de reformular as estruturas de poder do nosso País. Porque são essas estruturas de poder que vão dar a base legal e a sustentação moral e ética para que a gente comece a construir outra cultura que contraponha à cultura da violência e que contraponha a uma cultura da ineficiência das políticas públicas do Estado que é muito pesado e produz poucos resultados efetivos em termos de serviços para o cidadão. Esses são os desafios que estão postos para os governantes e nós, como cidadãos, temos que continuar cobrando essas reformas e que elas não atinjam única e exclusivamente as polícias, elas têm que atingir todo o sistema político e todo o sistema judiciário do nosso país, para que tenhamos uma cultura de segurança e de Paz mais promissora pra daqui ao final desse século.

RHM: Grato pela atenção e pelas palavras, professor!